

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

ADRIANA MARANGUELI DA SILVA

**PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NA REDE ESTADUAL DE
ENSINO DE MATO GROSSO E O CONTRATO DE IMPACTO SOCIAL COM A
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV – DIAN)**

CÁCERES-MT

2024

**PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NA REDE ESTADUAL DE
ENSINO DE MATO GROSSO E O CONTRATO DE IMPACTO SOCIAL COM A
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV – DIAN)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora professora Dr.^a Marilda de Oliveira Costa

CÁCERES-MT

2024

Walter Clayton de Oliveira CRB 1/2049

SILVA, Adriana Marangueli da.

S586p Processo de Privatização da Educação na Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso e o Contrato de Impacto Social com a Fundação Getúlio Vargas (FGV–Dian) / Adriana Marangueli da Silva – Cáceres, 2024.

251 f.; 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso

(Dissertação/Mestrado) – Curso de Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado Acadêmico) Educação, Faculdade de Educação e Linguagem, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2024.

Orientador: Marilda de Oliveira Costa

ADRIANA MARANGUELI DA SILVA

**PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NA REDE ESTADUAL DE
ENSINO DE MATO GROSSO E O CONTRATO DE IMPACTO SOCIAL COM A
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV – DIAN)**

Dissertação de Mestrado aprovada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso, para obtenção do título de Mestre em Educação.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora – Dra. Marilda de Oliveira Costa (PPGEdu/UNEMAT)

Dra. Katia Morosov Alonso (Membra Externa - PPGE-UFMT)

Dr. Leonardo Almeida da Silva (UNEMAT) (Membro Interno – UNEMAT)

APROVADA EM: ____/____/____.

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação aos meus pais José Dantas da Silva e Maria Marangueli da Silva, que tanto me apoiaram e incentivaram a prosseguir nos estudos, mostrando que através da educação podemos conquistar nossos sonhos e fazer a diferença na vida das pessoas. Esse apoio foi fundamental para que hoje a certeza de ser educadora seja autenticada como missão de vida. A caminhada não foi fácil, porém com apoio deles pude concluir a faculdade e fazer uma pós-graduação. Esta dedicação é aos meus queridos pais, por não ter medido esforços para continuar meus estudos e ser mestre em educação em uma universidade pública de ótima qualidade como a Unemat. É com muito orgulho que digo que sou a primeira da família a conquistar esse título, dou continuidade a profissão de meu pai que é educador, seu exemplo e caminhada muito me inspiraram e contribuíram nessa jornada rumo a educação. Tenho certeza de que meu papai, guerreiro e professor, pode desfrutar de sua aposentadoria, na convicção que muito ajudou pessoas a conquistar seu sonho e terem uma vida mais digna para com os próximos e desse modo, contribuiu significativamente para a construção de uma sociedade mais justa.

Obrigada meu pai, por não ter desistido da luta de sair da vida sofrida da roça se dedicando e tentando conciliar o trabalho da roça com a faculdade, e assim oportunizar uma vida melhor à sua esposa e filhos. Obrigada pela persistência, ensinamentos e exemplo que me impulsionaram a trilhar o caminho da educação. Também sou muito grata a minha querida e amada mãezinha, que muito colaborou para que esse sonho fosse realizado, sempre aconselhando com palavras de positividade e orações, e até me acompanhando em algumas viagens para as devidas orientações. Sou eternamente grata, minha rainha. Papai e mamãe, vocês são minha inspiração diária, amo-lhes profundamente.

Esta produção também é dedicada ao meu querido e amado esposo que muito me apoiou e foi compreensivo na jornada dos estudos intensos de quase três anos, desde os preparos para conquistar uma vaga no mestrado, participando do grupo de estudo e pesquisa da possível orientadora. Meu confidente, quantas vezes desabafava sobre as angústias, desafios e alegrias que o mestrado me proporcionou e você sempre me apoiando e dando forças para que concluísse com sucesso esse sonho. Obrigado por ser esse companheiro incrível e parceiro que és, que Deus continue abençoando seu viver. Amo-lhe muito.

Outra pessoa incrível que muito me auxiliou nos momentos de correria e dificuldades foi minha sogra Rosa, sempre preocupada com meu bem-estar, pedia para descansar e para que isso fosse possível sempre preparava as refeições maravilhosas, para que eu continuasse estudando um pouco mais ou descansando. Gratidão sogra, foi muito importante essa parceria, Deus abençoe sempre. Dedico também a minha irmã Gleice, que desde o princípio me deu forças para continuar a caminhada, torcendo sempre pelo meu sucesso. À minha tia Antonia que foi uma parceira da caminhada e me acompanhou nessa jornada rumo ao mestrado, em que compartilhávamos informações e experiências sobre nossas pesquisas, foi muito importante esse diálogo. À minha amiga Márcia Luzia que foi uma confidente, onde em muitos momentos desabafei diante de algumas situações desafiadoras, obrigada amiga por me apoiar e dar forças na caminhada.

Para encerrar a dedicação às pessoas especiais que fizeram parte da jornada rumo ao mestrado, dedico essa produção também ao meu querido e especial amigo que o mestrado me presenteou, Ualter dos Santos Rojas, foi um companheiro incrível e muito parceiro de todos os

momentos que vivi, esteve presente nos bons momentos e nos desafiadores também. Conversávamos muito, essa prática de troca de diálogo foi fundamental na minha caminhada, me deu força, coragem, ânimo, persistência e confiança no processo. Gratidão amigo por segurar minha mão nesse trajeto e torná-lo mais leve e tranquilo. Eternamente sou grata aos seus ensinamentos, conselhos e encorajamento no percurso, foi essencial para que hoje eu pudesse comemorar esse sonho em minha vida. Que Deus continue abençoando seu viver, você é luz na vida de muitos.

Enfim, dedico a todos que de forma direta e indireta torceram e me apoiaram nesse momento lindo de minha caminhada desejando força, foco e fé na realização de meu sonho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu Deus por permitir realizar este sonho na minha vida, sonho esse que foi conquistado com fé, esperança, dedicação e muita disciplina. Obrigada, Senhor por cuidar de mim e das pessoas que amo durante esse tempo, muito obrigada.

Agradeço também a minha querida orientadora Marilda de Oliveira Costa, que com muita paciência esteve comigo nos momentos da pesquisa, contribuindo significativamente para meu crescimento pessoal e profissional. Gratidão professora, por aceitar me orientar e pelos ensinamentos e contribuição neste processo.

Agradeço a todos os professores do programa PPGedu da Unemat, em que puderam fazer contribuições riquíssimas na pesquisa. Aos meus colegas de turma, com os quais dividi momentos ímpares, em especial a minhas colegas Marizeth e Jucileide, onde compartilhamos muitos momentos significativos e de aprendizado; o importante é que juntas somamos as forças e vencemos todos os obstáculos e o que levo na lembrança é nossa amizade. Outras colegas que viveu a jornada do mestrado comigo, foi Milena Luiza Lucas e Judite, criamos um laço verdadeiro e afetivo e assim tornamos confidentes. Todas as conversas foram importantes e positivas para continuarmos lutando e dizíamos que logo iria passar, enfim gratidão a todos.

Agradeço a banca examinadora, muito obrigada pelos apontamentos que fizeram na pesquisa e pelo aprendizado.

Externo minha gratidão aos colegas de profissão da escola estadual Boa Esperança de que foram parceiros e compreensivos diante de algumas situações desafiadoras vivenciadas, como exemplo os ajustes nos horários. Essa adequação foi importantíssima para que pudesse cursar as disciplinas e reuniões do grupo de pesquisa, bem como orientações do mestrado. Esse apoio e parceria foram significativos e primordiais nessa caminhada, por isso agradeço imensamente duas colegas especiais a querida Gessica Lacerda e Sirlei Baleeiro, para sempre estarão em meu coração, torço pelo sucesso e felicidade de cada uma, gratidão amigas.

De forma geral agradeço a todos que compartilharam e torceram pela realização de meu sonho pessoal e profissional, gratidão.

*Posso ter defeitos, viver ansioso e ficar irritado algumas vezes, mas não esqueço de que
minha vida é a maior empresa do mundo. E que posso evitar que ela vá à falência.*

*Ser feliz é reconhecer que vale a pena viver, apesar de todos os desafios, incompreensões e
períodos de crise.*

Ser feliz é deixar de ser vítima dos problemas e se tornar um autor da própria história.

*É atravessar desertos fora de si, mas ser capaz de encontrar um oásis no recôndito de sua
alma.*

É agradecer a Deus a cada manhã pelo milagre da vida.

Ser feliz é não ter medo dos próprios sentimentos.

É saber falar de si mesmo.

É ter coragem para ouvir um não.

É ter segurança para receber uma crítica, mesmo que injusta.

Pedras no caminho?

Guardo todas, um dia vou construir um castelo...

Fernando Pessoa

RESUMO

A pesquisa aborda a temática Privatização da Educação a partir do estudo do Contrato de Impacto Social (CIS) da Fundação Getúlio Vargas (FGV-DIAN), adotado pela rede pública estadual de ensino de Mato Grosso a partir de 2021, e tem por objetivo geral compreender como tem se dado a operacionalização do Contrato de Impacto Social na rede pública estadual de ensino de Mato Grosso. Insere-se na linha de pesquisa: Formação de Professores, Políticas e Práticas Pedagógicas do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu), da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT Campus Universitário Jane Vanini, Cáceres/MT. Diante do contexto educacional imposto se faz relevante problematizar o processo de privatização implementado pela Secretaria de Estado de Educação (SEDUC-MT) a partir de 2021. A conjuntura apresentada reforça os ideais neoliberais e neoconservadores, implementados na rede estadual pública de ensino do estado, sendo assim, buscamos responder o seguinte questionamento: Como tem se dado a operacionalização do Contrato de Impacto Social firmado por meio do consórcio FGV- DIAN com a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso? A Pesquisa é bibliográfica e documental de abordagem qualitativa, com enfoque teórico-metodológico crítico, fundamentado no materialismo histórico-dialético. Os dados primários foram coletados no Portal Transparência, site da FGV e da SEDUC e os dados secundários coletados em fontes acadêmicas disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertação da Capes, o banco de dados da SciELO, da Revista Brasileira de Educação, e FINEDUCA e sites oficiais do IBGE e o TCE com recorte temporal de 2015 a 2022. Os resultados da pesquisa apontam que o CIS materializado na rede estadual pública de Mato Grosso é uma nova forma de privatização da educação, que reconfigura o fazer pedagógico dentro das escolas, inferindo novas remodelagens tanto na perspectiva didática-metodológica do docente, como na sua formação continuada. Pois a busca por melhores índices nas avaliações externas, foi o maior objetivo desse contrato. Sua meta é melhorar o IDEB do estado o posicionando em 5º lugar no *ranking* nacional. Sinalizamos também que um dos indicadores utilizado pelo CIS, na implementação do Sistema Estruturado de Ensino (SEE) na rede pública estadual de educação do estado é o Indicador de Processo de Ensino Aprendizagem- IPEA. Critérios esses utilizados pela FGV-DIAN para mensurar a qualidade do ensino aprendizagem das escolas da rede com vigência de cinco anos. O estudo evidência que o CIS, não apresenta um ordenamento específico para esse tipo de licitação no Brasil, e deste modo buscam sua efetivação em leis já existentes como 8.666/1993. Para consecução do Contrato no estado, a administração pública baixou alguns decretos, portarias e leis que pudessem dar respaldo para sua execução. Sublinhamos que o valor financeiro despendido pelo poder público para o desenvolvimento desse CIS com vigência de 2021 a 2025 é de R\$ 549.258.043,32. Esse tipo de Contrato, é um novo instrumento administrativo utilizado pelo poder público em alguns lugares do mundo, todavia há esforços brasileiros para regulamentá-la.

Palavras-chave: Contrato de Impacto Social; Consórcio Fundação Getúlio Vargas (FGV-DIAN); Privatização da educação; Rede Estadual de Educação de MT.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BR – Brasil

CEF – Constituição Federal

DIAN – Dian & Silva Empreendimentos Educacionais Ltda.

DREs – Diretorias Regionais de Ensino

EJA – Educação de Jovens e Adultos

FGV – DIAN- Fundação Getúlio Vargas e Dian & Silva Empreendimentos Educacionais Ltda.

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FIPLAN – Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado de Mato Grosso

GR – Gratificação Anual por Eficiência e Resultado

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICE – Instituto Cuiabano de Educação

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicado

IPEA/MT – Indicador do Processo de Ensino e Aprendizagem

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MHD – Materialismo Histórico-dialético

MTI – Empresa Mato-Grossense de Tecnologia da Informação

PDRAE – Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado

PNE – Plano Nacional de Educação

PPPs – Programas de Parcerias Público -Privadas

SEAP – Sistema Estadual de Administração de Pessoas

SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

SEE – Sistema Estruturado de Ensino

SIAG – Sistema de Aquisições Governamentais

SIGCon – Sistema de Gerenciamento de Convênios

SINTEP– Sindicato dos trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso

TAES – Técnico Administrativo em Educação

UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso

UNIVAG – Universidade de Várzea Grande

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Alguns autores que contribuíram no referencial teórico	36
Quadro 2 – Apresentação das leis brasileiras que regulamentam a relação entre o público e o privado:.....	36
Quadro 3 – Serviços ofertados pelo Portal da Transparência.....	37
Quadro 4 – Critérios de inclusão e exclusão da pesquisa.....	40
Quadro 5 – Representação do problema, objetivos e análise de documentos contidos na pesquisa	52
Quadro 6 – Apresentação detalhada das produções selecionadas a partir do descritor “Privatização da educação” na CAPES	95
Quadro 7 – Apresentação detalhada das produções selecionadas a partir do descritor “Privatização da educação” na Base de Dados da SciELO.....	109
Quadro 8 – Apresentação detalhada das produções selecionadas a partir do descritor “Privatização da educação” na Base de Dados da FINEDUCA.....	115
Quadro 9 – Apresentação detalhada das produções selecionadas a partir do descritor “Privatização da educação” na Base de Dados da Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBP AE).	123
Quadro 10 – Representação da pesquisa com o descritor: “Contrato de Impacto Social” and “Educação Básica” fonte e tipos de trabalho.....	124
Quadro 11 – Apresentação detalhada da produção selecionada a partir do descritor Contrato de Impacto Social, na Base de Dados SciELO.....	126
Quadro 12 – Representação detalhada da produção selecionada no periódico da RBP AE	131
Quadro 13 – Quantitativo de matrículas totais nas referidas dependências Administrativa entre os anos de 2015 a 2022. Representando o quantitativo de matrículas efetuadas nas três dependências administrativas: federal, estadual e privada.	126
Quadro 14 – demonstrando o quantitativo de matrículas nas seguintes etapas de escolarização: Ensino Infantil, Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio nos anos de 2015 à 2022.....	152
Quadro 15 – representando o quantitativo de docentes de 2015 a 2022 na Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio.	131
Quadro 16 – representa a quantidade de escolas do período de 2015 a 2022 na rede estadual de ensino de Mato Grosso.	154
Quadro 17 – Os seis pilares do Programa EducAÇÃO-10 anos.	168

Quadro 18 – Metas projetadas para elevar a média do IDEB de 2026 à 2032 no âmbito da rede estadual de ensino de Mato Grosso.	169
Quadro 19 – Níveis de Avaliação Educacional e Módulos do Programa Avalia/MT.....	170
Quadro 20 – Quantitativos de avaliações aplicadas nas escolas estaduais de Mato Grosso. .	171
Quadro 21 – Tipos de avaliações aplicadas na rede estadual de ensino de Mato Grosso.	172
Quadro 22 – Estrutura Organizacional da SEDUC/MT.	175
Quadro 23 – Apresentação das Diretorias Regionais de Mato Grosso e seus respectivos núcleos de atendimento.....	131
Quadro 24 – Composição e atribuições do Conselho Deliberativo e Fiscal de uma DRE.....	131
Quadro 25 – Estrutura Organizacional do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso.	190
Quadro 26 – Justificativas utilizadas pela SEDUCMT para implantar o Sistema Estruturado de Ensino em Mato Grosso.	200
Quadro 27 – Apresentação da fórmula de cálculo e significados das siglas utilizadas para o pagamento das metas atingidas na implantação do Sistema Estruturado de Ensino.....	204
Quadro 28 – Representação de metas atingidas nos referidos anos de 2021 a 2025 do Contrato de Impacto Social implantado na rede de ensino de Mato Grosso.....	204
Quadro 29 – Modelo de cálculo e valores das metas projetadas pelo CIS para o ano de 2021. .	208
Quadro 30 – Regimes de Contração de certame.....	209
Quadro 31 – Marco Regulatório para operacionalização do CIS no Brasil.	211
Quadro 32 – Representa o Indicador de Ensino e Aprendizagem das Avaliações Externas aplicadas nas referidas turmas da rede estadual de Mato Grosso.....	216

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantitativo de produções científicas por base de dados, filtros utilizados e trabalhos selecionados com o descritor “Privatização da Educação”	61
Tabela 2 - Quantitativo de produções científicas ano de indexação e por base de dados com o descritor “Privatização da educação”	62
Tabela 3 - Representação da pesquisa com o descritor: “Privatização da Educação” fonte e tipos de trabalho	107
Tabela 4 - Representação da pesquisa com o descritor: Fundação Getúlio Vargas na Educação fonte e tipos de trabalho.....	130

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantitativo de produções científicas por ano de indexação e por base de dados com o descritor “privatização da educação.	63
Gráfico 2 – Produções selecionadas na CAPES com o descritor “privatização da educação”..	106
Gráfico 3 – Quantitativo por fonte e tipos de produção	108
Gráfico 4 – Produções selecionadas na SciELO com o descritor “Privatização da Educação”	110
Gráfico 5 – Quantidade de produções localizadas na Revista FINEDUCA.....	116
Gráfico 6 – Quantitativo de produções inventariadas nas plataformas	125
Gráfico 7 – Quantitativos de matrículas de alunos nas referidas dependências administrativas entre os anos de 2015 e 2022.....	152
Gráfico 8 – quantitativo de matrículas nas etapas de ensino da educação infantil à educação superior entre os anos de 2015 a 2022.....	153
Gráfico 9 - Apresentando esses valores de unidades escolares por etapa de ensino.....	154

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1. PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA	30
1.1. Base Epistemológica da pesquisa	41
1.2. Procedimentos Metodológicos	48
1.3. Estado do Conhecimento sobre Privatização e Contrato de Impacto Social na Educação	57
2. O ESTADO NO CONTEXTO HEGEMÔNICO DE CONFLITO NEOLIBERAL E NEOCONSERVADOR E A PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO	64
2.1. O Estado no contexto de hegemonia do capital corporativo e financeiro e os direitos sociais no Brasil: turbulências nas relações entre Estado e o setor privado	79
2.2. Mapeamento da privatização em educação no Brasil, nas fontes CAPES, SciELO, FINEDUCA E RBPAE	94
2.3. Faces da privatização: o Contrato de Impacto social e a ingerência do setor privado na educação	132
3. CARACTERÍSTICA HISTÓRICA E ORGANIZACIONAL DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS E ATUAÇÃO NA ÁREA EDUCACIONAL	138
4. O ESTADO DE MATO GROSSO E O CONTRATO DE IMPACTO SOCIAL COM A FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS	149
4.1. Breve caracterização do Estado de Mato Grosso e da Rede Estadual de Educação	150
4.2. Organização e funcionamento da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso e Órgãos Gestores "Descentralizados"	174
4.3. Histórica, estrutura e funcionamento do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso	188
4.4. O papel do Fórum Estadual de Educação.....	192
4.5. Contrato de Impacto Social - uma nova modalidade de privatização da educação em Mato Grosso.....	194
4.6. A Fundação Getúlio Vargas e o contrato de impacto social: uma nova relação público-privada da nova governança	218
CONSIDERAÇÕES FINAIS	228
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	235

INTRODUÇÃO

Privatização
Privatizaram sua vida, seu trabalho, sua hora de amar e seu direito de pensar.
É da empresa privada o seu passo em frente, seu pão e seu salário.
E agora não contente querem privatizar o conhecimento, a sabedoria,
o pensamento, que só a humanidade pertence.
Bertold Brecht¹

Essa dissertação foi elaborada no âmbito do programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* em Educação (PPGEdu) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) Carlos Alberto Reys Maldonado do *Campus* de Cáceres na linha de pesquisa, Educação e Diversidade Formação de Professores, Políticas e Práticas Pedagógicas.

A pesquisa surgiu de questionamentos e indagações a partir da participação no grupo de estudo e pesquisa da professora doutora e coordenadora Marilda de Oliveira Costa da Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT, em que detalharei com maior precisão abaixo. A vivência escolar também trouxe algumas indagações, ou seja, com experiência de 17 anos de prática docente, pude observar e experienciar muitas situações no ambiente escolar. Ser educadora em um país que pouco valoriza os professores e que investimentos são bem limitados e mal distribuídos ou transferidos para setores privados gerenciar todo o sistema é desafiador. Nesse sentido, nosso interesse em analisar e compreender de que forma se materializou o Contrato de Impacto Social (CIS) na rede estadual de ensino público do estado de Mato Grosso, tem nos motivado muito a compreender essa nova ferramenta administrativa implantada e implementada na educação pública do estado.

Diante da busca de compreender melhor como a educação de Mato Grosso está caminhando e no desejo de analisar as novas nuances impostas, conquistei um espaço no grupo de estudo da Prof.^a Dra. Marilda de Oliveira Costa no ano de 2021. Desse modo, as leituras e estudos realizados pelo grupo contribuíram significativamente nas discussões e novos aprendizados. Todo o processo de busca de novos saberes foi valioso para que pudesse entender alguns conceitos como privatização da educação, políticas públicas, contrato de impacto social, neoliberalismo, neoconservadorismo dentre outros. Outro aspecto relevante nessa caminhada, foi a participação no Grupo de Estudos e Pesquisa em Estado, Política e

¹ BRECHT, Bertolt. Poemas 1913-1956. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Editora 34, 2000.

Gestão Educacional (GEPEPE), coordenado pela referida doutora que colaborou consideravelmente na compreensão e na definição do objeto de investigação.

Conseqüentemente, conquistamos uma vaga no curso de mestrado ofertado pela UNEMAT no ano de 2022 para entender melhor as mudanças que vem ocorrendo na rede pública de ensino do estado de Mato Grosso. E dessa forma, analisar e compreender todo o funcionamento e estrutura de um CIS que foi materializado na rede pública estadual de educação em Mato Grosso, tornou-se relevante. Portanto, o CIS é uma nova ferramenta administrativa pública, em que o estado designou de Sistema Estruturado de Ensino – SEE e que se estabeleceu a partir de 2021 em toda rede pública do estado, operacionalizado pela SEDUC/MT através de um consórcio com a FGV-DIAN.

Para fazer uma relação com meu objeto de pesquisa apresento minha trajetória pessoal e profissional, que reflete o caminho percorrido até a academia, porque sempre desejei o caminho da docência, e nesse aspecto apresentar quais foram os anseios que me levaram a essa profissão e o que pretendo com essa pesquisa. Apresento também de que forma esse trabalho pode auxiliar no processo de ensino aprendizagem e fazer diferença na sala de aula e na comunidade em que atuo, aperfeiçoando minha prática docente, além de avançar na produção do conhecimento que se faz importante.

Toda minha vida estudei em escola pública, onde conclui o ensino médio em 2000, deste então ingressei em um curso superior em licenciatura plena, por sempre apreciar a importância e valorosa missão que é ser educador. Sabemos que os desafios são muitos, porém ensinar, e estar nesse meio educacional com colegas e alunos, dividindo e compartilhando momentos e ensinamentos me deixa muito feliz e realizada.

Essa motivação me impulsionou a cursar a faculdade de Ciências biológicas por gostar muito da relação com a natureza e tudo que trata de meio ambiente, pois me preocupo com a qualidade de vida e o bem-estar do próximo e conseqüentemente do planeta. Formada em Ciências Biológicas pelo Centro Universitário de Várzea Grande – UNIVAG em 2004, especialista em Educação Ambiental pelo Instituto Cuiabano de Educação - ICE, e professora efetiva na rede estadual de ensino desde 2011 com experiência de 17 anos de docência. Neste caminho, atuo na educação básica e acredito que o percurso pessoal e profissional faça relação com a teoria do Materialismo Histórico Dialético, por estar sempre participando nas lutas sindicais, sendo representante atuante do Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de

Mato Grosso - SINTEP/MT, acredito em uma educação de qualidade e na valorização dos profissionais da educação.

Entendemos a sociedade como um conjunto de ação e reação pré-existente, que se relacionam com o sujeito, seu modo de pensar e agir, compreender de que forma a identidade de uma pessoa se constrói no convívio de uma comunidade, e como essa relação se manifesta de diferentes formas, em que cada pessoa se expresse dando sentido a sua vida. (WEBER 1905). É nesse contexto que se relaciona a pesquisa, buscando compreender os movimentos que levaram à construção dessa nova realidade, analisando como a educação no estado vem ocorrendo com a formalização do CIS.

Diante desse contexto, trago uma breve caracterização do estado de Mato Grosso. Este por sua vez encontra-se localizado geograficamente na região Centro-Oeste do país, é composto por 141 municípios que estão distribuídos em 18 regiões geográficas imediatas, que estão agrupadas em cinco regiões geográficas intermediárias, segundo a divisão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2017. Apresenta extensão territorial de 903.357,908 km², sendo o terceiro em dimensão no Brasil. A população é de 3,7 milhões de habitantes, teve um aumento de 6% segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022). A população residente é de 3.658.813 pessoas e a densidade geográfica é de 4,05 hab./km², dados do censo 2022.

Na área educacional o estado apresenta 670² escolas estaduais respectiva ao ano de 2023, que contabiliza 370.000 alunos atendidos na educação básica que compreende o ensino fundamental II (6º ao 9º ano) e ensino médio (1º ao 3º ano), dentre as modalidades Educação de Jovens e Adultos - EJA, Educação Especial, Educação Indígena e Quilombola. A rede estadual de ensino de Mato Grosso³, conta com cerca de 40 mil profissionais da educação, em que 24,3 mil são professores e os demais compreendem o corpo administrativo da secretaria de educação como os Técnico Administrativo em Educação (TAES). A SEDUC/MT é a mantenedora das escolas da rede pública estadual composta por órgãos descentralizadores como as Diretorias Regionais Educacionais (DRE), implantadas em 2022, por meio do Decreto nº 1293/2022 em substituição aos Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da

² SEDUC- Mapa Educacional Interativo, link: <https://www3.seduc.mt.gov.br/mapa-educacional>. Consulta realizada em: 22-09-2023.

³ <https://www3.seduc.mt.gov.br/>. Consulta realizada em 22-08-2023.

Educação Básica de Mato Grosso (CEFAPROS) e fazem parte dessa gestão, auxiliando as escolas na implementação da política educacional do estado.

A secretaria de educação de Mato Grosso, no início de 2023, sancionou a criação do Programa Educa MT, através do Decreto nº 1497, de 10 de outubro de 2022 que contemplam dentre as suas 30 políticas educacionais, o Regime de Colaboração com os municípios e o Alfabetiza MT. Nesse aspecto a operacionalização sobre a municipalização do ensino fundamental I (1º ao 5º) entra em curso. Esse acordo de transferência do Estado para os municípios sobre o reordenamento do ensino fundamental I, está trazendo algumas mudanças educacionais na rede pública do estado, dentre elas a superlotação de turmas, fechamento de escolas, transferência de prédios para os municípios, realocação de profissionais da educação.

Sobre as leis educacionais citamos a Lei Complementar nº 50, de 1º de outubro de 1998 que foi criada para dispor sobre a carreira dos Profissionais da Educação Básica de Mato Grosso. Ela foi alterada pela Lei Complementar nº 206, de 29 de dezembro de 2004. Essa alteração modificou a redação do art. 1º da Lei Complementar nº 50, que passou a vigorar com a seguinte redação: “Art. 1º Esta lei complementar cria a carreira dos Profissionais da Educação Básica de Mato Grosso, tendo por finalidade organizá-la, estruturá-la e estabelecer as normas sobre o regime jurídico de seu pessoal. O 3º artigo retrata que a carreira dos Profissionais da Educação Básica é constituído de 03 (três) cargos de carreira de provimento efetivo:

- a) Professor - composto das atribuições e atividades descritas no § 4º do art. 5º desta lei complementar;
- b) Técnico Administrativo Educacional - composto das atribuições e atividades descritas no art. 9º desta lei complementar;
- c) Apoio Administrativo Educacional - composto das atribuições e atividades descritas no artigo 9º desta lei complementar.

Notamos que os profissionais da educação básica do estado, estão organizados por categoria e por função que desempenha administrativamente ou pedagogicamente. Nesse caminho, destacamos que a Lei Complementar nº 756/2023, concede gratificação salarial aos profissionais da educação de acordo com o desempenho, eficiência e resultado, apresentado em detalhes na subseção 4.2.1 Essa ação faz parte do Plano EducAção-10 Anos, no âmbito do estado de Mato Grosso, apresenta como objetivo geral garantir o acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes com equidade; e nesse sentido fazer de Mato Grosso uma referência entre as cinco melhores redes de ensino público do país. Avançar na aprendizagem

dos alunos com base nos resultados em testes padronizados realizados pelo consórcio entre SEDUC e FGV - DIAN é uma das metas do programa da SEDUC/MT. Nesse âmbito temos a Gratificação por Resultado (GR), que será anual baseada em formação em serviço específica para professor, formação específica para gestores, técnicos, apoios administrativos educacionais, e demais servidores, ao cumprimento das metas, e desse modo, para o cálculo observará uma escala de 0 a 1000 pontos.

Portanto, a Gratificação Anual por Eficiência e Resultado (GR) será paga em parcela única anual, podendo ser recebida em até duas vezes o valor do subsídio da classe B e nível 1 do cargo de provimento efetivo de professor com regime de 30 horas semanais. A SEDUC⁴, visa efetivar o reconhecimento do trabalho e contribuição dos gestores e demais servidores que apresentarem bom desempenho nas atribuições, incentivando a formação continuada, a diminuição de percentual de absenteísmo, redução da evasão escolar e melhora dos índices de aprendizagem das unidades escolares.

Nesse panorama pesquisamos o CIS, que foi implantado e implementado pela secretaria de educação a partir de 2021 na educação básica pública do estado de Mato Grosso. Esse programa é composto de um pacote de medidas educacionais, incluindo a compra de apostilas, plataforma digital, aplicativo, formação profissional e avaliações. Esse Sistema Estruturado de Ensino na rede estadual de Mato Grosso se caracteriza⁵ pela atuação integrada em cinco eixos: adequação e produção de material didático, avaliações sistemáticas, formação continuada de educadores, implantação de plataforma educacional, e adoção da metodologia do Circuito de Gestão da Aprendizagem⁶. (FGV DGPE, 2022).

Portanto, esse Sistema Estruturado de Ensino, é composto por vários serviços educacionais como materiais pedagógicos (impresso e digital), visando o aprimoramento do desempenho educacional dos alunos na rede pública de ensino do estado. Esse pacote de serviços abrange diversas áreas do conhecimento com trabalhos especializados de capacitação

⁴ Governo do Estado publica decreto que regulamenta gratificação aos profissionais da educação, ação faz parte do Plano Educação-10 Anos, que busca evolução na aprendizagem dos alunos da rede estadual. Fonte: www3.seduc.mt.gov.br. Consultado em: 05-09-2023.

⁵ Governo firma contrato com a FGV e implementa método de ensino na rede estadual. A parceria com a instituição representa uma ferramenta inovadora que contribuirá para impactos sociais importantes na educação pública. Fonte: Governo firma contrato com a FGV e implementa método de ensino inovador na rede estadual | Gazeta Digital data: 10/12/2021

⁶ Mato Grosso: Indicador de Ensino e Aprendizagem cresce 18,9% no primeiro ano do Sistema Estruturado | FGV DGPE. Consulta realizada em 04 de abril de 2022.

dos profissionais da educação (*in loco*/plataforma digital), conforme quantitativo, especificações e demais informações constantes no Termo de Referência nº 0107/2020/SUEB.

Esse Sistema Estruturado de Ensino implementado pela SEDUC apresenta um pacote de serviços que incluem cursos/formações, que são ofertados pela “Escolas Conectadas” de forma online. São apresentados vários cursos educacionais com cronograma e carga horária estabelecida. Sendo assim, o “ProFuturo” é um programa global de educação da Fundação Telefônica Vivo e da Fundação Bancária “la Caixa”, que incentiva a formação a distância e o compartilhamento de conhecimento entre educadores por meio da plataforma “Escolas Conectadas”. Os cursos ofertados são distribuídos em duas modalidades, mediados e autoformativos, com cargas horárias e temas variados.

Todo esse panorama de mudanças relacionadas a educação, repercute no trabalho dos professores, pois as exigências em cumprir todas as horas dos cursos é grande. A “Escolas Conectadas”, através da parceria da Fundação Telefônica Vivo e Fundação “La Caixa” atuam de duas maneiras, a primeira é voltada para a formação de educadores, em que tem duas frentes de atuação no projeto: turmas abertas (oferecidas a qualquer educador, independentemente do componente curricular com que atue ou do nível de experiência) e turmas exclusivas (oferecidas em parceria com secretarias de educação que queiram incluir nossos cursos em seus programas de formação de professores)⁷.

Destacamos também a qualidade do aprendizado dos estudantes mato-grossenses, apresentamos o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) que traz referência ao indicador de aprendizado dos estudantes em nível nacional. Nesse caminho, o IDEB estabelece metas para melhorar a qualidade do ensino a nível nacional. Nos anos iniciais do ensino fundamental I de 2021, apresentou média de 5,5. Já para os anos finais do ensino fundamental II, representou-se 4,8 na média. Nota-se que houve um declínio na média relativo ao nível de escolaridade do ensino fundamental I para o II. Quanto ao ensino médio o índice dos estudantes foram de 3,7, sendo a meta estabelecida como 6.

Nessa breve caracterização do estado, observamos mudanças na área educacional, especificamente no período da pandemia em que pontuamos com maior ênfase logo abaixo. A relação entre o público e o privado acentuaram, através de contratação de plataformas digitais para as aulas remotas, como o Google Suite que é um conjunto de produtos do Google que

⁷ Home | Escolas Conectadas | Cursos Online Gratuitos para Educadores. Link: www.escolasconectadas.org.br. Acesso: 10 de maio de 2023.

oferece soluções corporativas como documentos, planilhas, e-mails, apresentações, agenda, Google Forms e Meet.

Sustentado em Ball e Yodell (2007), pode-se afirmar que a quantidade de contratos da SEDUC com o setor privado, há indícios de privatização endógena, exógena e da própria política educacional em Mato Grosso, em que o setor privado oferece serviços ao setor público, se apresentando em três dimensões, segundo Adrião (2018): privatização da oferta, privatização da gestão e privatização do currículo. E nesse aspecto a privatização da oferta educacional ocorre em três formas: financiamento público da oferta privada, crescimento da própria oferta privada e programas que financiem a escolha parental. A dimensão currículo inclui atores privados se responsabilizando por insumos, produção e coordenação das atividades pedagógicas. Quanto à dimensão gestão educacional, implica desde a adoção de metodologias privadas de gestão por parte do poder público, delegação de responsabilidades a atores privados, ou mesmo transferência da gestão (Adrião, 2018).

A relação da SEDUC/MT com o setor privado foi observada a partir de 2006. Porém em 2021 com a pandemia da Covid 19 se expandiu consideravelmente, ao ponto das escolas e Assessorias não mais realizar o seletivo para técnicos e professores interinos e substitutos para cargos vagos ou em substituição na rede. É tudo realizado pelo setor privado! A literatura aponta que em todo país há um direcionamento quanto a perspectiva da educação, com viés mercadológico em que empresários proporcionam propostas privatistas por meio de suas fundações e institutos, ou seja, por grupos neoliberais ou neoconservadores, como temos acompanhado nos últimos anos, a educação sendo disputada pelo mercado nacional e internacional.

Nesse sentido, contextualizar que a privatização da educação é um processo de expansão e fortalecimento, que vem ocorrendo em todo o país e inclusive em Mato Grosso, e que através da materialização do consórcio da Fundação Getúlio Vargas (FGV- DIAN), DIAN & SILVA Empreendimentos Educacionais e Editoriais LTDA Sociedade Consorciada e Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC-MT), se concretiza a assinatura do CIS em 2021. Essa relação entre o ente público e privado no estado de Mato Grosso é peculiar, ou seja, é o terceiro⁸ estado da federação a assinar um CIS.

⁸ O primeiro CIS foi no estado de São Paulo, na rede pública de educação. O segundo CIS foi implantado no estado do Ceará na área da saúde.

As relações entre o público e o privado tem se acentuando neste período particular do capitalismo, em que ocorrem redefinições do papel do Estado, com implicações para a democratização da educação (Peroni, 2021). Nesse sentido, a autora afirma que em suas pesquisas, principalmente as que analisam as parcerias entre instituições privadas e escolas públicas, foram verificados que o privado define o conteúdo do público, tanto nos aspectos de gestão quanto nos aspectos pedagógicos.

Com o capitalismo acentuado, o aumento do processo de mercantilização da educação está em curso exponencial no país, pesquisas de Adrião (2018) e Peroni (2018) têm demonstrado de forma efetiva esse processo no país. Esses elementos privatistas introduzidos na educação, podem também significar uma maior prescrição e diminuição da autonomia docente, em que o trabalho do professor fica sujeito a mudanças e interferências externas, prejudicando assim o fazer pedagógico dentro da escola. A literatura aponta que o sistema privado, pela grande força que tem no atual processo de correlação de forças, influenciou muito na definição do currículo nacional, como a construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as parcerias com entes privadas do país como exemplo, o Instituto Natura, Fundação Lemann, Instituto Ayrton Senna dentre outros; formando grandes grupos constituídos de atores privados que fazem parte das discussões e interferências no rumo das políticas públicas educacionais. Essas instituições se articulam, visando promover mudanças na educação do país, especialmente no currículo⁹ e avaliação, conseqüentemente na formação docente, entre outros.

Não se trata de uma contraposição entre Estado e Sociedade civil, pois vivemos em uma sociedade de classes em que sociedade civil e Estado são perpassados por interesses mercantis. Wood (2014, p. 28), aponta “o poder econômico do capital não pode existir sem apoio da força extraeconômica; a força extraeconômica é hoje tal como antes, oferecida primeiramente pelo Estado”. A partir dessa concepção Peroni (2015), afirma em suas pesquisas que a sociedade civil mercantil e o privado estão vinculados. Para Ball e Olmedo (2013, p. 41), “redes dentro de redes [...]. Esses são canais para a promoção de políticas e as ideias delineadas [...] se formam e são colocadas em prática”, como temos vivenciado nos últimos tempos.

Sabemos que a democracia é um fundamento importantíssimo no ambiente educacional, que também é entendida como materialização da educação pública. Porém, em um ambiente educacional onde não há diálogo com os pares, que são os verdadeiros sujeitos do

⁹ Adotar uma Base Nacional Comum Curricular- BNCC era um passo fundamental para promover a equidade educacional e o alinhamento do sistema educacional brasileiro. [Base Nacional Comum Curricular - Educação é a Base \(mec.gov.br\)](https://www.mec.gov.br/bncc) Data: 06/02/2023

processo educacional e social, não há muito que se esperar. Haja visto, que está havendo muitas imposições e deliberações do poder público à escola. Percebemos que há um longo caminho e questionamos as implicações da privatização e subsequente a mercantilização do ensino público nesse processo. Contudo, a democracia é compreendida como a materialização de direitos em políticas coletivamente construídas na autocrítica da prática social (Peroni, 2013). Destarte a mercantilização da educação pública não é uma abstração, mas ocorre via sujeitos e processos. Nesse panorama, Ball e Jussemann (2012) denominam endoprivatização (endógena), exoprivatização (exógena) e privatização da própria política pública, que segue conceituadas na sequência.

A literatura aponta que o chamado “edunegócio” tem apresentado atores que apenas visam lucro, como exemplo citamos a multinacional Pearson. Esses atores refletem no debate político educacional à nível global, e nesse contexto vão determinando as problemáticas educacionais e conseqüentemente geram um mercado para seus produtos e serviços como forma de solução. (Robertson; Verger, 2012).

Nesse contexto, Ball e Youdell (2007) trazem a categorização da privatização, que subdividem em endógenas, exógenas e da própria política educativa. A privatização endógena traz a lógica privada para o interior do setor público, desse modo, entende-se o funcionamento de centros de ensino-aprendizagem como empresas. Assim, parte da premissa de resultados, que geram competição entre toda a rede educacional, o que supostamente elevaria a qualidade do ensino aprendizagem. E nessa perspectiva todos os profissionais envolvidos estão sujeitos à lógica de mercado que estimula a individualização, competição e ranqueamento. A privatização exógena é aquela em que o setor público permite que o setor privado assuma tarefas até então executadas pelo Estado.

Essa privatização, a exógena, se dá pela integração do setor privado nos centros públicos de educação, que traduz em compra de materiais didáticos, na elaboração do currículo, introduzindo suas propostas na formação e cursos dos professores. Nesse caminho atuam também no desenvolvimento, aplicação e processamento de provas standardizadas, fechando o pacote completo de serviços.

Há também a privatização da própria política educativa, nomeado pelos autores como “governança corporativa” com a consolidação de atores do setor privado influenciando cada vez mais o debate e as próprias políticas educativas, tanto em âmbito internacional como

nacional. Esse fenômeno se dá de forma direta ou indireta de representantes do setor privado e da indústria na educação, definindo a agenda pública educativa.

Essa é uma relação em que a rede pública e privada negocia uma nova gestão pública educacional, ou seja, um arranjo envolvendo a SEDUC-MT e a FGV que firmam um consórcio de contrato de impacto social na rede estadual de ensino público de Mato Grosso. Esse momento histórico e inovador no estado ocorre em dezembro de 2021, momento em que todo país estava passando por uma adversidade sem precedentes - a pandemia da Covid-19, e que muitas vidas foram ceifadas, trazendo muitos problemas em várias esferas sociais dentre algumas: setores políticos, econômicos, de segurança, saúde e educação, transformando e prejudicando muitas vidas. Nesse momento, houve a assinatura de um importante documento administrativo que apresentava muitas mudanças na rede pública de ensino do estado.

Contudo, por várias razões, dentre elas a econômica, prevalecendo-se nesse mundo do “edunegócio” – termo que tem sido utilizado para referir a influência de atores que almejam objetivamente o lucro, em que ocorre a comercialização específica da educação. Adrião e Garcia (2015), apresentam que as soluções neoliberais com esforço de generalização da lógica capitalista de gestão do interior da escola não contribuem para a qualidade da educação pública.

E nesse âmbito a educação tem sido selecionada pela maioria dos empresários para nortear suas ações de responsabilidade social. Neves (2005), explica que tal fenômeno político é resultante de uma nova pedagogia da hegemonia, inspirada no projeto de atualização da agenda da social-democracia no mundo, denominado de neoliberalismo da Terceira Via. Desta forma, não se opõem ao Estado, alterando sua cultura organizacional, alcançando que o Estado utilize suas estratégias empresariais e gerencialistas, tais como: a flexibilidade, inovação, eficiência e eficácia, isto é, incorporação restrita aos valores do mercado. No entanto, observa-se que no estado de Mato Grosso, através da SEDUC e FGV-DIAN, ocorre a materialização da privatização na rede pública de ensino via consórcio.

Sendo assim, o CIS é um contrato assinado entre o setor público e o privado, estruturado para resultado social positivo. Nesse contexto, os autores Robertson e Verger (2012) afirmam que o CIS abre uma grande oportunidade de mercado engendrando e influenciando as políticas públicas educacionais. Sabemos que a educação vem passando por grandes mudanças e compreender seus efeitos na comunidade escolar se faz pertinente. O CIS, conhecido internacionalmente como *Social Impact Bonds* (SIB), surge no contexto de movimento dos governos em buscar alternativas inovadoras capazes de atingir resultados sociais eficientes.

Nesse contexto, o setor público e privado foca na entrega de resultados em intervenções sociais satisfatórias. Na estrutura do CIS, a administração pública não paga a priori para que particulares (terceiro setor), promovam ações de impacto social, nesse aspecto, o financiamento inicial é feito por investidores privados que só serão reembolsados posteriormente a partir dos resultados acordados serem satisfatórios. O primeiro CIS, foi anunciado em 2010 pelo Ministério da Justiça do Reino Unido, seu objetivo era a redução do número de reincidentes entre os prisioneiros soltos na Prisão de Peterborough, denominado como projeto piloto à nível mundial. A ferramenta surgiu na Inglaterra e alcançou êxito em diversos países. Atualmente¹⁰, já foram lançados mais de 90 CIS's ao redor do mundo, além de mais de 70 que estão em processo de estruturação. Desses 70, três experiências foram implantadas e implementadas no Brasil em diferentes setores, como na saúde, social e educação.

No Brasil o primeiro CIS ocorre na rede pública de ensino do estado de São Paulo no ano de 2018, que tem objetivo de diminuir a evasão e repetência escolar de alunos do ensino médio. O contrato representava 54 (cinquenta e quatro meses) e abrangeria 61 (sessenta e uma) unidades escolares. O segundo CIS se dá no Ceará, na área da saúde, onde o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Governo do Estado do Ceará assinaram um contrato para financiar a segunda fase do Programa de Expansão e Melhoria da Assistência Especializada à Saúde no Estado do Ceará (PROEXMAES II). A meta do programa é cooperar para a melhoria das condições de saúde da população do Ceará, agregando mais qualidades nos serviços e melhoria do desempenho do Sistema Único de Saúde (SUS) do estado. Já o terceiro CIS ocorre em Mato Grosso na rede de ensino pública de educação do estado, para alavancar a qualidade de ensino nas escolas da rede, melhorando a qualidade do ensino, visando o aumento dos índices nas avaliações externas.

Para Cássio et al. (2018) o CIS é um avanço no cenário da privatização da educação. Isso ocorre porque o CIS incorpora agentes financeiros que buscam lucrar com intervenções de “impacto social” nas redes de ensino público. Esses agentes, em uma nova forma de jogo financeiro, apostam contra o Estado. O retorno do investimento no projeto depende diretamente da diferença de desempenho entre as escolas que participam do CIS (grupo de tratamento) e as que não participam (grupo de controle). Isso implica que haverá escolas participantes e não participantes do CIS na educação, permitindo a comparação dos resultados obtidos. Em geral, esses resultados são medidos por um método comparativo, associado a testes estatísticos para

¹⁰ Contratos de Impacto Social: os desafios e um passo-a-passo para implementá-los - CLP - Centro de Liderança Pública. Link: <https://www.clp.org.br/contratos-de-impacto-social-ead3/> Acesso: 12 agosto de 2023.

detectar o impacto do contrato. Existem também exemplos de medição baseados em dados históricos ou outros métodos mais diretos de monitoramento de indicadores.

Importante destacar o impacto do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) na qualidade de ensino na escola pública, sendo um programa de política educacional e aporte financeiro considerável, sendo igualmente representativo ao número de estudantes da rede pública que recebem este material. Sobre o material didático ofertado a todas as escolas públicas do Brasil através do PNLD, esse programa foi criado em 1929 e inserido numa política educacional do país redemocratizado. Outro item que merece discussão é que esse material enviado às escolas, são analisados pelos docentes por área do conhecimento, destacando o currículo, num diálogo como os documentos curriculares oficiais. Portanto, de um programa de largo alcance, que mobiliza vultosos recursos e atinge um contingente expressivo de sujeitos da comunidade escolar: alunos, professores, gestores e famílias. Trata-se, ainda, de uma estratégia de amparo à política educacional de caráter obrigatório, prevista no Artigo 208, Inciso VII, da Constituição Federal de 1988, nestes termos: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de [...] atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (Brasil, 1988, s. p.). Pontuamos que o livro didático se caracteriza como produto de uma indústria cultural que reproduz determinados valores e conhecimentos e está inserido em uma política que determina seu papel em nosso sistema educacional. Portanto, os livros didáticos não estão sendo distribuídos nas escolas estaduais do estado, pois através do CIS, interromperam o envio, para tanto, na rede estadual foi implantando o Sistema Estruturado de Ensino que compreende a oferta de apostilas bimestrais para todos os estudantes.

Nesse viés a educação está sendo gerida com olhar de eficiência e produtividade, assim o retorno sobre o investimento é priorizado. A operacionalização do consórcio firmado entre Seduc e FGV, em formato de um CIS apresenta o Sistema Estruturado de Ensino, conforme comentado acima e o Programa “Educação-10 anos” é mais um braço desse sistema educacional que afirma a gestão gerencial implantada no estado. Compreendemos que a educação precisa ser considerada na sua integridade, completude e subjetividade onde o espaço escolar precisa ser respeitado, pois há uma dinamicidade na construção dos saberes. A comunidade escolar precisa se sentir acolhida, pertencente e valorizada nesse ambiente educativo, que sejam tratados como seres humanos, repletos de subjetividades em que sua individualidade seja acolhida, e não como produto de trabalho pertencente à uma classe trabalhadora apenas.

Diante do exposto organizou-se o estudo tendo na primeira seção denominada introdução, um breve comentário sobre o tema, caracterizando a função do Estado e as novas redefinições de suas funções a partir da lógica mercantil que se intensificou no mundo e no nosso país. E assim, entender o processo de privatização da educação e quais fatores levaram a aplicação de ideologias neoliberais e neoconservadoras no campo educacional e como essas situações afetam a educação no Brasil. Nesse sentido, buscamos compreender como a privatização da educação no estado, materializado pela SEDUC-MT através do consórcio FGV-DIAN, ocorre a assinatura de um CIS que tem cinco anos de duração, com início em 2021 e término previsto para 2025.

Na segunda seção traçamos um percurso epistemológico e quais foram os procedimentos metodológicos da pesquisa, elencando as fontes de consulta, e fundamentos teóricos que embasaram este trabalho. Pontuamos também sobre o estado do conhecimento sobre privatização e o CIS.

Na terceira seção, discutimos o Estado no contexto hegemônico de conflitos neoliberal e neoconservador, conflitos esses que são tensões e disputas que ocorrem entre diferentes entidades capitalistas, como empresas e instituições que apresentam interesses em comuns e operam dentro do sistema capitalista. Para além, a inferência neoliberal para as políticas públicas educacionais, refletindo sob a perspectiva da privatização da educação, apresentando as dimensões e como se configura esse processo no âmbito escolar. E deste modo, buscamos analisar o CIS como uma faceta da privatização que está ocorrendo em Mato Grosso.

A terceira seção aborda o Estado no contexto hegemônico de neoliberal e neoconservador juntamente com a privatização da educação. Apresentamos também o mapeamento nas fontes consultadas da CAPES, SciELO, FINEDUCA e RBPAE, para dessa maneira compreender com mais precisão o objeto da pesquisa, como está sendo discutido, quais atores da literatura brasileira foram mais utilizados.

Nesse caminho, na quarta seção a discussão pautará as características históricas e organizacionais da FGV, bem como sua atuação na área educacional, compreendendo melhor o consórcio e a materialização do CIS na rede pública do estado. Abordamos uma breve caracterização do estado de Mato Grosso, a rede estadual de ensino, associando a trajetória de organização e estruturação da Seduc e órgãos gestores “descentralizados” como as DREs. Para tanto, se fez necessário elencar a história, estrutura o funcionamento do Conselho Estadual de Educação (CEE-MT), como foi criado, sua trajetória, e a estruturação e funcionamento do Fórum Estadual de Educação, bem como as características das políticas educacionais da rede

estadual de educação a partir de 2015 exemplificando a relação entre o público e o privado e o processo de reconfiguração da educação baseada nos marcos do mercado.

Por fim, uma análise minuciosa do CIS e suas consequências para o ensino público identificando como ocorreu a materialização dessa ferramenta administrativa na rede estadual de ensino público do estado, analisando o impacto que esse novo instrumento administrativo implica na educação escolar. Haja visto que um CIS em sua estrutura e execução estabelece metas e projeções de intervenções (sociais, econômicas, de segurança, saúde e educação) isto é, independe qual o setor que se desenvolva esse contrato, o objetivo maior é minimizar os problemas sociais ali encontrados. E nesse caminho o recebimento do valor investido nesse contrato está atrelado a um retorno positivo, que ao atingir as metas projetadas e caso estas sejam satisfatórias, e que realmente apresentaram um impacto social assertivo, poderão receber os valores estabelecidos no contrato. E nesse contexto, identificamos os documentos que tratam do referido consórcio, o edital do Contrato, regulamentação e todos os instrumentos e registros documentais que foram executados para que esse certame pudesse ser concretizado na rede estadual pública de educação de MT.

Na quinta seção apresentamos as análises dos dados obtidos, toda a historicidade, estrutura e implicações desse fenômeno implantado na educação do estado materializado como CIS. Destacamos sua estrutura e funcionamento, um estudo criterioso do contrato foi realizado para que assim, pudéssemos compreender melhor seu arranjo, estrutura e implicações, identificando também os valores acordados entre o contratado e contratante do Contrato de Impacto Social ocorrido entre SEDUC e FGV- DIAN. De que forma ocorreu essa nova estratégia de gestão pública e como se efetivou esse modelo de ensino ofertado nas escolas estaduais do estado como Sistema Estruturado de Ensino no estado de Mato Grosso.

Nesse âmbito educacional analisamos as implicações do consórcio realizado entre SEDUC/MT e FGV-DIAN, como ocorreu o processo licitatório, os valores, as inferências do CIS na rede pública de Mato Grosso e de que forma se operacionalizou o Sistema Estruturado de Ensino, como modificou e alterou o trabalho docente.

1. PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA

O ponto de partida da pesquisa, se dá na interação e vivência com o objeto investigado, a experiência na prática se configura como realidade concreta materializando-se no cotidiano. Para compreendê-la de forma clara é preciso analisar os meios em que se destacam, as razões, toda a historicidade, e nesse sentido levantar discussões, reflexões, hipóteses, respostas, dados oficiais que a pesquisa proporciona. Desse modo, a práxis se faz na dialética das contradições, apurando as aparências e a essência muitas vezes oculta, que para Chasin (2009, p. 100):

[...] o ser social é duplamente ativo porque antecipa no pensamento o resultado a que deseja chegar e, ao final do processo, molda o objeto segundo suas necessidades. Esse complexo confirma o conhecimento, ou seja, o ato prático imprime sobre a subjetividade um duplo dinamismo: por um lado, a teleologia, por meio de uma subjetividade proponente; por outro lado, exercita a capacidade cognitiva por meio de uma subjetividade receptora. Por isso, no marxismo, o ponto de partida do pensamento, a atividade ideal, é, necessariamente, uma atividade social.

Nesse cenário que vivenciamos das novas conjunturas políticas, sociais, econômicas e da intensa financeirização da educação, Kosik (1995) elucida que a realidade só pode ser apreendida a partir de si e, portanto, o ponto de partida deve coincidir com o resultado, pois a consciência sobre a realidade concreta forma uma unidade indissociável de objetividade e subjetividade, que é ao mesmo tempo reflexão e projeção. Sendo assim, Gil (1995, p. 27) afirma que “pode-se definir método como caminho para se chegar a um determinado fim”.

Para tanto, partimos do método fundamentado no Materialismo Histórico-Dialético (MHD) para traçar o caminho da pesquisa. Nesse sentido, corroboramos com Marconi e Lakatos (2010, p. 62) ao afirmarem que “o conhecimento científico é real (factual) porque lida com ocorrência ou fatos”. Compreendemos que o MHD parte desse pressuposto que para reconstruir o movimento do objeto, em todas as suas possibilidades, que corresponde ao mesmo processo histórico do desenvolvimento do objeto que pode partir de um ponto simples e vai tornando complexo, e vice-versa também é uma relação de mudanças, transformações, de muita discussão, de uma verdadeira dialética na busca do conhecimento e da compreensão da realidade concreta. Outrossim, esse movimento de trilhar um caminho estabelecido, utilizar-se de ferramentas e técnicas para inventariar os documentos necessários se faz importante nesse processo de construção da pesquisa.

E nesse princípio, a dimensão epistemológica do conhecimento científico permite a humanidade organizar-se em relação ao conhecimento da realidade natural e social. Portanto, a realidade se constitui historicamente e socialmente por meio da atividade prática realizada pelo conjunto dos homens. Isso sugere que a realidade é moldada pelas ações humanas ao longo do tempo e é influenciada pelas relações sociais. Nesta está subsumida a dimensão ontológica dessa mesma realidade, aquela que permite explicitar no que ela é verdadeira, constituindo-se histórica e socialmente por meio da própria atividade prática realizada pelo conjunto dos homens (Netto, 2011).

Contudo, determinado pressuposto traz duas importantes características, indicada pelos autores: Lukács (1967), Pinto (1979), Marx e Engels (2007) e a primeira característica apresenta que os objetos e fenômenos do real possuem uma existência objetiva, isto é, considerar e reconhecer a objetividade da realidade. Assim, a despeito do conhecimento e da consciência humana, os elementos constituintes da prática social existem, são reais e possuem uma estrutura e dinâmica interna de funcionamento efetivo a qual pode ser apreendida pela consciência humana por meio, precipuamente, da atividade de investigação científica, e assim, perpassando a necessidade da ciência na prática.

Os pressupostos aqui apresentados e discutidos à luz do método MHD, parte de uma perspectiva que a investigação científica é de importância significativa para as investigações em educação. Marx e Engels (2007), assinalam a atividade científica como essencialmente teórica, isto é, é a reprodução ideal da ordem do pensamento dos objetos e fenômenos da realidade em seu movimento real. Nesse caminho, a reprodução do objeto em pensamento não deve ser compreendida como um reflexo, ou como um espelho que reflete apenas a imagem projetada, mas sim como processualidade histórica e dinâmica, isto é, o desenvolvimento de todo o processo.

Nesse sentido, a investigação sobre o social deve levar em consideração o constante movimento dos objetos e dos fenômenos em seu devir, sendo assim, analisar, refletir e compreender todos os movimentos, as mudanças que estejam ocorrendo, sempre levando em consideração a herança hegeliana de que ser é vir-a-ser, ou seja, o devir, a mudança a transformação, como se constitui o pensamento, os fenômenos, a relação do sujeito com o objeto investigado, dando atenção principal ao desenvolvimento dos acontecimentos - o movimento na prática social. “Se a realidade está sempre vindo a ser é porque ela nunca é definitivamente. Por outro lado, a realidade vem a ser porque parte de algo que se posiciona

como o que ela não é, mas que também é enquanto existência que é negada, abandonada, deixada para trás.” (Novelli, 2001, p. 69).

Importa pontuar a efetiva dissimilitude entre a aparência e a essência dos processos do real, como sinalizou Marx (2008), ao asseverar que se a aparência das coisas se confundisse com sua essência, toda ciência seria supérflua. Desse modo, é que se depreende um caminho de investigação de superação do nível empírico ao nível concreto do real, que será possível para esse método de pesquisa por meio da investigação e da abstração do pensamento do pesquisador.

O MHD busca compreender a realidade social e histórica por meio da análise das relações materiais e das contradições presentes na sociedade. De acordo com essa abordagem, o conhecimento científico é construído a partir da prática social humana e está em constante evolução, sujeito a mudanças à medida que novas informações são descobertas. Portanto, compreendemos que a lógica formal seja imprescindível para identificar cada elemento da realidade em suas características particulares e classificá-las conforme parâmetros e princípios intrínsecos à construção de conhecimento. Essa, não viabiliza apreender relações e mediações dos diversos elementos do real, considerado uma organização lógica-formal dos elementos do real, sem movimento e sem desenvolvimento. Nesse caminho, Marx (2011) afirma que o verdadeiro caminho do conhecimento científico é o que se dá por meio da ascensão do abstrato em direção ao concreto.

Para o MHD, ascender do abstrato ao concreto significa apreender o conjunto das conexões e relações dos diferentes elementos que compõem a totalidade de um objeto ou fenômeno. Assim, captar as relações entre as diferentes determinações mais simples às quais se constituem como unidade mínima de análise e que possibilitam explicar o objeto investigado na sua totalidade, num movimento lógico dialético que vai do todo às partes e das partes ao todo constantemente (Kosik, 2011).

A concepção materialista denota um conhecimento sobre categorias como: reprodução, totalidade, contradição, hegemonia que transcende uma reflexão teórica gerando possibilidades de uma transformação social. Nesse sentido, a categoria contradição é divergente a linearidade que prevaleceu historicamente dentro da ciência, sendo entendida como o movimento produzido na própria história, onde as forças opostas se confrontam e geram mudanças. Essa categoria é usada para analisar a realidade e entender como os seres humanos interagem com o mundo ao seu redor, levando em consideração as condições materiais de

existência e os condicionantes históricos. A categoria mediação compreende que o homem é o autor da intervenção do real, logo mediador das relações sociais. Para a categoria de reprodução o enfoque é mostrar que o modo de produção capitalista prevalece, mantendo-se, reproduzindo-se nessa própria estrutura dominante. Já na categoria de hegemonia a concepção é de que a sociedade é hegemônica, caracterizada por um grupo dominante sobre os demais, via processos envolvendo a política, a economia, a cultura, a educação etc. Quanto à categoria de totalidade compreende que é necessário conhecer o todo para entender a particularidade, pois a particularidade faz parte do conjunto (Cury, 1986).

Desse modo Cury (1986) representa de forma clara e objetiva as categorias do MHD. A categoria de contradição rebate a concepção de linearidade, pois parte do entendimento de que nada existe em permanência e, portanto, toda realidade é passível de superação. A categoria de totalidade busca a conexão dos aspectos particulares com o contexto social mais amplo que produz as contradições. A categoria de mediação parte do pressuposto que o homem é mediador das relações sociais e, portanto, agente para intervenção no real. A categoria de reprodução aponta para o fato de que o modo de produção capitalista para se manter, tende a se reproduzir, mesmo que com pequenas mudanças que não chegam a ser estruturais, mas apenas adaptativas a este modo de produção. A categoria de hegemonia entende que a ideologia da classe dominante e sua concepção de sociedade, de valores e de relações sociais devem ser reproduzidas a ponto de que estas ideais de sociedade sejam um consenso entre os cidadãos. (Cury, 1986, p. 23-26).

Discutimos aqui os princípios gerais da dialética materialista e suas relações com as categorias de análise do objeto investigado. Sob a ótica do MHD existe uma separação precisa entre o que é da ordem da realidade, daquilo que de fato é propriedade do objeto estudado, daquilo que é da ordem do pensamento, aquilo que se compõe como o conhecimento exercido pelo sujeito pesquisador.

O contributo do MHD para a pesquisa é valioso, pois o conjunto de determinações do objeto, não ocorre e não revela de forma imediata e efetiva. É necessário retirar do objeto as suas determinações, pois são constituintes dele e só podem ser obtidas e representadas em pensamento por meio do processo de abstração analítica do pesquisador que tem como instrumentos as categorias de análises e os conceitos consolidados. Nota-se que o conhecimento científico, demanda considerar a herança alcançada pelo método MHD, sob a via da teoria, de captar o abstrato, e a realidade concreta, Martins e Lavoura (2018) consideram:

Desse legado destacamos, primeiramente, o fato de que este método supera as dicotomias quantitativo x qualitativo, subjetividade x objetividade, individual x social, indução x dedução e outras, por entender que nelas subjaz um questionamento acerca da possibilidade de construção do conhecimento racional e objetivo da realidade humana em sua complexidade e totalidade (Martins e Lavoura, 2018, p. 229).

Contudo, a atividade teórica por si mesma em nada altera a existência concreta do fenômeno. A alteração apenas se revela possível quando a atividade teórica orienta a intervenção prática transformadora da realidade, sendo sua função precípua. Para Lukács (1968), nos nexos existentes entre singular-particular-universal reside o fundamento que sustenta uma autêntica e verdadeira aproximação e compreensão da realidade. Em sua expressão singular, o fenômeno revela o que ele é em sua imediaticidade, sendo indiscutivelmente o ponto de partida da construção do conhecimento; em sua expressão universal revela sua complexidade, suas conexões internas, as leis de seu movimento e evolução, enfim, a sua totalidade histórico-social.

Nesse sentido, Oliveira (2005) alerta para a importância de se caracterizar a relação singular-particular-universal no âmbito da investigação científica, afirmando-a como requisito para a compreensão do objeto em suas múltiplas relações e, acima de tudo, para a superação das falsas dicotomias, muito presentes nas ciências humanas. Se preterida a função mediadora da particularidade, as relações acabam sendo consideradas na centralidade de polos aparentemente dicotômicos, perdendo-se de vista as formas pelas quais ocorre a “concretização da universalidade no vir-a-ser da singularidade, mediada pela particularidade” (Idem, p. 46).

Nesse caminho, discutimos sobre o MHD como método a serviço da construção do conhecimento acerca da realidade concreta do objeto que propomos investigar. Assim posto, Cury (2000), afirma a importância de um trabalho educacional, centrado na perspectiva teórico-metodológica, e que este seja sempre direcionado a uma pedagogia crítica e democrática. Desta maneira, o método mencionado tem a prática social como parâmetro precursor na construção do conhecimento, tornando a negação da lógica formal parte constituinte da lógica dialética.

Podemos então relacionar esse argumento epistemológico do materialismo histórico-dialético de Marx, com a financeirização econômica e as possíveis relações do mercado com a privatização da educação, possibilitada pela mercantilização que foi tornada possível com a introdução de mecanismos de mercado na gestão pública. A Nova Gestão Pública, também conhecida por novo Gerencialismo, encontra-se na origem das reformas neoliberais e

neoconservadoras, cuja consequência mais visível é a interferência nas tomadas de decisões, influenciando as políticas públicas educacionais.

Pautado no aporte teórico do MHD que traçamos o caminho metodológico da pesquisa nos reportamos a pesquisa bibliográfica e documental para entender o que as pesquisas já realizadas podem nos mostrar quanto ao objeto investigado, ou também apresentar possíveis lacunas que ainda não foram analisadas com profundidade. Esses materiais inventariados foram pesquisados em fontes oficiais e acadêmicas como o sítio eletrônico do Portal Transparência de Mato Grosso, o IBGE, da SEDUC, dos periódicos e revistas como SciELO, Fineduca, RBPAE e o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

Todas essas fontes foram de extrema relevância para a investigação científica e trouxeram dados relevantes para a análise. Nesse âmbito de método, técnicas e instrumentos nos reportamos à Fonseca que afirma:

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos, artigos científicos, páginas da web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. (Fonseca, 2002, p. 32).

De acordo com Tasca et al. (2010), a análise do contexto, a definição de um problema e das questões direcionadas dão início ao processo de pesquisa científica, motivando assim os pesquisadores a procurarem informações sobre determinada temática em bases bibliográficas.

Esse caminho foi percorrido através de um balanço de produção que iniciou no ano de 2022 no segundo semestre e encerrou em 2023 no primeiro semestre. Haja vista que os descritores para pesquisa foram: Privatização da Educação, Contrato de Impacto Social (CIS) e FGV-DIAN e Educação Básica. Foram inseridos critérios de inclusão e exclusão na pesquisa para que o caminho seja criterioso e fidedigno.

Tal a importância do balanço de produção para uma investigação científica, nos fundamentamos em Beaud e Pialoux (2009) que afirmam a importância desse estudo como uma espécie de lente de aumento que busca analisar em profundidade uma determinada situação, destacando suas singularidades. Esse é um dos motivos de utilizar esse instrumento como base na construção de nossa produção.

A busca por referencial teórico foi considerável na construção dos conceitos, colaborando com as definições e compreensão do processo investigado. Para tanto recorreremos

a conceitos e referências que abrangem definições de: Neoliberalismo, Neoconservadorismo, Capitalismo, Plano Diretor da Reforma do Estado, Privatização da educação, Meritocracia e Contrato de Impacto Social. O quadro abaixo representa de forma sintética os principais autores e conceitos utilizados na pesquisa e a contribuição na compreensão da escrita. Contudo, o quadro abaixo apresenta conceitos de privatização da educação, relação público privado, reforma do estado, capitalismo e contrato de impacto social. Como critério de organização iremos considerar o ano de publicação das produções.

Quadro 1 – Alguns autores que contribuíram no referencial teórico:

Autor	Conceitos
Wood (1999)	Capitalismo
Bresser-Pereira (2001)	Reforma do Estado
Belfield e Levin (2004)	Privatização Educativa
Harvey (2007)	Capitalismo
Costa (2009),	Privatização da Educação Relação Público- Privado Nova Gestão Pública
Ball (2013)	Privatização da educação
Mészáros (2015)	Capitalismo
Adrião (2016)	Privatização da Educação
Pinto (2016)	Privatização da Educação
Garcia (2017)	Privatização da Educação
Rikowski (2017)	Privatização da Educação
Ravitch, 2017	Reforma do Estado
Costa (2018)	Privatização da Educação Relação Público- Privado Nova Gestão Pública
Borghetti (2018)	Privatização da Educação
Araújo (2018)	Contrato de Impacto Social
Cássio, Goulart e Ximenes (2018)	Contrato de Impacto Social
Ribeiro (2018)	Contrato de Impacto Social
Peroni (2020)	Privatização da Educação Relação entre o Público e o Privado
Costa (2021)	Privatização da Educação Relação Público- Privado Nova Gestão Pública
Sancho, Christopoulos, Mello e Matos (2022)	Contrato de Impacto Social

Fonte: Elaborado por Silva (2023).

O quadro acima, aborda as principais referências utilizadas no aporte teórico da pesquisa. Dentre eles citamos de forma breve Belfield e Levin (2004), Ball (2013), Peroni (2020), Adrião (2016), Costa (2009, 2018, 2021) com o tema privatização da educação e relação público-privada. Para fundamentar a construção do texto sobre capitalismo, apoiamos-nos em

Mészáros, Wood e Harvey. Quanto ao CIS, se buscou referencial em Ribeiro, Sancho Mello, Mato e Araújo. Recorremos também a documentos oficiais e normas vigentes tais como: Constituição Federal de 1988, PDRAE, LDB, Leis Complementares e a Lei que regulamenta a Parceria Público-Privada (PPP). Abaixo quadro apresentando leis brasileiras que tratam da relação público-privado:

Quadro 2 – Apresentação das leis brasileiras que regulamentam a relação entre o público e o privado:

Lei	Descrição
Lei nº 9.394/1996	Participação das instituições privadas na educação básica do ensino brasileiro.
Emenda Constitucional nº19/1998	Incorpora a descentralização, ampliação e expansão do capitalismo e a possibilidade à participação do setor privado no espaço público
Lei nº 9367/1998	Regulamenta a Organização Social (OS)-Terceiro Setor
Lei nº 11.079/2004	Institui normas gerais de contratação de parceria público- privado no âmbito da administração pública.
Lei nº 11.079/2004	Marco Regulatório viabiliza licitação e contratação de parceria público-privada
Plano Nacional de Educação/2014	Aprova o PIB para 10% beneficiando os Lobbys com transferência e recursos para o privado.
Lei nº 13019/2014	A lei define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com as organizações da sociedade civil e institui o termo de colaboração e o termo de fomento.
Lei nº 13204/2015	Apresenta termo de colaboração, corporação e fomento além dos requisitos jurídicos para efetivação das parcerias sem fins lucrativos.
Lei nº 13.429/2017	Regulamenta o Trabalho Temporário e Terceirização possibilitando a prestação de serviço a terceiro, sem necessidade de seguir as leis trabalhistas brasileiras.

Fonte: Elaborado por Silva (2023).

O quadro acima, traz importantes elementos que dão embasamento na possibilidade de relação público-privada, que estão relacionadas especificamente com leis educacionais, e que possibilitam a abertura do setor público manter parcerias, consórcios, contratos, convênios com o setor privado.

Elencamos a importância do referencial metodológico fundamentado no Materialismo Histórico-Dialético para análise do processo de disputa da relação entre o público e privado, enfocando na categoria da contradição, em que o papel do Estado, da Sociedade Civil marcam

uma nova reconfiguração da função do ente público para com a sociedade. O caminho percorrido foi através de consultas em produções realizadas nas referidas fontes, trazendo a perspectiva do método MHD como contribuição a pesquisa no que tange a busca de dados para análise. Apresentamos as leis educacionais que tratam e regulamentam a relação do setor público com o privado no Brasil.

Destacamos também como fonte de pesquisa primária os documentos da SEDUC-MT. Nesse sentido abordamos de forma breve a estrutura e funcionamento da SEDUC. A referida secretaria foi criada pela Lei nº 2.090, de 19 de dezembro de 1963, regida estruturalmente pela Lei Complementar nº 612, de 28 de janeiro de 2019, que tem por finalidade propor e executar políticas públicas voltadas à Educação Básica assegurando ao estudante o desenvolvimento de capacidades e a construção de conhecimentos para a formação de valores humanos na conquista da cidadania. Tem por missão garantir acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes, por meio de políticas públicas da Educação Básica de qualidade, com equidade, visando a inserção crítica e proativa do cidadão na sociedade. Sua visão está pautada em ser Instituição de referência nacional em aprendizagem proficiente até 2026, pois há um CIS assinado pela secretaria de educação com a FGV-DIAN com duração de cinco anos (2021-2026). Quanto ao negócio¹¹ a SEDUC apresenta aprendizagem e formação de cidadãos proativos para a construção de uma sociedade mais justa.

Após um resumo da criação e atribuição da SEDUC, iremos discutir sobre outra fonte utilizada na pesquisa que é o Portal Transparência do estado, que foi criado pela Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009. Esta lei acrescentou dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e do Município.

O Portal Transparência do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso é uma ferramenta disponibilizada pelo Governo Estadual para toda população, que permite o livre

¹¹ Os valores da secretaria se pautam em: democracia, resultado, respeito à diversidade, equidade, ética e inovação. Exemplificando temos: Democracia: garantir a participação da sociedade na construção e gestão de políticas educacionais; II-Resultado: realizar políticas públicas que promovam transformação social; III-Respeito à Diversidade: garantir o atendimento às diversidades nas suas especificidades; IV-Equidade: assegurar às pessoas igualdade de oportunidades; V-Ética: ser leal à missão institucional atuando com honestidade, moralidade e probidade; VI-Inovação: agir com criatividade e competência. Link: <https://www3.seduc.mt.gov.br/a-secretaria>. Acesso em: 15 de fev. 2023.

acesso ao seu conteúdo, inclusive para download, mantido na rede mundial de computadores, a internet. Tem o objetivo de subsidiar os cidadãos mato-grossenses de forma mais eficiente, respondendo às demandas e cumprindo com as obrigações legais referentes à transparência das ações e das políticas públicas – a Controladoria Geral do Estado: CGE/MT que através da Ouvidoria Geral do Estado de Mato Grosso assumiu o projeto de reestruturação do Portal para apresentar os dados de forma efetiva e compreensível. Tem por objetivo aprimorar os mecanismos de buscas, recursos gráficos, aperfeiçoar a oferta de dados abertos e maior interatividade. O portal tem base legal o Decreto nº 135 de 07-06-2019 (DOE Nº 24521, de 10-06-2019, p. 06).

Outrossim, o portal de transparência do estado funciona de maneira integral com diversas fontes oficiais, que são provenientes dos grandes sistemas corporativos do Governo Estadual, citaremos o Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado de Mato Grosso (FIPLAN) o Sistema Estadual de Administração de Pessoas (SEAP) o Sistema de Aquisições Governamentais (SIAG), o Sistema de Gerenciamento de Convênios (SIGCon) e o Diário Oficial dentre outros.

O Portal Transparência é uma importante ferramenta de consulta sobre as políticas públicas do estado registrando de forma precisa os gastos dos recursos públicos e sua aplicabilidade. Haja visto que podemos encontrar no Portal ações da administração do Poder Executivo Estadual que oferecem o detalhamento das informações, buscando facilitar a compreensão a todo cidadão que as consulta de forma clara, obedecendo a preceitos legais. No quadro abaixo, podemos verificar os serviços disponibilizados:

Quadro 3 – Serviços ofertados pelo Portal da Transparência:

Serviços ofertados	
➤ <i>Balanco Fiscal</i>	➤ <i>Orçamento Anual</i>
➤ <i>Concursos e Processos Seletivos</i>	➤ <i>Órgãos do Governo</i>
➤ <i>Contratações</i>	➤ <i>Programas de Governo</i>
➤ <i>Convênios e outros Acordos</i>	➤ <i>Receitas Públicas</i>
➤ <i>Despesas Públicas</i>	➤ <i>Recursos Transferidos</i>
➤ <i>Diário Oficial do Estado</i>	➤ <i>Serviço de Informação ao Cidadão</i>
➤ <i>Emendas Parlamentares</i>	➤ <i>Serviços Públicos</i>
➤ <i>Legislação</i>	➤ <i>Servidores Públicos</i>
➤ <i>Licitações</i>	Sistema Fale Cidadão

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

O Portal Transparência é um sistema integrado de base de dados e informações importantíssimo na publicização do ente governamental, caso tenha alguma informação que não esteja disponível no portal o cidadão pode solicitar ao órgão ou entidade responsável via Pedido de Acesso à Informação, nos termos da Lei Federal 12.527 de 2011 e Decreto Estadual nº 1973 de 2013 que será atendido por uma das unidades de Ouvidoria pública que atuam em rede, e utilizam o sistema corporativo integrado próprio que é o Fale Cidadão.

Até aqui pontuamos quais foram as fontes consultadas que contribuíram para o aporte teórico da pesquisa, citando resumidamente o percurso histórico da Capes, como dos periódicos das revistas que proporcionaram um vasto conhecimento do objeto investigado, quais os principais conceitos, definições e referências bibliográficas. Todo esse processo favorece uma compreensão do que já foi estudado, o que precisa ser mais aprofundado e assim, elaborar um texto que possa contribuir com o avanço do conhecimento da temática.

A pesquisa realizou-se no recorte temporal de 2015 a 2022, em produções científicas disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertação da Capes, banco de dados da SciELO, Revista Brasileira de Educação e Fineduca. Os descritores para as buscas foram: “Privatização da Educação”, “Contrato de Impacto Social” and “Educação Básica” e “Fundação Getúlio Vargas FGV-DIAN”. A escolha por esses descritores se deu por se considerar os mesmos elementos centrais que compõem o corpus do objeto de pesquisa. Durante a realização da busca, todos os descritores foram inseridos com aspas, para se garantir a filtragem das produções científicas com as palavras especificadas pela autora.

Vale ressaltar que foram atribuídos critérios de inclusão e exclusão nas buscas, tais como trabalhos publicados nos seguintes bancos de dados, com os descritores e recorte temporal citado acima, utilizando os filtros e refinamentos nas buscas. Em todas as fontes pesquisadas foram utilizados os seguintes filtros: recorte temporal de 2015 e 2022, na grande área do conhecimento: Ciências Humanas e Ciências Sociais aplicada, área do conhecimento, área de avaliação, área de concentração e nome do programa: Educação. Diante da perspectiva acima, corroboramos com a afirmação de Gatti (1999) de que o método é expressão da ciência e regras de ação para construir o conhecimento, é algo vivo e concreto.

Quadro 4 – Critérios de inclusão e exclusão da pesquisa

Critérios de inclusão	Critérios de exclusão
------------------------------	------------------------------

<ul style="list-style-type: none"> ➤ Trabalhos publicadas entre 2015 e 2022; ➤ Trabalhos indexados na base de dados SciELO; ➤ Trabalho publicados na base de dados da RBPAE; ➤ Trabalhos em língua espanhola; ➤ Trabalhos que atendam aos descritores; ➤ Trabalhos publicados no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Trabalhos publicados fora do recorte temporal; ➤ Trabalhos com conteúdo restrito a assinantes; ➤ Trabalhos que não atendam aos descritores; ➤ Trabalhos com o conteúdo divergente ao objetivo proposto nesta pesquisa.
---	---

Fonte: Elaborado por Silva (2023).

O quadro acima, apresenta critérios de inclusão e exclusão na pesquisa. Na aplicação do método houve trabalhos que apresentaram conteúdo restrito a assinantes, nesse sentido, não conseguimos acessá-los. Haja visto, que há alguns motivos, dentre eles: financiamento da pesquisa, manutenção de base de dados acadêmicos entre outros. Para além, existe um movimento crescente em direção ao acesso aberto na publicação acadêmica, visando tornar as produções disponíveis gratuitamente a todos.

Como fontes secundárias da pesquisa adotamos o estado do conhecimento sobre a privatização da educação e o Contrato de Impacto Social na Educação.

1.1. Base Epistemológica da pesquisa

A epistemologia, como estudo da ciência consiste em um estudo meta-científico. Vale dizer, busca a explicação dos fundamentos, dos princípios e dos métodos da ciência. A epistemologia tem como objeto de estudo o conhecimento científico e não as particularidades estudadas pela própria ciência. Desse modo, a epistemologia passou a significar uma teoria do conhecimento científico. Tal definição foi condicionada pela concepção positivista de ciência. Para tanto, a epistemologia de acordo com Japiassu (1991), consiste em um estudo sobre a ciência tomada como sinônimo de conhecimento, portanto é uma teoria do conhecimento, que busca analisar os pressupostos, os fundamentos do conhecimento científico. E o ponto de partida sobre conhecimento foi dada por Platão. A epistemologia estuda a ciência e consiste em um estudo meta científico. Busca explicação dos fundamentos, dos princípios e dos métodos da ciência.

Assim, buscamos compreender os fenômenos que envolvem o CIS implantado na educação básica do Brasil, especificamente a do estado de Mato Grosso, e desse modo

analisaremos as relações existentes entre o setor público e o privado, suas implicações para o desenvolvimento de uma educação pública e de qualidade. Definimos o Materialismo Histórico-Dialético como abordagem teórico-epistemológica para subsidiar-nos nesta pesquisa intitulada: “Privatização da Educação na Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso e o Contrato de Impacto Social do Consórcio da (FGV- DIAN)”, uma reflexão analítica sobre os elementos que nos permitem relacionar fenômenos do particular ao geral, do singular ao plural, enfim, compreender as mediações e interações que se dão entre o fenômeno pesquisado e o contexto político, econômico, social, mais amplo. Diante da situação elencada Cury (2000, p. 10) descreve:

[...] o fenômeno educativo foi considerado na lógica fundamental do capitalismo, e naquilo que lhe é determinante onde quer que ela exista: suas relações sociais contraditórias no contexto da apropriação do excedente econômico e da luta de classe, latente ou manifesta.

A linha epistemológica de Karl Marx, problematiza como o ser humano, materializa os sentidos, os objetos, as ideias o produto de seu potencial, seu trabalho, como capital humano, seu valor de trabalho agregado e um viés socioeconômico e sociopolítico. Nesse sentido, analisar e compreender como o estado vêm se reconfigurando na contemporaneidade e reorganizando seu papel em função das alterações no modo de produção capitalista, sobretudo na atual fase de financeirização da economia, relações entre os agentes públicos e privados é de relevância considerável.

Nesse caminho, o MHD será o método aplicado que nos proporcionará debater as ideias, argumentar, chegar à verdade através da contraposição e reconciliação de contradições entre a unidade e multiplicidade, o singular e o universal, e assim demonstrar o movimento da imobilidade das relações existentes entre instituições públicas e privadas e entender as facetas existentes dessa relação, e qual sua aplicação para a educação pública do estado.

Entendemos que o método marxiano compreende uma concepção científica associada à realidade social, que parte das relações sociais existentes, com o intuito de contribuição à superação humana dos limites impostos pela sociedade de classes, da ordem burguesa. Diante disso Lukács (1978) afirma que a essência das categorias no método materialista histórico-dialético corresponde ao reflexo da realidade, que deve ser confirmado na práxis humana para se tornarem categorias lógicas.

As considerações de Marx diferenciam das correntes filosóficas que o precederam e introduz uma nova abordagem metodológica, que para Netto (2011) o pesquisador apropria-se de determinada posição em relação ao objeto, essa relação pesquisadora e objeto investigado, torna-se intrínsecos na correlação entre a elaboração teórica e a formulação metodológica. Isto é, o método marxiano não possui forma autônoma em face da teoria, como constata-se a partir de Marx (2008, p. 45):

Minhas investigações me conduziram ao seguinte resultado: as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades, condições estas que Hegel [...] compreendia sob o nome de “sociedade civil”.

O autor alega que os princípios metodológicos, a formulação de categorias marxianas não são simplesmente organização do pensamento abstrato, em uma representação ideal, configura movimento duplo em relação ao pensamento de Hegel (2015) de integração do pensamento filosófico, contudo a partir de uma superação dos limites ideais. Sob à luz das categorias marxiana representam a própria dinâmica da sociedade, num nexos mútuo determinada histórica e socialmente.

Um dos mais importantes fundamentos do método de Marx, é a autoformação do ser humano, pois entendemos que a realidade não é apenas exterioridade; a intermediação das necessidades humanas com a natureza, presume também as formas subjetivas que estão sempre em conexão entre o sujeito e objeto conforme mencionado anteriormente. E nessa conjuntura materialista, histórica e dialética, compreender de que forma o CIS, implantado na rede estadual de educação se materializou. Como explica Chasin (2009), a reprodução teórica ou o complexo categorial, se ergue a partir da objetividade social, que não é uma realidade completamente exterior e contraposta ao sujeito, pois a realidade concreta é parte e consequência da autoconstrução social.

Formulado por Marx e Engels, essa epistemologia teórica consiste no princípio de que conhecer a realidade só é possível se partirmos da matéria (história), analisada a partir do devir, ou seja, da lógica dialética. O método parte a princípio da contradição, ou seja, da não identidade. O concreto se constitui na explicação do contexto histórico e suas contradições. Por isso, para o materialismo histórico, o concreto não é sinônimo de empírico. É empírico abstrato ao mesmo tempo. É concreto pensado. Entendemos que o marxismo compreende, precisamente,

três aspectos principais: o materialismo dialético, o materialismo histórico e a economia política (Siqueira e Pereira, 2019). Neste sentido, buscamos direcionar o materialismo histórico-dialético, remetendo seus conceitos e categorias na procura de estabelecer relações e mediações entre a realidade mais ampla e o objeto de investigação aqui definido: Privatização da Educação na Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso e o Contrato de Impacto Social (FGV- DIAN).

Para a pesquisa utilizamos a linha epistemológica do marxismo histórico-dialético que apresenta precisamente a concepção materialista da realidade e torna necessário referir-se ao materialismo filosófico. Já sabemos que ele considera que a matéria é o princípio primordial e que o espírito seria o aspecto secundário. A consciência que é um produto da matéria, permite que o mundo se reflita nela, o que assegura a possibilidade que tem o homem de conhecer o universo. A ideia materialista do mundo reconhece que a realidade existe independentemente da consciência. (Aranha e Martins, 2007).

Desse modo, conhecer a realidade e tomar consciência da condição histórica com vistas à libertação, focando na importância de acesso ao conhecimento historicamente produzido, faz-se necessário. Dessa maneira o conhecimento pode ser visto como uma forma de libertação. Nesse contexto se busca inter-relacionar a educação com o mundo de trabalho, sendo um meio em que de certo modo, supera-se as desigualdades sociais, diminui a marginalização que é fruto da sociedade capitalista. Portanto para o MHD tal como foi exposto por Marx e Engels, consiste no princípio de que conhecer a realidade só é possível se partirmos da matéria (história), analisada a partir do devir, ou seja, da lógica dialética.

De forma breve podemos dizer que houve e há muitas influências de organismos nacionais e internacionais com e sem fins lucrativos, que estabelecem relações de várias formas a órgãos públicos, modificando as políticas educacionais, direcionando a um viés neoliberal e neoconservador. Para tanto podemos considerar que a educação brasileira teve um processo de estruturação lento o que demonstra ser um acontecimento novo que está tomando caminhos, direções que precisam ser mais efetivas e contundente. Passado tanto tempo, a precariedade na educação é um dos problemas sociais do nosso país, que o investimento na educação não é tido como prioridade. (Bezerra 2014).

O sentido de embasar a pesquisa no MHD é por entender que esse método compreende o ser humano na sua magnitude, em todos seus sentidos. Coadunamos com Lukács (2010, p. 171) “[...] um ser privado de determinações é apenas produtos de pensamento: uma abstração de todas as determinações [...]”. Sendo assim, a pesquisa envolve vários aspectos, portanto um

olhar direcionado ao MHD alcança a necessidade de fazer pesquisa, como explícita Luckás, o ser não pode ser compreendido sem entender o complexo que o cerca. Para tanto, alcançar as implicações das políticas neoliberais e neoconservadoras e sua materialização na privatização da educação através da concretização de um CIS é de grande importância.

Nota-se que após a década de 1990 com o governo de Fernando Henrique Cardoso a implementação dessa lógica capitalista, tem evidenciado ainda mais nos últimos anos e nos ajuda a compreender as implicações desses fenômenos para a educação, o que é valioso. Nesse contexto, a busca de organicidade das políticas, sobretudo no âmbito do governo federal e de alguns governos estaduais, na década de 1990, quando, em consonância com a reforma do Estado e a busca de sua “modernização”, se implementaram novos modelos de gestão, cujo norte político-ideológico objetivava, segundo Oliveira (2000, p. 331), "(...) introjetar na esfera pública as noções de eficiência, produtividade e racionalidade inerentes à lógica capitalista

Assim, Frigotto (1991) menciona a notoriedade do materialismo histórico-dialético para a produção de um conhecimento crítico no qual tenhamos a congruência de conhecer o objeto pesquisado, não apenas superficialmente ou sobre a perspectiva da metafísica demonstrada por Konder (1981). Outrossim, corroboramos com Frigotto (2004) citado por Fazenda (2000, p. 77) “Na perspectiva materialista histórica, o método está vinculado a uma concepção de realidade, de mundo e de vida no seu conjunto, antecedendo o método”. Sendo o homem um ser social e histórico que vive em um determinado tempo e contexto político, econômico, cultural, sujeito de sua própria realidade. Destarte o enfoque materialista contempla a concretude entendida como a historicidade do ser, e seus determinantes históricos, culturais e econômicos.

Para tanto, o pesquisador deve estar atento que o enfoque materialista deve analisar os dados a partir de contradições, conexões e mediações, embasando-se que a aparência tem que ser esmerada à luz das relações entre as partes e o todo. Esse processo demanda posições relativistas sobre a realidade de ver o mundo. Desse modo, sinalizamos que é sobremaneira a apreensão do caráter histórico do fenômeno, pois, há uma relatividade, parcialidade e provisoriade do conhecimento histórico-social (Frigotto, 1991).

Para Netto (2000, p. 45),

[...] nenhuma formação teórico-metodológica é garantia de êxito na investigação. Ela é um dos componentes da investigação e deve ser um componente fundamental. Não há pesquisa rica feita por sujeito ignorante, mas só o sujeito culturalmente rico não

constitui garantia para o êxito da pesquisa. Quase sempre nós temos uma noção muito linear da pesquisa, sobretudo quando a gente lê as teses. O sujeito formulou hipóteses, encontrou variáveis, fez uma pesquisa riquíssima. Quem faz pesquisa sabe que não é assim. Há idas e vindas, você abandona supostos, tem que reciclá-los, retificá-los, frequentemente a hipótese inicial serviu só como um condutor que foi logo substituído quando você encontrou o rumo. (NETTO, 2000, p. 45).

O pesquisador deve ter por ação o entendimento de que o desenvolvimento do real, ao final da investigação do objeto pesquisado tem que relacionar-se numa transformação da realidade, não deve apenas limitar-se a uma análise crítica da realidade, precisa despertar para uma tomada de consciência para uma práxis transformadora. Nesse caminho, o bom resultado da pesquisa vai depender da riqueza cultural do sujeito pesquisador, da percepção de padrões e modelos que vai mostrando as opções que conduzirá a pesquisa.

A ciência é imprescindível no progresso e no bem-estar, desempenhando um papel crucial na construção de uma sociedade que valoriza o conforto, a liberdade, a segurança, a saúde e o conhecimento. Em tempos de ceticismo, a defesa da ciência e do conhecimento adquire um significado sem precedentes. É imperativo que permitamos que o conhecimento floresça e se desenvolva em nosso país, em vez de restringir os recursos das universidades e limitar a pesquisa científica. O desenvolvimento de uma nação está intrinsecamente ligado ao privilégio concedido à ciência e à educação.

Com efeito, falar em educação é referir-se igualmente ao conhecimento, ferramenta imprescindível da prática educacional. A necessidade de se fundamentar toda a atividade educacional que se pretende desenvolver numa sólida plataforma epistemológica, pois é mediante a utilização da ferramenta do conhecimento que a prática educacional garante para si consistência e fecundidade.

Sendo assim, consideramos a relevância dessa pesquisa, pois o fazer pesquisa proporciona aos sujeitos envolvidos uma dinamicidade de movimentos, de idas e vindas, de transformação e percepção da realidade posta. É nessa busca de conhecimento, que o fazer científico se faz valioso, e neste caso à parte - a educação; só transformaremos nossa realidade, a partir do momento em que buscamos analisá-la, conhecê-la e compreendê-la, e nessa busca epistêmica as coisas começam fazer sentido em nossa vida.

E assim, o pesquisador vai se envolvendo cada vez mais na realidade investigada, demonstrando seu compromisso com a pesquisa, definindo os métodos e se inteirando do objeto ou fenômeno investigado. Alguns pontos importantes dessa relação destacamos: a inspiração,

o conhecimento, a produtividade e compromisso para o desenvolvimento de uma sociedade mais esclarecida e democrática que possa se estabelecer de forma concreta. A educação sendo um processo de desenvolvimento do ser humano, pode determinar uma ordem social mais justa, pois esse desenvolvimento significaria um melhoramento de todos os grupos sociais.

E nessa dimensão uma educação individualista, só vê a contradição entre indivíduo e sociedade que se resolve tanto pela adequação do indivíduo à ordem, quanto pela correção da ordem através do aperfeiçoamento continuado dos indivíduos. Isto significa, que o indivíduo precisa constantemente se adequar a realidade posta, se aperfeiçoando para que assim, consiga se encaixar nas normas estabelecidas. Sendo assim, Cury (2000) elucida que esse fenômeno educativo, é representado dentro de um sistema objetivo de relações sociais que permitem sua reprodução, o que implica a aceitação das relações sociais existentes.

É com uma visão dialética do homem e de sua historicidade-social, que a compreensão da contradição relaciona o indivíduo e a sociedade, demonstrando a naturalidade do indivíduo à realidade imposta e fixa. Destarte, a dialética, vai além, capta a realidade social como verdadeiro espaço de luta de classes, que se materializa na educação, que se apresenta contra a imposição todo e qualquer tipo de dominação das classes dominantes.

Entendemos assim, que a educação é uma atividade humana constitutiva da totalidade da organização social. Nessa direção a Constituição Federal de 1988, mostra no artigo 205 que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Essa relação, se estabelece com modo de produção dominante, que se caracteriza no contexto das relações sociais conflituosa. Portanto, consideramos a educação como perspectiva dialética em que a sociedade capitalista, é resultado de relações existentes entre as classes, e que são definidas como relações de produção. Isto é, o domínio da produção está nas mãos de uma minoria que se manifesta de forma hegemônica, e nesse caminho, a classe dominante vai direcionando o conjunto da sociedade, através da exigência contínua de sempre reproduzir as condições ideais que favoreçam as suas formas de dominação.

Até aqui, elencamos o percurso epistemológico da pesquisa, debatendo questões relacionadas a construção da ciência, a epistemologia, o método da pesquisa, quais critérios e categorias seguir e o rigor da pesquisa. Citamos também a relação da pesquisadora com o objeto de pesquisa, de que maneira as inquietações foram surgindo e como se desenvolveram.

Destacamos as lutas de classes e de que modo o MHD pode contribuir como método de pesquisa, na construção desse estudo. Assinalamos aqui, a importância da educação para construção de uma sociedade que desenvolva a equidade e igualdade entre os cidadãos.

Para tanto, utilizamos como suporte teórico: Lukács (1968), Cury (1979), Thompson (1981), Bresser-Pereira (1995), Saviani (1997), Belfied e Levin (2002), Frigotto (2006), Marx e Engels (2008), Rikowski (2008), Harvey (2008), Ximenes (2014), Verger (2015), Borghi (2016), Adrião (2018), La Pena (2018), Peroni (2018), Costa (2019), Cássio (2020), Domiciano (2020), Laval (2020), dentre outros que contribuíram para a fundamentação teórica da pesquisa.

1.2. Procedimentos Metodológicos

Essa pesquisa realizou-se através de uma análise documental com a busca de dados nos sites oficiais da (SEDUC-MT), Portal Transparência, Instituto Brasileiro Geografia e Estatística (IBGE), Tribunal de Conta do Estado (TCE), Censo Escolar, objetivando analisar os documentos que tratam da privatização da educação por meio do Contrato de Impacto Social da FGV-DIAN, tanto quanto a série histórica das matrículas na rede estadual, os dados socioeconômicos e políticos do estado de Mato Grosso.

A metodologia e o método da pesquisa, tem como base o aporte teórico de Fonseca (2002) Gil (2007) e Minayo (2014), que defendem a teoria e o método como inseparáveis na pesquisa, onde precisam ser tratados de maneira integrada, quando se escolhe um objeto de estudo. Para Fonseca (2002) *methodos* significa organização e *logos*, estudo sistemático, pesquisa, investigação, ou seja, “metodologia é o estudo da organização dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência, significa o estudo dos caminhos, dos instrumentos utilizados para fazer uma pesquisa científica”. (Fonseca, 2002, p. 10).

Para alcançar o objetivo proposto, utilizou-se da pesquisa bibliográfica “ou de fontes secundárias, que abrange bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo” (Marconi e Lakatos, 2013, p. 57), a qual proporciona a aproximação do pesquisador com trabalhos já escritos. Para Martins e Theóphilo (2016, p. 52), a pesquisa bibliográfica:

Trata-se de estratégia de pesquisa necessária para a condução de qualquer pesquisa científica. Uma pesquisa bibliográfica procura explicar e discutir um assunto, tema ou

problema com base em referências publicadas em livros, periódicos, revistas, enciclopédias, dicionários, jornais, sites, CDs, anais de congressos etc. Busca conhecer, analisar e explicar contribuições sobre determinado assunto, tema ou problema. A pesquisa bibliográfica é um excelente meio de formação científica quando realizada independentemente – análise teórica – ou como parte indispensável de qualquer trabalho científico, visando à construção da plataforma teórica do estudo.

Entendemos que a pesquisa bibliográfica é uma etapa fundamental no processo de desenvolvimento de pesquisas científicas. Pois permite, que o pesquisador obtenha dados a partir da revisão de documentos de diferentes fontes e organize os dados coletados de modo coerente.

Quanto à forma de abordagem, a pesquisa foi qualitativa buscando entender o que é um CIS, sua estrutura, o processo, qual o valor do custo aluno relacionado aos anos de 2021 e 2022 para a qualidade do ensino aprendizagem dos estudantes da rede pública estadual de ensino de Mato Grosso. A abordagem qualitativa se caracteriza como aquela que busca compreender um fenômeno em seu ambiente natural, onde esse ocorre e do qual faz parte. Para tanto o investigador é o instrumento principal por captar as informações, interessando-se mais pelo processo do que pelo produto (Bogdan; Biklen, 1994).

Nesse sentido a SEDUC-MT apresenta a seguinte estrutura de ensino, em que a educação básica se divide em educação infantil, que tem trabalhado em um processo de redimensionamento da rede pública de educação em colaboração com vários municípios do estado. Esse processo foi intensificado desde 2020 pelo governo de Mato Grosso e é baseado em propostas da SEDUC. O objetivo desse processo é explorar possibilidades de parcerias e regimes de colaboração para atender à demanda educacional, com base no que é previsto na Constituição Federal e nas normas educacionais vigentes. O Decreto nº 723/2020/MT foi sancionado pelo governo do estado, para regular o redimensionamento. Esse reordenamento da rede iniciou em 2020 com as turmas do 1º ano do ensino fundamental, e nesse caminho, a SEDUC- MT cede prédios aos municípios que não possuem condições de receber as matrículas dessas turmas.

De acordo com o decreto 723/2020, gradativamente o estado passará a atender apenas os anos finais do ensino fundamental e o ensino médio, e os municípios atenderão a educação infantil e aos anos iniciais do ensino fundamental. O regime de colaboração está previsto na Constituição Federal (1988) no artigo 201, também estabelece que cabe ao Estado e Municípios organizarem, em regime de colaboração seus sistemas de ensino. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96 (LDB) também está estabelecida essa relação.

Nessa conjuntura, insere-se o redimensionamento de unidades escolares que abrangem¹² 89 municípios do estado, no entanto, a transferência das turmas de ensino fundamental para a gestão do município é garantida por meio de convênio de ação de parceria, com base nos estudos de reordenamento. Por meio do convenio se dá a adequação da proposta pedagógica das escolas, implantadas nas rotinas da Rede de Ensino Municipal nas unidades redimensionadas. Quanto ao corpo docente, fica convencionado que os efetivos e estáveis que lecionam nas escolas municipalizadas, poderão optar por continuar nessas unidades ou serem atribuídas para outras unidades estaduais. Sendo assim, o Estado fará um termo de cooperação, garantindo o mesmo subsídio e poderá participar dos processos seletivos da Rede Estadual.

A SEDUC-MT tem a finalidade de propor e executar políticas públicas voltadas à educação básica assegurando ao estudante o desenvolvimento de capacidades e a construção de conhecimentos para a formação de valores humanos na conquista da cidadania. A identidade organizacional da secretaria se divide em quatro tópicos principais que são: missão, visão, negócio e valores. A SEDUC- MT¹³, implementa políticas estaduais de educação com a seguinte identidade organizacional: a missão da secretaria é garantir acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes, por meio de políticas públicas da Educação Básica de qualidade, com equidade, visando a inserção crítica e proativa do cidadão na sociedade. A visão é ser Instituição de referência nacional em aprendizagem proficiente até 2026.

O decreto nº 1.293, regulamenta a Lei nº 11.668 de 11 de janeiro de 2022, que institui as DREs que vão representar a Seduc – equivalente a uma estrutura intermediária entre o órgão central e as unidades escolares. Nesse âmbito, com o processo de regionalização, as decisões serão descentralizadas, pois o secretário de educação defende maior eficiência dos indicadores pedagógicos da rede estadual de ensino, ao se levar como critério a realidade de cada escola.

As DREs são estruturadas e organizadas com a missão de implantar e implementar as políticas educacionais, de gestão administrativa e financeiras nas unidades escolares. Ao total foram implantadas 15 DREs no estado de Mato Grosso, atendendo os municípios que se agrupam em polo. Esses órgãos descentralizados têm a função de auxiliar na divulgação de todas as informações corretas do processo da SEDUC tornando a secretaria mais próxima das escolas e com essa aproximação a melhoria dos indicadores pedagógicos. Outra função das DREs é auxiliar no fortalecimento do regime de colaboração entre estado e municípios.

¹²PortalConsed:<https://www.consed.org.br/noticia/redimensionamento-na-educacao-e-obrigacao-legal-de-acordo-com-a-constituicao-federal-e-com-a-ldb>. Acesso: 11 de abril de 2023.

¹³ Seduc - MT. Acesso em: 06/05/2023

A Estrutura Organizacional da Secretaria de Estado de Educação do Estado de Mato Grosso se apresenta em níveis organizacionais com características distintas que vislumbra um macro direcionamento ao seu trabalho. Em especial, os níveis operacionais da Secretaria mostram-se com a seguinte sistemática, ambas pensadas à luz do nível organizacional de estratégia e de execução: Nível de Administração Sistêmica (Meio) e Nível de Execução Programática (Fim).

A Lei Complementar 206 de 28 de dezembro de 2006, parcialmente alterada pela Lei Complementar n. 506 de 11 de setembro de 2013, em seu artigo 3º, parágrafo segundo, agrupa a Administração Sistêmica da seguinte forma:

§ 2º Compreendem a Administração Sistêmica as atividades de pessoal, patrimônio, aquisições, orçamento, informática, desenvolvimento organizacional, administração financeira e contábil, convênios e instrumentos congêneres, almoxarifado, transporte, controle interno, além de outras atividades de apoio e serviços comuns a todos os órgãos e entidades da Administração que, a critério do Poder Executivo, necessitem de gestão centralizada. (Mato Grosso, LC n. 506 de 2013, art. 3º, § 2º).

Nessa perspectiva, a Administração Sistêmica é responsável pela execução dos processos sistêmicos e dos processos de apoio. Já o nível de execução programática representa os processos - fim da própria secretaria, ou seja, os produtos que deverão ser entregues à sociedade de acordo com a missão e competência definidas no regimento interno da SEDUC, claro que pautadas nos instrumentos de planejamento do governo. O documento traz a fundamentação de Paro (2011), estudiosa da educação que se dedica à administração escolar, distingue da administração pública atividades-meio e atividades-fim, apontando que essas devem estar em constantes interações, a fim de que não seja dada demasiada atenção à dimensão administrativa, burocratizando o processo. Paro (2011, p. 20) afirma que as atividades-meio precedem e dão sustentação às atividades-fim. E as atividades-fim se dão na relação direta entre o educador e o educando, no caso do Órgão central a atividade sistêmica da sustentação à atividade programática.

As fontes primárias utilizadas na pesquisa foram o Portal da SEDUC-MT, onde detalhamos acima sua estrutura organizacional, as leis que regem a secretaria, como funciona administrativamente e pedagogicamente. Outra fonte é o site da FGV em que buscamos vários dados sobre o consórcio realizado entre SEDUC e FGV, como ocorreu a materialização do CIS, através do Sistema Estruturado de Ensino, analisando como foi implantado e implementado esse sistema educacional na rede pública de ensino do estado de Mato Grosso.

Quanto às fontes secundárias obtivemos dados no catálogo de teses e dissertações da CAPES, SciELO, FINEDUCA e RBPAE, os dados foram inventariados do período de 2015 a 2021, com os seguintes descritores: Privatização da Educação, Contrato de Impacto Social, Consórcio Fundação Getúlio Vargas (FGV-DIAN), Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso.

Desse modo, para compreender o CIS utilizamos para análise o contrato assinado pela SEDUC e FGV. Um dos instrumentos para coleta de dados utilizados para análise foram o (CIS), o Edital de Pregão Eletrônico Nº 021/2020 licitação com lotes para ampla concorrência, lançado pela SEDUC-MT no final de 2020; leis federais e estaduais que tratam das relações entre o público e privado, decretos, Plano Estadual de Educação, documento do Conselho Estadual de Educação e do Fórum Estadual de Educação, dados de matrícula da rede estadual de ensino de Mato Grosso.

A análise desses documentos proporcionou compreender como a educação do estado está organizada e estruturada, quais leis regem os princípios do ensino nas escolas da rede estadual, definidas por metas e projeções do Plano Estadual de Educação de MT, e a composição e efetivação do Conselho e Fórum Estadual de Educação; e nessa perspectiva compreender como o CIS foi sendo implantado na rede estadual. Abaixo temos o quadro representando a problemática da pesquisa, objetivo geral e específicos e quais documentos foram analisados para compreender o processo.

Quadro 5 – Representação do problema, objetivos e análise de documentos contidos na pesquisa

PROBLEMÁTICA	OBJETIVO GERAL	OBJETIVO ESPECÍFICOS	ANÁLISE DE DOCUMENTOS
Como tem se dado a operacionalização do Contrato de Impacto Social firmado por meio do consórcio FGV-DIAN com a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso?	Analisar como se materializou o Sistema Estruturado de Ensino de Mato Grosso, através do CIS	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Analisar o Contrato de Impacto Social (CIS) entre SEDUC/MT e (FGV-DIAN), mensurando os valores acordados e o impacto desse consórcio na educação do estado; ➤ Entender como esse consórcio se concretiza no valor custo aluno da rede pública do estado. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Contrato de Impacto Social (CIS), Edital De Pregão Eletrônico Nº 021/2020 Licitação Com Lotes Para Ampla Concorrência, lançado pela SEDUC-MT; ➤ Leis Federais e Estaduais que tratam das relações do público e privado;

		<ul style="list-style-type: none"> ➤ Analisar as implicações do CIS para a organização do trabalho docente dos professores na rede de educação de MT. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Decreto nº 1497, de 10 de outubro de 2022- Programa Educação-10 anos; ➤ Constituição Estadual; ➤ Plano Estadual de Educação; ➤ Documento da organização do Fórum e Conselho Estadual de Educação; ➤ Dados de matrícula da rede estadual de ensino de Mato Grosso. ➤ Lei complementar nº 512, de 14 de novembro de 2013 altera e dá nova redação ao caput e § 4º do Art. 43, da Lei Complementar nº 50, de 1º de outubro de 1998.
--	--	--	---

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O quadro acima, demonstra de forma sintética qual foi o problema investigado na pesquisa, apresentando o objetivo geral e específicos que delimitam o caminho que percorremos. Demonstramos quais foram os dados e documentos que utilizamos para analisar e compreender o consórcio estabelecido entre SEDUC-MT e FGV-DIAN, através do CIS que foi implantando e implementado na rede pública de educação de Mato Grosso a partir de 2021, trazendo um novo sistema educacional denominado Sistema Estruturado de Ensino.

Selecionamos algumas leis que fundamentam, organizam e estruturam a educação do estado como o Plano de Educação de Mato Grosso, a estrutura e funcionamento do Conselho Estadual de Educação, o Contrato de Impacto Social assinado pela secretaria de educação, o decreto que trata da Educação-10 anos, trazendo uma nova organização no sistema educacional do estado dentre outros, que tratam da relação do público com o setor privado.

A pesquisa documental, propõe-se a produzir novos conhecimentos, criar formas de compreender os fenômenos e dar a conhecer a forma como estes têm sido desenvolvidos (Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009). Assim, a pesquisa documental pode ser utilizada de modo que o pesquisador aprofunde no campo de estudo, a fim de captar o fenômeno a partir das perspectivas dos documentos analisados e desse modo contribuindo para a área na qual está inserido, no nosso caso a educação.

Portanto, é importante que na pesquisa documental o apreço e valorização do uso desses documentos, a riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar, é muito significativa, por isso, muito utilizada em várias áreas do conhecimento. A possibilidade de ampliar a compreensão de conceitos e assim, entender a contextualidade histórica e sociocultural do objeto investigado, se faz necessário nesse processo.

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (Cellard, 2008 p. 295)

Na pesquisa documental os dados obtidos são exatamente provenientes de documentos, com a finalidade de extrair informações neles contidas, a fim de compreender um fenômeno. Esse procedimento se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos. Nos estudos de pesquisa qualitativa, para Lüdke e André (2012), Alves-Mazotti (1998) e Oliveira (2007), são considerados documentos quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação: leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, discursos, roteiros de programas de rádio e televisão até livros, estatísticas e arquivos escolares.

No contexto da pesquisa qualitativa, a análise documental constitui um método importante seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema (Lüdke e André, 1986). Para Minayo (2003, p. 16) a pesquisa qualitativa é “o caminho do pensamento a ser seguido, ocupando um espaço na teoria, tratando basicamente do conjunto de técnicas a serem tomadas para a construção de uma realidade, que não pode ser quantificada”. Segundo Minayo e Minayo-Gómez (2003, p. 118):

Não há nenhum método melhor do que o outro, o método, “caminho do pensamento”, ou seja, o bom método será sempre aquele capaz de conduzir o investigador a alcançar as respostas para suas perguntas, ou dizendo de outra forma, a desenvolver seu objeto, explicá-lo ou compreendê-lo, dependendo de sua proposta (adequação do método ao problema de pesquisa).

Para tanto, a investigação em pauta, procura relacionar a dimensão ontológica, gnosiológica e epistemológica da realidade, bem como o tratamento dado às categorias de análise do objeto investigado. Nesse sentido, o MHD é um método que contribui na compreensão e explicação dos objetos e fenômenos investigados, tais quais eles verdadeiramente são na prática.

A educação vem passando por inúmeras mudanças que afetam a vida escolar como um todo, nessa perspectiva citamos questões estruturais, administrativas, pedagógicas, políticas e econômicas que modificam as relações existentes entre o órgão mantenedor SEDUC e as unidades descentralizadas, dentre elas as escolas. Desse modo, toda configuração educativa acaba passando por novos arranjos pautados na busca por novos resultados.

O contexto educacional apresentado e vivenciado na prática nas escolas públicas do estado de Mato Grosso reflete uma produção capitalista que influencia as políticas educacionais e que são controladas por um sistema político dominante. Lembramos da frase de Paulo Freire, citada por Brandão (2005, p. 100), sobre a reinvenção da educação, “é preciso acreditar que antes, determinados tipos de homens, criaram determinados tipos de educação, para que depois, ela recrie determinados tipos de homens”. Nesse âmbito, a educação vai se redefinindo, pela ingerência de novos setores privados, que se destacam como empresários da educação, em que se apresentam de forma positiva e salvadora de problemas educativos, dentre os serviços prestados, destacamos programas voltados para a diminuição da evasão escolar, do analfabetismo, da melhoria da qualidade do ensino, dentre outros problemas. Sendo assim, na visão dos reformadores empresariais (Freitas, 2018), os problemas educacionais serão

atenuados e a sociedade como um todo será beneficiada, aqui temos um exemplo de classe dominante e suas implicações nas políticas educacionais, implementado um projeto hegemônico de educação.

Deste modo, a classe oprimida, trabalhadora vai se tornando dependente deste sistema capitalista e muitas vezes alienada, porque o lugar social em que o indivíduo está situado, sobrepõe uma maneira de assimilação do mundo, e assim, seu modo de relacionamento com o real. Portanto, o modo de produção capitalista, acaba definindo, moldando as condições sociais de existência. A este modo de produção capitalista se articula a divisão social do trabalho e da sociedade em classes distintas, estratificadas, desdobrando-se em processos amplos de desigualdades de renda, de educação, de cultura, de gênero, enfim, afeta todos os espectros da vida em sociedade. Sendo assim, a sociedade capitalista e suas divisões em classes, se caracterizam por inúmeros conflitos sociais. Por fim, uma educação política pode permitir a consciência necessária à luta em defesa de uma educação pública e de qualidade, sendo um recurso de extrema relevância nesse processo. E assim, entendermos as implicações que a privatização, via adoção de Sistemas Estruturados de Ensino, como o analisado nesta pesquisa, traz para a educação como um direito humano fundamental.

Para o progresso da pesquisa, utilizamos como procedimento de coleta de dados a pesquisa bibliográfica e análise documental. A revisão bibliográfica se define como uma aproximação do pesquisador a conceitos já elaborados referentes ao tema a ser pesquisado, isto é, ao objeto de estudo. Para Laville e Dionne (1999, p. 112) “[...] em encontrar essencialmente os saberes e as pesquisas relacionadas com sua questão; deles se serve para alimentar seus conhecimentos, afinar suas perspectivas teóricas, precisar e objetivar seu aparelho conceitual”.

A importância de realizar essa pesquisa está relacionada com a atualidade dessa modalidade de contrato entre o setor privado e a esfera pública. Por ser um tema de discussão atual, que vem sendo debatida por especialistas da área educacional, em vários países, incluindo-se o Brasil como podemos observar no estado de Mato Grosso, onde está em operação essa nova modalidade administrativa. Através da pesquisa é possível perceber que o estado vem ofertando política educacional atrelada ao projeto de sociedade e educação neoliberal e neoconservadora, e nesse sentido, sendo implementada em muitos lugares ao redor do mundo, incluindo o Brasil. Para além, novas relações vão sendo construídas, como convênios, consórcio e contratos com entidades privadas, a exemplo daquele firmado com o Consórcio FGV-Dian. Essas relações têm demonstrado crescimento exponencial, sobretudo a partir de 2016, e vem acentuando em Mato Grosso. Portanto, pesquisar essas relações entre o setor público e privado

é de extrema importância. Corroboramos com Peroni e Lima (2023), quando afirmam que esse processo de perdas democráticas na educação vem se acentuando diante de um processo de fortalecimento do privado na educação pública, seja vinculado ao neoliberalismo e os valores de mercado e empreendedorismo; ou em uma perspectiva neoconservadora associada a propostas de ataque ao ensino público no âmbito ideológico. Trata-se de projetos societários em disputa, que se modificam conforme a correlação de forças. Para o próximo período, nesse sentido, o grande desafio que se apresenta é o fortalecimento do público e a democratização da educação e da sociedade. A educação vem passando por inúmeras mudanças que afetam a vida escolar como um todo, nessa perspectiva citamos questões estruturais, administrativas, pedagógicas, políticas e econômicas que modificam as relações existentes entre o órgão mantenedor e as unidades descentralizados, dentre elas as escolas. Desse modo, toda configuração educativa acaba passando por novos arranjos pautados na busca por novos resultados.

Por fim, uma educação política pode permitir a consciência necessária à luta em defesa de uma educação pública e de qualidade, sendo um recurso de extrema relevância nesse processo. E assim, entendermos as implicações que a privatização, via adoção de Sistemas Estruturados de Ensino, como o analisado nesta pesquisa, traz para a educação como um direito humano fundamental.

Considerando as redefinições das fronteiras entre o público e o privado evidenciadas em pesquisas como a de Peroni (2013), verificamos a ingerência do setor privado na elaboração e materialização das políticas públicas educacionais, que se deu a partir 1995 com a publicação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) que se fortaleceu por meio de políticas fundamentadas no pensamento neoliberal e conservador. Diante disto, buscamos responder o seguinte questionamento: Como tem se dado a operacionalização do Contrato de Impacto Social firmado por meio do consórcio FGV- DIAN com a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso?

1.3. Estado do Conhecimento sobre Privatização e Contrato de Impacto Social na Educação

Esse trabalho, utilizou-se do estado do conhecimento como forma de inventariar as produções existentes sobre Privatização e Contrato de Impacto Social (CIS). Ressaltamos que essa temática se faz referência com minha prática docente, ao longo dos dezessete anos de

docência na educação básica pude me inteirar muito mais da forma que essas relações ocorrem e buscar conhecimento sobre esse fenômeno educativo. Para tanto, minha trajetória no grupo de estudo e pesquisa da Unemat (GEPEPE), coordenado pela professora doutora Marilda de Oliveira Costa contribuiu significativamente para refletir sobre o contexto da privatização no Brasil e a escolha da temática de pesquisa. Diante do contexto, compreendemos que a construção de uma produção científica está relacionada ao investigador, às influências da instituição na qual está inserido, suas experiências e relações etc. Portanto, a produção está inserida no campo científico e em vista disso, as regras se caracterizam conforme o

[...] universo “puro” dá mais “pura” ciência é um campo social como outro qualquer, com suas relações de força e monopólios, suas lutas e estratégias, seus interesses e lucros, mas onde todas essas invariantes se revestem de formas específicas. (Bourdieu, 1983, p. 122, grifos do original).

Nesse caminho, consideramos relevante analisar e compreender esses conceitos que vem interferindo no ensino e nas práticas pedagógicas escolares. Entendemos que pela complexidade da produção de um Estado de Conhecimento decorrente das inúmeras inter-relações sócio científicas se resgata sua importância para a inserção no campo científico e na área do objeto de pesquisa. Para Stoleroff e Patrício (1995), “O estado de conhecimento é identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica”.

Para tanto, entendemos a importância do estado do conhecimento como fonte de produção, facilitando ao pesquisador, uma visão mais abrangente e objetiva ao mesmo tempo, dos trabalhos inventariados, pois as produções servirão de base para a pesquisa, certo de que essas produções passaram por rigoroso crivo científico e conseguem apresentar um panorama satisfatório do objeto pesquisado. Para o levantamento de dados adotamos o Catálogo de Teses e Dissertação mantido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para identificarmos as produções científicas desenvolvidas no âmbito dos programas de pós-graduação *Stricto sensu*, além das bases de dados da *Scientific Electronic Library Online* – (SciELO-br), da Revista de Financiamento da Educação, vinculada a Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (FINEDUCA), e da Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBP AE) para levantamento de artigos científicos que versam sobre o tema proposto nesta pesquisa.

Os textos pesquisados, demonstram que a privatização da educação ocorre há tempos em nosso país, que iniciou na educação superior e expandiu para educação básica que é nossa finalidade de pesquisa nesse trabalho. Para Adrião (2018) a privatização da educação ocorre de três formas: oferta, currículo e gestão. Sendo assim, identificamos nos trabalhos inventariados que há uma forte atuação dos atores privados na rede pública de educação no país, e que buscam, a todo o momento, disputar as políticas educacionais e os fundos públicos. As diversas modalidades de parcerias têm influenciado as tomadas de decisões, agendas, e a gestão pública, concomitantemente se alinham às novas possibilidades de realização lucrativa, desencadeando o crescente envolvimento empresarial na Educação Básica pública brasileira.

Nesse contexto o CIS, denominado como uma forma de privatização, se desenvolve nas políticas públicas educacionais e envolve em sua estrutura organizacional e executiva vários participantes que incluem o setor público e privado, dentre eles os investidores, fornecedores e avaliadores do contrato. Os trabalhos demonstram que há uma intensa relação dos setores públicos com os privados, e que a educação está sendo transformada em toda sua etapa e modalidade, e que através da privatização por meio de um instrumento administrativo - o CIS, esse processo se intensificou e mudanças estão ocorrendo no setor educacional. Os autores Abid e Schiefler (2016, p.25) define o CIS:

[...] vínculo jurídico por meio do qual o Estado, o terceiro setor (opcional) e a iniciativa privada dividem, cada qual em suas esferas, um complexo conjunto de direitos e obrigações e tem por finalidade principal a consecução de uma política pública determinada com o intuito de gerar ganhos sociais mensuráveis.

Desse modo, definimos como recorte temporal para as buscas nas respectivas bases de dados as publicações indexadas entre os anos de 2015 e 2022, cujos objetivos se relacionassem com os seguintes descritores: “Privatização da Educação”, “Contrato de Impacto Social da Educação e FGV” e ‘Educação Básica’. Utilizamos ao longo da pesquisa os seguintes critérios de inclusão e exclusão, demonstrada no quadro abaixo:

Para sistematizar o levantamento de produções científicas, utilizamos o operador booleano “*and*” associado aos seguintes descritores “Privatização *and* Educação Básica”, “Contrato de Impacto Social da Educação Básica, FGV *and* “Educação Básica”. A primeira etapa deste trabalho consistiu na realização de buscas nos bancos de dados da CAPES, por ser um catálogo de busca bibliográfica que reúne registros desde 1987, bem como por divulgar as

produções científicas dos programas de doutorado e mestrado na área de Educação, reconhecidos no país, trazendo pesquisas atuais e relevantes que optamos por selecioná-lo.

Nesse caminho o percurso teórico-metodológico da pesquisa traçou a seguinte direção: foi realizado consultas bibliográficas e documentais em que utilizamos três descritores para a busca científica: Privatização da Educação, Contrato de Impacto Social e Fundação Getúlio Vargas (FGV-Dian) e Educação Básica. A escolha desses descritores se deu por entendermos a abrangência deles no alcance do corpus da pesquisa com as produções inventariadas. A base de dados da consulta e seleção dos documentos se estenderam nas seguintes fontes: CAPES, SciELO, FINEDUCA e RBPAE. A escolha pelas revistas se deu por entendermos que ambas permitem aos pesquisadores acessar uma rica fonte de conhecimento e contribui para o avanço da educação e das políticas públicas no Brasil, por serem de grande importância acadêmica e ser referência no país. Para nosso estudo de base documental escolhemos utilizar as teses e dissertações e realizar a busca desse material no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, devido a abrangência nacional que essa plataforma possui e a possibilidade de recortes por área do conhecimento, ano, categorias regionais e setoriais.

Compreendemos a importância do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, por facilitar o acesso a informações sobre as produções científicas como teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação do país. Todos os dados fornecidos são originários da Plataforma Sucupira. A relevância dessa plataforma é fundamental pois há um vasto campo de dados, informações que estão apresentadas de forma bem detalhadas e assim dando mais sustentação a pesquisa. Para Cellard, (2008 p.296) [...] um conjunto documental que possibilita a realização da pesquisa e da consolidação de respostas às nossas hipóteses, mas que também deve-se considerar seus limites. Para tanto, dessas produções discorrem os dados, considerações e análises de forma mais específica; quanto a sua estrutura/formato demonstra-se mais uniforme, auxiliando no levantamento e sistematização de informações para nossa análise.

Essa fonte de pesquisa é de relevância significativa para as produções científicas, haja visto que as Teses e Dissertações firmam um acervo importante, onde são expostas questões pertinentes às disciplinas, as preocupações dos cientistas quanto às teorias, metodologias, explicação de fenômenos daquela área preestabelecida. Para Lopes e Romancini (2006), as teses e dissertações como base documental de uma pesquisa podem ser utilizadas de diversas perspectivas: análise de uma problemática específica de um campo de conhecimento, um período determinado da produção acadêmica ou a trajetória de uma área escolhida. Portanto, o resultado da pesquisa é avaliado e julgado a partir do estado do conhecimento daquele campo,

para tanto, essa produção dispõe de elementos imprescindíveis para a análise que buscamos realizar em nossa pesquisa. Desse modo apresentamos abaixo o quadro do mapeamento obtido na CAPES:

Tabela 1 - Quantitativo de produções científicas por base de dados, filtros utilizados e trabalhos selecionados com o descritor “Privatização da Educação”

Base de dados	Produções localizadas	1º filtro (Título e Resumo)	2º filtro (Introdução e Considerações finais)	Produções selecionadas
Dissertações (CAPES)	65	27	20	09
Teses (CAPES)	31	20	11	11
SciELO	27	20	15	12
Revista da FINEDUCA	14	13	12	12
Revista Brasileira de Política Administrativa Educacional (RBPAE)	07	05	04	02
Total	144	85	62	46

Fonte: Elaborado por Silva (2022).

A busca pelo Catálogo de Tese e Dissertações da CAPES, seguiu o seguinte critério de inclusão na primeira busca com o descritor “Privatização da Educação” foram encontradas 65 dissertações. Aplicamos o 1º filtro que consistiu na leitura de títulos e resumos e foram selecionadas 27 produções. Em seguida, o refinamento do 2º filtro considerado como critérios de inclusão, a leitura da introdução e considerações finais das produções, e 20 delas foram analisadas e discutidas. Para teses foram encontradas 31 produções, aplicando os filtros descritos acima, apenas 11 trabalhos atenderam os objetivos propostos.

Observa-se, que as produções inventariadas na CAPES, SciELO, Fineduca e RBPAE, representam quantitativos diversos. No catálogo de teses e dissertações da CAPES, há maior quantidade de trabalhos. Já nas revistas encontramos uma quantidade menor de produções, porém as que foram selecionadas foram de grande importância para a pesquisa. Portanto, o

catálogo de teses e dissertações da CAPES, representa o maior quantitativo das produções inventariadas, demonstrando sua importância para a pesquisa.

Tabela 2 - Quantitativo de produções científicas, ano de indexação e por base de dados com o descritor “Privatização da educação”

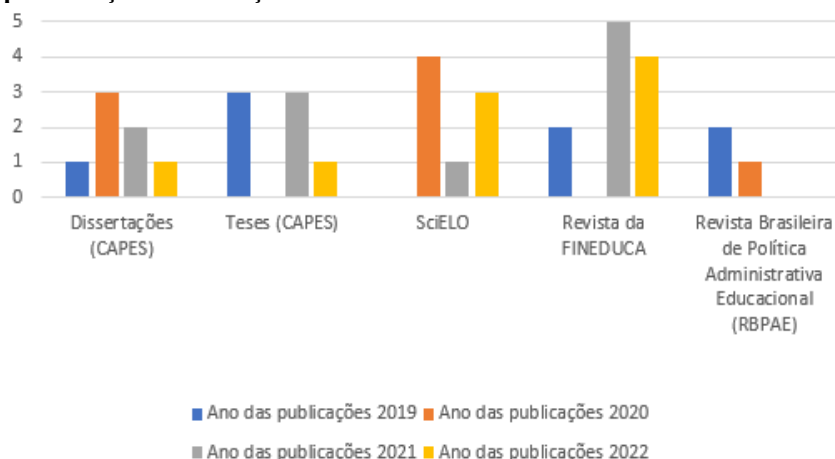
Base de dados	Ano das publicações							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Dissertações (CAPES)	-	-	-	02	01	03	02	01
Teses (CAPES)	-	01	-	03	03	-	03	01
SciELO	-	03	01	-	-	04	01	03
Revista da FINEDUCA	-	-	-	-	02	-	05	04
Revista Brasileira de Política Administrativa Educacional (RBPAE)	-	-	-	-	02	01	-	-

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Ancorando-nos em Bakhtin (1997), podemos ler cada resumo como um dos gêneros do discurso ligado à esfera acadêmica, com determinada finalidade e com certas condições específicas de produção. Em complemento, a tabela 2 apresenta a quantidade de produções por ano de indexação e por base de dados.

Nota-se que no ano de 2015, não houve produções com o descritor “Privatização da Educação” na CAPES, em 2016 apenas uma tese foi selecionada pois atendia o objetivo da pesquisa. No ano de 2017 não houve também produções. A partir de 2018 verificamos um quantitativo maior de produções. Haja visto que o lócus temporal da pesquisa equivale de 2015 e 2022. Para tanto, iniciaremos as discussões das produções pelas dissertações de mestrado e após as teses de doutorado para fins didático.

Gráfico 1 – Quantitativo de produções científicas por ano de indexação e por base de dados com o descritor “privatização da educação”



Fonte: Elaborado por Silva (2023)

Como observa, com o descritor Privatização da Educação nas bases de dados consultados, notamos que na Capes tanto produções (dissertações como teses) os anos de maiores publicações foram de 2019, 2020 e 2021. Na plataforma Scielo obtivemos maior índice o ano de 2020, na revista RBPAAE os dados mostraram que em 2019 houve um maior quantitativo, por fim na Fineduca no ano de 2021 as produções se elevaram alcançando o maior quantitativo em todas as plataformas pesquisadas.

Desse modo, compreendemos a relevância dessas fontes e desse mapeamento nas bases de dados pesquisadas. O quantitativo foi interessante, demonstrando que nos últimos anos especificamente a partir de 2019 as revistas vêm se caracterizando por um quantitativo maior de produções devido a veiculação ágil e como exemplo a RBPAAE se caracteriza com maior produção sobre privatização da educação, pois entendemos que esse fenômeno vem se expandindo em escala global.

2. O ESTADO NO CONTEXTO HEGEMÔNICO NEOLIBERAL E NEOCONSERVADOR E A PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

O neoliberalismo tem uma particularidade, não se trata de uma mutação histórica do capitalismo com a passagem da hegemonia econômica do capital produtivo para o capital financeiro. O neoliberalismo é uma mutação sociopolítica: é a nova forma do totalitarismo.

Marilena Chauí

O neoliberalismo é considerado um novo conceito do liberalismo clássico, política econômica que ficou vigente no mundo a partir dos anos 1970. De acordo com Moraes (2001) o neoliberalismo é definido como uma ideologia econômica que defende o livre mercado, a mínima intervenção estatal na economia e o individualismo. Para o autor o termo neoliberalismo leva a vários significados: 1- uma corrente de pensamento e uma ideologia, isto é, uma forma de ver e julgar o mundo social; 2- um movimento intelectual organizado, que realiza reuniões, conferências e congressos, edita publicações, cria Think-tanks, isto é, centros de geração de ideias e programas de difusão e promoção de eventos; 3- um conjunto de políticas adotadas pelos governos, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 70, e propagadas pelo mundo a partir das organizações multilaterais criadas pelo acordo de Bretton Woods (1945), isto é, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Nesse cenário, os debates como serviços públicos podem ser organizados, e muitas vezes vê-se uma polarização entre aqueles que defendem um Estado forte, com maior poder de intervenção, e aqueles que defendem uma maior descentralização do Estado e livre atuação de agentes privados (Périco e Rebelatto, 2005).

Portanto, esses significados indicam o retorno a um modelo ideal porque reiniciam, incrementam e difundem os valores do pensamento liberal e conservador dos séculos XVIII e XIX. Também abordam a volta a uma forma de organização econômica que teria vigorado, por pouco tempo, no meio do século XIX entre o período de 1870-1914, a chamada fase “globalizada” da economia mundial, expandindo a livre circulação de capitais e mercadorias. Dessa maneira, o liberalismo clássico foi em certo ponto a ideologia do capitalismo comercial e manufatureiro em expansão, isto é, um ataque às regulações políticas produzidas pelas corporações de ofício pelo Estado mercantilista. (Amaral, 2001):

O neoliberalismo de modo semelhante, é a ideologia do capitalismo na era máxima da financeirização da riqueza a era da riqueza mais líquida, a era do capital volátil - e um

ataque às formas de regulação econômica do século XX como o socialismo, o Keynesianismo, o Estado de bem-estar, o terceiro mundismo e o desenvolvimento latino-americano. (Amaral, 2001, p. 5-6).

O liberalismo surgiu no século XVIII em oposição ao mercantilismo e às imposições aos trabalhadores em consequência da Revolução Industrial. Dentre algumas características principais do liberalismo econômico Smith defende maior autonomia dos cidadãos nos setores públicos, econômicos e políticos, com pouca intervenção estatal. Considerado a doutrina econômica vigente, o neoliberalismo domina o sistema econômico e se espalha pelo mundo todo. Nesse aspecto Adam Smith e David Ricardo expõe que o princípio básico é o Estado não poder intervir na economia, e defendem uma economia sem a interferência estatal na qual tem as condições de se regularizar pelas forças do mercado.

Também afirma Smith que o mundo seria melhor, mais justo, racional, eficiente e produtivo se houvesse a mais livre iniciativa, se as atitudes econômicas dos indivíduos e suas relações não fossem limitadas por regulamentos e monopólios garantidos pelo Estado ou pelas corporações de ofício. Prega a necessidade de desregulamentar e privatizar as atividades econômicas, reduzindo o Estado a funções definidas, que delimitassem apenas parâmetros bastante gerais para as atividades livres dos agentes econômicos. São três as funções do governo na argumentação de Smith: a manutenção da segurança interna e externa, a garantia da propriedade e dos contratos e a responsabilidade por serviços essenciais de utilidade pública. (Amaral, 2001, p. 7).

No entanto, o liberalismo clássico vigorou até meados da década de 30 do século 20, entra em crise em 1929 nos E.U.A., a partir daí o liberalismo foi substituído por outra doutrina econômica denominada Keynesianismo; vigorou de 1930 até 1980 e entrou em crise, surgindo o neoliberalismo de forma a organizar a economia de uma outra maneira, embasados no livre comércio. Três países merecem destaque na implementação do neoliberalismo, o Chile no governo de Augusto Pinochet, os EUA no governo do presidente Ronald Reagan e a Inglaterra com Margaret Thatcher. Esses foram os principais líderes mundiais considerados precursores do neoliberalismo. Esse movimento ocorre no final dos anos 1970 a 1980 e se espalha pelo mundo todo. Moraes (2001) traz um breve caminho da expansão do neoliberalismo no mundo:

[...] a rigor, porém, as primeiras grandes experiências de “ajuste” neoliberal foram ensaiadas na América Latina: em 1973, no Chile, com Pinochet, e em 1976, na Argentina, com o general Videla e o Ministro de Martinez de Hoz. Durante os anos

neoliberais de ajuste econômico foram impostos a países latino-americanos como condição para renegociação de suas dívidas galopantes. Daí se passou a vigilância e ao efetivo gerenciamento das economias locais pelo Banco Mundial e pelo FMI: 1989, Bolívia; 1988, México com Salinas de Gortari; 1989, novamente a Argentina, dessa vez com Menen; 1989, Venezuela, com Carlos André Pérez; 1990, Fujimori, no Peru. E, desde 1989, no Brasil de Collor a Cardoso. (Moraes, 2001, p. 33).

Nesse contexto, as proposições neoliberais segundo Negrão (1996), foram explicitadas no Consenso de Washington, fruto de uma reunião ocorrida nos EUA, técnicos do Banco Mundial, do FMI e do BID e economistas de perfil liberal, com o objetivo de debater as reformas econômicas que deveriam ser adotadas pelos países da América Latina. Essa política de ajuste fiscal, determinava que os países precisavam adotar as medidas do consenso, seguindo alguns critérios: a) Orientação dos gastos públicos para que desse modo os setores de forte retorno econômico fossem priorizados ao contrário dos gastos sociais; b) Privatização de empresas públicas; c) Eliminação de barreiras fiscais e d) Desregulamentação do mercado e a proteção da propriedade privada. De acordo com Cruz (2003) e Silva (1999) é neste processo de reorganização produtiva e de propagação da ideologia da globalização que o Banco Mundial assume o papel de centro de poder internacional, que articulado ao FMI impõe aos países em desenvolvimento um programa de ajuste estrutural conveniente aos interesses do grande capital, atuando no sentido de monitorar e aplicar sanções econômicas às suas orientações, consideradas necessárias ao crescimento econômico e à estabilidade sociopolítica.

Nesse sentido, Amaral (2001) apresenta de forma simplificada e objetiva as diretrizes estratégicas da política neoliberal e suas formas de manifestações típicas: acentuam duas grandes exigências gerais e complementares, privatizar empresas estatais e serviços públicos, por um lado, por outro “desregulamentar”, ou antes, criar regulamentações, um novo quadro legal que diminua a interferência dos poderes públicos sobre os empreendimentos privados. O Estado deveria transferir ao setor privado as atividades produtivas em que indevidamente se metera e deixar a cargo da disciplina do mercado as atividades reguladoras que em vão tentam estabelecer. Nesse sentido, Harvey afirma que:

[...] o neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. (Harvey 2007, p. 2).

Desse modo, o autor sugere que o neoliberalismo é caracterizado por práticas político-econômicas que incentivam a liberdade individual e o empreendedorismo dentro de uma

estrutura institucional que protege os direitos de propriedade privada e promove mercados e comércio livres. Nesse aspecto, o autor compactua com a ideia de que o neoliberalismo foi uma espécie de desculpa encontrada para que o Estado, antes de se ocultar ou enfraquecer, passasse a trabalhar em prol do mercado e do grande capital internacional.

Assim, o Estado torna-se, mais estruturado em sua capacidade de arrecadação e regulamentação, como exemplo citamos a proporção de quadro de servidores públicos e em suas políticas sociais visando o aumento da renda per capita e sua distribuição.¹⁴ A revista *The Economist* analisou o declínio mundial da democracia em 2016, e destacou que o neoliberalismo pela sua agressividade, seu modo operante de agir, vem promovendo uma intensa degradação da democracia. A maneira como seus protagonistas agem com oportunismo, pragmatismo, imediatismo, acabam levando a veiculação de grupos racistas e autoritários a posturas antidemocráticas. O relatório da revista também apontou um declínio nos governos democráticos pelo mundo, tanto na forma do regime, como na aplicação das leis, obrigações e liberdades individuais, esses foram alguns dos critérios utilizados na pesquisa. Assim, a pesquisa conclui que menos de 5% da população mundial vive em uma democracia completa, sem falhas ou híbridas.

A democracia precisa estar acima de todos os interesses individuais, políticos e econômicos e para que ela fortaleça e aprimore há necessidade de políticas sociais e do próprio Estado, promovendo, distribuindo e ampliando sua autonomia. Os Estados-Nações hoje existentes são, portanto, o resultado da ação coletiva da sua forma de sociedade específica - a nação - para formar uma sociedade política autônoma. Nesse processo, os indivíduos e as organizações representativas de interesses defendem seus próprios interesses como se fossem os de todos e, em consequência, as nações experimentam muitas vezes regressões históricas. Afinal, o progresso humano resulta eventualmente não só do vetor dialético dos interesses de classe e dos acordos políticos, mas também dos princípios republicanos (da república) e solidários (do socialismo) que igualmente orientam a ação humana. (Bresser-Pereira, 2023).

Ademais, o contorno neoliberal da política e do debate democrático é a outra face que se visualiza na tentativa de minimizar o Estado-Nação, com a transferência de funções ao mercado interno ou externo com suas significativas restrições aos direitos sociais e coletivos. Esses aspectos centralizam prerrogativas, e desse modo, vão suprimindo a voz das majorias nas

¹⁴ Estudo da *The Economist* aponta declínio na democracia mundial e do Brasil (correiodopovo.com.br). Acesso: 08 de fevereiro de 2023).

decisões e forçam a transformação conservadora do próprio Estado, ao colocá-lo cada vez mais a serviço de privilégios da elite. O que vivenciamos é uma democracia formal, porém sem opções reais. Nesse processo Harvey afirma:

O neoliberalismo é, em primeiro lugar, uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido ao liberar as liberdades e capacidades empreendedoras individuais dentro de uma estrutura institucional caracterizada por direitos sólidos à propriedade privada, mercados livres e comércio livre. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada para essas práticas. Por exemplo, o Estado deve garantir a qualidade e a integridade do dinheiro. As intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas no mínimo, pois, de acordo com a teoria, o Estado possivelmente não possui informações suficientes para entender adequadamente os sinais do mercado (preços) e porque grupos de interesse poderosos inevitavelmente distorcerão e viciarão as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) para seu próprio benefício.” (Harvey, 2005, p. 12).

É sabido que houve uma certa aceitação do neoliberalismo nas práticas e no pensamento político-econômicos desde 1970. Portanto, o balanço do neoliberalismo apresentado por Anderson (1995), já apontava para a acentuação de desigualdades sociais trazendo várias implicações sociais. Destarte ressaltamos que o Estado deve pôr em prática sua autonomia no âmbito administrativo, democrático, político e econômico, garantindo assim direitos básicos da população; e dessa forma mediar as relações e conflitos, de modo a garantir à população serviços básicos públicos em setores estratégicos, como segurança, saúde, seguridade, transporte e educação.

Sob à luz da reconfiguração e redefinições do papel do Estado, nota-se a constante agenda neoliberal se materializando sobre a forma de privatizações de empresas estatais, a desregulamentação o Estado, a continuação do livre mercado que acaba por aumentar a competitividade empresarial dificultando o crescimento de pequenas e médias empresas e formando os oligopólios ao redor do mundo, já que com a competição, a aglutinação de empresas surgem assim também, temos como consequência a expansão da atuação das transnacionais alinhadas com as medidas toyotistas e flexíveis, no contexto trabalhista, na qual o indivíduo se torna empreendedor de si mesmo.

Para Damboriarena (2016) o neoliberalismo vai além, embasada nas proposições de Puello-Socorrás (2008) e Harvey (2013), o neoliberalismo é uma ideologia que invade todas as esferas da vida social, organizando inclusive, a vida cotidiana à sua lógica. Consoante com Puello-Socarrás (2008, p. 17), o neoliberalismo é uma prática constitutiva do capitalismo contemporâneo que se baseia na sujeição e subordinação ao mercado como meio de produção e reprodução social em sentido amplo. Isto é, “[...] uma prática discursiva construída,

constituída e realizada por uma dialética específica, contínua e constante entre teoria e práxis”. Representado também, um amplo projeto sociopolítico de classe, de longo prazo, que transcorre todas as dimensões sociais e como resultado destacamos a desigualdade social. Desse modo Harvey (2005) considera:

o neoliberalismo como uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. (Harvey, 2005 p. 2)

Para tanto, o neoliberalismo é uma ideologia que está enraizada na classe dominante hegemônica, que suscita várias discussões, dentre elas citamos a práxis, isto é, o cotidiano das pessoas, suas relações e como se organizam, que para Lefebvre (1991b, p. 37), “é nele que se situa o centro real da práxis”. Desse modo, a vida cotidiana é, também, produto do modo de produção. “O modo de produção, como produtor, e a vida cotidiana, como produto, iluminam um ao outro”. Para o autor, o cotidiano só é compreensível se pensado na totalidade; só assim, conseguimos captar a essência e dar um sentido, para, então, ser capaz de enxergar as contradições existentes na sociedade e podermos compreender e se posicionar diante dos fatos.

Destacamos que quando falamos em neoliberalismo salientamos que há um freio no desenvolvimento econômico dos países mais pobres, que dentro da divisão internacional do trabalho ficam caracterizados como exportadores de commodities, produto de baixo valor agregado, enquanto os países desenvolvidos crescem nos avanços tecnológicos, caracterizando um desenvolvimento desigual e combinado, que aumenta progressivamente a desigualdade entre as nações. O avanço da competitividade no mundo e a abertura comercial, alteram as relações espaciais e sociais permitindo identificar o aumento da capitalização dessas relações. Onde existe muita competição, muitos setores passam a ser vistos como oportunidade de mercado de modo que a água, o ar, a terra, a qualidade de vida acabam tendo valor financeiro como o homem passa a ser entendido como mercadoria do ponto de vista do consumo e do emprego. Desse modo, Harvey (2013 p. 17 a 50) destaca:

a força do neoliberalismo decorre de sua capacidade de propor um aparato conceitual convincente, sedutor e inquestionável, valendo-se dos ideais de dignidade e liberdade individual, que se tornaram os valores centrais da civilização, sob o “[...] pressuposto que as liberdades individuais são garantidas pela liberdade de mercado de comércio”. Assim, o neoliberalismo se tornou a ideologia dominante, com uma ampla e poderosa influência sobre os modos de pensamento e ação, modificando as maneiras cotidianas dos indivíduos interpretarem, viverem e compreenderem a sociedade. “O efeito disso em muitas partes do mundo foi vê-lo cada vez mais como uma maneira necessária e até completamente natural de regular a ordem social” (Harvey, 2013, p. 50).

Nesse cenário de pensamento dominante, o neoliberalismo enaltece a economia e que essa deva ser alicerçada no livre jogo dos esforços do mercado capitalista, e nesse caminho de conjunturas globais e capitalista, toda a conjuntura vai atestando o crescimento financeiro e econômico e o desenvolvimento social de um país. O neoliberalismo apresenta algumas características como adoção de medidas contra o protecionismo econômico e redução de impostos e tributos cobrados indiscriminadamente, privatização de empresas estatais, e livre circulação de capitais internacionais, abertura econômica para entrada de empresas multinacionais. Nesse âmbito os ideais neoliberais vão fortalecendo as relações econômicas internacionais.

Sobre o Estado neoliberal Harvey (2005), elucida que nem tudo vai bem, e é por isso que ele parece uma forma política de transição ou instável. No centro do problema reside uma florescente disparidade entre as metas públicas declaradas do neoliberalismo - o bem-estar de todos e suas consequências concretas - a restauração do poder de classe. Más, para além disso, há toda uma série de contradições mais específicas que merecem destaque:

De um lado, espera-se que o Estado neoliberal assuma um poder secundário e simplesmente monte o cenário para as funções do mercado. Porém de outro, espera-se que ele seja ativo na criação de um clima de negócios favorável e se comporte como entidade competitiva na política global [...]; O autoritarismo na colocação em prática do mercado não combina muito com ideais de liberdades individuais. Quanto mais o neoliberalismo se inclina para aquele, tanto mais difícil se torna manter sua legitimidade com relação a estes últimos, e tanto mais ele tem de revelar suas nuances antidemocráticas [...]; embora possa ser essencial preservar a integridade do sistema financeiro, o individualismo irresponsável e auto engrandecedor de operadores no seu âmbito produz volatilidade especulativa, escândalos financeiros e instabilidade crônica [...]; embora as virtudes da competição recebam prioridade máxima, a realidade mostra uma crescente consolidação de poder oligopolista, monopolista e transnacional nas mãos de umas poucas corporações multinacionais centralizadas [...]; no nível popular, o ímpeto para as liberdades de mercado e a mercadificação de tudo pode sair bem facilmente do controle e produzir incoerência social [...] (Harvey, 2005, p. 89-91).

O autor sublinha que esse ideário, se importa em não restringir a acumulação de capital, e onde não houver mercados, o Estado deve criá-los. Harvey (2013 p. 195). Sob à luz da ideologia neoliberal compreendemos que viver sob o neoliberalismo implica uma aceitação ou submissão a essa ordem. Desse modo, Harvey (2007) afirma “aceitar o regime neoliberal equivale a aceitar que a única alternativa é viver sob um regime de interminável acumulação do capital e crescimento econômico, quaisquer que sejam as consequências sociais, ecológicas ou políticas”. Para o autor, o neoliberalismo se espalhou pelo mundo como uma poderosa arma de reforma institucional e ajustamento discursivo, tornando-se o padrão de regulação global do

qual ninguém sai imune. Para Puello-Socarrás (2013a, p. 4), essa é a fase capitalista que mais aprofunda e intensifica “[...] as lógicas e contradições inerentes à reprodução e acumulação incessante do capital”, como “[...] a exploração econômica, a dominação política, a opressão social e a alienação ideológica”.

Nessa discussão de nível mundial, pontuamos que o neoliberalismo aqui no Brasil iniciou com o governo Collor de Mello (1990 a 1992), com o processo de implantação de preceitos neoliberais. Que foi intensificado com o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002). Nesse período foram adotadas e implantadas reformas, consideradas essenciais que desenvolvessem a modernização do país e garantisse a estabilidade econômica. O PDRAE, Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, se constituiu em um ministério e novas reconfigurações nas políticas públicas foram acontecendo. A desregulamentação promovida pelo estado foi uma das estratégias para que o mercado avançasse cada vez mais e concretizasse novas implementações nas políticas públicas, ou seja, influências significativas estavam acontecendo.

Nota-se que o neoliberalismo adquiriu espaçosa aceitação nas décadas de 1980 e 1990, sobretudo após o fim do socialismo no Leste Europeu. No projeto neoliberal destacamos alguns pontos básicos para os países americanos denominado “Consenso de Washington” ocorrido em 1989. Houve a participação de várias entidades como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) com o propósito de examinar as economias do continente. Foram várias organizações sociais que se reuniram como representantes dos Estados Unidos e vários países latino-americanos. Desse encontro, sucedeu um conjunto de medidas para controlar a inflação e modernizar o Estado, esses foram alguns dos resultados discutidos no Consenso de Washington: a) Ajuste Fiscal; b) Redução do tamanho do Estado; c) Privatização; d) Abertura Comercial; e) Fiscalização e f) Investimento e Terceirização.

Todas essas medidas foram estabelecidas de acordo com a teoria do Estado neoliberal que deve favorecer fortes direitos individuais à propriedade privada, o regime de direito e as instituições de mercados de livre funcionamento e do livre comércio (Harvey, 2005 p. 74). Conseqüentemente a autonomia reduzida e as empresas estatais se extinguindo, as que ainda resistiram estão sendo administradas pelo setor privado. Todas essas medidas reiteram que a força do mercado necessita cada vez mais pregar um discurso em que só as atividades particulares oferecem serviços de qualidade, pois são eficientes e ágeis, enquanto o poder público é moroso e burocrático.

Com esses princípios que surge o neoliberalismo, difundindo um pensamento com viés capitalista, em que a economia e/ou jogo financeiro precisa de mais espaço para se concretizar de modo efetivo em todos os setores sem intervenção do Estado. Esses princípios neoliberais tornam cada vez mais o mundo competitivo, injusto e muitas vezes excludente para muitas pessoas, principalmente as classes sociais menos favorecidas, e nesse caminho a sociedade avança cada vez mais para uma competitividade acirrada, em que a ordem capitalista se sobressai. Corroboramos com Harvey (2005) quando afirma que:

A privatização e a desregulação combinadas com a competição eliminam os entraves burocráticos, aumentam a eficiência e a produtividade, melhoram a qualidade e reduzem os custos - tanto os custos de direitos ao consumidor (graças a mercadorias e serviços mais baratos) como, indiretamente, mediante a redução da carga de impostos. O Estado neoliberal deve buscar persistentemente reorganizações internas e novos arranjos institucionais que melhorem sua posição competitiva como entidade diante de outros Estados no mercado global (Harvey, 2005, p. 76).

Na crise de 2008, autores que seguiram o viés da mercadorização com enfoque economicista, como Duménil e Lévy (2014) e o novo-keynesiano Joseph Stiglitz (2008), apressaram-se em afirmar o fim do neoliberalismo em função de suas contradições internas e aclamaram o início de uma longa transição para um novo regime de acumulação. Após essa crise o Estado se fortalece e cumpre o papel de empreendedor. Nessa trajetória uma reconfiguração do caráter processual da desconstrução de um regime político, que foi resultado de um acúmulo de fenômenos produzidos pelas contradições nas estruturas políticas de uma sociedade. Após a crise de 2008, o neoliberalismo radicalizou suas medidas ao mesmo tempo em que aprofundou o recurso ao autoritarismo, estabelecendo uma diferença de grau que permite afirmar, seguindo a análise de Nancy Fraser (2017), a passagem de uma fase progressista que mantinha práticas autoritárias para uma fase propriamente autoritária do neoliberalismo.

Deste modo a crise global preparou uma nova contraofensiva neoliberal:

As reformas de regulação das finanças logo cederam lugar a políticas de restrição fiscal e de austeridade que promoveram cortes nos serviços públicos; os gastos estatais de emergência para salvar o mercado financeiro foram interrompidos assim que os lucros foram restaurados, embora o desemprego e a execução de hipotecas continuassem a crescer; os riscos e as responsabilidades foram novamente transferidos pelo governo central para administrações locais, diretorias escolares, autoridades de saúde, entidades filantrópicas e famílias; e os custos da insegurança e da reestruturação foram mais uma vez pagos pelos pobres e vulneráveis (Peck; Theodore; Brenner, 2012, p. 266).

O Estado precisa retomar sua autonomia de gestor, executor, protetor e regulador para com a sociedade, e ofertar serviços de qualidade como educação, saúde, segurança projetos sociais etc., atender aos anseios sociais. O que estamos enfrentando são os resultados da relação público-privada e suas implicações na democracia. Em que a luta por projetos societários está em disputa entre o setor público e o privado. E nessa conjuntura o que está em jogo é o controle de todo o processo. Desse ponto de vista, as redefinições do papel do Estado estão em pauta e nesse sentido o Estado vai redefinindo seu papel de Estado mínimo para Estado empresarial, na busca de fortalecer mudanças que demonstre a efetivação do empreendedorismo social e as consequências desse Estado empreendedor não é mais o executor de políticas sociais, mas repassa para o indivíduo, através da meritocracia e da competitividade a responsabilidade pelo seu sucesso ou fracasso. Sublinhamos que Polanyi, *apud* Harvey (2005), quando fala que o “neoliberalismo proporciona direitos e liberdades àqueles que não precisam de melhoria em sua renda, seu tempo livre e sua segurança, deixando um verniz para o resto de nós. Como então o resto de nós aquiesceu tão facilmente a esse estado de coisas?” (Harvey, 2005, p. 47).

Nota-se um deslocamento de propostas societárias com princípios coletivos e democráticos para o individualismo, infelizmente as mudanças no papel do Estado são profundas que acabam impondo limites à sua função e deixa de ser o cumpridor de políticas públicas para ser o controlador de resultados, fomentando assim a ideologia do empreendimento e transferindo para indivíduo as responsabilidades de sobrevivência. Nesse caminho, Harvey (2005) destaca:

Os teóricos neoliberais têm, no entanto, uma profunda suspeita com relação à democracia. A governança pelo regime individuais e às liberdades constitucionais. A democracia é julgada um luxo, só possível em condições que garantem a estabilidade política. Em consequência, os neoliberais tendem a favorecer a governança por especialistas e elites. Dão forte preferência ao governo por ordem executiva e decisão judicial em lugar da tomada de instituições-chave, como o Banco Central, das pressões democráticas. Como a teoria neoliberal está centrada no regime de direito e na interpretação estrita da ordem constitucional, segue-se que o conflito e a oposição devem ser mediados pelos tribunais. Soluções e remédios para todo e qualquer problema devem ser buscados por meio do sistema legal.” (HARVEY, 2005, p. 77)

Nessa ceara da hegemonia do poder, da governança e do neoliberalismo, Dardot e Laval (2014) reiteram:

O neoliberalismo não pode ser reduzido à expansão espontânea da esfera mercantil e do campo de acumulação do capital. Não se trata de ser preciso defender a autonomia

relativa da política contra o determinismo monocausal de certo marxismo, simplesmente porque o neoliberalismo, por inúmeros aspectos doutrinários e pelas políticas que ele desenvolve, não separa de forma alguma a “economia” do quadro jurídico-institucional que determina as práticas próprias à “ordem concorrencial” global e nacional. (Dardot; Laval 2014, p. 7).

Para tanto, na perspectiva de acumulação do capital o cotidiano funcional transformado pela ideologia neoliberal, é voltada e representada para o mercado, isto é, incluindo os princípios do individualismo, da competitividade na sociedade de forma pragmática. Ademais essas ações ideológicas podem ser complementadas pelo gerencialismo, empreendedorismo, que tem apenas um interesse, levar a lógica dos negócios para todo tipo de prática social. Existe uma tendência geral e contínua de administrar a vida cotidiana como uma empresa, isto é, a empresa como figura dominante da sociedade. De acordo com Lefebvre (1991) a grande empresa moderna não se contenta em ser uma unidade econômica, nem de fazer pressão sobre a política, ela invade a prática social e propõe à sociedade inteira sua racionalidade como modelo de organização e de gestão (LEFEBVRE, 1991b, p. 75).

E neste cenário, entra em pauta a globalização econômica apresentando um novo ciclo no cenário mundial. Uma progressiva reação contra seus efeitos, impactou a atividade econômica e a estabilidade social em muitos países. A situação dessas democracias é marcada por insegurança, o que podemos compreender a elevação de uma nova espécie de política populista, podendo essa situação se tornar em revolta.¹⁵ Desse modo, Harvey (2005) cita:

O neoconservadorismo é, portanto, perfeitamente compatível com o programa neoliberal de governança pela elite, desconfiança da democracia e manutenção das liberdades de mercado. No entanto, ele se afasta dos princípios do puro neoliberalismo, tendo remoldado as práticas neoliberais em dois aspectos fundamentais: em primeiro lugar, na preocupação com a ordem como resposta ao caos dos interesses individuais e, em segundo lugar, na preocupação com uma moralidade inflexível como o cimento social necessário para manter a segurança do corpo político contra perigos externos e internos.” (Harvey, 2005, p. 92).

Desse modo, Andrade (2019) traz duas delineações de explicação sobre o neoliberalismo, a primeira pensa como uma política de classe inspirada em uma ideologia econômica que busca ampliar a mercadorização, e nesse ritmo, dá origem às formas de acumulação por espoliação. Focam na expansão e na renovação dos mercados globais, da privatização, da financeirização, dos modelos de gestão e de exploração do trabalho,

¹⁵ K. Schwab, C. Smadja, citados em D. Harvey, *Spaces of Hope*, Edingurgh, Edingurgh University Press, 2000, 70 [Ed. Br.: Espaços de esperança, São Paulo, Loyola, 2004.]

expandindo as áreas e intensificando as formas de acumulação capitalista. A segunda explicação enfatiza, no neoliberalismo, o fenômeno da “*economization*”, ou seja, a promoção não apenas da expansão dos mercados *per se*, mas do *modelo* de mercado, com a difusão da concorrência, da forma empresa e de técnicas econômicas de avaliação e ranqueamento para esferas da vida fora do mercado. O foco recai nas lógicas normativas e institucionais, e a dominação de classe e a financeirização são vistas mais como resultado que como causa dessa transformação da racionalidade política.

O processo de crise estrutural do capital e desenvolvendo-se sob formas particulares em cada país e conjuntura. Nessa perspectiva, Barroco (2015) anuncia:

O neoconservadorismo consiste na junção entre os valores do conservadorismo moderno e os princípios do neoliberalismo. Do conservadorismo clássico, preservam-se a tradição, a experiência, o preconceito, a ordem, a hierarquia, a autoridade, valorizando-se as instituições tradicionais, como a igreja e a família patriarcal (Barroco, 2014, p. 624).

Nesse âmbito, Apple (2003) aponta aspectos característicos dos neoconservadores que se baseiam:

[...] numa visão romântica do passado, um passado em que o “verdadeiro saber” e a moralidade reinavam supremos, onde as pessoas “conheciam o seu lugar” e em que as comunidades estáveis, guiadas por uma ordem natural, protegiam-nos dos estragos da sociedade. (Apple, 2003, p. 57).

Assim sendo, o autor apresenta algumas políticas educacionais propostas pelo grupo nos Estados Unidos: currículos obrigatórios, avaliações nacionais, retorno a uma *tradição ocidental*, patriotismo e perspectivas conservadoras da educação moral do caráter. (Lima, 2019). Além disso, os neoconservadores realizam ataques ao multiculturalismo, pois entendem o *outro* como um perigo aos *valores tradicionais* (Apple, 2003). Nesse sentido o autor destaca, que uma das exigências dos neoconservadores tem sido um Estado cada vez mais forte, no sentido de regular a ação docente, passando de uma “‘autonomia permitida’ para uma ‘autonomia regulamentada’ à medida que o trabalho dos professores se torna extremamente padronizado, racionalizado e ‘policionado’” (Apple, 2003, p. 62).

Portanto, as concepções neoliberais e neoconservadoras são percepções de mundo iniciada em trajetórias diferentes que ganharam forma na metade da década de 1970, momento de crise de reforma do capitalismo. No século XX, o liberalismo nos Estados Unidos, diferente do liberalismo no restante da América e na Europa, não entendia a liberdade apenas como uma

proteção contra os abusos dos governos, mas como resultado da promoção da igualdade de oportunidades expressa por meio das oportunidades de trabalho, de uma remuneração justa e suficiente para alimentação [...] condições de comercializar livremente, sem competições injustas e domínio de monopólios. Coadunamos com Harvey (2005) quando afirma que “o Estado Neoliberal é necessariamente hostil a toda forma de solidariedade social que imponha restrições à acumulação do capital” (Harvey, 2005, p. 85).

Existe um diagnóstico dos neoconservadores em relação à crise de 1970, era que se fazia necessário organizar a sociedade a partir de outros valores e que o “maior perigo do século XX era o crescente papel do Estado como organizador da vida social” (Moll, 2010, p. 68). Para o autor:

os neoconservadores criticavam, dessa forma, as intervenções estatais na vida das pessoas, ao afirmar que a presença do Estado representava um perigo em termos morais e econômicos, pois menosprezava o que sempre foi visto como um dos grandes valores americanos: a liberdade individual. Para os neoconservadores, “a liberdade individual era um valor americano fundamental e moral, responsável pela produção e pela riqueza da nação” (Moll, 2010, p. 68).

No caso do Brasil, Miguel (2016) aponta três correntes de ideias conservadoras: o libertarianismo, o fundamentalismo religioso e o antigo anticomunismo. O libertarianismo, para ele, defende o menor Estado possível e entende que qualquer situação que tenha origem em mecanismos de mercado é justa por si, por mais desigual que pareça. Assim sendo, o autor afirma que tal posição é defendida por fundações privadas, sendo este o caso do Instituto Millenium, que, conforme Miguel (2016, p. 593), é o principal *think tank* da direita brasileira, criado em 2006 e financiado por empresas nacionais e transnacionais.

Para Miguel (2016), que dialoga sobre o crescimento das ideias conservadoras no Brasil, é possível perceber a partir de 2010, um avanço, no debate público, de vozes abertamente conservadoras. Para o autor atualmente,

[...] é perceptível uma significativa presença de discursos em que a desigualdade é exaltada como corolário da “meritocracia” e em que tentativas de desfazer hierarquias tradicionais são enquadradas como crime de lesa-natureza. Nestes discursos, também ganha uma nova legitimidade a velha ideia dos direitos humanos como uma fórmula que concede proteção indevida a pessoas com comportamento antissocial. (Miguel 2016, p. 592).

Sob a crise dos anos 1970, muitos liberais buscaram reavivar o liberalismo clássico como uma roupagem pragmática que colocava o livre mercado como solução para os problemas econômicos. Para eles os excessivos gastos públicos, os altos impostos e a crescente regulação

do governo sobre a atividade econômica geraram inflação, endividamento e prejuízo à produtividade. Com salvaguarda do direito à vida, a atuação mínima do Estado pressupõe políticas para socorrer aqueles que se encontram em necessidade. Contudo, o Estado deveria elaborar programas de incentivo do trabalho como especialização e orientação, programas de renda mínima ou imposto negativo com oferta direta de capital aos cidadãos, na medida necessária para garantir condições mínimas de sobrevivência, programas sociais limitados, voltados exclusivamente para grupos específicos com o objetivo de corrigir distorções provocadas pelo próprio Estado em outros momentos.

Sendo assim, deveria se comprometer diretamente apenas com a realocação de renda e delegar a organizações privadas o papel de executar e administrar os programas de treinamento e qualificação e os programas sociais específicos. Em síntese, intelectuais de tendências neoconservadoras apontaram as transformações socioculturais e os programas sociais estabelecidos durante o século XX, sobretudo nos anos 1960, os principais causadores dos problemas morais de uma suposta degeneração social que assolou os Estados Unidos.

Na lógica neoconservadora, as políticas sociais liberais atribuíram ao Estado papéis que deveriam ser assumidos pelas famílias, pela Igreja e pela comunidade. Para tanto, o Estado destinava recursos para os programas sociais, ao invés de incentivar a livre iniciativa e o emprego, sendo assim condescendente com a criminalidade, uma vez abandonava a sua verdadeira função, a manutenção da ordem pública, em nome de outras atividades utópicas. Como consequência, as famílias se desestruturavam, os jovens perdiam as esperanças e passavam a valorizar a leniência e o consumo de drogas e a sociedade se fragiliza diante da criminalidade. Nesse caminho, “os intelectuais que construíram as bases ideológicas do neoconservadorismo resgataram do tradicionalismo a ênfase moral que, a partir da década de 1960 serviu para atacar moralmente o Estado de Bem-Estar Social e os movimentos sociais liberais” (Moll, 2010, p. 67).

As instituições são concebidas consolidadas num longo processo de evolução, no qual os valores - formados pelo hábito - são conservados pela tradição de forma permanente. Nesse sentido, são valores atemporais. Do neoliberalismo, conservam-se a não interferência do Estado na economia, o empreendedorismo, a meritocracia, o privatismo, o combate aos movimentos sociais e aos direitos sociais (Barroco, 2015).

Há uma relação entre educação e estrutura econômico-social capitalista, associada a concepção teórica e metodológica centrada no materialismo histórico diante da

contemporaneidade e conjuntura política, econômica e social apresentada. Sublinhamos as mudanças ocorridas na base material e política das relações sociais capitalistas e seu caráter regressivo em todas as esferas da sociedade, em que a desvantagem ocorre para classe trabalhadora, com perdas de direitos já conquistados com muita luta e resistência. Destacamos a importância de uma visão economicista logrado para o campo educacional, representada na ideologia de capital humano, descaracterizando verdadeiramente o sentido da educação pública.

Nesse panorama educacional, o neoliberalismo olha para a educação inserida no mercado em que a escola é figurada como espaço de geração de lucros. Na perspectiva gerencialista, a lógica é reconhecer o mérito de alguns o que pode favorecer a competitividade entre os profissionais e assim gerar melhores resultados. Entretanto, segundo Freitas (2018, p. 139), “tais políticas reduzem o conceito de educação ao de aprendizagem de Leitura e Matemática em testes padronizados, usualmente de múltipla escolha, e induz a escola a se concentrar nessas disciplinas, elas esvaziam a ênfase da escola em outras disciplinas”. O autor defende que a ideia de um país que coloca seu sistema de ensino na lógica do mercado deveria, por si, ser perturbadora.

Segundo Harvey (2007), importante luta política deve ser contra a natureza profundamente antidemocrática do neoliberalismo claramente apoiado pelo autoritarismo dos neoconservadores. É como se ultrapassasse o conceito abjeto e infesto de liberdade sobre o qual o neoliberalismo se edificou.

Deste modo, o Estado vai perdendo sua força em implementar políticas públicas voltadas a uma parcela da sociedade que mais necessita de seus serviços sociais, ficando a mercê de um sistema, controlado por grandes corporações, conglomerados empresariais, institutos e fundações que visam sugar a máquina pública. Conforme Dardot; Laval (2016) indicam, esse sistema,

[...] é o efeito global de um conjunto de práticas, de dispositivos e de instituições que progressivamente enquadraram e limitaram as possibilidades de escolha e de ação dos Estados, das organizações econômicas e sociais e dos próprios indivíduos. É um conjunto cristalizado de normas e de regras que acabou por adquirir uma coerência tal que os atores são conduzidos a agir em conformidade com elas. [...] O sistema não faz outra coisa que se reproduzir, se alargar e se reforçar pelas coações que ele impõe aos atores privados e públicos, os quais o normalizam, o rotinizam, o aperfeiçoam e o expandem através de crises e desequilíbrios repetidos. (Dardot; Laval, 2016, p. 77).

Por fim, o caráter sistêmico desses ideais, vão se alastrando por todo o mundo e deixando suas marcas sombrias, onde a mudança é notória desde a desregulamentação do

Estado, com a ingerência acirrada do capital sobre todas as formas de vida no planeta, e deste modo relações são organizadas e efetivadas entre o setor público e o privado, que vai limitando a autonomia do Estado, como gestor administrativo, tomando conta da agenda política. Um verdadeiro sistema de efeito avassalador.

2.1. O Estado no contexto de hegemonia do capital corporativo e financeiro e os direitos sociais no Brasil: turbulências nas relações entre Estado e o setor privado

Estamos vivenciando um período singular do capitalismo no contexto nacional, onde verificamos forte influência de forças sociais representadas por sujeitos individuais e coletivos (Thompson, 1981), que defende projetos com interesses vinculados aos ideários neoliberal e neoconservador em uma perspectiva de classe.

Em consequência de uma postura extremamente capitalista que cobra do sujeito apenas sua produção a qualquer custo, é que entra os setores produtivos privados, adentrando na educação de forma expansiva e gradativa em todas as esferas, pregando e norteando os conteúdos, os métodos de ensino e avaliação, o currículo, enfim, todo sistema educacional sendo gerido pela classe dominante, e o recado é seja empreendedor de si mesmo. É assim que vivemos cercado por um sistema extremamente excludente e violento, demonstrada a todo momento a ideologia neoliberal em que o sucesso depende do esforço de cada um, e esse pensamento leva as famílias a se sentirem os únicos culpados por essa situação.

Aqui debatemos com um enfoque maior na concepção de ser humano, trabalho, conhecimento, sociedade e educação, com propensão na relação da sociabilidade do capital com as ideias e política de educação. Fernandes (1973) define a sociedade de capitalismo dependente como uma expressão burguesa que nunca a defendeu e que, até o presente, se associa ao grande capital. O resultado é uma sociedade em que o aumento da riqueza para poucos mantém e amplia a pobreza da maioria. Uma burguesia que produz a miséria e se alimenta dela, como sentença Oliveira (2003).

Desse modo, compreendemos que a sociedade sempre será um espaço repleto de contradições, pois está conectada na dialética do real e no plano da luta de classes. É com ênfase que a discussão no campo da relação entre produção do conhecimento, processos educativos e consciência de classe ou da relação teoria e prática, que Barata-Moura apresenta sobre a produção da ciência, da história e da relação entre teoria e prática em Marx. Esteja aí o ponto

central da dificuldade do pensamento crítico em nosso campo educacional para transitar do campo da produção teórica à ação político-prática, deixando para os intelectuais do capital tomar por assalto o fundo público e orientar, no conteúdo, no método e na forma a educação que convém ao mercado.

Destacamos aqui, que o legado teórico de Marx, de Lênin e de Gramsci e da ação concreta, demonstra de forma clara a importância do trabalho coletivo pautado pelo rigor crítico e pela solidariedade de classe, conhecendo-se que a consciência política do pertencimento da classe trabalhadora constrói-se na práxis. Portanto, estamos retratando um aprendizado na luta política concreta contra os processos de exploração e expropriação da classe trabalhadora, por meio de organização para fazer valer direitos negados.

No campo educativo, mais grave do que a expansão do mercado privado, é a direção no conteúdo, método e forma da educação pública dentro de uma concepção mercantil. Aqui, um duplo e mais duro desafio. No campo teórico desafia-nos o esforço de apreender, para além da aparência, o sentido do movimento da realidade. No plano político é urgente a construção de uma agenda que possa não apenas barrar a mercantilização, mas retomar o espaço da esfera pública. Único espaço, mesmo que restrito, de garantia de direitos universais. (Frigotto, 2005, s/r)

Interessante destacar que o processo de hegemonia, elucida várias situações dentre elas a nova governança e as contribuições gramscianas para compreender as mudanças na relação entre Estado e Sociedade civil, haja visto que são causados por uma doutrina neoliberal que é regida pelo capital a qualquer custo, e compreender de que forma a privatização da educação como uma relação entre setor público e privado é de suma importância. Essa noção acaba secundarizando o papel do Estado, que passa a ser gerenciado pela atuação de organizações do chamado “Terceiro Setor”. Nessa lógica o Estado e a Sociedade Civil atuam juntos constituindo redes de políticas públicas.

Essas ações e articulações acabam sendo em nível global em que contribuem para harmonização dos interesses de governos, os Capitais nacional e internacional, desse modo, ingerindo novas formas de gerir o social. O conjunto dessas mudanças e novas formas de organizar a sociedade, repercute diretamente na educação, ou seja, dentro das escolas, e todo o sentido vai sendo norteado por interesses esses do capitalismo, em que utilizam a educação, seus recursos de ordem públicos para interferir no trabalho escolar e assim a educação vai sendo velada conforme a necessidade do mercado. É nesse processo de construção de hegemonia que prevalece os consensos e velamentos sob a lógica do jogo de interesses.

Todo esse movimento, causou grandes embates sobre redes políticas públicas e novas formas de governanças, por essa modificar as configurações existentes entre Estado e Sociedade Civil, implicando na privatização de várias estruturas pertencentes à máquina pública. Foi com as mudanças no ideário social-democrata clássico que incorreram elementos desenvolvimentistas às formulações e às práticas neoliberais. Sobre essa nova reconfiguração do Estado e suas relações com a Sociedade Civil, Nogueira (1999) refere-se aos limites do modelo neoliberal, reconhecidos por seus próprios proponentes. Em que John Williamson, patrono do Consenso de Washington, defendeu uma “adaptação dos princípios por ele formulados em 1989: os modelos de liberalização devem tomar cuidado com o social, com a educação e com a criação de instituições que aumentem a governabilidade da economia” (Nogueira, 1999. p. 70). Nesse ângulo, nota-se a necessidade de algumas políticas de proteção social, em que outros neoliberais reconsideraram suas posições.

O Estado tem um papel importante a desempenhar na produção de regulações apropriadas, na proteção e no bem-estar social. A discussão não deveria ser se o Estado deve envolver-se, mas sim como ele deve se envolver. A questão não pode ser, portanto, o tamanho do governo, mas as atividades e os métodos do governo (Stiglitz, 1998, p. 691).

Para além, “há urgência para projetos sociais que direcionem a construção de bases para um modelo de desenvolvimento e uma sociabilidade que assegure a coesão social por meio da engenhosa combinação de ‘livre mercado’ com ‘justiça social’” (NEVES et al., 2010, p. 35). Nesse âmbito, o Estado não deixou de ser responsável por conceder serviços públicos à população, mas se transformou na materialização dessa responsabilidade. E assim, a preocupação dos reformadores neoliberais foi a apreensão da equidade e eficiência que o poder privado se prevalece no discurso, e dessa maneira o desenvolvimento de parcerias público-privadas foi se estabelecendo de forma vertiginosa.

Nota-se nessas relações que impactam no movimento social as contradições imanentes à relação capital – trabalho. É o começo para compreender o pensamento neoliberal e suas estratégias atualizadas de domínio em várias esferas como a política econômica, social e educacional. Para Gramsci, os limites da Sociedade Política e da Sociedade Civil, não são tão resistentes, ao contrário, institui o Estado ampliado, no interior do qual se travam disputas por hegemonia e lutas pela construção de um novo bloco histórico.

Essas relações evidenciaram-se na maior presença de grupos privados na definição e execução de políticas públicas configurando o crescimento do chamado “terceiro setor”, representado por organizações e fundações empresariais. Recrudesceram-se as

disputas de classes e frações de classes no âmbito da governabilidade para a definição das propriedades na agenda da política social e econômica (Carvalho, 1999 p. 24).

Para Evangelista (2008) e Shiroma (2011; 2012) o Estado não ficou mínimo e o governo não foi substituído, entretanto, constitui um importante nós nas redes. As organizações sociais não agem nem definem isoladamente as políticas e as redes não se limitam às fronteiras nacionais.

Todo esse movimento, chegou no Brasil em 1990, e impulsionou a Reforma do Estado, em que se estabeleceu uma ordem reformista, em que o Estado gerenciasse os processos enquanto as “organizações sociais” sob a forma de institutos e fundações privadas executariam as políticas sociais com recursos públicos, conhecidas como agências reguladoras. Nessa conjuntura de forças, o que compreendemos a partir dos estudos é que o Estado não se distanciou para dar espaço ao setor privado, ao contrário mantém-se presente, mas não como provedor exclusivo dos serviços públicos e sim como regulador; mudou-se a configuração atual para atender às demandas do mercado em que novos atores estão se estabelecendo e tomando espaço. Nesse aspecto, a modificação da função do Estado, como a participação de organizações da Sociedade Civil, em particular os empresários, que estão presentes na elaboração de políticas públicas

Para Ball, (2007, p. 114), as redes de políticas públicas são amplas e caracterizam-se por híbridos e instáveis de organizações envolvidas em diferentes formas de coordenação e controle que interagem e estão em frequente tensão dando origem à chamada *new governance*. Desse modo, a literatura trata desse fenômeno de expansão das redes políticas públicas expondo seus vínculos com o debate sobre governança em rede, situando-se no legado institucional da reforma do Estado neoliberal (Jessop, 2011; Bevier; Rhodes, 2011; Ball, 2012).

O discurso neoliberal, retrata ineficiência da burocracia do Estado à produtiva gestão das empresas privadas, a eficaz e ágil maneira e estratégias que ocasiona o desdobramento da eficiência de setores privados, segundo os intelectuais neoliberais. E nesse caminho temos a ocorrência de um “esvaziamento do Estado” (Rhodes, 2012).

Whitman (2009), elucida que a emergência da governança em rede desestabilizou essas certezas, tirou o Estado do centro das reflexões, questionou sua autonomia na tomada de decisões e procurou evidenciar suas relações com organizações da Sociedade Civil ao nível nacional e no internacional. Outro ponto a destacar sobre o papel do Estado, é a de governança, isto é, sua capacidade via desregulação e desburocratização, movimento conhecido como

Terceira Via. O Estado estimulou a criação das parcerias público-privadas que funcionariam como redes de *delivey servisse*, pois diante do corte de gastos nas áreas sociais, recorrer-se-ia à cooperação para o fornecimento dos serviços públicos. Destarte, com essa expansão de parcerias houve mudanças institucionais e nas relações de poder promovendo a ideia falsa de que o governo poderia ser substituído pela governança em rede (Bevir; Rhodes, 2011; Davies, 2011).

A concepção de hegemonia permite entender que a classe dominante, ademais do poder econômico, é também classe dirigente em virtude de apresentar sua capacidade “para liderar a sociedade em uma direção que não só serve os interesses do grupo dominante, mas também é percebido pelos grupos subalternos como servindo ao interesse geral” (Davies, 2011 p. 113).

Esses movimentos de classes sociais e as distinções expressivas entre classe dominante e trabalhadora, e as relações existentes das organizações da Sociedade Civil, são considerados aparelhos privados de hegemonia, como sindicatos, igrejas, escolas, universidades entre outros, tanto quanto os meios de comunicação de massa, pelos múltiplos mecanismo de difusão ideológica, constituem potentes instrumentos de hegemonia (Gramsci, 1987). Pautado na teoria da concepção dialética do autor, a Sociedade Civil, apresenta-se como a esfera na qual a classe dominante organiza o consenso e a hegemonia e, contraditoriamente, é também a esfera em que as classes sociais subalternas organizam sua oposição e constroem uma hegemonia alternativa ou contra hegemonia.

E nessa disputa por hegemonia na Sociedade Civil, a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Banco Mundial (BM), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), atuam desempenhando papel central como organizações supranacionais e efetuam uma ingerência significativa e definitiva sobre o desenvolvimento de políticas nacionais e locais (Carvalho, 2011; Rinne; Ozga, 2011; Rinne, 2013; Robertson, 2012). Para tanto, essas redes articuladas por grupos políticos e econômicos internacionais podem ser analisadas para a construção da hegemonia neoliberal transnacional (Carroll; Carson, 2006, p. 35). Outrossim, o neoliberalismo é uma doutrina política, ideológica e econômica que se apresenta como um projeto com único objetivo de reorganizar o capitalismo internacional, na perspectiva de um projeto político que estabeleça as condições de acumulação de Capital e para restaurar o poder das elites econômicas. (Harvey, 2007, p. 19).

A presença desses órgãos internacionais reconfigura a ordem de políticas nacionais, causando mudanças e modificações nas definições e estrutura do Estado. Nesse aspecto a

participação de organizações da sociedade civil nos processos de definições e execução de políticas públicas tem impactado a construção da hegemonia necessária para governar que se utiliza de redes sociais no âmbito global. Sobre os efeitos dessas reformas que foram se intensificando pelas mudanças de ordem global, a inclusão e o aumento da atividade econômica transnacional e o surgimento de instituições e redes regionais (Bevir; Rhodes, 2011, p. 2015), cujo impacto é cumulativo: interagem crescentemente, usam estratégias e repertórios para ação similares, mobilizam quadros para ações coletivas (Mundy; Murphy, 2001).

Redes constituem comunidades que trocam informações, participam do processo político, disseminam e “validam novos discursos políticos e viabilizam novas formas de influência política” (Ball, 2008, p. 747). Relacionam-se à criação e ao compartilhamento de um novo senso comum, o que leva à consideração dos discursos como produção cultural e de formação de subjetividades, elemento crucial para a hegemonia (Shiroma, 2014). Nesse contexto, Jessop (1984) evidencia que Gramsci e Poulantzas ressaltaram o importante papel da ideologia na constituição da hegemonia. E nessa perspectiva as ideologias, interpretadas como visão de mundo, são transformadas por meio do trabalho de reorganização e recomposição de elementos. O autor, compreende:

Hegemonia não é alcançada através de imposição de uma ideologia de classe sobre outra classe para formar aliança de classes. Ela envolve a articulação de elementos dos discursos ideológicos em torno de alguns princípios hegemônicos específicos para criar um sistema relativamente unificado embora ideologicamente sincrético (Jessop, 1984, p. 193).

Nesse jogo de interesses nos recursos públicos e influências nas políticas educacionais, nota-se que essas relações de grupos que tem específicos interesses com o governo e dentro dessa trama, as relações do público e privado, ações de responsabilidade social de empresas, ou relações que demarcam novos tipos de relações entre organizações estatais e não estatais, redefinam as funções e responsabilidades do Estado, e todo esse movimento são compartilhados com a Sociedade Civil. Nesse panorama Marques (2004) evidencia que a grande permeabilidade entre interesse públicos e privados, evidenciando que, distantes da noção idílica de coesão social, as redes são marcadas por grupos que disputam o controle sobre as políticas de forma mais ou menos polarizada dependendo da configuração do Estado.

Compreendemos a importância de instituições educacionais no papel de destaque na expansão cultural e atuantes como aparelhos privados de hegemonia perante a sociedade, é com essa postura que a manutenção das relações sociais de produção capitalistas, que os empresários

acabam se apropriando de cadeiras em conselhos que determinam políticas econômicas, como comitês de governança na área da Educação e até na formação do professor.

Dentre dessas Redes, destacamos a Unesco que ampliou em 2011, o grau de intervenção nas políticas nacionais da América Latina por meio de uma rede denominada *experts*, iniciou com cinco países, para desenvolver o *Proyecto Estratégico Regional sobre Políticas Docentes* (Oreal/Unesco, 2011). Nesse projeto a inclusão e estratégias para formação inicial e continuada de professores, sua carreira e formas de institucionalização de políticas nos Estado-Nação. Contudo, pontuamos que não é apenas a ingerência nas políticas públicas de entidades privadas, como as Organizações Internacionais e Nacionais e a Sociedade Civil que implicam nesse processo, essas redes são conglomerados de grupos que interferem nos rumos da educação, em que o objetivo principal é reformar a educação o modo de ensinar, como ensinar e quando ensinar, toda discussão pedagógica e curricular na mãos de entidades não governamentais com ou sem fins lucrativos, em que introduzem nas políticas educacionais o seu maior interesse, tornar-se parte e manter o monopólio da classe trabalhadora.

Para Laval (2004) a educação tende a responder à razão econômica para produzir homens flexíveis e trabalhadores autônomos preparados para a competitividade e produtividade implantado do sistema neoliberal, e os países que integram. A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) tem um papel importante na educação global, realizando estudos e propondo diretrizes para melhorar a qualidade e a equidade da educação. Nessa perspectiva a organização reconhece a educação como um direito social e subjetivo, mas também observa que a educação tem implicações econômicas significativas. Almejam da educação, por meio das instituições ou programas de formação profissional, objetivos direcionados para com o crescimento econômico. Por conseguinte, o sujeito, no seu ofício, reduz-se a um produto do discurso neoliberal. Nesse cenário, a escola e a economia passam por uma duplicidade assumindo assim, um sentido utilitarista: por um lado, a concorrência no seio do espaço econômico tornado mundial; por outro, o papel cada vez mais determinante da qualificação e do conhecimento na concepção, na produção e na venda de bens e serviços. Corroboramos com o autor quanto a dispersão do sistema educativo:

[...] as organizações internacionais de ideologia liberal, acompanhadas pela maior parte dos governos de países desenvolvidos, que incentivaram essa concepção de escola, fizeram da competitividade o princípio dominante dos sistemas educativos: “A competitividade econômica é também a competitividade do sistema educativo” (Laval, 2004, p. 04).

Nesse interim, o neoliberalismo abre dispositivos como a concorrência capitalista que vê na educação uma sustentação fundamental, em que observamos a formação da subjetividade, a concorrência capitalista tem na educação uma possibilidade da nova configuração da educação mercantilizada ou “mercadorizadora”. Ambos os conceitos naturalizam a competição e criam um arranjo entre os indivíduos e Estado por meio da educação. Perceber a mudança na forma do Estado e da função da educação que não se volta mais para a formação de um sujeito de direitos, mas para que cada indivíduo se torne um “gestor de capital pessoal” é o que nos faz refletir.

Todo esse prisma reflete ideologias neoliberais, hegemônicas que difundem em larga escala o projeto intervencionista, na máquina pública, adentrando na escola com posturas de competitividades, individualistas e extremamente capitalista, pois promovem os *rankings* entre instituições escolares sejam elas da educação básica até a superior; com estratégias de meritocracia, reformulando o verdadeiro papel da educação, com avaliações de larga escala, testes internacionais como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) em que países, universidades concorram e comparem seus resultados promovendo uma competitividade acelerada e estritamente mercadológica de ordem exclusiva e penhor capitalista.

A Organização Mundial para a Educação discute esses resultados do movimento de articulação do Capital em nível internacional, em que se ramificam adentrando espaços nacionais e locais pela ação de intelectuais orgânicos (Shiroma, 2014). Um desses intelectuais orgânicos, denominados como – *think-tank*, ONG e coletivos é a rede “Todos pela Educação”, que impõem pressionando por mudanças no campo educacional, sempre movidos pelos velhos interesses de classe. O Movimento Todos Pela Educação, não se restringe apenas na organização dos seus representantes nos espaços de disputas institucionais de um projeto educacional para o Brasil.

Esse projeto foi criado pelo setor bancário, liderado pelo Itaú, em articulação com o setor de commodities, além disso, outras entidades e organizações representativas de frações do capital, como a Confederação Nacional da Indústria (CNI), Grupo de Instituições, Fundações e Empresas (GIFE) e Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social aderiram ao Movimento Todos pela Educação. (Evangelista; Leher, 2012, p. 07). Tudo isso, acontece de forma apresentável para a sociedade, pois o discurso utilizado é sempre cheio de intencionalidades e assim vão obtendo o consenso de alguns grupos em torno da urgência de reformar a educação pública.

“[...] os setores dominantes, após a articulação política dos grupos econômicos em prol do movimento, passaram a atuar por meio de suas fundações privadas, como Itaú-Social, Faça Parte, Ayrton Senna, Roberto Marinho, Gerdau, DPaschoal, Bradesco, Santander, Vale, PREAL, Lemann, entre outros.” (Evangelista; Leher, 2012, p.7)

Pesquisas demonstram que as Redes exercem papel para reconversão do professor e da escola, bem além do pedagógico, esse é o argumento dos reformadores neoliberais, em que a educação está inadequada às demandas do século XXI. Martins, (2009) traz uma apresentação de estratégias da UNESCO na segunda metade dos anos de 1990 alinhado às adjetivações positivas, proposta de formação para uma sociabilidade definida como “cidadania ativa”, caracterizada pelo: empreendedorismo, competitividade, trabalho voluntário e colaboração social. Para Leher (2010, p. 373), há uma consolidação no interior da hegemonia neoliberal a “educação foi paulatinamente compatibilizada com o padrão de acumulação em andamento”.

Os vários projetos em circulação na área educacional articulam-se à sustentação dos múltiplos processos de reconversão do professor, da escola, de suas funções, tempos e espaços. As recomendações voltaram-se entre outros locais de práticas pedagógicas, para a escola que “participa ativamente da difusão da pedagogia da hegemonia e por essa via constrói condições culturais, em nível de superestrutura, para a articulação de uma concepção de mundo coetânea aos interesses capitalistas” (Evangelista, 2010, p. 25).

E no contexto econômico vivenciado, o que percebe é uma contrariedade articulada via hegemonia capitalista à rede de ensino educacional, em que a luta por escola foi equiparada por motivos distintos, que se resumem em Capital e Trabalho; desse modo, o clamor por universalização da educação como direito foi diluído na amorfa massificação (Bruno, 2011).

Destarte, as parcerias público-privadas estimuladas pela Reforma do Estado abriram nichos de mercado para as iniciativas empresariais na Educação. Criou-se um mercado globalizado de sistemas apostilados, de Educação a Distância, de tecnologias específicas, de consultorias, de avaliações, de inovações e inspeções (Shiroma, 2013). Nesse cenário, a UNESCO, o Banco Mundial e a OCDE negociam seus interesses internacionais com os interesses capitalistas internos que têm no Estado um interlocutor privilegiado. O BM “prossegue discutindo em favor de um maior papel para si na governança global, assim como defendendo um papel expandido para o setor privado de desenvolvimento” (Robertson, 2012, p. 283). E nesse jogo de hegemonia, Evangelista (2014) afirma que se amarram as pontas, evidenciam-se as determinações econômicas orientadoras das políticas educacionais contemporâneas, explicaram-se as crescentes investidas do setor privado na educação pública

e seu interesse em reverter as funções da escola e o professor: trata-se de disputa por hegemonia, o que está em jogo é o interesse dessas organizações.

O desafio contemporâneo é pensar em educação e na escola como espaços de velamento e desvelamento dessas formas de governo sob os desígnios dominantes é sempre uma possibilidade objetiva. Dentro dessas dificuldades como avançarmos para além do Capital? Mézáros afirma: “o órgão da moral como automeiação do homem em sua luta pela autorrealização é a educação”. A transformação social, a superação da ordem do Capital, demanda uma conceituação precisa no âmbito educacional, qual seja, “educação para além do Capital.

Diante desse panorama apresentado, destacamos a relação público-privado e os resultados dessa relação para a sociedade, enfatizando nesse aspecto as leis nacionais e os indicadores da legislação brasileira que favorecem as relações entre entidades públicas e privadas. Nosso diálogo inicia com a:

- Constituição Federal (CF) de 1998 estabelece relação entre o público e privado, descritos nos artigos: 205, 206 e 213.
 - Artigo 205: estabelece que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família, e deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade.
 - Artigo 206: estabelece os princípios do ensino, incluindo a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, e a coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.
 - Artigo 213: estabelece que os recursos públicos serão destinados às escolas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação.

- Emenda Constitucional nº 19/98, incorporando a descentralização, ampliação e expansão do capitalismo e a possibilidade à participação do setor privado no espaço público;
- Constituição Federal no artigo 205, reporta a importância de a educação ser promovida e incentivada pela sociedade civil, possibilitando parcerias educacionais;
- Constituição Federal artigo 209, há o cumprimento de determinada normas refletindo o ideário neoliberal, com as seguintes condições: I- cumprimento das normas gerais da educação nacional; II- autorização e avaliação de qualidade pelo poder público;

- Constituição Federal, artigo 213, os recursos públicos podem ser destinados tanto para escolas públicas, comunitárias ou filantrópicas, além de nortear a legalização e transferência para o Terceiro Setor;
- Lei nº 9.394/96 apresenta no art. 20: possibilita a participação das instituições privadas na educação básica do ensino brasileiro, art. 07: destina os recursos públicos para três categorias: comunitários, confessionais e filantrópicos, art. 77: os recursos destinados as escolas privadas, citados acima se: cumprirá a finalidade não lucrativa, em caso de encerramento das atividades, assegurar a destinação do patrimônio prestar contas ao poder público;
- Organização Social (OS) Terceiro Setor: regulamentados pelas Leis nº 9367/98 e 9790.99 como pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, podem atuar em diversas áreas: ensino, pesquisa, tecnologia, meio ambiente, além de estabelecer o termo parceria e transferência de recursos para organizações privadas;
- Marco Regulatório: regulamentados pelas Leis nº 11.079/04 em que viabiliza normativas para licitação e contratação de parceria público- privados;
- Lei nº 13019/14, regulamenta parcerias e transferências de recursos financeiros do setor público para o privado;
- Plano Nacional de Educação em 2014, a bancada parlamentar participa efetivamente e aprova o PIB para 10%, beneficiando os Lobbys com transferências de recursos para o privado;
- Lei nº 13204/15 apresenta termos de colaboração, cooperação e fomento, além dos requisitos jurídicos para efetivação das parcerias sem fins lucrativos;
- Lei nº 13.429/17 regulamenta o Trabalho Temporário e Terceirização, possibilitando a prestação de serviços a terceiros, sem necessidade de seguir as leis trabalhistas brasileiras.

Sobre a reorganização da educação pública o Movimento Todos Pela Educação proposta que possibilita a participação da Sociedade Civil, Organizações Sociais e Iniciativa Privada na execução e direção de políticas públicas aparecem como parcerias em eventos com a Fundação Lemann, Consed, Undime, porta de entrada para o projeto hegemônico de sociedade e educação.

Seguindo na seara de legislações constitucionais brasileiras, destacamos a CF de 1988 que foi considerada um marco no sentido de superar o nosso tenro passo ditatorial, ao retomar as garantias constitucionais que foram acumuladas durante o período ditatorial militar (1964-1985). Nesse sentido, a CF/1988 afirmou: educação é um direito social (art. 6º), sendo um direito de todos e um dever do Estado e da família em colaboração com a sociedade.

Iremos aqui fazer uma contextualização mais aprofundada sob a Constituição Federal de 1988 e a relação pública-privada na educação, por considerarmos pertinente essa discussão, considerado ser um marco legal brasileiro que abre lacunas para existência de maior proximidade da Sociedade Civil (setor privado) para com o Estado. O art. 205, apresenta uma contradição, se a sociedade executa o direito da educação, então o Estado deixa de ser apenas um colaborador na oferta do direito à educação. Lembremos que a maior oferta continua sendo da esfera pública, porém a sociedade está assumindo cada vez mais um papel de destaque na educação. Outra questão é que essa declaração de direito a educação, muitas vezes acaba não se materializando na realidade concreta, pois em muitas situações não está sendo proporcionada na sua completude, respeitando os princípios de acesso, qualidade e permanência do ensino.

[...] a Carta Política de 1988, sob a análise da teoria neoliberal, que influenciava desde a década de 1980 o contexto político internacional e, no contexto brasileiro a partir da década de 1990, a constituição passou ser entendida como uma fonte de maior burocracia, independentemente da avaliação singularizada de governos passados e presentes, do acirramento do aumento da crise financeira do Estado. Essa suposta crise teve como consequência direta a reforma nas estruturas estatais, dentre elas a administração pública, sob o argumento de que a mesma se havia tornado ineficiente. (Pires, 2013, p. 165).

Para tanto, a CF/88, se constitui sob as forças, valores e princípios daquele momento histórico. A educação pública, a gestão democrática, os interesses relacionados à educação privada ou “setores confessionais”, isto é, um conflito entre a perspectiva da gestão democrática e a lógica privado-empresarial. Nesse cenário político e econômico nacional, trazemos o posicionamento de Oliveira (2002, p. 156-157):

Como resultado das disputas na Constituinte, o texto final da Constituição Federal de 1988 consagrou, no capítulo da educação, uma formulação que, no essencial, contemplava o interesse dos setores confessionais: apesar de manter a identidades estatal e pública, admitiu uma diferenciação, no âmbito das instituições privadas, entre as com fins lucrativos e as sem fins lucrativos, estas com direito a receber subsídios do Poder Público [...] as três noções de público e privado incorporadas pela CF de 1988 podem ser classificadas da seguinte forma: 1- o público como estatal e 2- o privado terceiro setor; 3- o público nem estatal nem privado.

E desse modo, houve consequências significativas, dentro dessas pontuamos a de que a educação passa a ser concretizada pelo setor privado, mas sob o controle estatal, isto é, o poder público detém a esfera da fiscalização e do financiamento, porém a oferta é realizada pelas organizações privadas, as denominadas organização do Terceiro Setor. Para Adrião e Peroni (2005), “o Terceiro Setor seria caracterizado como público-não estatal e pressuporia a

existência do Estado e do mercado”. Esse conceito designaria “um conjunto de iniciativas particulares com um sentido público” (Adrião; Peroni, 2005, p. 32).

A educação brasileira teve outras influências também na década de 1990, com o presidente Fernando Henrique Cardoso (1994-1998), a introdução e intervenção de organismos estrangeiros como o Banco Mundial (BM), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Fundo Monetário Internacional (FMI) a Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Organização do Comércio (OMC) e a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) para com os rumos político do país. Um dos motivos dessa interferência nas políticas públicas ocorre porque muitos governos acabam ficando subordinados a esses organismos, devido à realização de empréstimos financeiros, o que tornam ligados. Essa relação não se estabelece como uma imposição, mas uma consonância entre a orientação política dos governos e a dos organismos internacionais.

Diante do cenário apresentado, lembremos que houve por grande parte dos países da América Latina, embates e correlação de forças, a esses organismos, em que parte da academia, ou sujeitos envolvidos no processo de aprendizagem das escolas se posicionaram. Pois defendemos uma educação que não privilegie a formação, para o atendimento, essencialmente, das necessidades do mercado, e não visando à emancipação dos indivíduos ao protagonismo de ideias e ações. (Pires, 2016, p. 167).

Sob o âmbito da relação público-privada, destacamos outro marco legal brasileiro, o PDRAE, e a Emenda Constitucional nº19, sancionada no ano de 1995, que possui entre as premissas: “a reforma do Estado deve ser entendida dentro do contexto da redefinição do papel do Estado, que deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento” (Mare, 1995, p. 17).

Contudo, os fundamentos para essa reforma, se embasa na corrente ideológica e política da Terceira Via que entende o Estado como promotor de organizações sociais para a prestação de serviços. Para Giddens (2001, p. 167):

Precisamos reconectar essas três esferas (Estado, mercado e Sociedade Civil) por meio de um novo contrato social, adequado para uma era em que a globalização e o individualismo andam lado a lado [...] O governo deve manter um papel regulamentador em muitos contextos, mas tanto quanto possível deve se tornar um facilitador, proporcionando recursos para que os cidadãos assumam a responsabilidades pela consequência de seus atos.

Interessante enfatizar que à medida que o Estado limita sua atuação direta a seu aparelho, conseqüentemente a sociedade civil vai adentrar a esfera pública, e realizar convênios, contratos, consórcios com a esfera pública, aproximando cada vez mais a esfera privada da máquina pública, e assim, reduzindo seu papel de regulador e fiscalizador. Esses tipos de relação que ocorrem entre público e privado, vêm acarretando que o Estado não se retira da promoção do direito à educação, porém sua função vem sendo diminuída, se restringindo especificamente ao âmbito financeiro.

Diante desse contexto, entendemos que existe um maior risco à luz da realidade do país: a reforma do Estado não significa uma reestruturação positiva e vantajosa a todos os setores, mas que acaba se transformando em uma precarização da relação do Estado- Sociedade com o marco de um Estado mínimo excludente, segundo Pires (2013). Observamos que algumas conquistas e garantias consagradas na CF/88 não vieram acontecer de forma prática e real, haja visto, que a constituição considerada como um marco de superar passado da ditadura do país, que viria resgatar as garantias escritas na constituição.

Um dos aspectos mais irritantes do movimento de privatização é que eles fingem ser progressistas. Eles não são. Eles são reacionários, e eles têm a história para provar isso. Eles roubaram a palavra “Reforma”, para que pudessem fingir que queriam melhorar as escolas, em vez de admitir que querem substituir as escolas públicas por escolas religiosas, escolas particulares, escolas com fins lucrativos, escolas on-line, tudo menos as escolas públicas. Dica: Destruição não é reforma. (Ravitch, 2017).

A autora assegura que a reforma é uma utilização como uma falsa intenção de promover supostas melhorias no sistema educacional, em que o objetivo maior é oferecer a qualidade no ensino, e desse modo, alavancar o desenvolvimento do país e elevar a competitividade internacional, nesse aspecto a intenção maior é o atendimento para o mercado.

É com essa asserção que o PDRAE confronta à CF/88: “diante do retrocesso burocrático de 1988, que resultou em encarecimento significativo do custeio da máquina administrativa, tanto que se refere a gasto com pessoal com bens e serviços e um enorme aumento da ineficiência dos serviços públicos” (PDRAE, 1995, p. 29). E nesse sentido também refuta à CF/88, quando deixa de referir-se ao cidadão e usa o termo cliente-privilegiado, desse modo, ofuscando os direitos já conquistados pelo cidadão brasileiro, em que é apenas visto como uma cliente, trazendo a lógica da economia acima de tudo e todos.

Trazemos agora para o debate o marco que legalizou a relação público-privada no Brasil, a Emenda Constitucional nº 19 (EC nº19) de junho de 1998, que segundo a autora Dalila Andrade Oliveira, a emenda constitucional reflete a lógica racional presente na reforma do Estado assumida pelo governo de Fernando Henrique Cardoso

[...] as reformas sociais do Estado brasileiro hoje em especial, no setor educacional aliam-se às demandas de maior acesso e às questões de ineficiência produtiva do sistema. Dessa maneira, tem conduzido mudanças nos aspectos gerenciais das políticas públicas, recomendando a adoção de critérios de racionalidade administrativa como meio de resolução dos problemas (Oliveira, 2002, p. 127-128).

Está claro que essa Emenda Constitucional nº 19, reflete a lógica neoliberal qualificada pela diminuição da máquina pública e dos gastos sociais, e maior ênfase na racionalidade administrativa e busca por resultado, bem como pela criação da configuração de um cidadão-cliente. Esses dois documentos discutidos até agora, são consequências da implementação da orientação política neoliberal no país.

Outrossim, esses dois documentos, apresentam semelhanças no que tange a função do Estado, que não deve ser o principal provedor de políticas sociais, transferindo essa responsabilidade para o setor privado; dessa maneira, modificando na prática os direitos sociais ao compartilhar com a sociedade civil essa responsabilidade; desse modo a educação acaba sendo tratada apenas como serviço/mercadoria e não como um direito social, garantindo constitucionalmente.

A partir dos anos de 2000, a relação público-privado ocorre com maior aprofundamento, em que as entidades do Terceiro Setor, passam a constituir-se na administração pública do país. Atesta-se que o Estado historicamente e de maneira progressiva não assume a função principal de promover o direito social à educação, assim se limita apenas ser fiscalizador na consecução. Sob à luz das políticas públicas a educação passa a figurar como inserção dos entes de colaboração.

Para tanto, uma das consequências dessa relação articulada entre esfera pública e privada é a própria deslocação da sociedade, porque irá gerar o descolamento dos espaços e *locus* de discussão e construção de posições mais autônomas frente à realidade atual, pois quando a sociedade assume a função do Estado como os direitos sociais, legitima a sua própria ausência e assim, os espaços de discussão coletivos vai se esvaziando. Nas políticas

educacionais vem predominando a política do domínio dos interesses particulares, uma vez que instituições financeiras, empresários, bancos e redes de comunicação passam a adentrar de forma gradativa no setor público e juntos desenvolvem através do consenso o direito à educação.

Desse modo, a educação acaba fomentando a manutenção do *status quo*, isto é, da ordem capitalista, as mudanças que ocorrem no contexto educacional acabam não rompendo com a hegemonia e assim, acabam beneficiando as ordens estabelecidas sem as necessárias alterações sociais. Enfim, o Estado quando limita o seu dever em relação à promoção dos direitos sociais, transfere-se para a sociedade, que acaba assumindo tais obrigações, deixando de exigir a real prestação e proteção destes direitos por parte do Estado, que ao contrário, vai legitimando a sua ausência à medida que passa a cumprir as suas funções, que para Wood, transforma-se em “um alibi para o capitalismo” Wood (2005, p. 205) no sentido de manutenção do *status quo*.

2.2 Mapeamento da privatização em educação no Brasil, nas fontes CAPES, SciELO, FINEDUCA E RBPAE

Este texto tem por finalidade apresentar o mapeamento das produções acadêmicas, localizadas na fonte CAPES, SciELO, FINEDUCA e RBPAE, sobre privatização da educação no Brasil, por serem e apresentarem importantes veículo de conhecimento das produções e pesquisas existentes no país. Deste modo, evidenciamos que as produções indicam que a privatização da educação no Brasil é um tema complexo, com opiniões variadas. Alguns defendem a privatização, argumentando que a qualidade do ensino é superior em comparação ao setor público. No entanto, outros, incluindo eu, são contra a privatização da educação. Entendemos que a privatização é um emaranhado de organizações capitalistas que suprimem o sistema educacional de um país em todas as suas etapas e modalidades. Adrião (2018) afirma que esse processo pode ocorrer de três formas: privatização da gestão, da oferta e do currículo educacional. Um elemento importante a considerar é o direcionamento crescente de fundos públicos para o setor privado. Isso evidencia que os recursos públicos estão sendo disputados de forma expansiva por empresas privadas.

O quadro abaixo representa as produções selecionadas com o seguinte descritor: “Privatização da educação” no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

Quadro 6 - Apresentação detalhada das produções selecionadas a partir do descritor “Privatização da educação” na CAPES.

Ano	Título	Autor/a/es	Tipo de produção	IES
2016	A Cogestão Dos Centros De Educação Infantil ‘Nave-Mãe’: Uma Parceria Pública Privada Analisada.	Cassia Alessandra Domiciano	Tese	Universidade Estadual De Campinas (UNICAMP)
2018	O Público E O Privado Em Políticas De Subvenção Estatal: Programa Bolsa Creche E “Escuelas Autogestionadas”	Jaqueline Dos Santos Oliveira	Tese	Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho - (UNESP)
2018	Programas De Privatização Na Educação Infantil: A Atuação Do Ministério Público E Dos Conselhos De Controle Social	Beatriz Aparecida Da Costa	Tese	Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho - (UNESP).
2018	Instituições Sem Fins Lucrativos Na Educação Infantil, No Município De Campinas: Histórico, Dilemas E Perspectivas	Maria Lucia Lemos Ceccon	Tese	Universidade Estadual De Campinas (UNICAMP)
2018	Processos De Provimento, Exigências E Atribuições Para Os Dirigentes Escolares Em Contextos De Reformas Gerencialistas.	Nadia Pedrotti Drabach	Dissertação	Universidade Estadual De Campinas (UNICAMP)
2021	A Efetivação Do Acesso À Pré-Escola Via Privatização: Desafios Ao Direito À Educação'	Adriana Valadão	Tese	Universidade Federal Da Grande Dourados (UFGD)
2018	O Trabalho Docente E A Nova Gestão Pública Nos Estados De Minas Gerais E Rio De Janeiro (2005 - 2015)	Nathalia Arcenio De Toledo	Dissertação	Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho-Rio Claro (Unesp)
2022	O Programa Jovem De Futuro No Contexto Da Privatização Da Educação Em Minas Gerais: Incidências Sobre O Currículo E A Gestão Escolar	Ana Paula Goncalves Brito	Dissertação	Universidade Federal De Uberlândia (UFU)
2022	Formação Continuada De Professores No Estado Do Pará Via Relação Público-Privada: Uma Análise Do Projeto Trilhas Do Instituto Natura Em Benevides-Pará	Mary Jose Almeida Pereira	Tese	Universidade Federal Do Pará (Ufpa)

2020	Sistemas Apostilados Em Redes Municipais De Ensino No Oeste Catarinense: A Mercadorização Da Educação Pública?	Eliria Heck Hoffmann.	Dissertação	Universidade Federal Da Fronteira Sul (Uffs)
2020	Adoção De Sistema Privado De Ensino Por Escolas Da Rede Pública Do Distrito Federal	Fabírcia Estevão Da Silva.	Dissertação	Universidade De Brasília (UNB)
2019	Escolas Charter E Contratos De Gestão Na Educação: Um Estudo Do Programa De Contratos De Gestão Com Organizações Sociais Na Rede Goiana De Educação Básica	Henrique Dias Gomes De Nazareth,	Tese	Universidade Federal Do Estado Do Rio De Janeiro (Unirio)
2019	Novo Ensino Médio: O Rebaixamento Da Formação, O Avanço Da Privatização E A Necessidade De Alternativa	Jose Arlen Beltrão De Matos.	Tese	Universidade Federal Da Bahia (UFBA)
2019	O Mercado Da Formação Continuada No Brasil: A Presença do Empresariamento Social Privado	Elis Regina Dos Santos Viegas.	Tese	Universidade Federal Da Grande Dourados (UFGD)
2021	“Onde Tem Base, Tem Movimento” Empresarial: Análise da Atuação dos Atores Privados do Movimento Todos Pela Base nas Redes Públicas Estaduais da Região Sudeste	Andresa Costola.	Dissertação	Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho (Rio Claro) Ib/Rc
2021	Políticas Curriculares Para A Educação Básica E A Participação Do ‘Terceiro Setor’: Atuação Do Movimento Pela Base Nacional Comum E Redes Políticas (2013-2018)	Andressa Garcia De Macedo.	Dissertação	Universidade Estadual De Maringá (Uem).
2019	Privatizações Na Educação Básica No Tocantins: Parcerias Público-Privadas X Regime De Colaboração Público-Público	Leonardo Victor Dos Santos.	Dissertação	Fundação Universidade Federal Do Tocantins (UFT)
2021	Privatização Na Educação Básica Do Paraná: Análise Sobre a Atuação de Empresas Educacionais e Sistemas Privados de Ensino	Thais Godoi De Souza.	Tese	Universidade Estadual De Maringá (Uem).

2020	O Público E O Privado No Processo De Expansão Da Política De Educação Integral De Pernambuco: Uma Análise Do Currículo, Da Oferta Educacional E Da Gestão Das Escolas De Referência Em Ensino Médio.	Micilane Pereira De Araujo.	Dissertação	Universidade Federal De Pernambuco (UFPE)
2021	O Movimento Da Privatização Da Rede Municipal De Ensino De Sorocaba Entre 2018-2020	Edmara Aparecida Parra Melati.	Tese	Universidade De Sorocaba (Uniso)

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Após o estudo das produções discutiremos os trabalhos individualmente. A dissertação de Maria Lucia Lemos Ceccon (2018), intitulado como: “Instituições sem fins lucrativos na Educação Infantil, no município de Campinas: histórico, dilemas e perspectivas que trata de analisar a participação sem fins lucrativos na oferta do atendimento da educação infantil em Campinas/SP”. O trabalho pontua que pesquisas realizadas por Arelaro (2008) e Araújo e Pinto (2017) indicam a inclusão do setor privado não lucrativo na política de distribuição de recursos do fundo, constituindo como “resultado do intenso processo de alargamento das funções do éthos privado ainda que supervisionado pelo poder público” (Araújo, 2017, p. 73). O estudo mostrou que o setor privado superou a oferta da educação infantil pública em Campinas a partir da ampliação da oferta por meio das instituições sem fins lucrativos, de três formas: 1) ampliação de vaga nas instituições privadas conveniadas; 2) criação de filiais pelas instituições conveniadas existentes e 3) criação de novas associações privadas qualificadas como Organização Social (OS) a partir de 2007. Nesse sentido, observou-se uma ampliação significativa da oferta da educação infantil pelas instituições sem fins lucrativos em Campinas, em aproximadamente 11 mil vagas na série histórica, enquanto a rede pública oficial reduziu 2.011 vagas no mesmo período.

A dissertação de Cassia Alessandra Domiciano com o tema: “A cogestão dos Centros de Educação Infantil ‘Nave-mãe’: uma parceria pública privada analisada do ano de 2016”, retrata que o poder público transfere a gestão de equipamentos públicos denominados Centros de Educação Infantil ‘Naves-mães’ ao setor privado. O estudo demonstra que o perfil de gasto municipal e a normalização da implantação e gestão dos Centros Educacionais de Educação Infantil CEIs se concretizaram no estado de São Paulo. Foi constatado que o programa ‘Nave-

mãe' inaugurou a transferência da gestão de equipamentos de Educação Infantil públicos ao setor privado no município de Campinas criando desigualdades no padrão de atendimento à criança menor de 6 anos, se comparado ao realizado pela rede direta, inserindo a Educação Infantil em uma indústria de serviços pautados em mecanismos de mercado.

A dissertação de Nathalia Arcenio de Toledo com o título: “O trabalho docente e a Nova Gestão Pública nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro (2005 – 2015)” analisa os Planos de Carreira Docente e a legislação da carreira docente dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Desse modo, compreender as formas pelas quais, a partir do final do século XX, a privatização da educação básica vem se materializando no Brasil. Discute o advento das políticas neoliberais e do desenvolvimento de processo gerencialista e as implicações na carreira dos docentes. O objetivo da pesquisa é mapear, caracterizar e analisar possíveis tendências em relação à privatização da Educação Básica no Brasil. Essa pesquisa demonstra que a privatização na educação vem ocorrendo de forma pontual em alguns estados brasileiros. Que a dimensão da privatização da formação docente está relacionada com o currículo, isto é, implicando no que o professor ensinar nas escolas como menciona Adrião (2015).

A dissertação de Ana Paula Goncalves Brito com o título: “Análise do mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil: atores, programas e consequências para a educação pública”, tem como objetivo analisar as incidências do Programa Jovem de Futuro no currículo e na gestão de escolas públicas de ensino médio mineiras no contexto atual. As análises colocam em relevo os processos de privatização que permeiam as políticas públicas de educação no Brasil e, especificamente, em Minas Gerais, e sua relação com as novas configurações do Estado a partir da influência do neoliberalismo. Constatou-se que o Programa Jovem de Futuro incidiu sobre a gestão escolar e o currículo de escolas públicas mineiras em 2019, na medida em que introduziu, por meio do método Circuito de Gestão, os valores mercantis, cuja racionalidade passou a transversalizar as distintas dimensões do trabalho pedagógico e organizacional do ensino médio. Além disso, produziu intensificação de atividades laborais de servidores. Concluiu-se que não restou comprovada a melhoria do desempenho discente nem de índices de evasão escolar a partir da inserção do Programa, como era o objetivo do agente privado.

A dissertação de Edirleine dos Santos Pereira analisa os “Ordenamentos do Programa Nacional de Educação Empreendedora (PNEE) na formação e inserção profissional dos jovens, no Ensino Médio, estabelecido por meio de parceria público-privada entre o Sistema Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e Sistemas Estaduais de Educação de todo

o Brasil”. À luz das relações público-privada a pesquisa demonstrou que essas parcerias têm se intensificado, no país, como resultado das reformas neoliberais do Estado – impetradas a partir dos anos 1990, em resposta à crise cíclica do capital, que apregoam o afastamento do Estado do provimento de atividades públicas, colocando-as a cargo do setor privado. Nesse sentido, os resultados apontam que o discurso do empreendedorismo, veiculado por esses atores empresariais ratifica a auto responsabilização do jovem trabalhador diante da flexibilização/precarização do mundo do trabalho. Nesse caminho a pesquisa constata-se latente mercantilização da educação a partir do estabelecimento de parcerias público-privadas, interferindo diretamente no currículo escolar (conteúdos curriculares, metodologias, formação dos professores e avaliação da aprendizagem), naturalizando nas instituições públicas de ensino a lógica privada-empresarial.

A pesquisa de Eliria Heck Hoffmann, teve como objetivo compreender a ocorrência do “processo de mercadorização da educação em redes municipais do Oeste de Santa Catarina, materializada pelos processos de adoção dos Sistemas Apostilados de Ensino (SAEs)”. Para fundamentar a dissertação, o estudo foi ancorado em autores que têm refletido e pesquisado sobre a mercantilização e a privatização da educação, como Adrião (2018), Adrião e Borgui (2008, 2009, 2015), Adrião e Garcia (2010), Adrião e Bezerra (2013), Amorin (2008, 2012), Nicoletti (2009), Peroni (2012, 2014, 2015), Freitas (2019), Carvalho e Gouveia (2020), Pontes (2020), entre outros. Sob essa perspectiva a pesquisa levanta uma questão problema: como ocorre o processo de mercadorização da educação em redes municipais do Oeste de Santa Catarina, materializada pelos processos de adoção do Sistema Apostilado de Ensino? As análises indicaram que há uma vasta legislação que ampara as parcerias, especialmente, a partir da Constituição Federal de 1988, a qual introduz um federalismo tripartite. Como consequência da Emenda Constitucional n.º 19 de 1998, iniciou-se um arcabouço jurídico e normativo em prol das parcerias público-privado, por tratar dos princípios e normas da Administração Pública.

Conceitos como qualidade e eficiência são marcos na política educacional brasileira, induzindo o processo de descentralização via municipalização. A adoção desse Sistema Apostilado de Ensino, promove o cerceamento do trabalho do professor e desqualifica-o da sua profissionalização, além de promover um ensino baseado no instrucionismo, sem levar em conta a formação de um sujeito crítico, autônomo e emancipado. Compreendemos que o desdobramento da privatização da educação vem ocorrendo em vários estados brasileiros, dentre esses, citaremos São Paulo, Minas Gerais, Distrito Federal e Santa Catarina. Essas

empresas ofertam as prefeituras desses municípios um pacote de serviços que vão contribuir e até salvar o ensino desse município, pois citam a eficiência de seus produtos.

A pesquisa de Fabrícia Estevão Da Silva- “Adoção de sistema privado de ensino por escolas da rede pública do distrito federal” demonstrou que a parceria entre as prefeituras e setor privado, ocorre também por iniciativa dos gestores escolares e sem formalização por parte da Secretaria de Educação no caso aqui apresentamos o Distrito Federal (DF) como exemplo trata-se de um acordo peculiar que não envolve financiamento do setor público para aquisição do Sistema de Ensino, mas que estabelece um currículo diferente da rede de ensino ao implantar o sistema nessas escolas. Sendo assim, os resultados na pesquisa apontam que a principal motivação dos gestores para adotarem esse sistema está vinculada à aprendizagem dos estudantes e que os atores privados encontraram espaço para atuação na rede de ensino, suprimindo necessidades que não eram atendidas a contento pela Secretaria de Educação. Contudo, essa parceria traz implicações para o trabalho pedagógico das escolas e atuação dos gestores escolares e professores induzindo a uma gestão escolar voltada aos preceitos do gerencialismo.

Analisando a pesquisa de Andresa Costola, intitulada “Onde tem Base, tem Movimento” Empresarial: análise da atuação dos atores privados do movimento todos pela base nas redes públicas estaduais da região sudeste”, observamos que o objetivo foi investigar a atuação dos atores privados que compõe o Movimento Todos pela Base (MBNC) nas redes públicas estaduais de ensino da Região Sudeste, no período de 2013 a 2019, trazendo ao debate as influências que o setor privado tem causado na construção e significação do currículo nesse momento atual de reforma curricular. Diante desse contexto, os resultados propiciados pelos referenciais teóricos e pela análise dos dados do mapeamento indicaram que o setor privado tem adentrado no sistema público de ensino com mais facilidade, em especial através de programas privatizadores do currículo, incidindo na sua construção e significação com implicações cada vez maiores no conteúdo pedagógico e na capacitação de professores, principalmente no âmbito do ensino médio, mostrando ainda, aumento significativo de programas iniciados em 2019, que pode estar relacionado com a aprovação da Base e seu prazo de implementação. Nesse caminho, essas atuações se configuram em estratégias de relação entre as esferas pública e privada, que no nosso entendimento se caracterizam como um processo complexo de privatização da educação pública estadual no Brasil.

A dissertação de Andressa Garcia De Macedo com o tema: “Políticas Curriculares para a Educação Básica e a Participação do ‘terceiro setor’: atuação do movimento pela base

nacional comum e redes políticas (2013-2018)”. A pesquisa objetivou compreender a atuação e a influência da rede de política, a partir da atuação da Organização Não Governamental Movimento Pela Base Nacional Comum (MPB). Nesse caminho a questão problema da pesquisa foram: Quais os objetivos da inserção do terceiro setor no processo de formulação da política curricular da Educação Básica, por meio do Movimento Pela Base? Qual a conjuntura histórica e política que propiciou o surgimento do MPB no Brasil? Qual o papel do Estado na agenda privatizante da Educação Básica pública brasileira? Qual a ênfase dada às competências na BNCC? Sendo assim, a pesquisa evidenciou que os documentos divulgados pelo MPB priorizam a formação continuada dos professores para que ocorra o processo de padronização curricular. Os documentos evidenciam a necessidade de realizar parcerias com diversificadas instituições, organizações e atores, para possibilitar formações satisfatórias, com temáticas específicas.

Por meio desse mecanismo, ampliam-se as formas de privatização da educação, cujas estratégias estão ancoradas no subsídio público, o que propicia a transferência cada vez maior do fundo público para diferentes segmentos privados. Com a pesquisa, é possível asseverar que a rede de política do Movimento é hegemônica e vem afirmar seu projeto de classe, mediante estratégias para a produção de consenso, e assim orientar a política curricular e consolidar o projeto empresarial de sociedade.

A pesquisa de Leonardo Victor Dos Santos com o título: “Privatizações Na Educação Básica No Tocantins: Parcerias Público-Privadas X Regime De Colaboração Público-Público”, demonstra que o estado de Tocantins também está sob a hegemonia da privatização na rede de ensino público, que por meio da Secretaria de Educação do estado firmou parcerias a partir de 2016 com organizações da iniciativa privada, com ou sem fins lucrativos, como Instituto Ayrton Senna, Instituto Lemman, Instituto Itaú, Instituto Sonho Grande, Instituto Natura e Instituto de Corresponsabilidade pela Educação. Tem-se por objetivo analisar como as parcerias público-privadas influenciaram e vêm influenciando a redefinição das políticas públicas e da gestão no Sistema de Ensino do Estado do Tocantins, a partir de sua criação em 1994.

A dissertação de Micilane Pereira De Araújo com o título “O público e o privado no processo de expansão da política de educação integral de Pernambuco: Uma análise do currículo, da oferta educacional e da gestão das escolas de referência em ensino médio”, retrata a crise do capitalismo contemporâneo, como neoliberalismo articula um conjunto de reformas radicais que visam, em última instância, diminuir a participação do Estado e ampliar a regulação pelo mercado. No Brasil, a primeira onda da agenda neoliberal entrou pelas vias

das reformas institucionais do governo de Fernando Henrique Cardoso e se estendeu ao programa do Partido dos Trabalhadores que revitalizou uma segunda onda do projeto neoliberal no país, com características que fortaleceram a atuação do terceiro setor na esfera pública. Destarte, o fenômeno crescente de apropriação do público pelo privado vem se constituindo desde então e se expressou na transferência da responsabilidade estatal para a iniciativa privada.

A tese de Jaqueline dos Santos Oliveira como título: “O Público e o Privado em Políticas de subvenção estatal: Programa Bolsa Creche e “Escuelas Autogestionadas”, traz uma importante discussão sobre as configurações do público e do privado em políticas de subvenção estatal às instituições educacionais no Brasil (Programa Bolsa Creche) e na Argentina (Projeto Escuelas Autogestionadas). Essa pesquisa foi desenvolvida no município paulista de Limeira, onde foi analisado o Programa Bolsa Creche, regido pela Lei Municipal nº 3.649 de 2003 e regulamentada pelo Decreto Municipal nº 318, de 18 de outubro de 2007, nele fica estabelecido um valor per capita mensal por aluno matriculado, repassado à instituição privada concessionária.

O terceiro trabalho é de Beatriz Aparecida da Costa publicado em 2018, com o tema “Programas de privatização na educação infantil: a atuação do Ministério Público e dos conselhos de controle social”. A pesquisa estuda as estratégias de alguns municípios para oferta da educação básica, analisando as parcerias público-privado no Estado de São Paulo (Adrião *et al.*, 2009). Esse trabalho está vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional – GREPPE, e indicam que tal modalidade de privatização da educação infantil apresenta ressalvas quanto as condições de atendimento e ao panorama legal brasileiro. Sabendo que existe na sociedade brasileira instrumentos de controle social como os Conselhos Municipais ligados a educação que têm o poder de acompanhamento, proposição e atuação frente a administração pública e figura como o Ministério Público que é um órgão autônomo, independente e defensor da ordem jurídica e de direitos difusos e coletivos, o estudo teve a intenção de compreender e analisar de que forma o Ministério Público, os Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB e os Conselhos Municipais de Educação vêm atuando em relação aos Programas Bolsa Creche, Programa Municipal de Educação Básica (PROEB) e Pró-Creche e suas diferentes problemáticas nos cinco municípios do interior do estado de São Paulo (Araras, Limeira, Sumaré, Hortolândia e Piracicaba).

A tese de Adriana Valadão com o título: “A Efetivação Do Acesso À Pré-Escola Via Privatização: Desafios Ao Direito À Educação”, analisou as faces da privatização na efetivação

do direito à educação pré-escolar nos municípios de Campo Grande e Dourados no estado de Mato Grosso do Sul, tendo em vista as discussões sobre a obrigatoriedade da sua oferta pelo Estado instituída pela Emenda Constitucional (EC) n.º 59 de 2009 e sua universalização prevista para 2016. A pesquisa constatou que a universalização da educação pré-escolar se assemelha ao modelo das escolas *charters*, uma vez que os pais têm a possibilidade de escolher, dentre as escolas conveniadas e sem a interferência a escola que seu filho vai estudar, sendo o valor pago mensalmente pelo município diretamente à conveniada com recursos do Fundeb. Deste modo, é possível inferir que tanto o município de Campo Grande, como o município de Dourados não conseguiram universalizar o acesso à educação pré-escolar na rede pública de ensino.

A pesquisa de Menissa Cícera Fernandes De Oliveira Bessa Carrijo intitulada: “Educação Infantil e Políticas Públicas na Contemporaneidade: avanços e limitações no discurso legal e na dinâmica educacional”, retrata a reconfiguração do direito constitucional e a ingerência privatista na educação infantil, e desse modo a omissão de natureza estrutural do Estado com a educação da criança pequena (educação infantil), evidenciou-se na reconfiguração do direito, marcada, sobretudo, pela negligência em cumprir plenamente os preceitos constitucionais e pela ingerência privatista no setor educacional público.

A tese de Nadia Pedrotti Drabach com o título: “As mudanças na concepção da gestão pública e sua influência no perfil do gestor e da gestão escolar no Brasil”, objetivou compreender a relação entre o perfil requerido para dirigentes escolares da Educação Básica obrigatória nas redes estaduais, os processos para sua seleção e as tendências de privatização via gestão, da educação pública em contextos de reformas gerencialistas como é o caso das redes estaduais do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Mais especificamente o estudo se propôs resgatar as características e bases teóricas que sustentam a perspectiva de gestão chamada de Nova Gestão Pública (New Public Management) e sua inserção no contexto da administração pública brasileira e conseqüentemente no contexto educacional e escolar.

A tese de Mary Jose Almeida Pereira intitulada: “Formação continuada de professores no estado do Pará via relação público-privada: uma análise do projeto trilhas do instituto natura em Benevides-Pará” retrata da formação continuada de professores no estado do Pará via relação público-privada, fazendo uma análise do projeto trilhas do instituto natura em Benevides-Pará. Conclui-se que a formação continuada desenvolvida pelo Instituto Natura, em especial o Projeto Trilhas, tem reconfigurado a formação local por meio de uma cultura performática, deixando de ser aspecto de valorização docente, para ser controle e prescrição do fazer didático do professor. A pesquisa demonstrou que a formação continuada, trouxe a

meritocracia como perspectiva de inovação em que secretaria de educação, professores, alunos, comunidade em geral colocam-se favoráveis a realização de tais políticas.

A tese de Henrique Dias Gomes De Nazareth, fala das “Escolas charter e contratos de gestão na educação, um estudo do programa de contratos de gestão com organizações sociais na rede goiana de educação”. Portanto, no Brasil, o crescimento da participação do setor privado na educação pública, se desenrola a partir da participação do setor público com o privado por meio de contratos e convênios de diversas naturezas. Esse movimento vem sendo introduzido na agenda educacional e tem a gestão privada de instituições públicas como estratégia na busca por mais eficiência.

A pesquisa de Jose Arlen Beltrão De Matos, revela “O novo ensino médio, o rebaixamento da formação, o avanço da privatização e a necessidade de alternativa pedagógica crítica na educação física”. Nesse âmbito educacional, demonstra que a atual reforma do ensino médio se insere no movimento de ofensiva do imperialismo no Brasil, de destruição dos serviços públicos (dentre eles a educação) e de forças produtivas.

Visando criar melhores condições para a privatização da educação pública e expansão de renovados campos para a valorização do capital, ao mesmo tempo o novo ensino médio propõe uma formação que acentua a unilateralidade, retirando conteúdos científicos e desqualificando o jovem trabalhador ainda no seu processo de escolarização básica. Nessas condições, componentes curriculares ou áreas do conhecimento tendem a ser dispensáveis ou rebaixados a atividades escolares, seus conteúdos científicos passam a ser prescindíveis, como é o caso da educação física. Por fim, diante dessas regressões, consideramos que a luta pela suplantação desta proposta é um imperativo aos que defendem uma educação pública de qualidade e com gestão pública.

A tese de Elis Regina Dos Santos Viegas, reforça que “O mercado da formação continuada no Brasil, se expandiu materializando a presença do empresariamento social privado na formação dos professores e assim controlando o currículo escolares.” Para tanto, os caminhos da regulação no processamento da formação continuada docente, de maneira que são planejada, executada e avaliada, com vistas à concretização das políticas formuladas para a educação conforme os moldes empresariais, voltadas para garantir um tipo de educação considerada como mais apropriada para o mercado.

Thais Godoi De Souza, discute em sua pesquisa “A privatização na educação básica do Paraná, fazendo uma análise sobre a atuação de empresas educacionais e sistemas privados

de ensino”. A tese defendida neste trabalho mostra que a adoção do Sistema Privado de Ensino (SPE) é uma forma de privatização da educação básica pública, a qual ocorre por meio da transferência de recursos da receita resultante de impostos dos municípios, dos recursos do Fundeb e Salário-Educação. Os resultados evidenciaram que a empresa/grupo que liderou os contratos com as prefeituras paranaenses, no ano de 2019, foi a editora Positivo/Aprende Brasil.

Edmara Aparecida Parra Melati, apresenta “O Movimento da Privatização da Rede Municipal de Ensino de Sorocaba entre 2018-2020.” Os resultados da pesquisa apontaram para a influência da lógica do neoliberalismo e da terceira via na organização das políticas proposta pelo Estado brasileiro. A atuação empresarial na definição da política e da legislação educacional também foi observada e por fim foram identificadas formas de privatização da educação municipal de Sorocaba/SP, implantadas dentro de um contexto de resistência e disputa.

Diante do panorama relatado, a privatização da educação se fortalece no Brasil, principalmente na região sudeste e materializa de forma efetiva na etapa da educação infantil, oferecendo seus serviços pedagógicos de eficiência e eficácia. O mecanismo de mercado está ocorrendo na educação básica brasileira, de forma intensa, que para Robertson e Verger (2012) denomina-se “edunegócio”. É notório que a globalização influenciou a governança da educação, por meio das parcerias público-privadas (PPP) e têm gerado debate ao seu significado, propósito, status e resultados. Que diante dessas pesquisas esse debate está aquecido no setor educacional, diante de perspectivas positivas em atividades política e social, mantendo-se em quase totalidade do setor público e a serviço de interesses públicos. Assim, os autores enfatizam que:

[...] a rápida expansão das parcerias público-privadas na educação (PPPE) envolve cada vez mais atores privados em uma faixa de atividade do setor público que inclui arenas tradicionais dos sistemas públicos de ensino: definição de políticas, oferta da educação, fiscalização e gestão escolar (cf. Hatcher, 2006; Ball, 2007; Bhanji, 2008; Saltman, 2010).

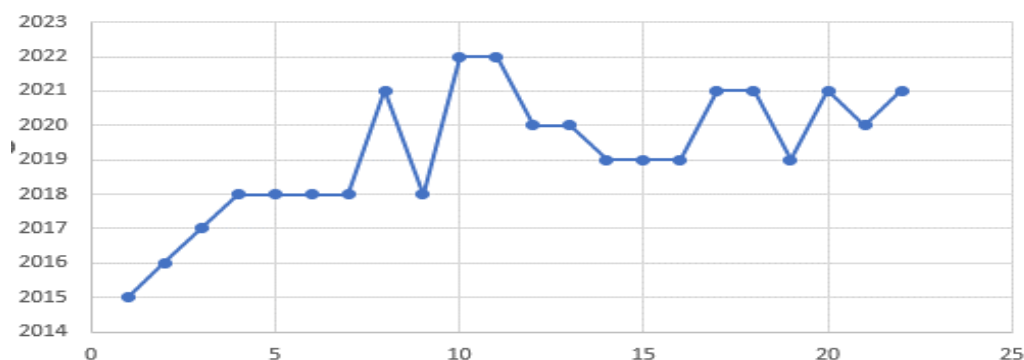
A tese de Nadia Pedrotti Drabach, com o título “Processos de provimento, exigências e atribuições para os dirigentes escolares em contextos de reformas gerencialistas” retrata a privatização da educação no que se refere à gestão escolar, enfatizando aspectos relacionados aos processos de seleção, às atribuições e à natureza das funções previstas para o dirigente de escolas da Educação Básica pública, nas redes estaduais, no período que compreende os anos

de 2005 a 2015, quando já se encontrava em vigor a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF) em todos os entes federados a qual visa a diminuição dos gastos públicos com pessoal e materializa princípios da Nova Gestão Pública instituídos pelo Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado e pela Emenda Constitucional 19/1998 que se seguiu.

Nesse caminho, o estudo objetivou compreender a relação entre o perfil requerido para dirigentes escolares da Educação Básica obrigatória nas redes estaduais, os processos para sua seleção e as tendências de privatização via gestão, da educação pública em contextos de reformas gerencialistas como é o caso das redes estaduais do Rio de Janeiro e Minas Gerais estudadas nessa tese. A pesquisa focou em resgatar as características e bases teóricas que sustentam a perspectiva de gestão chamada de Nova Gestão Pública *New Public Management* e sua inserção no contexto da administração pública brasileira e conseqüentemente no contexto educacional e escolar. Para tanto a pesquisa mostrou a diminuição de formas democráticas de escolhas de diretores nas redes estaduais no período que compreende essa tese e indícios de maior controle sobre o papel dos dirigentes escolares.

A análise dos 20 trabalhos estudados na plataforma CAPES a partir da leitura da introdução e considerações finais como critério de inclusão e exclusão do 2º filtro, observamos que no ano de 2015 e 2017, não houve publicações, e que a partir de 2018 foi aumentando gradativamente a quantidade. Haja visto que em 2021 foi o ano que mais houve publicações, chegando a cinco pesquisas dentre elas 2 dissertações e 3 teses. Nesse panorama de privatização da educação básica, as produções destacam o direito e desafios à educação na etapa da educação infantil; discute-se também o movimento pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) a atuação do setor privado; a efetiva participação do Terceiro Setor, no Movimento pela Base Nacional Comum Curricular (MBNCC) e por fim, a ingerência de empresas educacionais e Sistemas Privados de Ensino, se efetivando na educação básica de várias regiões brasileiras, principalmente na região sudeste.

Gráfico 2 – Produções selecionadas na CAPES com o descritor “privatização da educação”



Fonte: Elaborado por Silva (2023).

No gráfico acima conseguimos observar que o quantitativo de maiores produções equivale aos anos de 2020, 2021 e 2022,

As questões levantadas na pesquisa demonstram como a privatização ocorre em nosso país e principalmente no estado de São Paulo, por apresentar um quantitativo substancial de trabalhos acadêmicos desenvolvidos pelas universidades da região. Nesse aspecto, desenvolvendo-se na educação básica, em especial na etapa da Educação Infantil, que revelam o uso de estratégias utilizadas para materializar essas parcerias, em que os participantes da educação pública, os educadores, os conselhos e até o Ministério Público não se atentaram ou pouco conseguiram fazer diante desse contexto gerencialista e mercadológico implantado em vários municípios do país e que estão modificando as políticas públicas, isto é, redefinindo as fronteiras entre o público e o privado que se intensificam e ampliam de forma expansiva.

A tabela abaixo representa o quantitativo das produções analisadas por fontes consultadas.

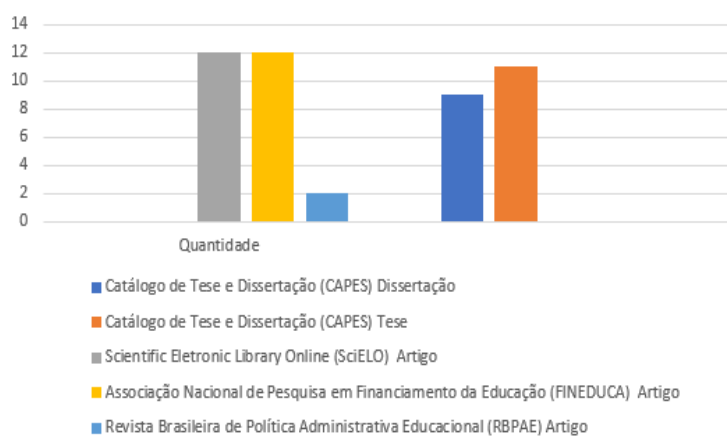
Tabela 3 - Representação da pesquisa com o descritor: “Privatização da Educação” fonte e tipos de trabalho

Fonte	Tipo	Quantidade
Catálogo de Tese e Dissertação (CAPES)	Dissertação	09
	Tese	11
Scientific Eletronic Library Online (SciELO)	Artigo	12
Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (FINEDUCA)	Artigo	12
Revista Brasileira de Política Administrativa Educacional (RBPAAE)	Artigo	02

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

O quadro acima demonstra as fontes, o tipo de pesquisa e o quantitativo de pesquisas selecionadas e discutidas ao longo do texto. Nota-se que a maior quantidade de produções selecionadas é na CAPES, representando 11 teses e 09 dissertações selecionadas, isso demonstra o quanto o assunto é pesquisado na academia, demonstrando sua pertinência nas pesquisas. Nas revistas notamos também o interesse de publicar artigos nesses periódicos selecionados, haja visto que são de grande veiculação nacional e trata do objeto investigado de forma complexa e contextualizada na contemporaneidade.

Gráfico 3 – Quantitativo por fonte e tipos de produção



Fonte: Elaborado por Silva (2023)

O gráfico representa a quantidade de produções inventariadas nas fontes consultadas com o descritor Privatização da Educação. Assim verifica o maior quantitativo corresponde a revista da Scielo e Fineduca com 12 produções cada.

Os artigos inventariados nas bases de dados da: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (FINEDUCA) e Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, (RBPAAE) seguiram o mesmo critério de seleção, pois são revistas consideradas de grande abrangência nacional e internacional com quantitativo de indexação elevado sendo uma ferramenta relevante para democratizar o conhecimento científico. Pontuaremos a seguir um breve comentário sobre esses periódicos.

A plataforma SciELO é a principal¹⁶ biblioteca digital da América Latina, sendo uma plataforma eletrônica e cooperativa de periódicos científicos. É um portal eletrônico que permite o acesso aos artigos completos de revistas da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Costa Rica, Venezuela, Bolívia, Peru e Uruguai. Por tamanha cobertura considera-se como a principal biblioteca digital da América Latina e vai além, pois possui acesso aos textos científicos da Espanha e África do Sul, possibilita ainda as versões em português, espanhol e inglês. O sistema operacional da SciELO de publicação atua sobre o software *Open Journal Systems* (OJS), sistema online e sem fins lucrativos de submissão de manuscritos, desenvolvido e mantido pelo *Public Knowledge Project* (PKP).

Apresentamos a seguir o quadro que demonstra as produções selecionadas nesse banco de dados de relevância considerável para pesquisa.

Quadro 7 - Apresentação detalhada das produções selecionadas a partir do descritor “Privatização da educação” na Base de Dados da SciELO

Ano de Publicação	Título	Autor/a/es
2016	Privatização Da Educação Na América Latina: Estratégias Recentes Em Destaque	Theresa Adrião e José Marcelino de Rezende Pinto
2016	<i>Homeschooling</i> no Brasil: Ampliação Do Direito À Educação Ou Via De Privatização?	Luciane Muniz Ribeiro Barbosa
2016	Privatização Da Educação na América Latina e No Caribe: Tendências e Riscos Para Os Sistemas Públicos De Ensino	Camilla Croso Giovanna Modé Magalhães
2017	El Crecimiento De La Educación Privada En Argentina: Ocho Explicaciones Paradigmáticas	Mariano Narodowski Mauro Moschetti Verónica Gottau
2020	As Instituições Sem Fins Lucrativos Na Privatização Da Educação Infantil	Maria Lucia Lemos Cecon Nadia Pedrotti Drabach
2020	Heterarquização Do Estado E A Expansão Das Fronteiras Da Privatização Da Educação Em São Paulo	Fernando Cássio Marina Avelar Rodrigo Travitzki Thais Andrea Furigo Novaes
2020	A Privatização Da Educação Secundária Na Inglaterra Por Meio Das <i>Sponsored Academies</i> E Das <i>Multi-Academy Trusts</i>	Maria Vieira Silva
2020	Privatização Da Educação Em 24 Países Africanos: Tendências, Pontos Comuns E Atípicos	Rui da Silva Joana Oliveira

¹⁶ Desenvolvida para responder as necessidades da comunicação científica na América Latina e Caribe, o modelo proporciona uma solução eficiente para assegurar a visibilidade e o acesso universal à produção científica.

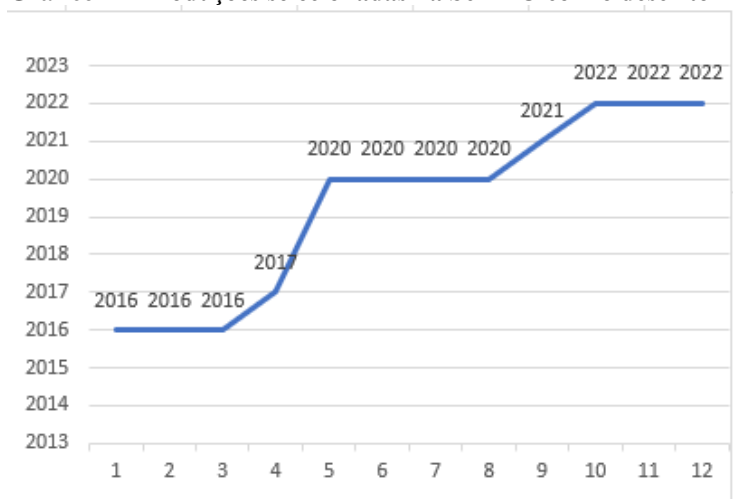
2021	Los Nuevos Servicios Locales De Educación Pública De Chile: Desafíos Del Proceso De Implementación Inicial	Sebastián Donoso-Díaz
2022	Educação Profissional Paulista E Relações Público-Privadas Na Política Curricular: Centro “Paula Souza” (1995-2018)	Carmen Sylvia Vidigal Moraes Elydimara Durso dos Reis Felipe Alencar
2022	Educação Em Mises, Hayek E Rothbard: Fundamentos Para Uma Privatização Extrema	Neide César Vargas Rosa Maria Marques
2022	Privatização Como Mecanismo De Acumulação Por Espoliação	Marília Gouvea de Miranda

Fonte: Elaborado por Silva (2023)

Observa-se, que no banco de dados da SciELO não obtivemos produções nos referidos anos: 2015, 2018 e 2019. Os critérios de inclusão foram a partir de 2015 a 2022, com a aplicação do 1º filtro leitura de títulos e resumos e 2º filtro, leitura da introdução e considerações finais.

Diante disso, dos 27 artigos publicados na SciELO, aplicamos os referidos critérios e obtivemos 12 artigos e um dossiê. As produções trilham percurso metodológico com base em fontes primárias, fundamentalmente oficiais e institucionais, e poucos desenvolveram a metodologia qualitativa através de entrevistas com professores, gestores educacionais e gestores do município pesquisado que atuam na educação básica. O descritor pesquisado na SciELO “Privatização da Educação” demonstra que esse processo está ocorrendo de forma expansiva em vários países como Estados Unidos, Argentina, Chile e no Brasil com grande concentração na região sudeste do país devido o quantitativo de universidades que pesquisam a temática.

Gráfico 4 – Produções selecionadas na SciELO com o descritor “Privatização da Educação”



Fonte: Elaborado por Silva (2023)

Os dados acima representam a quantidade de produções inventariadas na SciELO com o descritor Privatização da Educação, em que é perceptível que no ano de 2020 as produções foram elevadas chegando a quatro produções.

Nesse contexto iremos discutir os trabalhos individualmente por considerar relevantes para o objeto de pesquisa. A pesquisa de Luciane Muniz Ribeiro Barbosa, apresenta “A privatização na dimensão da oferta como a implementação de um novo formato designado Homeschooling No Brasil: Ampliação do Direito à Educação ou via de privatização”? O texto apresenta um debate analisando como um direito individual de liberdade de escolha das famílias, sendo uma opção destas pelo ensino de seus filhos no âmbito privado. A pesquisa mostra que aumentou o número de famílias brasileiras que optam por retirar seus filhos da escola e ensiná-los em casa, bem como o movimento em prol da mudança da legislação para a normatização do ensino em casa, que foi barrado em 2015 pelo Supremo Tribunal Federal (STF). (Barbosa, 2016).

O dossiê organizado por Theresa Adrião e José Marcelino de Rezende Pinto (2016) discorre sobre “Um espectro que ronda as políticas educacionais no mundo, determinado como privatização”. Que decorre da busca incessante do capital por novas formas de acumulação e tem assumido diferentes formas e arranjos em países diversos. Em sua onda mais recente, irradiando os modelos de *Voucher* e de *Charter School* originários dos EUA. Os arranjos privatizantes que tiveram no Chile, ainda na ditadura de Pinochet, um laboratório privilegiado, espalham-se com particular intensidade pelos países latino-americanos. Reagindo a essa tendência, ativistas e pesquisadores articulam-se em diversas frentes, e vêm analisando e resistindo aos distintos processos pelos quais em nosso continente e, a partir do século passado, a educação vem sendo privatizada.

O artigo de Camilla C. G. M. Magalhães, com o Título “Privatização da educação na América Latina e no Caribe: Tendências e Riscos para os sistemas públicos de ensino”, apresenta distintas formas de privatização da educação na América Latina e no Caribe e suscita indagações sobre seu impacto para a realização da educação como um Direito Humano universal.

Para tanto, a produção de Mariano N. M. M. V. Gottau intitulado como “O crescimento da educação privada na Argentina: oito explicações paradigmáticas” analisou as causas do

processo de privatização da educação na Argentina, que condensam as diversas interpretações e construções teóricas surgidas nos últimos vinte anos referentes à questão da privatização. Nesse sentido, o artigo culmina postulando uma explicação estrutural na qual evidenciam a existência de uma política de Estado de privatização.

A produção de Maria L. L. Ceccon e Nadia P. Drabach, com o título “As instituições sem fins lucrativos na privatização da educação infantil” apontaram transformações e (in)adequações político-normativas na (re)constituição das instituições sem fins lucrativos, com vistas a ampliar o atendimento às demandas de Educação Infantil (EI) do município de Campinas/SP. Além disso, evidenciou-se a opção da Prefeitura Municipal de Campinas, pela expansão da oferta privada da EI por meio das instituições sem fins lucrativos em detrimento da oferta pública direta.

O artigo dos autores Fernando Cássio, Marina Avelar, Rodrigo Travitzki e Thais A. F. Novaes, com o título “Heterarquização do estado e a expansão das fronteiras da privatização da educação em São Paulo”, relata a existência de parceria público-privada entre a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE-SP) e a Associação Parceiros da Educação (APE) em torno do Programa Educação - Compromisso de São Paulo, no período 2015-2018. A pesquisa constatou que a parceria serviu como modelo de estudo das relações público-privadas na educação, à luz dos conceitos de neoliberalização e Heterarquização sendo “uma forma organizacional entre a hierarquia e a rede, baseada em diversos vínculos horizontais e verticais que permitem que diferentes elementos do processo político cooperem (ou entrem em competição)” (Ball; Junemann, 2012, p. 138).

O artigo com o título “A Privatização Da Educação Secundária Na Inglaterra Por Meio Das *Sponsored Academies* e Das *Multi-Academy Trusts*” da autora Maria Vieira Silva, discute algumas mutações do neoliberalismo britânico a partir da gestão da coalizão do Conservative/Liberal Democrat. As análises têm como foco a potencialização das políticas neoliberais na educação pública inglesa, por meio dos programas sponsored academies e multi-academy trusts. A partir de dados coletados em fontes bibliográficas, documentos e legislações, a pesquisa focou a intensificação da lógica mercantil nas reformas da Educação Secundária da Inglaterra e problematizamos a redefinição do sentido público da escola pública no contexto britânico, o qual tem sido referência para muitos estados-nações.

A pesquisa de Rui da Silva e Joana Oliveira buscou focar nas “Principais tendências no âmbito da privatização da educação em 24 países africanos considerados frágeis pela

Parceria Global para a Educação”, comparando as diferenças e os pontos em comum. A análise realizada permite inferir que predomina, nos diferentes países, a perspectiva da privatização da educação planejada em detrimento da de facto, e constatar que, quando os documentos mencionam a gestão privada, referem-se, principalmente, à comunidade/aos pais. Concluiu-se que predomina a perspectiva de que as decisões são baseadas em evidências científicas, existindo, contudo, cinco países considerados atípicos.

O Autor Sebastián Donoso-Díaz com título “Los Nuevos Servicios Locales De Educación Pública De Chile: Desafíos Del Proceso De Implementación Inicial” discute o processo de instalação de novos sistemas de Ensino Público Municipal, visando o fortalecimento do setor. O processo se dá em um cenário internacional voltado na direção oposta: privilegiar a privatização do setor. São expostas às influências técnicas da lei, a simultaneidade de tarefas e as tensões políticas geradas por uma regulação baseada nos direitos sociais implementada por um governo com mais interesse na questão privada.

No ano de 2022 foram selecionados três artigos, o primeiro de Carmen Sylvia Vidigal Moraes com o título: “Educação Profissional Paulista e Relações Público-Privadas na Política Curricular: Centro ‘Paula Souza’” (1995-2018), analisa as relações entre o público e o privado nas políticas de educação profissional do estado de São Paulo e, mais especificamente, nas propostas de organização curricular do ensino técnico de nível médio desenvolvido no Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. Identificamos que o estudo utilizou fontes primárias (documentos governamentais e os produzidos na instituição) e secundárias (revisão bibliográfica). O trabalho demonstra a existência das relações entre o público e o privado nas políticas de educação profissional do estado de São Paulo. Observa-se, que foi um período histórico de gestão neoliberal dos governos do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) no estado, a crescente atuação de agentes privados na formulação, no monitoramento e na avaliação das políticas curriculares de instituições. Tal movimento caracteriza um processo peculiar de privatização endógena do ensino profissional no âmbito da rede pública estadual de educação.

O segundo artigo das autoras Neide César Vargas e Rosa Maria Marques, intitulado como: “Educação em Mises, Hayek e Rothbard: fundamentos para uma privatização extrema”, expõe a forma como Mises, Hayek e Rothbard discutem a abrangência que dão à privatização da educação utilizando como lente os seus conceitos de Estado, Mercado e Indivíduo. Os autores dão bases para o questionamento do ensino obrigatório e público, bem como do uso de impostos para financiá-lo. Eles tratam a educação pública como doutrinação, identificando o

ensino formal como uma deliberação privativa da família ou, no máximo, um serviço a ela provido pelo mercado, recusando a educação como direito. Os autores dão bases para o questionamento do ensino obrigatório e público, bem como do uso de impostos para financiá-lo.

O terceiro e último trabalho é da autora Marília Gouvea de Miranda, com o título: “A Privatização como mecanismo de acumulação por espoliação,” discute a privatização da educação a partir de um estudo teórico mais amplo com o objetivo de compreender a trajetória educacional no Brasil a partir da perspectiva do desenvolvimento do capitalismo contemporâneo. Portanto, entende os processos de privatização como o desenvolvimento do atual sistema de particularidades de acumulação de capital, especialmente no que se refere ao seu impacto e avanço sobre ativos como a educação pública, que estavam à beira dos cálculos de lucro. Nessa perspectiva, as possibilidades e os limites do conceito de acumulação por espoliação, proposto por David Harvey, são trazidos para a discussão de que a privatização da educação deriva do processo em curso de acumulação de capital.

O caráter desapropriador ou expropriador do capitalismo em seu estágio atual tem a privatização como um de seus dispositivos mais importantes, indiscutivelmente o mais devastador. As conexões para tal proposta são consideradas do ponto de vista do imperialismo, particularmente em seu estágio neoliberal, dentro do contexto de confronto da crise sistêmica do capital.

Nesse contexto, os artigos abordam as dimensões da privatização da oferta, gestão e currículo em alguns países como Argentina e Brasil; trazem a proposta de uma educação que visa a privatização (*Homeschooling*). As pesquisas decorrem da busca incessante do capital por novas formas de acumulação e tem assumido diferentes formas e arranjos em países diversos. Demonstram os trabalhos as indagações sobre o impacto da privatização para a realização da educação como um Direito Humano universal. Os trabalhos evidenciam a existência de uma política de Estado de privatização que iniciou na Europa e percorre os demais continentes. E no Brasil, a tendência privatista inicia no estado de São Paulo, com os Sistemas “S” e vai estendo por todo o país. Esse processo de privatizar a educação tem como justificativa a eficiência da qualidade dos serviços prestados que coloca a educação pública em contradição, sendo essa custosa e burocrática demais.

Outrossim, as pesquisas evidenciaram as dimensões da privatização que são implantadas em vários países, e nessa conjuntura política, econômica e educacional as

produções indicam que a privatização da oferta e currículo são as mais utilizadas no Brasil. E assim, no contexto neoliberal são trazidos para a discussão de que a privatização da educação deriva do processo em curso de acumulação de capital.

Outra fonte que foi utilizada em nossas buscas foi a Revista de Financiamento da Educação (FINEDUCA) considerado um periódico acadêmico contínuo de acesso livre, avaliado por pares, editado pela Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação. Dentre os objetivos propostos a divulgação de pesquisas, estudos, promoção de intercâmbio, reflexões sobre a prática, debates de ideias, contribuem para o aperfeiçoamento das ferramentas analíticas e das concepções teóricas e metodológicas de seu campo de abrangência. Foi criada em 2011, é uma associação civil de direito privado sem fins lucrativos, tem como meta contribuir para que os poderes públicos garantam a realização do direito à educação pública, gratuita, democrática, laica e de qualidade a todos sem distinção, mediante um financiamento adequado, com a garantia de fiscalização e controle social dos recursos públicos.

Quadro 8 - Apresentação detalhada das produções selecionadas a partir do descritor “Privatização da educação” na Base de Dados da FINEDUCA.

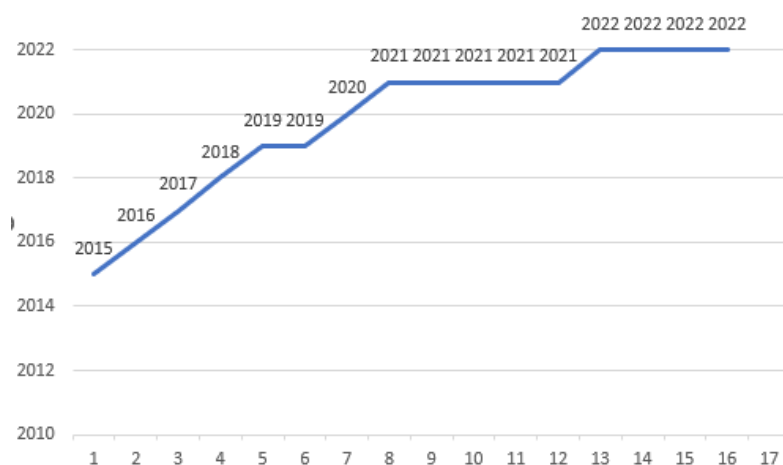
Ano	Título	Autor/a/es
2019	A Utilização De Sistemas Privados De Ensino Na Educação Pública: O Divórcio Entre A Teoria E A Prática Nas Políticas Educacionais	Elisandra Aparecida Czekalski e Marisa Schneckenberg
2021	Escolas Charter E O Novo Fundeb: Um Necessário Obstáculo À Privatização E As Tentativas De Derrubá-Lo	Henrique Dias Gomes de Nazareth
2021	Apresentação Da Seção Temática – Os Recursos Públicos Em Disputa: Reflexões Sobre A Privatização Da Educação Em Distintos Contextos	Theresa Adrião, Vera Maria Vidal Peroni, Teise de Oliveira Guaranha Garcia
2021	Estratégias De Privatização Da Educação Infantil Em Ribeirão Preto E As Resistências	Bianca Correa, José Marcelino de Rezende Pinto e Teise de Oliveira Guaranha Garcia
2021	A Privatização Dos Recursos Educacionais Através Das Escolas Confessionais: Uma Análise Da Cáritas De Rondonópolis/Mt	Marilda de Oliveira Costa Tiago dos Santos Rodrigues
2021	O Processo De Privatização Da Educação Infantil No Âmbito Do Fundeb	Monique Robain Montano, Vera Maria Vidal Peroni, Maria Dilnéia Espíndola Fernandes
2022	Creches Conveniadas E Compra De Vagas Na Cidade De São Paulo: Formas De Privatização Da Educação Infantil	Ana Paula Santiago do Nascimento, Cleber Nelson de Oliveira Silva, Eliano Macedo Souza, Felipe Alencar

2022	O novo fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação no Brasil e as parcerias público-privadas na educação infantil: um panorama na perspectiva dos princípios de Abidjan	Andressa Pellanda, Koumbou Boly Barry
2022	Ataque ao Fundeb: intersecções entre ultraliberais e reacionários no projeto de privatização do fundo público	Fernando Cássio, Fernanda Moura, Salomão Barros Ximenes
2022	A atuação de atores privados do movimento todos pela base na rede estadual do espírito santo: mapeamento e caracterização	Andressa Cóstola, Raquel Fontes Borghi,

Fonte: Elaborado por Silva (2023)

Quanto à Revista de Financiamento da Educação (FINEDUCA), obtivemos 14 artigos como resultado geral. Realizamos o 1º filtro com a leitura de títulos e resumos e identificamos 13 artigos e uma Sessão Temática com o descritor “Privatização da Educação”. Aplicamos o 2º filtro com a leitura da introdução e considerações finais e obtivemos 12 artigos que tratam da privatização no Brasil que trabalham a expansão das dimensões da privatização: oferta, gestão e currículo. Nesse sentido os trabalhos apresentados são de 2019 a 2022, publicações recentes que traz relevantes considerações sobre a Privatização da Educação.

Gráfico 5 – Quantidade de produções localizadas na Revista FINEDUCA



Fonte: Elaborado por Silva (2023).

Observamos no gráfico acima o quantitativo de produções localizadas por ano na revista Fineduca com o descritor Privatização da Educação. Nota-se que no ano de 2021 houve maior quantidade de produções chegando a cinco.

Existem cinco trabalhos que dão ênfase na educação infantil, que percorrem uma metodologia de pesquisa em fontes primárias e documentais. Apontam para uma forte participação do setor privado na expansão do segmento de creche e evidenciam que o conveniamento com instituições privadas é uma opção política de muitos municípios e estados brasileiros, mesmo que este apresente boa capacidade tributária. Portanto, o artigo de Bianca Correa, José Marcelino de Rezende Pinto e Teise de Oliveira Guaranha Garcia retratam a “Opção política por assegurar o oferecimento de vagas na educação infantil por meio da transferência da gestão a diversas instâncias privadas e que esse fenômeno é histórico no Brasil”.

Sendo assim, a produção de Monique Robain Montano, Vera Maria Vidal Peroni e Maria Dilnéia Espíndola Fernandes, desvela o “Processo de privatização na educação infantil por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) em duas capitais: Campo Grande (MS) e Porto Alegre (RS) de 2009 a 2020”. O trabalho concluiu, que o processo de privatização da educação infantil, ocorre por meio do Fundeb.

A produção das autoras Elisandra Aparecida Czekalski e Marisa Schneckenberg, discorre “Sobre a relação entre a concepção de infância e de currículo descritos nos documentos municipais que orientam o currículo de um município situado na região Sudeste do estado do Paraná versus o modo como esse mesmo município conduz sua ação educativa frente a essas concepções”. O estudo apresentou destinação das apostilas do sistema privado de ensino às crianças da Educação Infantil. A pesquisa demonstrou o reflexo de uma sociedade regulada por preceitos neoliberais, que objetivam a privatização da Educação. A ação consciente e transformação social tão enfatizada na Proposta Curricular Municipal são ações que a política pública municipal não faz questão de assegurar, promovendo cada vez mais a reprodução cultural da classe dominante.

Para concluir os artigos que tratam da privatização na educação infantil, trazemos o trabalho de Andressa Pellanda e Koumbou Boly Barry que discutem “A aprovação do novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb” - representa um grande passo para a garantia da educação pública e gratuita. Destarte a educação infantil é a etapa da educação mais afetada pelo aumento dos recursos do fundo, e a não obrigatoriedade, mas continua incentivando as parcerias público-privadas, sem regulamentações que garantam a qualidade oferecida pelo setor privado. Em

geral, os estudos mostram que as parcerias educacionais público-privadas parecem encontrar mais efeitos negativos do que positivos.

No relatório da relatora especial da ONU para o direito à educação de 2019, recomenda-se aos países que implementem os “Princípios de Abidjan sobre as obrigações dos Estados em relação aos direitos humanos de fornecer educação pública e regulamentar o envolvimento privado na educação”. Sendo assim, este artigo analisou a Emenda Constitucional 108, do novo Fundeb, e sua legislação regulatória e assessória, apontando as normas que seguem o direito internacional, com base nos Princípios de Abidjan, e aquelas que carecem de enfrentar a privatização da educação no Brasil. Dessa forma compreendemos que esse processo está acentuando no país apresenta um efeito dominó, isto é, introduz assim os órgãos públicos contratos, acordos, convênios, parcerias com entidades privadas, resultando na instalação da lógica capitalista em todo sistema de ensino.

Nesse contexto, o artigo de Carolina Barbosa Gomes Figueiredo Filho e João Batista Silva dos Santo afirmam que “O modelo de ensino remoto utilizado em decorrência da pandemia da Covid 19, agravou o processo de privatização, em redes municipais e estaduais de várias regiões brasileiras principalmente no estado de São Paulo”. Esse momento consolidou uma “janela” de oportunidades” para fundações, empresas e instituições privadas difundirem seus serviços e produtos por dentro da escola pública. Para Barbosa e Alves (2023) o processo de plataformização da educação foi se intensificando com a implementação da Reforma do Ensino Médio- Lei nº 13.415/2017, implicando nos efeitos impostos à organização do trabalho pedagógico, do currículo e ao trabalho docente. Para tanto, esse processo de expansão de novos nichos de mercado bem como a de padronização dos currículos e dos processos pedagógicos aumentaram consideravelmente nesse período. E assim, novos meios de regulação, vigilância e controle convergem e favorecem a desqualificação do trabalho docente, configurando-se na privatização da educação, trazendo prejuízos formativos e agravamento das desigualdades educacionais. Desse modo, Selwyn (2017) afirma:

sobre a importância de reconhecer a natureza política da tecnologia e, portanto, sobre desnudar a crença subjacente na capacidade da tecnologia – de alguma forma – melhorar a educação, bem como sobre os interesses escusos que estão em jogo na imposição em direção a usos mais intensos de tecnologia na educação se mostram atuais. A área da educação e tecnologia requer muito debate e análise, escrutínio e contestação” (Selwyn, 2017, p. 86, 91 e 93).

A sociedade do século XXI está imersa na cultura digital, sendo assim, compõem a produção capitalista que se embasa em relações de maior domínio. Corroboramos com Zuboff 2023, quando afirma que:

Os capitalistas de vigilância descobriram que os dados comportamentais mais preditivos provêm da intervenção no jogo de modo a incentivar, persuadir, sintonizar e arrebanhar comportamento em busca de resultados lucrativos. Pressões de natureza competitiva provocaram a mudança, na qual processos de máquina automatizados não só conhecem nosso comportamento, como também moldam nosso comportamento em escala (Zuboff, 2020, p. 19).

Outra tendência nesse processo neoliberal que visa apenas o capital, demonstra a atuação de grandes grupos empresariais em suas políticas nacionais referente ao fornecimento de material didático: Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e a adoção do Sistema Privado de Ensino (SPE). Nota-se uma propensão de privatização que expressa movimento global pelo qual o campo dos direitos sociais, garantidos por meio de políticas públicas, e em especial a educação básica, tem se convertido em campo de corporações na prestação de serviços a “filantropia de risco” e de corporações na prestação de serviços ao sistema público de ensino.

A produção de Henrique Dias Gomes de Nazaret, contextualizou sobre “Escolas Charter, relacionando com o novo Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)” sendo um necessário obstáculo à privatização e implementação de escolas Charter no Brasil. Entende-se que as regras do FUNDEB são barreiras importantes no movimento pró-charterno, e que o contexto legislativo é um importante campo de disputa. Compreender esse movimento se faz necessário a resistência em favor da defesa do direito à educação. Pois entendemos que os Recursos Públicos estão em disputa.

Destaco o artigo dos autores Marilda de Oliveira Costa e Tiago dos Santos Rodrigues com o título: “A privatização dos Recursos Educacionais, através das Escolas Confessionais: uma análise das Cáritas de Rondonópolis-MT”. O trabalho mapeou e analisou os valores destinados pelo município de Rondonópolis à organização Cáritas Diocesanas. O propósito da Cáritas é continuar transformando a sociedade e fornecendo educação básica de qualidade, considerada uma organização da sociedade civil, filantrópica, sem fins lucrativos. Como previsto na LDB nº 9.394/96, a organização recebe subvenção de recursos da Secretaria de Educação municipal.

O trabalho contextualiza os valores repassados à instituição por aluno, e o potencial impacto na Secretaria de Educação do município. Muitos dados foram coletados para análise futuras, para melhor apurar se a organização recebeu subvenção de recursos da Secretaria Municipal de Educação para atendimento à educação infantil. A entidade filantrópica caracteriza transferência de responsabilidades do Estado para o atendimento aos direitos sociais básicos e por consequência, se pode acabar ferindo o direito à constituição a educação. (Costa; Rodrigues, 2021).

Os trabalhos ressaltam aspectos reformistas envolvidos no processo de privatização da educação básica que se desenha a partir da parceria entre o poder público, o terceiro setor e a iniciativa privada, consolida no campo educacional, como indutor de políticas públicas para educação. Nota-se que a política educacional tem se constituído como importante campo de ação de uma multiplicidade de atores individuais e coletivos, públicos e privados, nacionais e internacionais, organizados em grandes redes, como vem se configurando no presente século, como exemplo temos a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), (Adrião; Peroni, 2018) e da contrarreforma do ensino médio em 2017, ambas no Brasil.

Para Costa (2019, p. 161), diferentes temas e abordagens educacionais como regras para a implementação de políticas, apoiadas na “modernização do mercado”, chegarão em breve à América Latina, que inclui o Brasil, desde 1990. Os interesses dos governos brasileiros, internacionais instituições, empresários de diversos setores (especialmente do setor financeiro) ingressaram no campo da educação de forma objetiva e produtiva.

Os arranjos ainda mais complexos, surgem a partir da referida década da concepção à oferta educacional, a educação passa a ser objeto dentre inúmeras medidas de racionalização técnica dos arranjos entre as esferas pública e privada. Segundo Robertson e Verger (2012, p. 1134), “as 'parcerias' surgiram no início de 1990 como um promissor mecanismo para minimizar os danos causados por formas anteriores de privatização, ainda que sem abandoná-las”. Corroborando com esse excerto, Ball (2004, p. 1122) destaca que “a participação do privado está se firmando rapidamente como um melhor caminho (*the one best way*) para pensar a respeito da futura cessão do setor público”.

O estudo evidencia que a onda de contrarreformas realizadas ao longo do século XX e XXI, tem alterado a configuração do poder do Estados na provisão de direitos e na promoção de políticas sociais e educacionais de caráter público e emancipatório. Quanto às contrarreformas tipo Nova Gestão Pública (NGP) e das relações público-privados na educação

evidenciou que elas têm levado a diferentes e conjugados formatos de privatização educacionais.

Os trabalhos mapeados demonstram que o capital é movido por contradições que atingem vários segmentos da sociedade inclusive a educação, que ao mesmo tempo que a classe trabalhadora tem acesso a parcelas de cultura universal e do conhecimento socialmente produzido, também procura adequá-los ao processo produtivo gerando aumento da exploração de trabalho, por meio do véu da produtividade. Mudanças essas que vem se acentuando no século XXI e transformando o chão da escola como um todo; a lógica do mercado vai acontecendo, introduzindo práticas de gestão empresarial, *accountability* etc., transformando em mercadoria os serviços educacionais dentre eles os materiais didáticos, e a gestão escolar.

Concordamos com Laval *et al.* (2012) que a orientação da educação pedagógica mercado (mercadorização), como desdobramento de uma norma (racionalidade), não é distinta da mercadificação, mesmo que se trate de fenômenos que não devem ser confundidos. As lógicas empresariais impostas para educação vão ao encontro da mercadificação e contribuem para sua intensificação.

Não existe acumulação de capital sem mercadorias para serem vendidas. E não existem mercadorias vendidas sem clientes solventes e dispostos a comprá-las. Se a educação se torna uma mercadoria *Stricto sensu*, primeiramente e sobretudo se deve ao fato que ela é um componente de valor da força de trabalho. Comprar uma mercadoria educativa, é procurar aumentar ou ser forçado a aumentar, em função da concorrência do mercado de trabalho, seu próprio valor. Se compra para melhor se vender. (Laval, 2012, n.p.).

Os resultados propiciados pelos referenciais teóricos e pela análise dos dados do mapeamento indicam que o setor privado tem adentrado no sistema público de ensino com mais facilidade, em especial através de programas privatizadores do currículo, incidindo na sua construção e significação com implicações cada vez maiores no conteúdo pedagógico e na capacitação de professores, principalmente no âmbito do ensino médio. Essas atuações se configuram em estratégias de relação entre as esferas pública e privada, que no nosso entendimento se caracterizam como um processo complexo de privatização da educação nas redes públicas de ensino no Brasil.

Os artigos inventariados investigam também as bases das políticas educacionais que foram tomadas em caráter emergencial durante a pandemia da Covid 19. As decisões aplicadas privilegiam interesses privados em vez de priorizarem as recomendações dos profissionais da

educação brasileira. Uma análise das políticas públicas educacionais emergenciais adotadas durante a Covid 19, se faz pertinente, pois compreender os processos e elaboração das políticas adotadas no período do fechamento das escolas brasileiras é fundamental entender as disputas e os interesses envolvidos nesse processo, assim como o significado e as consequências dessas decisões para a sociedade contemporânea.

Seguindo esse pensamento privatista da educação, os trabalhos contextualizam a privatização nas três dimensões: oferta, gestão e currículo (Adrião; Borghi, 2008; Adrião, 2018), e as dimensões endógena e exógena (Ball; Yodell, 2008, p. 7-8), identifica os conceitos de mercantilização e mercadorização. A mercantilização consiste na transformação da educação em mercadoria, enquanto o de mercadorização aparece ligado à privatização e ao aumento de oferta de educação pública. Esses complexos entrelaçamentos de interesses, perpassa pela redefinição dos limites entre o público e o privado na educação, sob o viés do gerencialismo, reorientando e reduzindo o currículo, para atender às demandas do mercado no âmbito do capitalismo.

As pesquisas seguem uma abordagem qualitativa, utilizando o Materialismo Crítico Dialético de Karl Marx, enfatiza o avanço do neoliberalismo não há garantia de permanência do ensino, como uma produção do sistema capitalista, em que a educação é também um aparato ideológico e de força de trabalho que tem sido orientada e direcionada para o mercado. Nesse sentido, citamos a Reforma do Ensino Médio (REM), que resultará na expropriação do conhecimento científico da juventude, e a sua conformação aos valores do capital, além da retirada de direitos trabalhistas e privatização da educação pública, agravando o quadro de dependência educacional.

As pesquisas revelam que a educação infantil é a etapa da educação básica mais afetada pela privatização, isso se deve ao fato do aumento dos recursos do fundo, um incentivo às parcerias público-privadas sem regulamentações que garantam a qualidade oferecida pelo setor privado. Os resultados evidenciam mais os efeitos negativos do que positivos dessas parcerias. No relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) para o direito à educação de 2019 recomenda-se aos países que implementem os “Princípios de Abidjan sobre as obrigações dos Estados em relação aos direitos humanos fornecer educação pública e regulamentar no envolvimento privado na educação.

Essa lógica capitalista, age com ataques ao Fundeb, ingerindo entre ultraliberais e reacionários no projeto à privatização do fundo público, que em 10 dezembro de 2020 a Câmara

dos Deputados votaram na PL nº 4372/2020 que regulamentou o novo Fundeb, uma proposta de transferência de recursos do fundo público para escolas privadas do ensino fundamental e médio, contrariando a Constituição Federal de 1988. Nessa ótica neoliberal, os interesses em acessar recursos públicos e erodir a laicidade do ensino entra em um profundo processo de descumprimento e retrocesso da legislação brasileira.

No quadro abaixo, apresentamos de forma detalhada as produções indexadas no periódico da Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBP AE) em que trazemos um pequeno recorte da história da revista. Quanto a *RBP AE apresenta publicações quadrimestral da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE)*.

Quadro 9 - Apresentação detalhada das produções selecionadas a partir do descritor “Privatização da educação” na Base de Dados da Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBP AE).

Ano de Publicação	Título	Autor/a/es
2019	Contrarreformas, Nova Gestão Pública E Relações Público-Privadas: Mapeando Conceitos, Tendências E Influências Na Educação	Marilda de Oliveira Costa
2019	Impactos E Efeitos De Um Programa De Ajuda Pública Ao Desenvolvimento Em Escolas Públicas E Privadas: Um Caso Na Guiné-Bissau	Rui da Silva

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Após os critérios de inclusão e exclusão aplicado na plataforma da Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBP AE) obtivemos 07 trabalhos no total, a leitura dos títulos e resumo foi feito como primeiro filtro e caiu para 04 produções. No segundo filtro a leitura da introdução e considerações finais foi aplicada e resultou em duas produções dos seguintes autores Marilda de Oliveira Costa e Rui da Silva que iremos discutir pontualmente.

A pesquisa de Marilda de Oliveira Costa, discute as diferentes temáticas e abordagens educacionais. Em sua pesquisa, ela argumenta que políticas implementadas sob a égide da “modernização conservadora”, baseadas em um “fundamentalismo de mercado”, estão crescendo rapidamente. Segundo a autora, essas medidas não tardariam a chegar na América Latina, inclusive no Brasil, em que a partir de 1990 um complexo e múltiplos interesses de governos, agências internacionais e empresários de diversos ramos, sobretudo o financeiro, se posicionaram dentro desta perspectiva. A autora propõe atividades adaptadas, diferenciadas e diversificadas, como atividades extraclasse e leituras complementares para que o estudante consiga acompanhar pedagogicamente o conteúdo trabalhado. Essas medidas têm como

objetivo democratizar a educação, um direito humano e um bem público, potencialmente emancipatório, de responsabilidade do Estado. .

Conclui-se que a onda de contrarreformas realizadas ao longo do século XX e XXI, tem alterado a configuração do poder dos Estados na provisão de direitos e na promoção de políticas sociais e educacionais de caráter público e democrático, voltados para a formação cidadã, participativa e emancipatória. Quanto as contrarreformas tipo *New Public Management* (NPM) das relações públicas privadas na educação evidenciou que elas têm levado diferentes e conjugadas formato de privatização da educação. Ball (2007), discute a privatização da educação, num ângulo em que as escolas públicas sejam incentivadas a agirem e operarem como prestadores privados, a fim de torná-las mais competitivas e aumentar os padrões de qualidade, levando à lógica da competência, dos resultados, da premiação, do bônus, e do mérito.

Seguindo as discussões, a produção de Rui da Silva, retrata “Os impactos e efeitos de um programa de ajuda pública ao desenvolvimento em escolas públicas e privadas- um caso na Guiné-Bissau”, que contextualiza a experiência de um Programa bilateral de apoio à educação, no âmbito da ajuda pública ao desenvolvimento de Portugal, tendo por referência a Guiné-Bissau. Após explicitar as questões inerentes à transnacionalização da educação, à ajuda pública ao desenvolvimento e à privatização da educação, o texto discutiu os impactos e efeitos que o apoio à educação pública teve nas escolas privadas. Desse modo, a análise indicou que o apoio às escolas públicas, proporcionou, concomitantemente apoio às escolas privadas, tendo ainda a intervenção funcionado como mediador curricular.

No quadro abaixo demonstramos a pesquisa realizada com o descritor: “Contrato de Impacto Social” and “Educação Básica no sítio da CAPES, e nos demais como a SciELO, Fineduca e RBPAE, o descritor foi adicionado sem aspas, para atingir um quantitativo de produções esperadas, haja visto, que foi realizado um teste com as “aspas” e não alcançamos nem um resultado nas buscas. Portanto, na SciELO, FINEDUCA e RBPAE o descritor foi Contrato de Impacto Social sem Educação Básica e sem aspas.

Quadro 10 - Representação da pesquisa com o descritor: “Contrato de Impacto Social” and “Educação Básica” fonte e tipos de trabalho

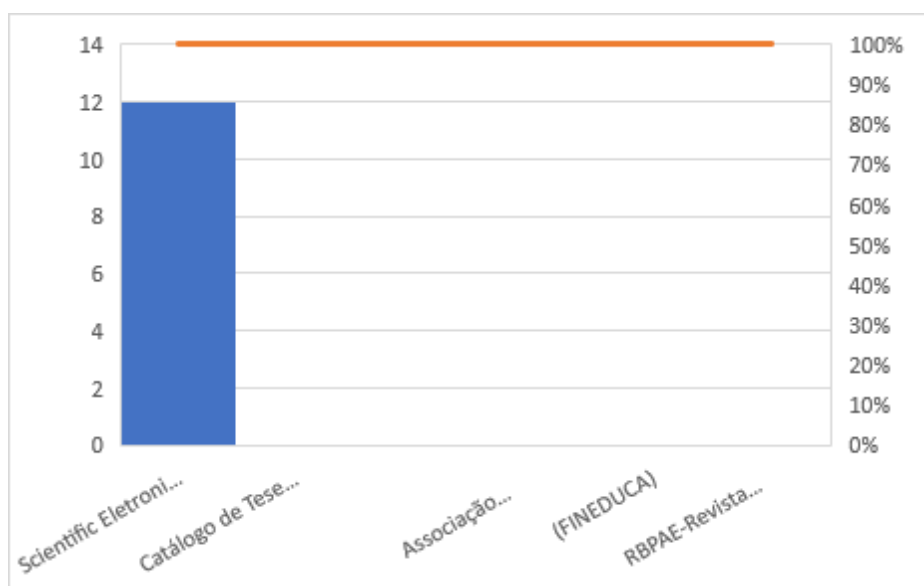
FONTE	DESCRITOR	TIPO	QUANTIDADE
Catálogo de Teses e Dissertações (CAPES)		Dissertação	0,0

	“Contrato de Impacto Social” and “Educação Básica”	Tese	0,0
Scientific Eletronic Library Online (SCIELO)	Contrato de Impacto Social	Artigo	12
Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (FINEDUCA)	Contrato de Impacto Social	Artigo	0,0
RBPAAE-Revista Brasileira de Política e Administração da Educação	Contrato de Impacto Social	Artigo	0,0

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Para a busca nessas plataformas, selecionamos o descritor: “Contrato de Impacto Social” and “Educação Básica” consideramos sua presença nos títulos, resumos e na introdução ou considerações finais. Na plataforma CAPES, a consulta foi realizada com o referido descritor, os filtros aplicados foram o recorte temporal de 2015 a 2022. Para a categoria mestrado foram 2.053 dissertações e 1.169 teses da grande área de Ciências Humanas, área do conhecimento, avaliação e concentração Educação. Após leituras dos títulos e resumos como critério do 1º filtro não obtivemos produções que contemplasse o objetivo da pesquisa. Sendo assim não houve necessidade de aplicar o segundo filtro.

Gráfico 6 – Quantitativo de produções inventariadas nas plataformas



Fonte: Elaborado por Silva (2023).

A representação acima mostra o quantitativo de produções inventariadas nas plataformas de produções científicas e a porcentagem de cada banco de dados com o descritor Contrato de Impacto Social. Importante destacar que as produções inventariadas não trouxeram a palavra Contrato de Impacto Social (CIS) conceito ou estrutura dessa novo dispositivo administrativo pública, que vem sendo utilizada em vários países e inclusive no Brasil, como já citamos anteriormente, incluindo-se o estado de Mato Grosso.

No quadro abaixo organizamos as produções inventariadas no sítio da SciELO, com o descritor: contrato de impacto social e obtivemos 12 resultados, aplicamos os referidos filtros e apenas uma produção atendeu os objetivos esperados.

Quadro 11 - Apresentação detalhada da produção selecionada a partir do descritor Contrato de Impacto Social, na Base de Dados SciELO.

Ano de Publicação	Título	Autor/a/es	Base de Dados	Tipo de Produção
2022	Títulos de impacto social como política pública: panorama internacional e contribuições para a implementação no Brasil	Beatriu Canto SanchoTania P. ChristopoulosRuth Espínola Soriano de MelloPedro Verga Matos	SciELO	Artigo

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

No sítio eletrônico da SciELO com o descritor Contrato de Impacto Social, com os mesmos filtros utilizados para todas a fonte pesquisada, apresentaram-se 12 artigos que tratam da temática de forma complexa e abrangente retratando assuntos com antecedentes e fundamento das metáforas biológicas na teoria do arquivamento; perfis de profissionais da informação, trazendo o reconhecimento profissional e mercado de trabalho; questões de saúde da longa permanência de idosos e enfermeiros no estado de São Paulo; assuntos sobre impactos sociais e ambientais entre mineradores e comunidade indígena também foram desconsiderado por não se tratar do Contrato de Impacto Social na educação.

Desses apenas um trabalho merece atenção por ser considerado importante para discussão, são dos autores Beatriu Canto Sancho, Tania P. Christopoulos, Ruth Espínola Soriano

de Mello e Pedro Verga Matos, com o tema: “Títulos de Impacto Social como política pública: panorama internacional e contribuições para a implementação no Brasil”.

A pesquisa apresenta que o Contrato de Impacto Social (CIS) ou *social impact bonds* (SIB), foi lançado em 2011, sendo um instrumento ainda em desenvolvimento e que encontra inúmeros desafios. O artigo teve como objetivo apresentar características dos CIS e desafios relativos à sua implementação como mecanismo para financiamento de projetos públicos com propósito social. Para tanto, a pesquisa seguiu a metodologia da revisão bibliográfica e documental, onde identificaram e apresentaram as principais críticas ao modelo. Três casos internacionais de CIS que já encerraram seus ciclos de maturidade foram selecionados para a análise de aspectos éticos e metodológicos, de métricas, de resultados e de atores. E nesse contexto as implicações para projetos no Brasil foram consideradas com base nas análises dos casos internacionais.

Outro destaque desse trabalho é regular e definir notadamente os objetivos, as métricas de avaliação e a independência dos avaliadores sob o CIS. Broccardo, Mazzuca e Frigotto, (2019). Sendo assim, a discussão da ordem jurídico do CIS predomina no Brasil, a abordagem de mecanismos para lidar com desafios na implantação, reduzindo sua complexidade e facilitando sua adoção pelos governos. Fazendo um caminho histórico de implantação do CIS, destacamos que o primeiro foi implementado na Inglaterra em 2011 para reduzir a taxa de reincidência na prisão de Peterborough.

Donadone (2001), afirma que o mercado internacional apresentou elevadas taxas de crescimento nas últimas décadas e vem espalhando pelo mundo todo e movimentando um mercado promissor. Nas organizações públicas, por sua vez, as consultorias externas deparam-se com um campo social. Tal especificidade decorre especialmente de que, enquanto nas organizações privadas o poder é exercido por gestores e capitalistas, nas organizações públicas ele é partilhado entre os políticos, burocratas e cidadãos (Bresser-Pereira, 2005), que atuam nesse campo, algumas vezes cooperando, em outras discordando.

Consideramos que os dois trabalhos publicados no sítio eletrônico da SciELO apresentaram discussão relevante do CIS que percorre o caminho histórico a estrutura e os impactos que esse instrumento administrativo pode inferir na sociedade; contudo, o debate dos prós e contra é enorme da implementação do CIS.

Para Dey e Gibbon (2018) o CIS surgiu em 2010 como um mecanismo alternativo para financiar projetos públicos com propósito social explícito por meio de recursos privados. Após determinar a eficiência vinculadas ao resultado que se pretende obter, o Estado contrata a

iniciativa privada, predefinindo um valor a ser pago a essa parte, caso o projeto obtenha determinados níveis de sucesso, podendo ser equivalente ao valor investido, mais um ágio remuneratório. A remuneração é definida com base na economia orçamentária gerada para o Estado. Se o projeto não gerar o resultado esperado, o ônus será do investidor privado. Há um intermediário, que emite títulos para financiamento da operação. Os investidores privados adquirem os títulos, que são valorizados ou não, de acordo com o sucesso obtido. Contudo a organização e estrutura do CIS, funciona com grupos privados para com o setor público, em que vários atores privados determinam sua atribuição, dentro desse contrato, sendo assim, os investidores podem celebrar um contrato com intermediários ou não.

Para avaliar o resultado desse CIS existem avaliadores externos, que não tenha ligação com os outros grupos, a fim de garantir maior imparcialidade ao processo. Os prestadores de serviço desenvolverão o programa e executarão as atividades necessárias para que sejam atingidos os objetivos do CIS, os quais também serão responsáveis pelo relacionamento com a população beneficiária (Schiefler; Adib, 2016).

O CIS é apresentado na literatura como um modelo inovador, por ser uma nova forma de pagamento de prestação de serviços públicos, com base em resultados predefinidos (Callanan & Law, 2012; Wilson et al; 2020), por atrair recursos financeiros privados do mercado de capitais (Dowling, 2017; McHugh, Sinclair, Roy, Huckfield, & Donaldson, 2013; Nicholls & Tomkinson, 2015; Sinclair, Mchugh, & Roy, 2021), financiar projetos de empreendedorismo social pelo setor público (Tan, Fraser, McHugh, & Warner, 2021) e transferir o risco operacional do setor público para o privado.

No Brasil, duas propostas de CIS foram elaboradas uma no estado de São Paulo na Secretaria de Educação e outra na Secretaria de Saúde do Ceará. O objetivo do CIS para educação de São Paulo era diminuir a evasão e a reprovação escolar de alunos do ensino médio da rede estadual da área metropolitana de São Paulo. Aparentemente um projeto promissor, o CIS foi veementemente criticado pelos sindicatos de professores, pela comunidade escolar e por acadêmicos. Cassio et al. (2018). Sendo assim, uma consulta pública foi estabelecida pela Secretaria de Educação e o governo suspendeu a implementação do CIS.

Outrossim, o CIS do Ceará focado na área de saúde, objetivou promover a desospitalização de até 1,2 mil pacientes de longa permanência- internação maior ou igual a 30 dias nos hospitais públicos na Região Metropolitana de Fortaleza e assim liberando leitos para 10,8 mil pacientes. Um estudo foi organizado para que o CIS fosse estruturado, onde envolveu várias instancias do Governo do Estado do Ceará (Sitwi, 2017). Portanto, nesse tempo de

planejamento houve eleições estaduais e o Secretário de Saúde mudou o apoio político ao projeto que diminuiu, levando a ser cancelado posteriormente (Strid; Ronicle, 2021).

Conclui-se no âmbito brasileiro que o CIS de São Paulo apresentou dificuldades de implantação, já no estado do Ceará a ausência de apoio governamental, decretou a falência do projeto. Entende-se que no Brasil, como o instrumento é desenvolvido no âmbito dos estados, a articulação impõe desafios de superar barreiras estruturais dos agentes locais. Nesse sentido, a instabilidade política, também contribui para as dificuldades a ausência de uma estrutura regulatória para o CIS (Adib et al., 2019). Para efeito, um Projeto de Lei do Senado nº 388, de 2018, apresenta objetivo maior de oferecer segurança jurídica, permitindo a criação de empresa comercial específica para a execução dos CIS, restringido o risco financeiro à entidade contratada e a financiadores externos, dispensando o poder público de qualquer obrigação que não seja o pagamento pelos resultados estabelecidos e alcançados. Abaixo o quadro demonstrando a produção discutida acima.

Observa-se que nos periódicos da FINEDUCA e RBPAE, não houve produções localizadas com o descritor Contrato de Impacto Social. Utilizamos várias técnicas para que pudéssemos obter resultados, com aspas e com os operadores booleanos and, como critérios de inclusão e exclusão explicados anteriormente, mesmo assim o resultado foi zero de produções.

Daremos continuidade as discussões por descritor e fonte, com a seguinte palavra-chave: Fundação Getúlio Vargas e Educação que no catálogo da CAPES não houve pesquisas dentro do recorte temporal da proposta que é de 2015 a 2022, as pesquisas são de 1987 a 2012, fora da proposta articulada para esse trabalho. Foram feitas cinco tentativas nessa fonte, porém sem sucesso, todos os descritores apresentados “FGV” and “Políticas Públicas” apresentara 411 trabalhos, porém fora do período pesquisado, com o descritor “FGV” and Políticas Públicas” and “Educação” o resultado foi de 5 produções que também se apresentaram fora do recorte temporal. Para o descritor “Fundação Getúlio Vargas” and “Educação Básica” obtivemos 11 trabalhos em que os anos não corresponde a proposta da pesquisa; na quarta tentativa utilizamos o descritor “Fundação Getúlio Vargas FGV” e 16 pesquisas foram apresentadas, mas não correspondiam o recorte temporal.

Dentre as pesquisas apresentadas e olhando brevemente os títulos encontramos diversos trabalhos com títulos relacionados com a área da administração pública e gestão, educação, políticas públicas, focando em informática e tecnologia. Enfim a consulta na CAPES não apresentou produções dentro do recorte temporal da pesquisa proposta. Isso justifica a importância e relevância dessa pesquisa para a academia, pois os trabalhos apresentados estão

desatualizados e sendo as universidades o espaço do diálogo dos contextos sociais vivenciados, há uma necessidade de se pesquisar e discutir essa temática por ser uma novidade/tendencia na área da educação.

Tabela 4 - Representação da pesquisa com o descritor: Fundação Getúlio Vargas na Educação fonte e tipos de trabalho

Fonte	Tipo	Quantidade
Catálogo de Tese e Dissertação (CAPES)	Dissertação	0,0
	Tese	0,0
Scientific Eletronic Library Online (SciELO)	Artigo	0,0
Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (FINEDUCA)	Artigo	0,0
Revista Brasileira de Política Administrativa Educacional (RBPAAE)	Artigo	0,1

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Como representado no quadro acima no sítio da SciELO não foram encontrados trabalhos com o descritor Fundação Getúlio Vargas e Educação. O resultado apresentou 09 produções, aplicamos os filtros e obtivemos três produções, dessas produções selecionados nenhum atingiu os objetivos propostos, pois o primeiro do ano de 2022, trata da “Internacionalização do ensino superior de escolas de negócio, com base nas proposições defendidas pela Teoria da Troca Social (SET); a segunda pesquisa de 2022, retrata a história de Irene Mello Carvalho e de Gildário Amado, pontuando a educação na França e o terceiro artigo de 2020, comenta sobre a disciplina de antropologia na educação”.

Ambos os trabalhos só foram selecionados por fazerem parte do recorte temporal, porém aplicando os filtros não correspondem aos objetivos propostos dessa pesquisa, que é a discussão sobre as relações da Fundação Getúlio Vargas (FGV) com entes públicos, em destaque a educação básica, não obtivemos resultados.

No periódico da Fineduca com o descritor Fundação Getúlio Vargas e Educação, foram apresentados 03 artigos, que foram aplicados os filtros e nenhuma discutia a relação do ente privado com o ente público, preferencialmente no contexto da educação básica, ambas

produções, retratam somente a questão da educação superior e o descritor só foi relacionado pelo fato dos autores serem integrantes da Fundação Getúlio Vargas.

No site da RBPAE com o descritor Fundação Getúlio Vargas, foram apresentados dois artigos como resultado, após aplicação dos filtros obtivemos apenas um que atendeu os requisitos estabelecidos. O primeiro artigo do ano de 2022 trata da “Expansão dos colégios militares no rio de janeiro, uma análise sob a perspectiva constitucional”, o resultado apresentou-se uma discussão sobre a incompatibilidade da militarização da educação com o regime democrático. A relação se deu por conta de um dos autores ser integrante da FGV.

Iremos considerar apenas o segundo artigo de 2019 com o título “Consórcio de educação de Barcelona, evidências de gestão compartilhada de serviços educativos, via consórcios públicos, que discute a inexistência no Brasil de consórcios públicos” exclusivamente de educação nos termos da Lei de Consórcios Públicos (Lei nº 11.107/2005). O artigo toma como referência o Consórcio de Educación de Barcelona, experiência única na Espanha de gestão compartilhada de redes públicas de ensino entre governos, com o objetivo de compreender seu modelo de gestão e identificar seus resultados e desafios. Por meio de um estudo de caso, constataram-se limitações para a implementação de programas e desafios oriundos das preferências e herança dos governos, embora o consórcio tenha permitido a superação de problemas na cobertura da rede de atendimento e de sobreposições na gestão.

Portanto os dados obtidos por meio dos documentos e entrevistas não permitiram constatar aspectos relevantes e concretos a esse respeito. Os gestores, quando questionados, destacaram que se trata de um momento de fortalecimento institucional do consórcio, no qual não foi feito esforço para mensurar o impacto das mudanças no processo de gestão da rede escolar ofertada no município de Barcelona na melhoria no desempenho dos alunos, mas que se vislumbra que essa melhoria será processual, à medida que os processos de gestão de aperfeiçoem. No quadro abaixo as produções localizadas com respectivo ano, título e autor.

Quadro 12 - Representação detalhada da produção selecionada no periódico da RBPAE.

Ano de Publicação	Título	Autor/a/es	Base de Dados
2019	Consórcio De Educação De Barcelona: Evidências De Gestão Compartilhada De	Thamara Caroline Strelec; Valeriano Mendes Ferreira Costa e	RBPAE.

	Serviços Educativos Via Consórcios Públicos	Raquel Gallego Calderon	
--	---	----------------------------	--

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Por fim, encerramos o balanço de produção realizado em quatro fontes CAPES, SciELO, FINDEDUCA e RBPAE, como os seguintes descritores: “Privatização da Educação”, “Contrato de Impacto Social” and “Educação Básica” e Fundação Getúlio Vargas and Educação, os seguintes anos de buscas foram de 2015 a 2022.

2.3. Faces da privatização: o Contrato de Impacto social e a ingerência do setor privado na educação

Um dos objetivos do Estado Democrático de Direito, é avançar sobre o desígnio do bem-estar social. Os serviços que precisam ser ofertados pelo Estado como saúde, moradia, trabalho e educação, além de ser desejado e cobrado pelo cidadão, são acima de tudo, direitos fundamentais concedidos na Constituição Federal do Brasil. Para tanto, o Estado tem o dever prestacional, que organiza, estrutura e executa por meio do conseguimento de políticas públicas, a oferta de tão preciosos bens à sociedade que o compõe. Contudo, não podemos negar que a realidade na qual vivemos as prestações dos serviços públicos, tanto quanto a própria organização dos governos é escassa e diminuta para atender todas as demandas sociais.

O que se vê são vários problemas vinculados aos recursos financeiros dentre eles o orçamento, os interesses políticos diversos e divergentes, à burocracia da máquina pública, à corrupção, falta de planejamento e execução de programas e projetos, tudo isso se configura em um único sentimento o de abandono do poder público para os que dependem principalmente necessariamente do Estado. Outrossim, o Estado a todo tempo busca enfrentar das diversas formas que uma administração pública dentro das leis e normativas, possam realizar e efetivar uma possível saída diante dessas dificuldades, que pode ser através de novos arranjos políticos inovando sua relação com a iniciativa privada dentre outras parcerias que ocorrem entre a administração pública e a privada.

Podemos aqui, compreender que existem leis brasileiras que abrem essa possibilidade de relação do setor público para com o privado denominado de privatização, e que esse comportamento do Estado em privatizar seus bens (educação, saúde, segurança etc.) a empresas

de cunho estritamente gerencial está avolumando em nosso país. Entendemos como complexo e incerto todo esse processo; pois essas relações em sua maioria, apenas utilizam-se do orçamento do poder público para alavancar seus produtos, e o valor financeiro e econômico que essas relações podem trazer para os cofres públicos são enormes e nocivos.

Diante do contexto, trazemos aqui um novo instrumento administrativo que estreita ainda mais a relação entre o setor público e o privado- o Contrato de Impacto Social (CIS), considerado uma nova faceta da privatização em Mato Grosso. A iniciativa privada tem objetivos bem delimitados que é o lucro, e uma das formas que conseguem infiltrar na repartição pública é oferecendo serviços sociais, com a possibilidade de cooperar para o “bem-estar” da sociedade e assim, reduzir cada vez mais os limites entre o público e o privado, desse modo muitas empresas e investidores estão atentos a essa dinâmica política e acabam fazendo uso dessa relação e tirando muitas vantagens.

É a partir desse quadro que surge o CIS, instrumento de contratação entre o Estado e a iniciativa privada, que se utiliza estratégias que envolve o terceiro setor, desse modo, se valendo de uma ferramenta inovadora ao preconizar a transferência do risco de insucesso da execução política do CIS aos investidores privados. E nesse panorama o objetivo maior é alcançar ganhos sociais notáveis. Esse instrumento ou dispositivo administrativo estabelece o desenvolvimento de um veículo jurídico complexo tocando os mais variados ramos.

Nesse caminho, o Estado opera em seu papel de planejador das políticas de desenvolvimento, bem como principal ator no processo complexo de formação das políticas públicas. Portanto, a decisão da Administração deve ser empregada de forma clara obediência a legalidade, e que seja decorrente a sua institucionalização, isonomia e razoabilidade.

A Administração Pública pode utilizar o CIS na consecução de suas políticas públicas; pertinente destacar que um dos principais objetivos da formulação de políticas públicas é a materialização de direitos por meio de prestações satisfatórias do Estado. Todavia, esse dispositivo utilizado pela administração pública o CIS, é composto de vários atores desde o planejamento, a implantação e implementação desse contrato. Diante dessas circunstâncias o prestador real e concreto passa ser a iniciativa privada, uma vez que apresenta o projeto de efetivação e arca com os possíveis riscos desse investimento. O Estado, neste aspecto, atua como o planejador e fiscal em seu papel gerencial, pois somente após o alcance dos resultados pré-determinados, estabelecidos e alcançado o desempenho definido e acordado passaria então a pagar a entidade contratada.

Contudo, não há no Brasil, até esse momento, um marco legal que defina ou regulamentamente o CIS. As pesquisas realizadas foram feitas em vários bancos de dados, em que conseguimos identificar e selecionar vários trabalhos que discutem a temática, haja visto que no mundo o CIS traz uma representatividade maior que no Brasil. Esse dispositivo administrativo tem como objetivo auxiliar o setor público na execução de políticas públicas. Teve início no estado de São Paulo na área da educação em que a Secretaria de Estado da Educação, submeteu a consulta pública minuta de edital que teve como objeto a contratação de serviços de execução e gerenciamento de ações pedagógicas voltadas ao aumento na aprovação e diminuição da evasão escolar dos alunos do ensino médio. O CIS firmado entre a Secretaria de Educação de São Paulo teria o período de 54 (cinquenta e quatro meses), envolvendo 61(sessenta e uma) unidades escolares.

Na proposta do CIS paulista as intervenções precisam envolver atividades de engajamento das famílias no cotidiano escolar dos filhos, no sentido de motivar os alunos nos estudos, acompanhando em casa toda rotina escolar. Após tivemos outro exemplo que foi no Ceará na área da saúde um CIS como inovação para melhoria nos resultados do sistema único de saúde. Esse CIS foi assinado pela Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Governo do Ceará em que formalizam o contrato para melhorar a saúde no estado. O contrato foi assinado em 2017 no valor de cento e vinte e três milhões (123.000,000) para financiar a segunda fase do Programa de Expansão e Melhoria das Assistências Especializada à Saúde no Estado do Ceará- (PROEXMAES II).

Com o intento o CIS paulista não prosseguiu foi cancelado pela própria comunidade escolar que entendeu que a ingerência do setor privado no público portaria muito mais prejuízos do que benefícios. Nesse contexto abordamos mais um exemplo da operacionalização de um CIS no Brasil. Para além, esse dispositivo administrativo está sendo estruturado e terá valor aproximado de R\$ 30 milhões e garantia do Fundo Garantidor de PPPs do Ceará. Alguns dos objetivos desse CIS é fortalecer¹⁷ a gestão e melhoria da qualidade dos serviços, ampliando acesso aos serviços de média e alta complexidade em algumas regiões do estado, Sobral, Fortaleza, Cariri e Litoral- Jaguaribe. Nesse aspecto, para avaliação dos resultados serão considerados indicadores de redução da taxa de mortalidade prematura (menores de 60 anos), indicadores de nascidos vivos, no caso da saúde materno-infantil e hospitalizações evitáveis.

¹⁷ A implementação de Contratos de Impacto Social (Social Impact Bonds) como inovação para melhoria nos resultados do Sistema Único de Saúde - CLP - Centro de Liderança Pública. Acesso: 07 de fev. 2024.

Temos agora em Mato Grosso o primeiro CIS do país que está em execução desde 2022 que se desenvolve no campo educacional do estado, especificamente na rede pública estadual de educação, desempenhando-se na educação básica (6º ao 9º e Ensino Médio).

Haja visto que não existe até o momento no Brasil, um aporte jurídico que defina ou regulamente essa contratação, trazemos aqui uma trajetória percorrida desse dispositivo de contratação realizado pela Administração Pública em todo o país. Frisamos que o balanço de produção realizado demonstra a necessidade de estudarmos esse tema, pois estamos falando de um modo de relação do ente privado com o público que vem se desenvolver de forma mais efetiva nesse espaço público e como exemplo citamos a pertinência desse estudo pois em Mato Grosso, há um CIS em execução. Para tanto, as discussões precisam se pautar em nível nacional e internacional devido sua relevância nesse momento tão oportuno que o mundo está vivendo, a era do capitalismo desenfreado, em que tudo e todos precisam estar ligados aos valores econômicos apenas, nessa dinâmica *a mais valia* se valendo na sociedade.

Para compreender melhor esse dispositivo administrativo (CIS), precisamos analisar sua importância e propostas de utilização. Sendo assim, vamos comentar sobre o marco legal dessa ferramenta. Como pontuamos acima, não há no país uma lei que assegura o CIS, porém tramita no Senado Federal, o ¹⁸Projeto de Lei nº 338/2018, de autoria do Senador Tasso Jereissati. Conforme o PL o CIS seria o “acordo de vontades por meio do qual uma entidade pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, se compromete a atingir determinadas metas de interesse social, mediante o pagamento, de contraprestação do poder público, condicionada à verificação, por agente independente do atingimento dos objetivos” (art. 2º). Desse modo, o Poder Público seleciona “entidade pública ou privada para desempenhar atividade de qualquer natureza, mediante a contrapartida de melhora de determinado indicador social ou prestação de serviço de relevância pública” (art. 3º).

Citaremos aqui algumas leis que tratam da ação jurídica na Administração Pública por exemplo a Lei 8.666/1993 que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, o Pregão instituído pela Lei 10520/2002 é uma modalidade de licitação mais utilizada na atualidade, destinada à aquisição de bens e serviços considerados comuns. Foi criado pela motivação de dar maior celeridade nas compras públicas, desse modo, praticando o princípio da eficiência. A PPP, Lei nº 11.079/2004 institui normas para licitação e contratação de parceria público-privada, dentre outras que abrem concessão para sociedade civil o setor privado

¹⁸ Contrato de Impacto Social - CIS: importância e propostas de utilização, ano 2019 número 425. www.direitodoestado.com.br publicado em: 22/05/2019.

relacionar de diversas formas com o público-privado. E nesse âmbito a Administração Pública é a usuária direta ou indireta do contrato de prestação de serviços. Com o intento de combater a ineficácia os modelos de parcerias público privadas surgiram como importante instrumento, para possibilitar à Administração Pública a contratação de serviços completos com finalidade na solução global de problemas existentes, sendo está uma alternativa que traduziu em avanço significativo dos serviços públicos.

A defesa por essa modelagem contratual, muito comum na iniciativa privada é pouco utilizado no mundo dos negócios públicos, são várias razões que explicam esse fato a falta de conhecimento dos gestores governamentais sobre essa modalidade, ou a falta de instrução de potenciais investidores nessa área de contrato segundo o ¹⁹Centro de Liderança Pública (CLP) sobre a implementação do CIS no setor da saúde. Sabemos que esse modelo inovador nasceu na Inglaterra com o nome do Social Impact Bonds- SIB. Aqui no Brasil esse modelo recebe o nome de Contrato de Impacto Social- CIS, em que sua importância é ²⁰buscar opções para os atuais dias de crise fiscal do Estado e para crescente demanda por soluções de que atendam às necessidades da população.

Esse contrato ocorrido através da PPP, pode ser complexo dependendo da forma de contratação estabelecia, as obrigações assumidas pelas partes, e do projeto a ser desenvolvido. Qual será o impacto real dos resultados que a Administração Pública pode alcançar com base nesse contrato. A efetivação de CIS (termo inglês Social Impact Bonds- SIB), tem como instrumento contratos que viabilizam a identificação de um problema relevante a ser resolvido pela Administração Pública, e a partir daí selecionam parceiros privados que apresentam capacidade de melhorar a situação observada e real do problema e o combinam os pagamentos que estão condicionados à verificação concreta de resultado de impacto social.

Nesse sentido o CIS, conjuga políticas públicas focadas em ganhos sociais que diferentemente dos modelos tradicionais de execução de políticas públicas, o risco de insucesso da intervenção social é transferido do Estado para o agente privado que, uma vez não alcançado o alvo, perderá (em favor da sociedade), a inversão inicialmente realizada (Abid; Schiefler, p. 69-103, 2016).

¹⁹ A implementação de contratos de impacto social (social impact bonds) como inovação para melhoria nos resultados do sistema único de saúde- Desafios na Gestão da Saúde pública- CLP.

²⁰ Segundo Mariano Miranda em entrevista ocorrida no dia 18-12-2019.

Outro interessante ponto do CIS é a possibilidade de transferência do risco do insucesso da intervenção social, quanto a utilização de métricas objetivas e consistentes com finalidade de aferir o ganho social de forma real concretizado e desse modo mensurar a economia beneficiada com a intervenção executada. Embora, o modelo tradicional de contratação de serviços da administração pública se vale da comprovação de que os valores abordados foram aplicados nos serviços contratados, no CIS é indispensável a verificação do efetivo ganho social que tal investimento gerou, e nesse aspecto muda-se o foco dos trâmites negociáveis para os reais ganhos sociais auferidos com a intervenção. É sabido, que a configuração de um CIS é estruturada por vários atores, em que o poder público pode financiar esse contrato, utilizando a máquina pública para tal dispêndio.

Nesse contexto de negócios entre setor público e privado, obtivemos dessa relação o resultado de um acordo contratual em que é a geração de um grande potencial para trazer novos atores para o campo de financiamento de políticas públicas. Para tanto, o CIS como dispositivo administração da gestão pública pode de forma muito mais expansiva trazer vários atores nesse jogo de negócios. Pois há um quantitativo enorme de valores envolvidos nesses acordos e para comprovar os resultados, há necessidade de um retorno social positivo de forma que contribua para a dispersão de uma verdadeira cultura de avaliação e monitoramento de intervenções sociais.

3. CARACTERÍSTICA HISTÓRICA E ORGANIZACIONAL DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS E ATUAÇÃO NA ÁREA EDUCACIONAL

Nessa seção, optamos por apresentar a Fundação Getúlio Vargas, seu aspecto histórico e organizacional na área da educação no Brasil; por considerarmos importante pontuar que a instituição apresenta um contrato de impacto social- CIS, com a Secretaria de Estado e Educação de Mato Grosso- SEDUC/MT, assinado em 2021.

Em um contexto de profundas transformações no formato da administração pública que são criadas condições para o surgimento da Fundação Getúlio Vargas, instituída como braço auxiliar do Governo para formar profissionais especializados no campo da gestão. Cunha (2005) destaca em sua pesquisa que coube a Fundação introduzir no Brasil, ferramentas e instrumentos associados à ciência da administração, fortalecendo assim, a capacidade empreendedora do Governo e das organizações privadas. De acordo com Cunha (2005), o processo de criação da Fundação Getúlio Vargas apresenta pontos de ambiguidade, visto que em seu estatuto consta que a instituição é privada, entretanto, verifica-se que ela foi instituída em 1944, por meio de um Decreto de lei sancionado pelo então Presidente da República, Getúlio Vargas. Ou seja, embora tenha surgido a partir de uma ação da União, a instituição possui em seu regimento a definição de natureza privada.

A FGV, foi criada por decreto-lei em 1944 e assinado pelo presidente da república Getúlio Vargas, nesse aspecto o seu estatuto a define como uma instituição privada, financiada pelo poder público, como dito acima. Para tanto, a fundação apresentou vantagens da influência política que estabeleceu com a esfera pública, em razão da existência de uma relação estreita com a esfera governamental como encontra-se estabelecido em seu estatuto²¹. Existem outras entidades no Brasil com essa relação ambígua com o Estado e que precisam ser pesquisadas. Segundo Cunha (2005) o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI foi criado de maneira idêntica dois anos antes.

Nesse cenário, o protagonista da criação da FGV Luiz Simões Lopes, que através do decreto-lei nº 6.693 de 14 de julho de 1944 concretiza seu ideal e surge a FGV para se ocupar “do estudo da organização racional do trabalho e do preparo de pessoal da administração pública e privada” (ARAÚJO, 1999, p.14). Nesse processo de criação da fundação, Luiz Simões

²¹ Luiz Simões Lopes, então presidente da FGV, acrescentou no estatuto da entidade criada – a FGV - que um representante do governo federal, designado pelo presidente da República, faria parte da Assembléia Geral.

6 Luiz Antônio Cunha (2000 c, p.45) cita o Senai como exemplo de instituição educacional ambígua.

Lopes escreve uma carta ao então presidente Vargas e explica seus motivos para tal investimento. Ele expõe ao presidente a relação da “intensa reorganização do trabalho” em que o país vivenciava e “a mudança social que as novas formas de produção trouxeram a este século”, que haveria necessidade do Estado “rever os moldes administrativos, formação e aperfeiçoamento de pessoal, a padronização de material orientação e seleção profissional”. Para ele isso demonstrava a necessidade de:

estabelecer-se esta cadeia e acompanhar a evolução de uma linha de pensamento que vem desde o Conselho Federal do Serviço Público, ganha substância e é submetido ao primeiro teste de eficácia no DASP, e progride no sentido da criação de um instituto de direito privado voltado para a eficiência da administração (Costa, 1988, p.16).

Entretanto, Costa (1988) entende que já em 1936, com o surgimento do Conselho Federal do Serviço Público Civil, a Fundação começou a ser criada. Ele entende que para melhor compreensão das origens e objetivos da Fundação, torna-se necessário estudar o contexto histórico e as políticas governamentais da época. Que nesse aspecto, Luiz Simões Lopes manifestou o seguinte, quanto ao caráter ambíguo da Fundação:

fiz uma instituição que era criada pelo Governo, com dinheiro do Governo, mas ao mesmo tempo, criei uma Assembléia geral (...). Como eu não queria um organismo claramente estatal, dei uma forma dupla à instituição. Criei uma coisa um pouco esquisita: uma fundação que, finalmente é do governo, mas parece privada, já que seu órgão supremo é a Assembléia geral (Araújo, 1999, p.14).

Em referência ao caráter ambíguo da FGV, existem ainda outros aspectos relevantes que merecem destaques como o fato de ser fiscalizada pelo Ministério Público apesar de ser subvencionada pelo poder público. Além disso, a Fundação presta contas também ao Tribunal de Contas, apesar de não se subordinar à administração direta e segue as normas estabelecidas no Código Civil. Todos esses elementos não permitem classificá-la, exclusivamente, como uma fundação de direito privado, regida pelo Código Civil, e nem é possível concebê-la, exclusivamente, como fundação pública de direito privado, uma vez que apresenta particularidades do direito público e do direito privado. Por essas razões, “a classificação mais adequada é a de ente híbrido ambivalente, por inexistir no ramo do Direito outro tipo de natureza jurídica que possa enquadrar o modelo jurídico da Fundação Getúlio Vargas”. (Fernandes, 2009, p. 11).

Entretanto, a FGV foi criada em um contexto histórico-político da reforma administrativa que ocorria no país, onde havia profundas transformações no formato da

administração pública, criando assim condições favoráveis ao surgimento da fundação. Nesse âmbito a instituição inseriu também no país, estratégias e dispositivos correlacionados à ciência da administração, ampliando desse modo, a capacidade empreendedora do Governo e das organizações privadas.

Nesse caminho a FGV estabeleceu-se no Brasil tornando-se o “braço do governo”, e assim, responsabilizando pela formação pessoal qualificado para atuar tanto na administração pública quanto privada e pela elaboração de alguns indicadores econômicos. (Fernandes, 2009, p. 2).

Traçando uma breve trajetória a fundação iniciou suas atividades no estado do Rio de Janeiro e após foi se estabelecendo em São Paulo, expandindo seus horizontes, e desenvolvendo através de convênios, realizados com as prefeituras, e assim foi atuando em outros estados brasileiros. Na área do ensino desenvolveu diferentes projetos do ensino fundamental ao médio como o Colégio Nova Friburgo (CNF) e na pós-graduação no Instituto de Estudos Avançados em Educação (IESAE).

a fundação originou-se via decreto-lei, porém sua escritura foi registrada em cartório como qualquer instituição privada. O registro ocorreu no 17º Ofício de Notas, livro 476, folha 6 v. Luiz Simões Lopes, presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), representou o governo federal nos trâmites iniciais para o registro da instituição, realizando dotação especial de bens, na quantia de Cr\$ 5.000.000,00²² (cinco milhões de cruzeiros) que o governo Federal disponibilizou para concretizar o projeto. (Fernandes, 2009 p. 6).

“A escritura de Constituição da Fundação Getúlio Vargas foi assinada por 275 instituidores, dentre eles o governo federal, governos de diversos estados, prefeitura do Distrito Federal, Prefeitura Municipal de São Paulo, 39 Institutos de Previdência e Caixas de Aposentadorias, 23 autarquias econômicas e sociedades de economia mista, 10 empresas privadas, 68 companhias de seguro privadas e 107 instituidores individuais (Costa, 1988, p.22-23)”. Esse documento foi também assinado por pessoas físicas que fizeram doação para a instituição como afirma Fernandes (2009), desse modo, citaremos algumas: Alzira Vargas do Amaral Peixoto- filha do presidente Vargas, Arthur de Sousa Costa Ministro da Fazenda,

²² Valor corrigido através da calculadora do cidadão, quantia atualizada R\$ 16.956.928.35 (dezesseis milhões, novecentos e cinquenta e seis mil, novecentos e vinte e oito reais e trinta e cinco centavo).

Gustavo Capanema -Ministro da Educação e Saúde, Odilon Braga- Ministro da Agricultura e Waldemar Falcão- Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Observa-se o quantitativo de contribuições via pessoa física e jurídica que fizeram doações para a FGV. Nesse cenário, percebemos o significativo aporte financeiro que foi investido na instituição, conforme relatado acima na escrituração. Podemos também destacar a presença de personalidades importantes na área pública do governo, o qual representa que a Fundação já nasceu com forte base financeira e estreitos laços com a esfera governamental. Ademais, a FGV contou com financiamento do Governo Federal, através do decreto-lei nº 6.908 de 27 de setembro de 1944, para que o presidente do DASP, Luiz Simões Lopes, realizasse os trabalhos preliminares, integrando o valor que sobrasse dessa operação ao patrimônio da Fundação. (Fernandes, 2009).

Para a autora:

O crédito inicial foi um grande incentivo, além do mais o governo concedeu isenção de todos os impostos da União e da Prefeitura do Distrito Federal a fundação por meio do decreto-lei nº 7.170 de 19 de dezembro de 1944. Comprometeu-se, ainda, a contribuir, anualmente, com quantia não inferior a 50% da arrecadação da Taxa de Educação e Saúde (taxa aplicada a todos os documentos sujeitos a selo federal, estadual ou municipal, criando um fundo especial para a educação e saúde), conforme estabelecido no decreto-lei nº 6.694 de 14/07/1944. Essa taxa foi instituída através do decreto-lei nº 21.335, de 29 de abril de 1932. O governo também incluiu, nos orçamentos subsequentes, verba própria calculada à base da estimativa orçamentária. (Fernandes, 2009, p. 7).

Destacamos que a porcentagem instituída no decreto-lei n 21.335 de 29/04/1932, diverge do registrado no estatuto da FGV que é de 25%. Ressaltamos que todo esse estímulo à fundação em adquirir recursos como dinheiro em espécie, isenção de taxas de impostos, somam-se ganhos de dois terrenos, um mede 1.000 m², situado na capital de São Paulo doado pela prefeitura em regime de comodato pelo prazo de 50 anos. E o outro doado pelo Distrito Federal, registrado no decreto-lei nº 8.012 de 28 de dezembro de 1944. E subsequentemente a prefeitura do estado de São Paulo. Ressaltamos que após o prazo de 50 anos concedido a FGV sobre o uso do terreno, pode ser prorrogado através da Lei nº 5.712 de 08/05/1957 e a doação de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional²³. Segundo Fernandes (2009):

A FGV ficava, também, autorizada a promover a desapropriação dos prédios situados na Praia de Botafogo, números 176 e 194, para construção da sede, e na Rua Barão de Itambi, também em Botafogo, a ser integrado ao patrimônio da instituição. Esses

²³ Lei nº 4.887 de 09/12/1965.

prédios foram declarados de utilidade pública através do decreto-lei nº 34.578 de 11 de novembro de 1953, assinado pelo Presidente Getúlio Vargas (Fernandes, 2009 p. 8).

As concessões atribuídas a fundação foram enormes como observamos, o apoio recebido por pessoas físicas todas influentes na política e do governo como pessoa jurídica foram expressivos, além do que os benefícios recebidos pelas prefeituras, como exemplo o apoio administrativo e financeiro para a construção e organização da FGV se implantar e implementar suas políticas de gestão e formação de pessoas. E nesse contexto de apoio significativo a instituição foi definida com caráter técnico-educativo, criada para elaborar, produzir e desenvolver atividades de interesse do Estado.

Em 25 de junho de 1945, o primeiro plano de trabalho da instituição foi aprovado, e nesse panorama de expectativas administrativas, focou inicialmente em concentrar-se na formação de pessoal de nível médio com o objetivo de suprir as demandas mais iminente dos setores da administração pública, industrial e comercial. Nesse caminho histórico o presidente Getúlio Vargas foi destituído do cargo, em 29 de outubro de 1945 e José Linhares, por decisão do Tribunal Superior Eleitoral assume a presidência da República até 31 de janeiro de 1946. Após esse período o General Gaspar Dutra foi eleito o Presidente da República.

Consequentemente, com a retirada de Vargas, Luiz Simões Lopes afastou-se da presidência do Departamento Administrativo do Serviço Público- DASP. E nesse momento, a FGV foi vivenciando sua primeira crise financeira, em razão da suspensão do pagamento da subvenção anual estabelecida pelo decreto-lei 9.146 de 08 de abril de 1946. É nesse ponto que entendemos a ambiguidade da fundação, que apesar da natureza jurídica ser direito privado, sua construção seguiu o modelo de direito público, pois ela foi criada por um decreto-lei, configurando-se assim com um ente de caráter ambíguo, considerado por Costa (1988) como uma instituição *sui generis*²⁴.

Todavia, o ex-ministro do Estado do Planejamento e Coordenação Geral João Paulo Reis Velloso, no período de 30 de outubro de 1969 a 01 de maio de 1974 no livro Fundação Getúlio Vargas relata que a concretização de um ideal observa que historicamente a Instituição mantinha “um cordão umbilical com o Governo”. Isso “criava uma situação *sui generis*”, pois

²⁴ Para Piacentini (2011) *sui generis* é uma expressão latina “quer dizer ‘de seu próprio gênero’, ou seja, significa que algo (fato, situação, caso) é único no gênero, é original, peculiar, singular, excepcional, sem semelhança com outro’.

a fundação era privada, mas realizava atividades para o governo, entretanto possuía independência administrativa (Araújo, 1999, p. 273).

Consideramos relevante também citar o depoimento de Anísio Teixeira sobre a FGV, no qual há uma clara defesa desse modelo ambivalente:

[...] o característico mais significativo da sociedade democrática é o pluralismo de seu tipo de organização. Como, porém, em sua origem, esse pluralismo ficou excessivamente marcado pelo dualismo entre o privado e o público, aquele múltiplo e este concentrado no Estado, muitos deixam de atentar quanto à direção ou tendência pluralista da sociedade se manifesta, por igual, na área do privado e na área do público. Se tomarmos para exemplo a evolução democrática dos países anglo-saxônicos em contraste com a revolução democrática dos países latinos e eslavos, (...) poderemos ver claramente quanto à distinção entre o privado e o público, na democracia evolutiva, é menos incisiva, menos radical, e quanto é o 'público' menos concentrado no Estado. Com efeito, nos países anglo-saxônicos o seu mais flexível dinamismo social permite que o privado e o público mudem de posição no processo histórico, e o que se inicia como privado evolua no sentido do público e vice-versa. [...] (Costa 1988, p.2-3).

O processo de criação da FGV configurou-se, paradoxalmente, como um claro exemplo de patrimonialismo (Fernandes 2009), no qual a esfera governamental (ente público) estabeleceu uma estreita relação com a FGV (ente privado), que levou à não distinção entre as esferas pública e privada. A relação especial mantida entre esses dois entes, conceituada por Cardoso (1970) como anéis burocráticos permitiu que a instituição fosse criada com forte base financeira, na medida em que sua constituição contou com expressivo aporte de capital público injetado na instituição, bem como a presença de personalidades importantes do governo, evidenciadas na lista de instituidores da FGV. Todo esse processo de criação, constituição e caracterização da FGV se dá pelo seu caráter ambíguo em que a existência de diversas personalidades que assinaram a escritura da FGV em que exerciam funções importantes, como as de ministros, consultor geral da República, deputado, senador, vereador e diretor, secretário, superintendente da área educacional, além de membro do Conselho Federal de Educação.

Como Anísio Teixeira declarou “esse modelo de organização permite driblar a burocracia rígida estatal” (FGV, 1972, p. 9-11). Nos Conselhos da FGV e na vice-presidência também figuravam personalidades que ocupavam cargos importantes na área da educação como nos Conselhos Federal e Estaduais de Educação, portanto, é notório a grande contribuição que a fundação obteve do Estado e de personalidades políticas brasileiras.

A partir da compreensão da trajetória histórica da instituição, consideramos importante discorrer sobre a estrutura do referido órgão. Desta forma destacamos que a FGV atua em vários setores dentre eles a fundação Conhecimento, que criou o Centro de Inovação, Administração e Pesquisa do Judiciário que utiliza instrumento digitais, desenvolve estudos e intermedia conflitos.

Nesse sentido as publicações são voltadas para áreas relacionadas ao Direito, à Educação, à Administração Pública e Cultura, entre outros. Apresenta também a categoria Ambientação de Debates, Workshops, Webinars, mesas-redondas e fóruns, ente outros formatos de eventos. Nota-se alguns órgãos públicos que faz parceria com a fundação como por exemplo a Justiça Federal, o TRF 1ª Região, o IBGE, o Ministério da Saúde, a Polícia Civil, a Defensoria Pública do Rio de Janeiro, a OAB Nacional, o INEP, o TCU a Receita Federal, Senado Federal entre outros.

A fundação oferta nove programas: FGV Ensino Médio, Graduação, Graduação Tecnológica, MBA & Pós, Mestrado & Doutorado, Cursos de Curto e Média Duração, Alta Gestão, In Company, Cursos Online. Quanto as Escolas FGV são oferecidas oito curso dentro das respectivas áreas: Administração, Direito, Economia e Matemática Aplicada, Ciências Sociais, Relações Internacionais, Instituto e Comunicação Digital.

Na área administrativa as escolas que oferecem o curso são²⁵: FGV EBAPE- Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, FGV EAESP- Escola de Administração de Empresas de São Paulo, FGV EPPG- Escola de Políticas Públicas e Governo; no campo do Direito temos duas escolas que ofertam a FGV Direito Rio- Escola de Direito do Rio de Janeiro, a FGV Direito SP- Escola de Direito de São Paulo; na Economia são duas escolas que ofertam o ensino: FG EPGE- Escola Brasileira de Economia e Finanças e FGV EESP- Escola de Economia de São Paulo; o curso da Matemática Aplicada é ofertado apenas pela FGV EMAP- Escola de Matemática Aplicada; no campo da Ciências Sociais a FGV CPDOC ofertada pela escola de Ciências Sociais; e na área de Relações Internacionais tem uma representante a escola FGV RI- Escola de Relações Internacionais. No campo de Institutos são oferecidas quatro escolas a FGV IDE- Instituto de Desenvolvimento Educacional; a FGV IDT- Instituto de Desenvolvimento Tecnológico; Graduação FGV e FGV Institucional.

Para Mcgann (2021) a pesquisa realizada em 2021 pela Universidade da Pensilvânia indicou que a FGV é uma das instituições mais influentes do planeta, ficando em terceiro lugar

²⁵ Programas e Escolas da FGV | Portal FGV. Acesso em 07 de set. 2023.

com o título de *Think tanks*, mais importante do mundo. O termo *Think tanks* é usado por fundações e agentes individuais que organizam pesquisas e propostas de soluções na área social e política, visando a influência em políticas públicas. Essa pesquisa também ressalta que a FGV foi classificada como a mais influente na América Latina nos últimos onze anos, e a mais bem administrada do mundo nos últimos cinco anos (Araújo; Lopes, 2021).

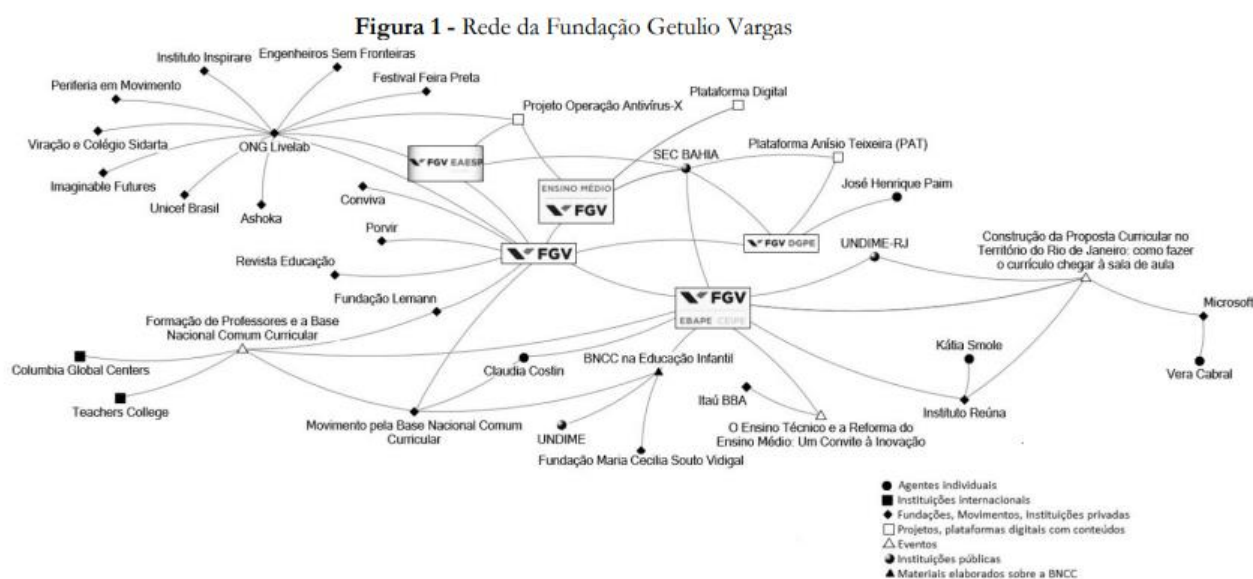
Acrescenta-se a isso que a fundação trabalha com capacitação de pessoal para a gestão pública, e nesse aspecto podemos citar alguns brasileiros que estudaram ou fizeram curso superior de gestão pública no Brasil na FGV. Como exemplo temos Cláudia Costin²⁶, Graça Foster²⁷ e José Henrique Paim²⁸, que também foi Ministro da Educação na gestão da Presidenta Dilma Rousseff. Essas pessoas ainda influenciam nas tomadas de decisões das políticas públicas do país. E é nesse contexto de atuação que a instituição vem ganhando espaço no cenário de políticas públicas nacionais como na homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Segundo Araújo e Lopes (2021), a FGV com os cursos ofertados estrutura-se através de uma rede de ligações com a sociedade, de modo que o movimento da instituição na política de currículo da BNCC foi se construindo de modo expansivo. Observa-se atores sociais envolvidos, tais como vinculado à fundação, e desse modo, as parcerias estabelecidas com objetivo de vender soluções para a implementação da base. Abaixo a demonstração dessa rede, embasado em informações tirada do próprio site da instituição (Araújo; Lopes, 2021, p. 11).

²⁶ Cláudia Costin é professora visitante na Faculdade de Educação de Harvard e Diretora Geral do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais da FGV do Rio de Janeiro. Integra também a Comissão Global sobre o Futuro do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT), uma agência das Nações Unidas, e ainda, representa a FGV no conselho do Movimento pela Base. Suas posições anteriores incluem a de Secretária-Executiva e Ministra da Administração e Reforma do Estado durante o governo Fernando Henrique Cardoso (entre 1995 e 2000). Também ocupou o cargo de Secretária de Cultura do Estado de São Paulo durante a primeira gestão de Geraldo Alckmin (PSDB) como governador, entre 2003 e 2005, e Presidente da Promon-Intelligens, empresa voltada ao *e-learning*. Trabalhou também como consultora em políticas públicas e modernização do Estado, apoiando diversos países africanos como Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau Moçambique e São Tomé e Príncipe.

²⁷ Ex-presidente da Petrobrás, ela cursou *Master in Business Administration* (MBA) pela FGV-RJ.

²⁸ Atualmente é professor da FGV EBAPE, consultor em Educação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e diretor do Centro de Desenvolvimento da Gestão Pública e Políticas Educacionais da FGV (FGV DGPE).



Fonte: elaborado por Araújo e Lopes 2021.

Considerando os dados acima, podemos identificar que a FGV envolve na sua rede de serviços os seus diferentes departamentos na articulação com o setor público, privado e filantrópico. Nesse âmbito de relações, a fundação possui vários nomes significativos para a filantropia no país, tendo como exemplo a Fundação Lemann, Instituto Reúna e Porvir, Instituto Inspirare, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. Acrescenta-se que essas relações e redes comprova a capacidade de se articular com nomes importantes para as políticas educacionais e assim expandindo suas relações e aumentando a rede de influências por meio da propagação de *Think tanks* (Araújo e Lopes, 2021).

Nos tempos atuais com a globalização muitas mudanças ocorreram, e destacamos no campo da educação, em que a tecnologia está introduzindo novas estratégias de ensino-aprendizagem aos professores, fato que está modificando seu modo de lecionar. E foi na pandemia da Covid-19 que notamos o quanto a tecnologia foi utilizada como pressuposto da garantia do distanciamento social. Diante do exposto, é possível perceber que foi nesse período pandêmico que a FGV engendrou esforços para a expansão de seus serviços ofertados as Secretarias de Educação, e nesse ritmo foi ao mesmo tempo apoiando o setor filantrópico e privado, e ocupando cada vez mais espaços no segmento das políticas públicas (Araújo; Lopes, 2021, p. 12).

Os trabalhos foram sendo realizados através de Web conferências e desse modo, a fundação ofertou serviços para a educação básica, iniciando com a educação infantil e após o ensino médio, com a proposta de demonstrar a importância das competências e o foco no

desenvolvimento escolar diminuindo os impactos da Covid-19 no aprendizado do aluno (Araújo; Lopes, 2021, p. 13). Em 2020, a FGV apresentou a plataforma FGV Ensino Médio, disponibilizando recursos digitais de aprendizagem aos alunos e docentes de modo que pudessem continuar seus estudos e preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de forma remota. Interessante destacar que a plataforma também oferece cursos de Gestão Educacional. Reiteramos que todos os discursos da FGV estão vinculados e fazem parte dos processos de governança que definitivamente mobilizam a política educacional do Brasil.

De acordo com os pesquisadores que a FGV alcançou a classificação de terceira *Think tank*, mais importante do mundo em 2021, organizado pela *Global Go To Think Index Report* segundo McGann (2021), foi em resposta à Covid 19. Esse reconhecimento internacional da fundação como uma instituição influente no Brasil e no mundo nas respostas e soluções para os problemas globais, reafirma o quanto é importante mais pesquisas sobre suas ações na política educacional brasileira Araújo; Lopes (2021, p. 14).

Constatamos o grande destaque que a instituição vem apresentando em ações voltadas a políticas educacionais no Brasil, portanto, torna-se pertinente compreender como funciona essa capilarização de redes constituídas pelo setor privado com o público, e desse modo compreender as políticas muito além do Estado. Chamamos atenção, nas diversas formas de atuação dessas redes políticas, e a opacidade existente entre o público e o privado. Nessa lógica, esse quadro pode se tornar ainda mais problemático se considerarmos o cenário de investimentos na educação remota, em atividades síncronas e assíncronas, acelerado pela pandemia da Covid-19, e a forte desvalorização das instituições públicas, desenvolvida por discursos ultraconservadores e negacionistas (Lopes, 2021).

Enfim, o processo de criação da FGV foi antagônico, conforme a fundação vai se originando e se estruturando no Brasil, em um período de grandes mudanças no âmbito da reforma administrativa. Por ser uma instituição *sui generis*, isto é, única, excepcional, singular, conforme Piacentini (2011) afirma, torna-se ambígua em seu processo de criação, que foi através de um decreto-lei em 1944 que a FGV foi fundada.

Com essas características peculiares não sendo totalmente pública e nem privada que a fundação com apoio do governo e pessoas influentes politicamente da época como o então presidente da república Getúlio Vargas foi se estabelecendo no país, e criando raízes, e desse modo considerada o braço direito na administração pública. É sabido que seu surgimento foi idealizado por Luiz Simões Lopes que tinha como propósito moralizar a administração pública

em seu acesso, permanência e promoção no serviço público, com o intuito de evitar práticas patrimonialistas.

Compreendemos através dos estudos que a FGV se apresenta em um discurso de governança em nosso país. Concordamos com Ball, (2015, p. 2) “não fazemos política, a política nos faz”. Sendo assim, os discursos, ou seja, as narrativas impostas formam regimes de verdade, isto é, tornam-se fatos absolutos e verdadeiros diante da sociedade e desse modo vai constituindo as identidades políticas e criando suas redes e anéis burocráticos.

4. O ESTADO DE MATO GROSSO E O CONTRATO DE IMPACTO SOCIAL COM A FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Essa sessão tem como finalidade apresentar uma breve caracterização do estado de Mato Grosso, a estrutura e organização da Secretaria de Estado de Educação SEDUC/MT, a rede estadual de ensino e a apresentação do contrato de impacto social da Fundação Getúlio Vargas e o governo de Mato Grosso.

Em 09 de dezembro de 2021 o governo de Mato Grosso, via Secretaria de Estado de Educação (SEDUC/MT), e a Fundação Getúlio Vargas (FGV), assina um Contrato de Impacto Social (CIS) que foi formalizado através consórcio entre ambas chamado Sistema Estruturado de Ensino. O CIS como dito anteriormente, é uma modalidade de consórcio entre o setor público e o privado que, que de acordo com informações coletadas no site oficial da própria Secretaria e pelos gestores do governo, visa solucionar problemas sociais complexos em áreas como a educação, a saúde e a segurança. Esse tipo de contrato estabelece metas de desempenho e resultados que devem ser alcançados pelos prestadores de serviço, e podem ser organizações da sociedade civil ou empresas. O pagamento pelo serviço é condicionado ao cumprimento dessas metas, que são avaliadas por uma entidade independente. Desse modo, a FGV é uma das instituições que atuam como avaliadoras de CIS no Brasil, apesar de também estabelecer esse tipo de contrato com a esfera pública.

O Sistema Estruturado de Ensino é considerado pela FGV e SEDUC um dos melhores métodos implementados de ensino do Brasil nas escolas estaduais, que se configura uma relação entre o público e o privado nessa modalidade. A parceria com a instituição representa uma ferramenta inovadora que segundo os envolvidos contribuirá para importantes impactos sociais na educação pública. O sistema estruturado é composto por um caderno, plataforma digital, aplicativo, avaliações semestrais, exercícios complementares, banco de questões e formação continuada para professores, com duração de 120 horas anuais. O material didático possui a metodologia já aplicada na rede privada e foi entregue pela secretaria nas escolas estaduais em 2022, segundo informações no site da SEDUC/MT.

Outro ponto a destacar do contrato refere-se ao assessoramento pedagógico e equipe técnico-pedagógica oferecidos pela FGV aos professores e gestores escolares, cujo objetivo é apoiar as atividades em sala de aula, focando na obtenção dos resultados de aprendizagem dos alunos. A iniciativa visa propor um conjunto de ações voltadas para reforçar uma pretensa

qualidade do ensino, por meio da melhoria dos índices de aprendizado dos estudantes, conforme justificativas da SEDUC/MT.

A FGV e a SEDUC MT, através do consórcio, firmaram uma parceria para oferecer cursos de capacitação profissional para os servidores da rede estadual de ensino. Os cursos são voltados para as áreas de gestão, liderança, planejamento, avaliação e inovação educacional. O objetivo é qualificar os profissionais da educação para enfrentar os desafios e as demandas do século XXI, contribuindo para uma suposta melhoria da qualidade do ensino público em Mato Grosso. Os cursos são realizados na modalidade a distância, por meio da plataforma FGV Online, e terão duração de 40 horas cada. Nesse sentido a FGV e SEDUC pretendem que o contrato do Sistema Estruturado de Ensino (SEE) via CIS, e apontado como uma ferramenta²⁹ inovadora contribuirá para impactos sociais importantes na educação pública, com base em metas e resultados mensuráveis.

4.1. Breve caracterização do Estado de Mato Grosso e da Rede Estadual de Educação

O estado de Mato Grosso está localizado na região Centro-Oeste, é o terceiro maior em extensão territorial, contando com uma área de 903.208,361 KM². Sua população estimada é de 3.658.813 habitantes e densidade demográfica de 4,05 hab/km² conforme censo de 2022. A variação da inflação do IPCA e INPC, variaram ente 0,20 e 0,23%, já a variação do PIB SCNT acumulado quatro trimestres foi de 3,2% referente ao segundo trimestre de 2023. O Desemprego PNAD Contínua, equivale a 8% do segundo trimestre de 2023. Quanto ao Produto Interno Bruto (PIB), no segundo trimestre de 2023 foi de R\$ 2.651,2 bilhões; as projeções variam de 1,2% a 3,2%. Quanto o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) representa 0,754 habitantes e o rendimento mensal domiciliar per capita em 2022 no país foi de R\$ 1.625 (IBGE, 2023).

No campo da educação a taxa de escolarização de Mato Grosso refere-se ao percentual de pessoas de 6 a 14 anos que frequenta escola em relação ao total de pessoas de mesmo grupo etário divulgado pelo PNAD Continua. No ano de 2019 representou o valor de referência de 99,3 e 2022 teve um pequeno aumento equivalente a 99,4. Quanto a taxa de analfabetismo em 2019 foi de 6,1, já para 2022 reduziu para 5,6. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no estado de Mato Grosso, para os anos iniciais do ensino fundamental em 2021

²⁹<https://odocumento.com.br/estado-firma-contrato-de-r-549-milhoes-com-a-fgv-e-implementa-metodo-de-ensino-inovador-na-rede-publica/>. Acesso: 03 de março de 2022.

é de 5,8, classificado nacionalmente em 10º lugar. O ensino fundamental anos iniciais rede pública continua na mesma classificação, porém com 5,5 de média. A rede privada do ensino fundamental dos anos iniciais alcança o 9º lugar com 7,2 de média (IBGE, 2023).

Já os anos finais do ensino fundamental a colocação do estado é de 12º lugar com média de 4,9. Para a rede pública estadual de ensino fundamental anos finais, Mato Grosso alcança o 9º lugar com 4,8 do índice do IDEB. A rede pública estadual de ensino fundamental ocupa o 15º lugar, obtendo uma média de 4,7 em nível nacional. Já o ensino fundamental da rede privada do estado alcançou 15º lugar com índice de 6,2 na média brasileira. Em relação ao ranking nacional, o estado de Mato Grosso na etapa ensino médio, ocupa a 20ª posição com média de 3,7. Quanto a rede estadual está classificada em 19º lugar com média de 3,6 do ranking nacional. Já a rede privada se classificou no 16º lugar com média de 5,5 no IDEB.

Sobre as matrículas no ensino fundamental contabilizadas em 2021 foram de 486.568 e do ensino médio 157.928. Quanto ao corpo docente que trabalhou no ensino fundamental em 2021 foi de 26.575, para o ensino médio foi de 12.642 professores. Nesse cenário educacional o estado apresenta 1.969 escolas para atender o ensino fundamental e 673 para atendimento do ensino médio (IBGE, 2021).

Apresentaremos os dados da série histórica da educação básica do estado de Mato Grosso, se apresentam organizados em tópicos como: matrículas, docentes e escolas. Serão expostos de forma breve informações no que tange às diferenças entre as redes de ensino, como um dos indicadores educacionais, dados esses relacionados ao ano de 2015 a 2022.

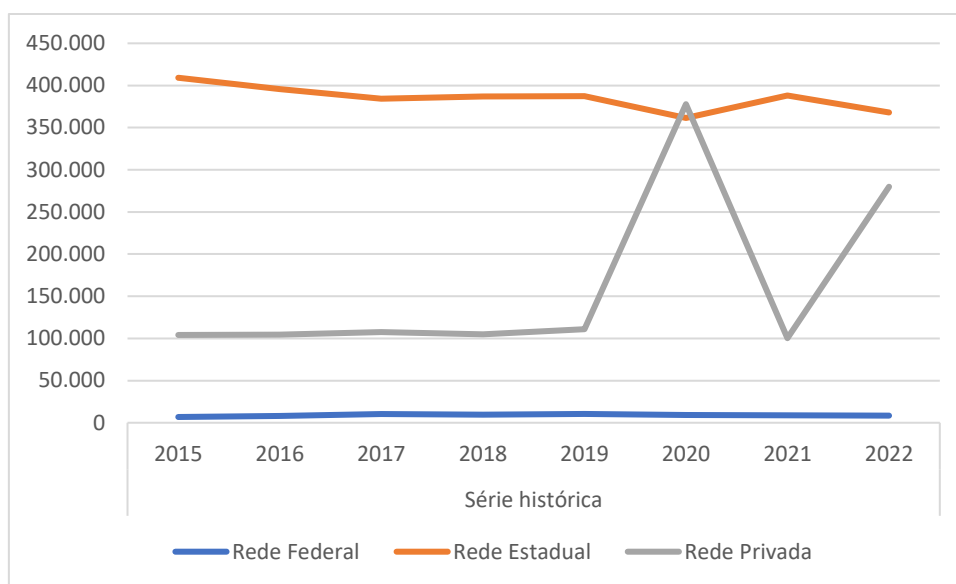
Quadro 13 - Quantitativo de matrículas totais nas referidas dependências Administrativa entre os anos de 2015 e 2022. Representando o quantitativo de matrículas efetuadas nas três dependências administrativas: federal, estadual e privada:

Dependência Administrativa	Série histórica							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Rede Federal	6.809	8.011	10.251	9.604	10.417	9.233	8.821	8.569
Rede Estadual	409.154	395.717	384.254	386.966	387.397	361.454	388.168	368.158
Rede Privada	104.122	104.360	107.539	104.879	110.979	377.830	100.279	279.892
TOTAL	520.085	508.088	502.044	501.449	508.793	748.517	497.267	656.619

FONTE: Elaborado por Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED)/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica. Acesso em: 10 de out. de 2023.

O gráfico abaixo demonstra a quantidade de matrículas de alunos realizadas nas referidas dependências administrativas: federal, estadual e privada do ano de 2015 a 2022.

Gráfico 7 - Quantitativos de matrículas de alunos nas referidas dependências administrativas entre os anos de 2015 e 2022.



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Nota-se que a rede estadual apresenta o maior quantitativo de matrículas efetuadas, mantendo-se estável durante os anos da série histórica de 2015 a 2022 em relação a outras redes, a federal e a privada. Importante destacar que apenas no ano de 2020 a rede privada teve um aumento pontual de matrículas sobre as demais dependências administrativas. Como observamos, nas dependências administrativas há uma diferença considerável da quantidade de matrículas efetuadas na rede federal, estadual e privada. Para a rede federal houve um aumento do ano de 2015 para 2022 de 6.809 matrículas elevaram para 8.569 no ano de 2022. A rede estadual é a dependência com maior número de alunos matriculados. Quanto a rede privada houve um aumento de matrículas no ano de 2020, batendo recorde entre os outros anos. Acreditamos que a pandemia da Covid 19 influenciou nesse quantitativo.

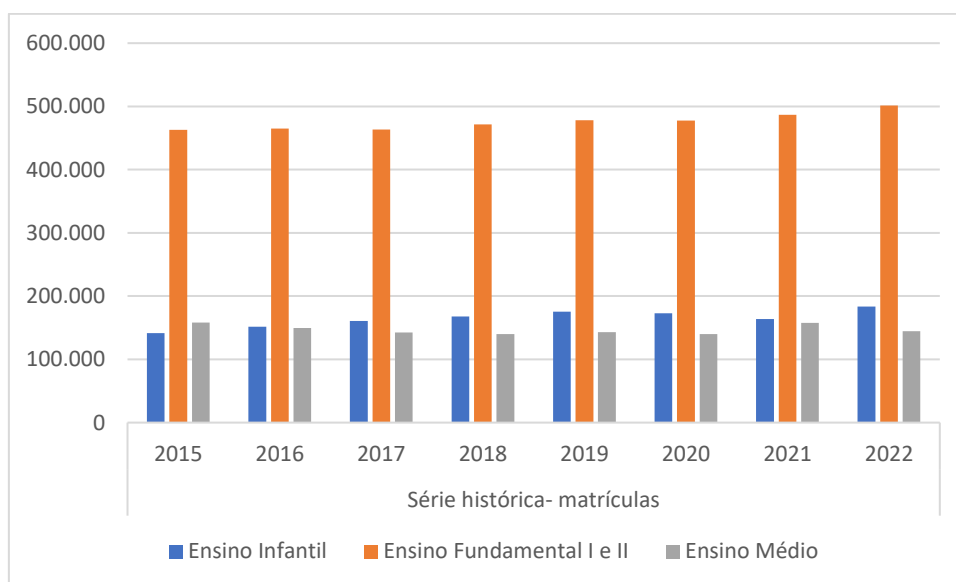
Quadro 14 - Quantitativo de matrículas nas seguintes etapas de escolarização: Ensino Infantil, Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio nos anos de 2015 a 2022.

Etapa de Escolarização	Série histórica- matrículas							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Ensino Infantil	141.534	151.777	160.635	167.895	175.492	172.820	163.925	183.563
Ensino Fundamental I e II	463.185	464.905	463.469	471.613	478.220	477.717	486.568	501.193
Ensino Médio	157.936	149.456	142.495	140.019	142.836	140.030	157.928	144.544
TOTAL	762.655	766.131	766.599	779.527	790.548	790.567	808.421	829.3

FONTE: Elaborado por Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED)/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica. Acesso em: 10 de out. de 2023.

No Ensino Infantil a quantidade de matrículas manteve-se dentro da média de 180.000 nos respectivos anos de 2015 a 2022 sem muitas alterações. O ensino fundamental I e II é a etapa de escolarização que mais apresenta alunos matriculados com média de 460.000 matrículas. Já o ensino médio é a etapa que menos apresenta alunos matriculados, ficando na média de 155.000 matrículas. O gráfico abaixo representa a diferença de quantitativo de matrículas realizadas nas etapas de escolarização: Ensino Infantil, Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio.

Gráfico 8 - quantitativo de matrículas nas etapas de ensino da educação infantil à educação superior entre os anos de 2015 e 2022.



Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Importante destacar que a etapa de escolarização do Ensino Fundamental I e II, são as que mais apresentam quantidade de matrículas, em comparação a etapa Ensino Infantil e Ensino Médio. Outra observação é em relação ao ano de 2022, que apresentou maior quantidade de matrículas em relação aos outros anos (2015 a 2021). Abaixo no quadro apresentaremos informações sobre os docentes que lecionam na educação básica, trazendo uma visão geral e histórica nas seguintes etapas de ensino: educação infantil, ensino fundamental I e II e ensino médio.

Quadro 15 - representando o quantitativo de docentes de 2015 a 2022 na Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio:

Série histórica- docentes

Etapas do Ensino	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Ensino Infantil	7.799	8.169	8.340	8.768	9.136	8.968	8.579	9.354
Ensino Fundamental I	13.328	13.272	13.016	13.342	13.711	12.778	13.131	13.332
Ensino Fundamental II	15.340	14.662	14.692	15.223	15.166	14.686	15.428	13.987
Ensino Médio	12.521	11.730	11.617	11.884	11.855	11.290	12.642	10.856
TOTAL	48.988	47.833	47.665	49.217	49.868	47.721	49.78	47.529

FONTE: Elaborado por Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED)/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica. Acesso em: 10 de out. de 2023.

Como observamos no quadro acima, a alteração de docentes varia nas etapas de ensino, é notório que na etapa de ensino do fundamental II o quantitativo de docentes se eleva consideravelmente em relação as outras etapas. A etapa do ensino infantil é a que tem menor quantidade de professores lecionando com média de 8.000 docentes atuando nessa etapa.

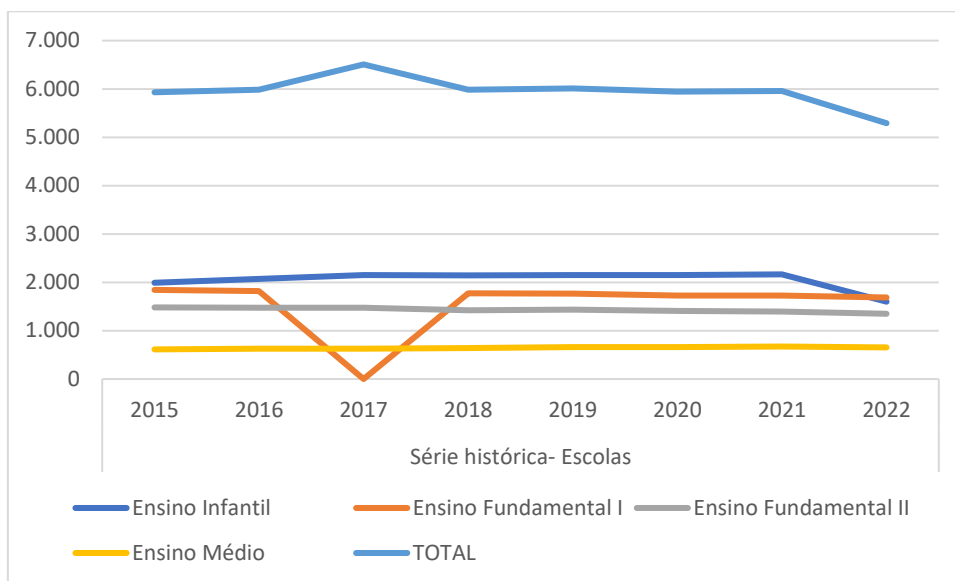
Quadro 16 - representa a quantidade de escolas do período de 2015 a 2022 na rede estadual de ensino de Mato Grosso

Oferta de escolas nas seguintes etapas de ensino	Série histórica- Escolas - 2015 a 2022							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Ensino Infantil	1.993	2.069	2.151	2.142	2.151	2.150	2.165	1.600
Ensino Fundamental I	1.844	1.818	1.806	1.775	1.766	1.726	1.725	1.685
Ensino Fundamental II	1.482	1.474	1.473	1.424	1.437	1.411	1.398	1.350
Ensino Médio	613	625	628	642	660	661	673	657
TOTAL	5.932	5.986	6.508	5.983	6.014	5.948	5.961	5.292

FONTE: Elaborado por Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED)/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica. Acesso em: 10 de out. de 2023.

O quadro acima traz informações importantes como a quantidade de escolas da rede estadual, considerado também como indicador educacional. Importante pontuar que a média de escolas se mantiveram durante os respectivos anos de 2015 a 2022 em todas as etapas de ensino que, respectivamente, engloba o Ensino Infantil ao Ensino Médio. Mas faremos ponderações para o ensino médio que foi a etapa de ensino que apresentou a menor taxa de unidades escolares em todos os anos com equivalência numérica de 640 unidades escolares no estado durante o período citado.

Gráfico 9 - Apresentando esses valores de unidades escolares por etapa de ensino:



Fonte: elaborado pela autora (2023).

O gráfico n. 9 demonstra que o ensino infantil se manteve na média diante o período de 2015 a 2022 e que o ensino fundamental I diminuiu consideravelmente a oferta de unidades escolares para o ano de 2017.

Após apresentação breve dos dados educacionais e alguns indicadores do censo da série histórica de 2015 a 2022, relacionado a quantidade de matrículas, docentes e escolas da rede estadual de Mato Grosso, também contextualizaremos as políticas educacional da rede estadual do estado, indicando quais influências ocorreram nesses períodos e o que os dados nos revela e aponta sobre essas novas contrarreformas de políticas educacionais implantada no estado de Mato Grosso.

Traçando um percurso histórico de política educacional de 2015 a 2022, na rede pública de ensino de Mato Grosso, consideramos importante pontuar o caminho percorrido anterior a esses anos, por entender que tempo antes, a rede pública estadual de ensino do estado, apresentava-se com uma política pública voltada para o Ciclo de Formação Humana que iniciou em 2000 e já apontava indícios de uma política que não se baseava no princípio do diálogo com os principais sujeitos envolvidos no processo.

Vale ressaltar que em 2006 Mato Grosso cria o Plano Estadual de Educação (PEE), realizando a 1ª Conferência do Plano Estadual de Educação- “Construindo Cidadania pela Educação”, que teve como objetivo definir e aprovar o texto final desse documento. Estiveram presente nas discussões o Fórum Estadual de Educação (FEE), comunidade escolar e sociedade que se organizaram e participaram na construção desse plano, esses estudos iniciaram em 2001

e conclui parcialmente em 2006. Porém, aprofundaremos as discussões dessa temática na próxima seção.

Entretanto, em 2012 a comunidade escolar se mobilizou e organizou a Conferência de Avaliação dos Ciclos, promovido pelo Sindicato dos Professores de Mato Grosso (SINTEP/MT), ao qual denominaram de CONEC/MT, no sentido de “redesenhar” a política de currículo da rede pública, tendo como parâmetro de referência “as vozes presentes no chão da escola” (CONEC/MT, 2012, p.2). Nesse mesmo ano - 2012³⁰- o sistema de gerenciamento educacional (SigEduca) foi criado pela Secretaria de Estado de Educação, com objetivo de acompanhar as atividades administrativas das escolas da rede estadual, monitorar a vida escolar dos alunos e o desempenho funcional de professores e demais profissionais da educação. O sistema apresenta oito módulos: Gestão Educacional (GED); Gestão de Pessoas (GPE); Gestão de Formação (GFO); Gestão Gerencial (GER); Gestão de Correição (GCO); Gestão de Planejamento e Orçamento (GPO); Gestão de Estrutura Escolar (GEE) e Gestão Administrativa (GAD). O SigEduca MT então permite a integração total entre os diversos sistemas da administração pública de educação, oferecendo suporte otimizado com disponibilidade de informação em tempo real.

O SIGEDUCA, Sistema Integrado de Gestão Educacional, focando na plataforma do diário eletrônico utilizada pelos professores, é uma ferramenta de uso obrigatório nas escolas estaduais de Mato Grosso, desde que foi implantado em 2011. Nesse sistema são feitos os lançamentos da frequência, conteúdo e avaliações dos alunos da rede estadual, cada professor possui um login para efetuar os lançamentos. Esses lançamentos são organizados em quatro bimestres (1º, 2º, 3º e 4º), em que é necessário a inserção de habilidades trabalhadas por disciplina. Para estudantes que não conseguem acompanhar de forma satisfatório o conteúdo trabalhado pelo professor, precisará ser trabalhado com esse aluno um reforço escolar no Laboratório de Aprendizagem e os conceitos aplicados na avaliação são: Abaixo do Básico (AB) onde abre duas janelas para o docente incluir as medidas adotadas para recompor a aprendizagem do aluno e na outra janela qual foi os resultados obtidos se foi satisfatório ou não. A outra é básico (B) simbolizando aquele aluno que apresenta dificuldades, mas conseguiu atingir os objetivos propostos com esforço; temos a opção de proficiente (P) para os alunos que não apresentam nem uma dificuldade no ensino aprendizagem e o Avançado (A) para alunos que estão acima da média.

³⁰ Manual de Segurança Manual do Usuário- SigEduca. Acesso em: 12 de out. de 2023.

Diante dessas concepções de reconfiguração da política educacional de Mato Grosso por meio das relações público-privadas, via redes de atuação nas decisões sobre políticas públicas em educação, tendo o Estado como autor do processo, nota-se que a política educacional do estado, sofreu ingerências de duas consultorias com enfoque em resultados que no ano de 2016 destacou a Falconi- Consultoria de resultados e outra o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAED) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Essas reconfigurações podem ser identificadas a partir de duas situações: uma diz respeito ao Projeto de Estudo e Intervenção Pedagógica (PEIP/MT) desenvolvido pela Falconi e outro refere-se à Avaliação Diagnóstica do Ensino Público Estadual de Mato Grosso (ADEPE/MT) instituído pelo CAED/UFJF. Com a colaboração estabelecida entre a SEDUC-MT e o CAED, a educação pública em Mato Grosso caminhou para uma nova estruturação. Segundo Costa, Gentil e Amaral:

[...] está em curso a desestruturação da educação pública no Estado por meio da desconstrução das políticas democráticas e participativas já conquistadas e sua substituição por políticas de caráter gerencialista, que vem cristalizando a ideia de educação como mercadoria e de minimização da responsabilidade do Estado para com o que deveria ser público (Costa; Gentil; Amaral, 2016, p. 15).

Contudo, em 2016, apresentam-se novas decisões e começam a fazer parte da política educacional da rede pública estadual, o plano do governo indicado discorre na centralidade de uma melhoria na qualidade do ensino que acompanhasse o desenvolvimento econômico de Mato Grosso. Então os primeiros discursos voltados à reforma da educação, na perspectiva de melhoria de resultados, caracterizaram-se por meio do PEIP/MT e da ADEPE/MT, políticas essas direcionadas à intervenção pedagógica sobre a gestão, o currículo e trabalho docente e a inserção de uma política de avaliação estadual com base nas análises sobre os resultados das aprendizagens, principalmente, em língua portuguesa e matemática. (SILVA, 2018 p. 135). E desse modo, incidindo na organização do trabalho docente e nos processos de ensino aprendizagem do professor, implicando em uma nova reconfiguração no trabalho pedagógico.

Portanto, o ano de 2016 foi marcado com novos direcionamentos de políticas educacionais e assim no mandato do governo Mauro Mendes que assumiu em 2019-2022/2023 a 2026 ações empresariais no âmbito educacional foram evidentes. Há o lançamento de uma consulta pública em sua gestão, sobre a política de avaliação da educação básica no estado, que por meio da SEDUC/MT em regime de colaboração com os municípios mato-grossenses, apresenta uma política de avaliação para toda rede pública do estado, com objetivo de garantir

o direito de aprendizagem e ao desenvolvimento integral do estudante, como citado pelo Avalia MT. O processo foi implementado na rede pública de ensino do estado em 2021. O Avalia MT foi conduzido pelo (CAEd) instituição que elabora e desenvolve programas estaduais e municipais destinados a mensurar o rendimento de estudantes das escolas públicas, através de avaliações de larga escala, atuando em vários estados brasileiros. Esse enxerto foi criado em 2016 e a primeira avaliação foi feita pelo CAED em 2017. Só em 2021 que o governo retoma o Sistema de Avaliação e novamente o CAED é o responsável pela implementação das avaliações. O documento expõe que:

assume posição de centralidade e complexidade, avançando de micro avaliações (internas) para as macros avaliações (externas), tornando-se institucionalizadas. Com vistas à implementação, acompanhamento e investimento em políticas públicas educacionais de modo a garantir os direitos de aprendizagem dos estudantes. (Avalia MT – Sistema de Avaliação Educacional de Mato Grosso, 2021 p. 7).

Desse modo a formação de professores da rede estadual de educação de Mato Grosso, atendeu a lógica gerencialista, que através dessas interferências impostas pela SEDUC/MT, definia sistematicamente as temáticas e os textos para etapas de estudos nas formações dos professores, segundo a Portaria nº 161/2016/GS/SEDUC/MT. Essa nova conjuntura de política educacional por parte da Secretaria, demonstram total falta de diálogo com a comunidade escolar, e a contínua diminuição de um espaço verdadeiramente de gestão democrática. Assim no PEIP, todo o processo formativo foi monitorado pela gestão escolar, pelo antigo Centro de Formação de Professores (CEFAPRO) e pela própria Secretaria que controlava a frequência do professor na formação, e desse modo tornou-se obrigatória a participação dos docentes, sob ameaça de desconto em folha de pagamento. O documento destaca ainda que, “para efeito de certificação, serão computadas as horas efetivamente cumpridas no PEIP com a formação e o desenvolvimento profissional, de acordo com o cronograma elaborado pela escola com o monitoramento do Centro de Formação de Professores – CEFAPRO” (MATO GROSSO, 2016, p.42-43). Em relação à frequência e carga horária, o documento da SEDUC-MT explicita que:

[...] a carga horária para a formação e desenvolvimento profissional é de 04 (quatro) horas semanais, previstas nas dez horas atividades que computam, com as 20 (vinte) horas da regência, a jornada de trabalho de 30 (trinta) horas semanais, em conformidade com a Lei 050/1998. (Mato Grosso, 2016, p. 46).

Destacamos que esse espaço de riqueza ímpar que acontece dentro da escola, com os reais atores do processo de mudança, precisa ser pautado com intenso diálogo, novas aprendizagens, reflexões e ressignificações acontecem nesse ambiente, e a necessidade de uma formação com caráter real e formativo possa concretizar nesse espaço de intensas reflexões, e que sejam trabalhadas e discutidas as necessidades reais vivenciadas pelas escolas.

Entretanto, o que se nota é que a formação continuada dos professores, tem se mostrado na perspectiva mercadológica, preconizando modelos, em que o professor seja na prática o responsável pelo preparo de alunos para o mercado de trabalho, uma educação que visa preparar mão de obra para o mercado de trabalho na inserção de uma visão do novo desenvolvimento econômico. Nesse caminho Neves (2005), indica a possibilidade de uma “nova pedagogia da hegemonia”, que vai apontando que as reformas educacionais colocadas em prática

[...] alteram substantivamente as funções econômicas e político-sociais da escola brasileira [...]. Essas reformas têm por finalidade formar, no espaço nacional, intelectuais urbanos de novo tipo, ou seja, especialista e dirigentes que, do ponto de vista técnico, possam aumentar a competitividade e produtividade do capital, nos marcos do capitalismo periférico [...]. (Neves, 2005, p.104).

Compreende-se que os docentes têm vivenciado com mais frequência, a minimização de sua autonomia em que permite refletir, inovar, criar o processo de ensino-aprendizagem juntamente com seus alunos e pares e a partir de sua realidade de seus próprios contextos. É nesse cenário, que as políticas educacionais mato-grossenses começam a ser moldadas através da lógica neoliberal, focalizadas em uma qualidade de educação que é medida em números através de ranqueamento entre escolas, professores e alunos, é que notamos a influência dessa nova configuração implantada na rede estadual de ensino. Contribuindo para essa reestruturação observamos que as políticas de avaliação externas estão cada vez mais conquistando espaços importantes entre os gestores públicos. A principal dinâmica das avaliações externas é o foco em dados e indicadores numéricos, nesse caminho é possível verificar que as novas nuances na política do estado vêm acontecendo, que para Freitas (2009) significa:

as políticas de avaliação centralizadas se esquecem que não basta o dado do desempenho do aluno ou do professor coletado em um teste ou questionário e seus fatores associados. É preciso que o dado seja “reconhecido” como “pertencendo” à

escola. Medir propicia um dado com vistas ao futuro. Isso implica a existência de um processo interno de reflexão nas escolas [...] (Freitas, 2009, p. 48).

Diante desse caminho de contrarreforma do estado de Mato Grosso, em que a atuação de grupos que representam o mercado educacional por meio de relações público-privadas, baseadas nos resultados das avaliações padronizadas tem enaltecido a educação brasileira, e para tanto, a classificação no ranking está ocorrendo entre estados e unidades escolares e estão cada vez mais valorizadas por essas políticas públicas direcionadas a competição e consequentemente a mercantilização da educação. Corroboramos com Silva (2018), quando destaca que:

[...] as parcerias públicas-privados têm encontrado no Estado, um forte aliado que aumentam as possibilidades de atuação, as quais percebe-se não tem sido poucas. Há uma gama de ‘soluções de mercado’ percorrendo nossas escolas e estabelecendo metas para as aprendizagens, muito se constituem em propostas perversas marcadas por políticas neoliberais (Silva, 2018, p. 156).

A pesquisa de Tomazeli e Palma (2019), constatou que o PEIPE não foi efetivamente implementado e as contribuições foram ínfimas, nas perspectivas dos participantes. Segundo os pesquisadores a maneira como foi proposto a formação dos professores da rede estadual de Mato Grosso, foi complexo, porque iniciou desacreditada pelos docentes e gestores escolares. Portanto, há muito que avançar para que a formação continuada efetivamente promova o desenvolvimento profissional. Para Silva (2018) a contextualização da rede estadual de ensino de Mato Grosso traz considerações importantes:

[...] há uma política dos Ciclos de Formação Humana, como diretriz orientadora da política educacional da educação básica, desde 2001. Em 2015 o estado de Mato Grosso intensifica os discursos de reforma na educação por meio de uma política de resultados no sentido de acompanhar e aprimorar o seu desenvolvimento econômico. Já em 2016 a SEDUC/MT realiza contratação de parcerias público-privadas para cumprir o que havia instituído no plano de governo. E desse modo, a rede estadual passa por um processo de adequação e preparação ao desenvolvimento e aplicação do Projeto de Estudos e Intervenção Pedagógica PEIPE/MT e uma política de avaliação estadual através do ADEPE/MT (Silva, 2018, p. 127).

A literatura demonstra que até 2018³¹ a rede pública do estado teve como política educacional o sistema de Ciclo de Formação Humana, implementado em toda rede estadual de ensino de Mato Grosso que perpetuou por aproximadamente 20 anos. Contudo, a partir de 2016 uma consulta pública foi realizada pela SEDUC/MT para discutir as políticas educacionais do estado, denominado AvaliaMT. Abordaremos com mais ênfase abaixo todo o processo

O Documento de Referência Curricular (DRC-MT) para o ensino fundamental foi elaborado em 2017 e homologado em conjunto com a parte de referente a Educação Infantil sendo aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologada pelo MEC. Já o DRC-MT para o ensino médio foi entregue pela Secretaria ao Conselho Estadual de Educação (CEE) em setembro de 2020, desenvolvido pela equipe de redatores pro BNCC ao CEE. Nesse caminho de implantação e implementação de políticas públicas educacionais a equipe técnica estadual desenvolveu diversos Cadernos Pedagógicos por área do conhecimento de todas as etapas de ensino, apresentando o DRC-MT a implantação de práticas pedagógicas alinhadas a BNCC, como diretriz curricular incluir nas práticas pedagógicas dos docentes Metodologias Ativas e Intervenções Pedagógicas utilizadas em sala de aula. Também tem a proposta do Laboratório de Aprendizagem um em cada unidade escolar, onde apenas os professores da área de Língua Portuguesa e Matemática podem trabalhar com o reforço escolar com estudantes que estão com dificuldades no ensino aprendizagem.

Dando continuidade às políticas educacionais do estado, apontamos que em novembro de 2019 SEDUC/MT apresenta o 1º Simpósio “A Política Curricular e Ciclo de Aprendizagem” o objetivo do evento³² foi apresentar aos técnicos da Seduc, ligados à Secretaria Adjunta de Gestão Educacional, o processo de construção da Política Curricular para o Estado de Mato Grosso, com ênfase na Organização Curricular por Ciclo de Aprendizagem. Nesse mesmo ano a política educacional em Mato Grosso inclui a implementação do Avalia MT, uma série de avaliações externas em larga escala que permitiram um diagnóstico da educação básica. Além disso, a SEDUC/MT apresentou a Política Curricular e o Ciclo de Aprendizagem para o estado. Essas políticas abordavam vários aspectos da educação no estado, incluindo a avaliação do desempenho dos alunos, a implementação de novas estratégias pedagógicas.

³¹ Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento-Artigo/Educação- As políticas educacionais no estado de Mato Grosso de 2014 a 2018 de autoria de Rosimeri de Jesus da Silva Campos/2021.

³² O Simpósio foi dividido em três momentos: o 1º abordaram de forma geral a (BNCC) e o Documento de Referência Curricular (DRC/MT) - expondo sobre Currículo e Políticas Educacionais em Mato Grosso. O 2º momento apresentou a Política de Organização Curricular por Ciclo de Aprendizagem e o terceiro momento o Sistema SigEduca: Avaliação por aprendizagem. <https://www3.seduc.mt.gov.b>. Acesso em: 12 de out. de 2023.

O ano de 2020 ficou marcado para todo o mundo, e no campo educacional não foi diferente, muitas mudanças e intervenções ocorreram nesse percurso. Vale lembrar que nesse período o planeta passava por uma pandemia a Covid-19. Foi um momento muito difícil e houve a necessidade de isolamento físico. Contudo, foi o momento perfeito para que as empresas que trabalham e desenvolvem projetos na área tecnológica, aproveitassem a oportunidade e investissem objetivamente em ofertar seus serviços e pacotes educacionais.

Nas últimas décadas houve um crescente número de empresas especializadas na oferta de serviço de assessoramento e consultoria, voltada ao setor público. O interesse maior está centrado na possibilidade em ter o estado como cliente. As áreas que mais sofrem essas influências são da educação, segurança pública e saúde. Vamos tratar especificamente do campo educacional, em que o uso de ferramentas tecnológicas e de total controle sobre o trabalho docente e de gestão escolar tem sido frequente. Shiroma e Evangelista (2007, p. 533) ao interpretarem Ozga (2001), afirmam que:

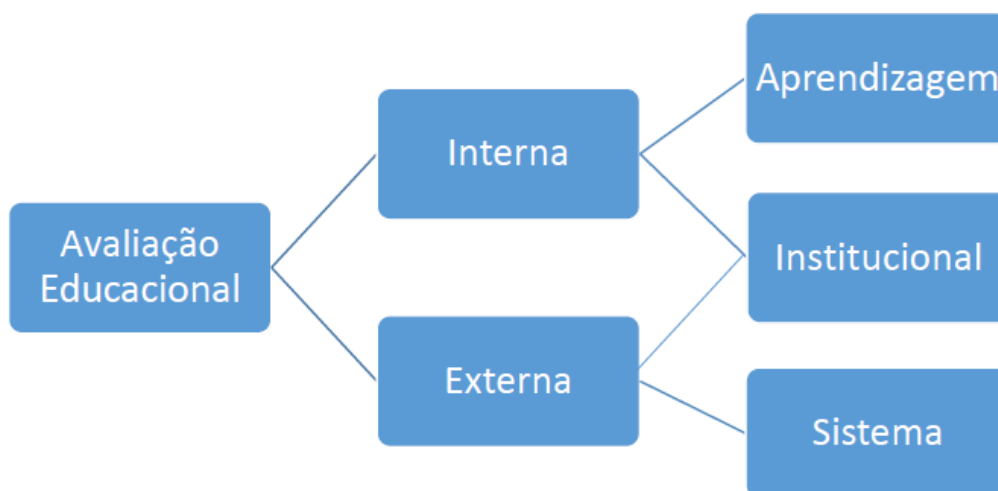
[...] aspectos sobre a governamentalidade da educação pública, em que políticas gerencialistas elevam à regulação sobre o trabalho dos professores e discursos elevam à responsabilização pelo sucesso ou fracasso da política, destaca-se a política de profissionalização, não por seu potencial de elevar a qualificação dos professores, mas pela possibilidade objetiva de instituir novas formas de controle sobre os docentes.

A realidade nos mostra que a intensificação e atuação das relações público-privadas têm buscado incentivar a busca constante de melhoria de resultados na educação, integrando e alterando no espaço escolar propondo uma nova metodologia com viés gerencial, no desenvolvimento e cumprimento de projeções e metas estabelecidas, como exemplo, o treinamento dos profissionais de educação, alteração no currículo escolar, e desse modo, de forma mais enfática as empresas privadas vão se estabelecendo na educação como política de avaliação, que visa apenas resultados numéricos quantitativos (Silva, 2018, p. 115).

Segundo o Avalia MT (2021) o uso dos resultados dos processos avaliativos em consonância com a política educacional deve:

- ✓ Apoiar a tomada de decisões;
- ✓ Monitorar a prestação de contas dos serviços ofertados;
- ✓ Identificar os problemas no âmbito das ações realizadas e (re) significar as ações pedagógicas para a efetividade da aprendizagem dos estudantes.

A política de avaliação do Estado de Mato Grosso, por meio da Seduc-MT, prevê a avaliação educacional em três níveis: a avaliação externa, a avaliação institucional e a avaliação interna. A figura nº 1- apresenta os três níveis de avaliação do Avalia MT:



Fonte: Bertagna, *et al.*, 2014, p. 253.

Nessa perspectiva, o registro da avaliação interna realizada pelas unidades escolares sobre a aprendizagem dos estudantes é realizado por meio do Sistema de Gestão Educacional – SigEduca. Quanto as avaliações externas aplicadas na rede estadual as informações foram encaminhadas a equipe técnica da FGV DGPE – Centro de Desenvolvimento da Gestão Pública e Políticas Educacionais, que apresentam as escolas através da Plataforma Plural. Cada unidade escolar tem um representante que tem acesso a todos os dados por turma, disciplina, relatório geral dos alunos que participam das avaliações externas. Nesse cenário de avaliações externas que ocorreram a partir de 2021 nas escolas estaduais do estado. Portanto o documento de Política de Avaliação da Educação Básica de Mato Grosso reforça que:

a política de avaliação educacional de Mato Grosso se vincula à concepção e à prática avaliativa concebidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/1996 que, em seu Art. 23, pressupõe a lógica da inclusão e a defesa de uma avaliação inclusiva no âmbito de um horizonte de expectativas mais amplo. (Documento Avalia MT- Sistema de Avaliação Educacional de Mato Grosso, de 2021, p.15)

A FGV DGPE apresenta no relatório 2 que tem prazo de vigência 2020-2022, que a SEDUC/MT adquiriu um pacote de serviços educacionais com foco na formação dos

professores, com regime de colaboração com várias instituições, como a UNDIME, durante o ano de 2019. Houve mapeamento da aprendizagem dos estudantes, com avaliações diagnósticas e avaliação de fluência leitura, realizadas por instituição externa. A oferta aos estudantes de apostilas alinhada a BNCC, materiais didáticos relacionados a temáticas com a Educação Financeira (temas transversais contemporâneos preconizados pela BNCC), Educação Socioemocional (relacionado ao bem-estar emocional dos estudantes), Consciência Fonológica (para estimular a alfabetização na idade certa – até 2º ano do Ensino Fundamental). E material de alfabetização e letramento linguístico (3º ao 5º ano), voltado à recuperação da aprendizagem dos estudantes que estavam em fase de alfabetização (1º e 2º ano) durante a pandemia (Relatório Pesquisa Estados Eficazes na Gestão da Aprendizagem -FGV DGPE, 2021, p. 95).

Importante ressaltar, que a FGV DGPE³³, afirma que apesar da pandemia da Covid 19, estados com parcerias com a instituição, apresentam avanços nos resultados do IDEB. Os estados parceiros, melhoram desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), resultado esse, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP). Dentre alguns estados parceiros, citamos Piauí, Maranhão e Mato Grosso. A rede pública estadual registrou um avanço de 0,2 nos Anos Finais do Ensino Fundamental e 0,2 no Ensino Médio, e em todas as séries do IDEB, de 2005, o estado sai de 2,6 para atuais 3,6 um aumento de 40% no Ensino Médio.

Ressaltado anteriormente, a rede pública de educação do estado conta com a parceria da FGV DGPE desde dezembro de 2021, para implementação do Sistema Estruturado de Ensino (SEE) de Mato Grosso, um projeto abrangente que alcança todos os 141 municípios do estado e tem como meta, em 5 anos, colocar o IDEB da rede estadual entre as 10 melhores do país, envolvendo os mais de 350 mil estudantes e 700 escolas da rede pública estadual.

Os gestores mato-grossenses através da FGV DGPE, desenvolvem o programa Foco na Aprendizagem, que para o diretor da fundação, José Henrique Paim Fernandes, “é fundamental para a transformação da educação brasileira”. Neste aspecto, a pesquisadora associada da FGV DGPE, Pilar Lacerda, destaca ³⁴que há pontos importantes para resultados positivos, como a manutenção do foco na alfabetização, a continuação da conexão entre alunos e formação dos problemas. Nesse sentido, seguir com a avaliação diagnóstica detalhada

32 <https://dgpe.fgv.br/noticias/apesar-da-pandemia-estados-com-parcerias-com-fgv-dgpe-apresentam-avancos-nos-resultados-do-ideb>. Acesso: 30 de jan. de 2024.

34 <https://repositorio.fgv.br/collections/35483fc6-26b7-4aff-9e50-b9200412363a>. Acesso: 30 jan. 2024.

considerando o desenvolvimento de cada aluno e projetos específicos para os que tiverem dificuldades maiores.

Essa política educacional utilizada pela Secretaria reforça os ideais neoliberais, em que o Estado vai transferindo suas responsabilidades para o setor privado que em nosso exemplo é a FGV-DIAN e seus parceiros, minimizando assim cada vez mais autonomia escolar. Para além disso, em 2021 a SEDUC/MT expande ainda mais as relações com entidades privadas, firmando um contrato via consórcio com a Fundação Getúlio Vargas- FGV-DIAN. Esse contrato apresenta vigência de 5 anos (2021-2026) com valor de referência de 500.000,000 (quinhentos milhões de reais). Essa parceria apresenta como prestação de serviço o Sistema Estruturado de Ensino (SEE) que oferece um pacote de serviços educacionais como apostilas bimestrais entregue a todos estudantes da rede (impressa e digital), banco de dados na Plataforma Plurall com login liberado para gestão escolar, professores e alunos.

Na Plataforma Plural são ofertados Banco de dados para professores planejarem suas aulas e enviar aos estudantes para responder de forma remota; Mais Inglês em que os discentes realizam várias lições e no final recebem um certificado de conclusão das tarefas cumpridas; Ambiente Virtual de Aprendizagem e Desenvolvimento Profissional (AVADEP) específica para professores cumprir a carga horária de cursos, estabelecidas pela secretaria de educação; Plataforma de educação à distância Ciência em Show; Dados Escolares; Relatórios, Simulados de Provas. São muito os serviços educacionais ofertados tanto para docentes como alunos. Dessa forma o Sistema Estruturado de Ensino- SEE apresenta:

o SEE consiste em uma estrutura educacional organizada, que integra cinco grandes áreas de atuação na educação básica da rede estadual de Mato Grosso, como objetivo da melhoria da aprendizagem dos nossos estudantes. Composto por material impresso, Plataforma digital, avaliações, formação Continuada para professores e Assessoramento pedagógico (Edital de Audiência Pública Nº 001/2021/SEDUC-MT)

Nesse pacote de serviços pedagógicos ofertados também incluem a capacitação para professores com duração de 120 horas por ano, tudo realizado dentro da Plataforma Plurall e Escola Conectadas. Nesse novo sistema educacional implantado no estado – o SEE, implantado através de um Contrato de Impacto Social (CIS) firmado pela SEDUC/MT e FGV-DIAN é que os gestores estaduais afirmam que os índices e resultados da educação de Mato Grosso irão melhorar e desse modo melhorar a qualidade do ensino, elevando o estado em quinto lugar no ranking nacional do IDEB.

Há outra plataforma que oferta cursos aos professores, implantada pela secretaria de educação – a Plataforma Escolas Conectadas, que tem foco na tecnologia, fazendo parte do “Pacto pela Digitalização”, com diversos cursos oferecidos pela plataforma, dentre eles apresentamos: Cidadania Digital no Cotidiano Escolar; Integrando as competências digitais no ensinar; Colaboração e autoavaliação para o desenvolvimento profissional; Educação Socioemocional: aprendizagens e metodologias ativas; Metodologias Ativas: aprendizagens e protagonismo; Práticas reflexivas à Inteligência artificial: usos simples e criativos para transformar a aprendizagem. Enfim são muito os cursos oferecidos que abrangem vários temas.

Toda a rede estadual de ensino público do estado, passou por avaliações diagnósticas semestrais no ano de 2021, que segundo a Secretaria é para aferir o nível de ensino aprendizagem dos alunos e propor intervenções pedagógicas necessárias. Diante desse novo cenário implantado na rede estadual de ensino de Mato Grosso, com novas diretrizes de políticas públicas educacionais voltadas ao neoliberalismo, em que o capitalismo se torna precursor dessas novas ordens, que a escola vem sendo espaço de disputa entre os agentes privados. As influências desses atores privados na educação, caracteriza-se como uma verdadeira lógica de mercado, transformando a escola em uma empresa, tirando sua autonomia e instigando assim, a competição entre os envolvidos pela cobrança exacerbada de resultados como o de ranqueamento escolares. E nesse âmbito, demonstram que a qualidade do ensino é medida apenas por avaliações externas, em que os índices e médias são os únicos indicadores da qualidade da educação, essas modificações são realizadas e controladas pelas empresas privadas contratadas.

A implementação do Circuito de Gestão de Aprendizagem que está inserida no SEE, caracteriza-se por aplicação e gerenciamento de estratégias metodológicas e sistemáticas em toda a rede de ensino do estado. Há evidência que as narrativas que circulam sobre a performatividade tem quantificado e reduzido a educação, bem como às políticas educacionais, que segundo Ball (2013) em um:

empreendimento técnico baseado num conjunto de habilidades e competências ao invés de práticas com princípios éticos. [...] As exigências são pela performatividade, automeições e marketing.” Sendo assim reconfigura-se o papel do Estado e, consequentemente, de sua política, principalmente no que diz respeito a Educação. (Ball, 2013, p. 26).

As exigências sobre o trabalho do professor estão imensas que para Ball (2013, p. 28 apud Hypolito, 2004) considera que existe “um processo redutivo de desprofissionalização dos

professores do Brasil que estão sendo constrangidos a uma estagnação pré-profissional, com redesenho neoliberal de suas práticas e condições de trabalho que atuam para minar, desvalorizar e explorar o seu trabalho”.

É nessa perspectiva, que os docentes estão crescentemente sendo expostos à avaliação do mercado educacional em que seu trabalho está sendo medido pelos resultados e a eficiência em suas práticas progressivamente mais exigidas.

Esses discursos estão identificados no plano de governo que assumiu o governo do estado de Mato Grosso, em 2021 e reforçados pela SEDUC/MT, no anseio de uma política para a rede estadual centrada em resultados. Para reforçar esses interesses, a vinda da FGV-DIAN consultores de resultados enquanto o nexos entre o público-privadas, possibilitaram identificar nesses projetos forte características neoliberais, gerencialistas e de performatividade, assim, interpelando a gestão, o currículo e trabalho docente, bem como reconfigurando as políticas educacionais, fatores esses que serão apontados no decorrer das análises.

O Decreto nº 1.497 de 10 de outubro de 2022, dispõe sobre o Programa Educação-10 anos no âmbito do Estado de Mato Grosso, que no seu 1º artigo fica criado o Programa Educação-10 anos, política Estadual com projetos e ações desenvolvidas para melhoria da qualidade e índices educacionais no âmbito do Estado de Mato Grosso, conforme parâmetros previstos no Anexo I, definidos com base nas metas delineadas pelo Plano Estadual de Educação – PEE, aprovado pela Lei nº 11.422, de 14 de junho de 2021. O Programa Educação-10 anos, apresenta proposta de 30 políticas públicas e 135 ações. Na pessoa do secretário³⁵ de educação do estado, esse programa está alinhado a recuperação da aprendizagem pós-pandemia da Covid-19. Para ele é uma das políticas mais avançadas e ousadas do país constituindo o Sistema Estruturado de Ensino (SEE).

Notamos que esse Programa apresenta como objetivo principal analisar a qualidade do ensino através de índices educacionais. Em seu Art. 2, expõe como será o processo. O monitoramento do desenvolvimento da educação estadual ocorrerá por meio do acompanhamento dos seguintes indicadores oficiais de âmbito nacional e estadual:

I – IDEB (Ensino Fundamental I, fundamental II e Ensino Médio);

II – Taxa de Alfabetização; e,

³⁵ Seduc apresenta meta do Programa Educação-10 anos ao Conselho Estadual de Educação em 05-10-2022. <https://www3.seduc.mt.gov.br/>. Acesso em: 08-10-2023.

III – Taxa de Abandono.

Nesse contexto, o documento ainda reforça em seu 3º Artigo como poderão alcançar as metas estabelecidas norteadoras de estratégicas. Como evidenciamos, será descrita em seis pilares:

- I- Impacto Educacional;
- II- Equidade e Diversidade;
- III- Tecnologia e Educação;
- IV- Valorização profissional;
- V- Gestão para resultados;
- VI- Infraestrutura.

Abaixo quadro detalha as estratégias de cada pilar do Programa EducAÇÃO-10 anos:

Quadro 17- Os seis pilares do Programa EducAÇÃO-10 anos.

I- Impacto Educacional	Política Pública de Sistema Estruturado de Ensino Política Pública de Alfabetização Política Pública de Educação em Tempo Integral Política Pública de Novo Ensino Médio Política Pública de Avaliação Política Pública de Línguas Estrangeiras Política Pública de Escolas Militares
II- Equidade e Diversidade	Política Pública de Educação para Jovens e Adultos Política Pública de Educação Especial Política Pública de Educação Indígena Política Pública de Educação Quilombola Política Pública de Educação do Campo Política Pública de Acesso e Permanência Política Pública de Bem-estar Social Política Pública de Uniformes Escolares Política Pública de Materiais Escolares Metas do Plano Estadual de Educação relacionadas- meta 1, 2, 3, 4, 7, 8, 9, 10 e 17)
III- Tecnologia e Educação	Política Pública de Projetos Pedagógicos Complementares Política Pública de Tecnologia no Ambiente Escolar Metas do Plano Estadual de Educação relacionadas- meta: 2, 3, 5, 7, 9 e 17
IV- Valorização Profissional	Política Pública de Formação Continuada de Professores Política Pública de Valorização Profissional Política Pública de Descentralização da Gestão de Pessoas Metas do Plano Estadual de Educação relacionadas: metas- 5, 15, 16, 18 e 19

V- Gestão para Resultado	Política Pública de Implementação da DRE'S Política Pública de Gestão Escolar Política Pública de Gestão Integrada Metas do Plano Estadual de Educação relacionadas- meta: 7,15,19 e 30
VI-Infraestrutura	Política Pública de Infraestrutura Escolar Política Pública de Gestão do Patrimônio Política Pública de Transporte Escolar Política Pública de Alimentação Escolar Política Pública de Aquisições Metas do Plano Estadual de Educação relacionadas: meta: 7,15 e 20

Fonte: Decreto nº 1497/2022- Programa EducAÇÃO-10 anos.

O mesmo documento apresenta um plano de metas para o IDEB (Ens. Fundamental I, Ens. Fundamental II e Ensino Médio), Taxa de Alfabetização e Taxa de Abandono, para os seguintes anos: 2026 a 2032.

Quadro 18 - Metas projetadas para elevar a média do IDEB de 2026 a 2032 no âmbito da rede estadual de ensino de Mato Grosso.

Indicador	Indicador Refinado	Atualmente	2026	2032
IDEB	ENS. MÉDIO	19º	>10º	≥ 5º
	ENS. FUND. II	15º	> 10º	≥5º
	ENS. FUND. I	15º	> 10º	≥ 5º
ALFABETIZAÇÃO	% POPULAÇÃO ALFABETIZADA	94,9%	96,0%	97,0%
TAXA DE ABANDONO	ENS. MÉDIO	11,0%	4,5%	2,0%
	ENS. FUND. II	1,6%	1,3%	0,8%
	ENS. FUND. I	0,3%	0,2%	0,1%

Fonte: Plano EducAÇÃO-10 anos

Com o objetivo de impulsionar o índice do IDEB na rede estadual de ensino de Mato Grosso, o documento supracitado, respalda no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) instituída em 1990, como uma avaliação de larga escala aplicada em todo o Brasil pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC); que toma como um dos indicadores da avaliação o desempenho em provas. É nessa perspectiva, que “o IDEB se consolida como um indicador da qualidade da Educação Básica, ofertada nas escolas públicas de todo o país”. (Avalia MT- Sistema de Avaliação Educacional de Mato Grosso, 2021, p. 22).

Vale ressaltar que o marco da avaliação externa em larga escala em MT, inicia com o Avalia MT (2021), que demonstra acordo com a política educacional brasileira, e nesse sentido, apresenta como um dos objetivos diagnosticar o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes da rede pública de ensino, por meio da SEDUC/MT e dos municípios e nesse dinâmica:

as edições do SAEB contribuíram para que a rede pública do Estado avançasse na prática da utilização dos dados da avaliação para tomada de decisão na implementação de políticas públicas para a educação, tanto as direcionadas para as escolas, quanto para a formação de professores. Com isso surge a necessidade de desenvolver um sistema próprio para o estado, o que possibilita autonomia para a macrogestão na definição da periodicidade da avaliação, bem como os dados a coletar e as áreas do conhecimento que deseja avaliar. Nesse cenário foi criado o Avalia MT em 2016, um Programa de Avaliação Educacional instituído na rede estadual de ensino de Mato Grosso, com o objetivo de contribuir e fundamentar a tomada de decisão, para a implementação de políticas públicas para a Educação Básica, bem como para acompanhar e monitorar a prática da gestão administrativa e pedagógica implementada nas unidades escolares da rede pública estadual de ensino. (Avalia MT, 2021, p.22-23).

Assim sendo, a proposta avaliativa implantada nos quatro módulos do Avalia MT se apresenta da seguinte maneira:

Quadro 19- Níveis de Avaliação Educacional e Módulos do Programa Avalia/MT

Níveis da Avaliação Educacional	AVALIAMT
Avaliação Institucional (interna)	Módulo I: Diagnóstico da Realidade Escolar e Reelaboração do Projeto Político Pedagógico
Avaliação do Desempenho (externa)	Módulo: II- Avaliação de Desempenho Profissional III- A Avaliação de Desempenho da Equipe Gestora
Avaliação para as aprendizagens (interna e externa)	Módulo IV-Avaliação da aprendizagem.

Fonte: Avalia MT, 2021

Desse modo, em 2020, a avaliação da aprendizagem do Programa Avalia MT, ocorreu a partir da aplicação da Avaliação de Referência (ADR1), em toda a rede estadual, e foram avaliados os componentes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), nas seguintes turmas (1º ao 9º ano) do Ensino Fundamental II e (1º ao 3º ano) do Ensino Médio. No primeiro semestre de 2021, o Avalia MT, firmou parceria com a Universidade Federal de Juiz de Fora por meio da Fundação CAEd, para aplicar a Avaliação Diagnóstica. Houve um diferencial no formato das provas, variação das turmas selecionadas e disciplinas. As avaliações foram de duas maneiras digital e impresso, e foram avaliados os estudantes matriculados do 2º ao 8º ano do Ensino Fundamental I e II e 1º e 3º ano do Ensino Médio, apenas nas disciplinas de Língua Portuguesa

e Matemática. De 2017 a 2021 as avaliações da aprendizagem em larga escala apresentaram os seguintes estudantes avaliados:

Quadro 20 - Quantitativos de avaliações aplicadas nas escolas estaduais de Mato Grosso:

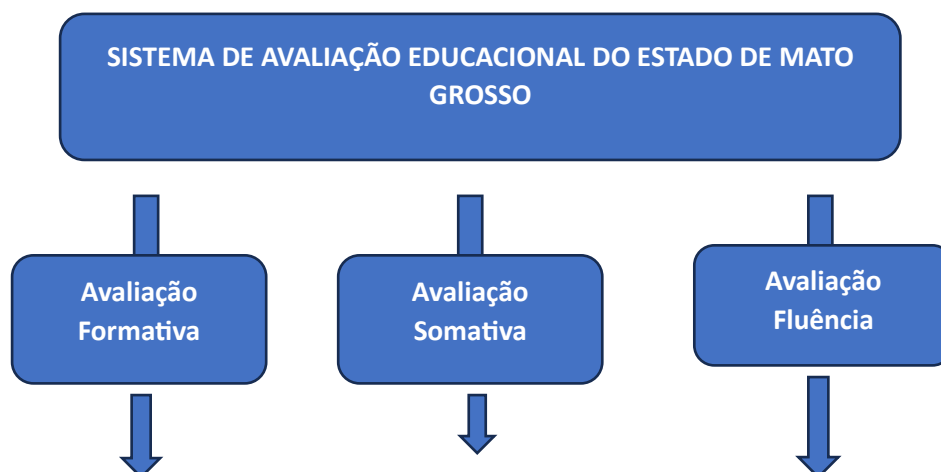
ANO	ETAPA/FASE	ATENDIMENTO
2017	5º e 9º ano EF; 3º ano EM	607 escolas estaduais em 141 municípios
2018	4º e 8º ano EF; 2º ano EM	427 escolas estaduais em 141 municípios
2019	5º e 9º ano EF; 3º ano EM	640 escolas estaduais em 141 municípios
2020	2º, 4º e 8º ano EF; 2º ano EM	596 escolas estaduais em 141 municípios
2021	2º ao 9º ano EF; 1º ao 3º ano EM	596 em sistematização

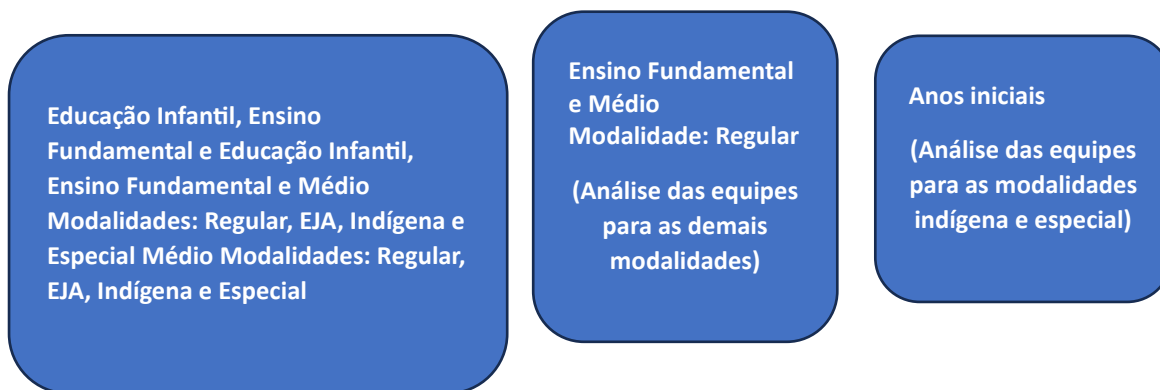
Fonte: Avalia MT (2021).

Diante do exposto, em que a busca da tão sonhada educação de qualidade, observamos que as avaliações externas aplicadas na rede pública de ensino de Mato Grosso, alinhou-se com as parcerias privadas com intuito de melhorar o índice do IDEB, e nesse sentido, lançar o estado entre as melhores posições do ranking nacional. Haja visto, que uma suposta qualidade da educação está sendo mensurada apenas por avaliações externas. Nesse interim:

a proposta do Sistema de Avaliação Educacional de Mato Grosso, baseia-se na triangulação da avaliação (aprendizagem, regime de colaboração e intervenção pedagógica), com a proposta de favorecer a elaboração, reformulação e orientação de políticas públicas eficientes, bem como, disponibilizar os dados coletados nas avaliações para as unidades escolares. Para tanto, esse sistema também objetivo atender um dos componentes do Programa Alfabetiza MT, o Prêmio Educa MT, que visa incentivar 200 escolas da rede pública do estado com apoio financeiro. Desse modo, o Avalia MT, contempla as avaliações formativas, somativa e fluência. (Avalia MT, 2021, p. 26).

A figura nº 2 representa o Sistema de Avaliação de Mato Grosso, apresentando as etapas e modalidades:





Apresentaremos de forma breve as principais características das avaliações, conforme quadro abaixo:

Quadro 21- Tipos de avaliações aplicadas na rede estadual de ensino de Mato Grosso

Avaliações	Principais Características
Avaliação Formativa	A avaliação formativa possibilita verificar o nível de aprendizado dos estudantes e, a partir dos resultados, elaborar políticas públicas para superação das dificuldades encontradas, sobretudo subsidiar o trabalho desempenhado pelos professores junto aos estudantes para decisões sobre os atos pedagógicos.
Avaliação Somativa	A avaliação somativa tem como objetivo diagnosticar e monitorar o desempenho escolar ao final de etapas de escolarização, apontando para as necessidades de intervenção pedagógica por unidade escolar. Além disso, os resultados da avaliação somativa serão insumos para a construção de indicadores educacionais produzidos por estudantes, turma, escola, instância regional e município, possibilitando assim, o monitoramento do desempenho dos estudantes ao longo do percurso de escolarização da Educação Básica, haja vista a melhoria da qualidade da educação pública ofertada na rede pública e a promoção da equidade da educação.
Avaliação Fluência	A avaliação de fluência objetiva aferir a capacidade dos estudantes, especialmente os matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental, em lerem conjuntos de palavras dicionarizadas e palavras inventadas (chamadas pseudopalavras), de forma isolada com velocidade e precisão, em um tempo determinado, além de pequenos textos

	narrativos, em relação aos quais poderão responder algumas perguntas.
--	---

Fonte: Adaptado do Avalia MT (2021).

Quanto a análise e utilização dos resultados para o processo de avaliação permanente das aprendizagens dos estudantes, a política de avaliação educacional do estado de Mato Grosso considerará como parâmetros:

a responsabilidade social com a qualidade da educação básica pública ofertada para a sociedade, o reconhecimento da diversidade do sistema e o respeito à identidade, à missão e à história das instituições. Os parâmetros estão expressos nos documentos normativos oficiais: BNCC (2017) DRC-MT (2018), a Lei nº 11.701/2019, Plano Plurianual para o quadriênio 2020-2023, no Projeto Político Pedagógico da escola, no plano de ensino e no plano de aula do professor. (Avalia MT, 2021, p.32).

Essa seara mercadológica operando no campo educacional, em que a relação do setor público com o privado se intensifica, nota-se que os efeitos dessas políticas estenderam-se para toda a educação em seus diversos níveis (Educação Básica ou superior); reconfigurando sua finalidade, com o propósito de se aproximarem de métodos e práticas de mercado, que segundo Hypolito (2011, p.04) “como atividades lucrativa e mercadológica”, tudo passa a seguir as regras do mercado na forma de “privatização, terceirização de serviços”, dando ênfase, portanto, a uma relação de quase-mercado (Silva, 2019).

Diante desse fato, Souza (2010, p. 29-31) elucida em sua pesquisa que o quase-mercado na educação pública brasileira, apoiada nas discussões sobre “mercantilização ou mercadorização da educação”, chamou-nos a atenção, pelas importantes contribuições à compreensão de práticas mercadológicas no campo da educação. Nesse âmbito, teóricos como Whitty e Power (2002) afirmam “quase-mercado se revelava pela nova relação entre o ofertante do serviço, o cliente e o fornecedor”. Portanto, para Afonso (2013),

políticas avaliativas são estreitamente articuladas com o exercício do controle social por parte do Estado, pode igualmente ser referenciada à primeira fase do Estado-avaliador a introdução de mecanismos de accountability baseados em testes standardizados de alto impacto e em rankings escolares, indutores de formas autoritárias de prestação de contas e de responsabilização das instituições, organizações e indivíduos. (Afonso, 2013, p. 272).

Parafraseando o autor, compreendemos que as avaliações no âmbito nacional ou internacional indicam qual caminho seguir, e desse modo, reformulam políticas educativas reorientadas em função desse objetivo, e nesse aspecto a consequência é o aumento da competitividade e a elevação dos padrões de vida daí decorrentes. (Afonso, 2013, p.277). Desse modo, os resultados obtidos a partir de diagnósticos de avaliação, no sentido de observar a qualidade escolar, seria o elemento central do controle desse espaço, e nesse sentido, leva em consideração ajustes e soluções que ficariam sobre a responsabilidade da própria escola. A literatura sinaliza que é um quadro perverso do quase-mercado, impulsionando pela competitividade (ranking) entre escola de uma mesma rede, fortalecendo inclusive a desigualdade. (Silva, 2019, p. 58).

Pesquisas comprovam que as políticas educacionais estão sendo reconfiguradas por meio de políticas neoliberais, gerencialistas e performativas, além disso, parcerias públicas – privadas atreladas às intenções de reforma do Estado, instituem políticas de resultados, com foco em avaliações padronizadas e com intervenções nas práticas pedagógicas, com isso, há interpelações sobre a gestão, o currículo e trabalho docente.

4.2 Organização e funcionamento da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso e Órgãos Gestores "Descentralizados"

No início de 2019 a Secretaria de Educação³⁶ apresenta uma proposta da nova estrutura organizacional que passou de nove secretarias para quatro, diminuindo as superintendências e coordenadorias, em que a Secretaria contou apenas com as secretarias: Adjunta de Gestão Educacional; Executiva; Administração Sistêmica e Gestão de Pessoas da Educação. Diante dessa nova reestruturação um projeto de lei foi encaminhado à Assembleia Legislativa de Mato Grosso para desmembrar da SEDUC/MT as Secretarias de Cultura, Esporte e Lazer- (SECEL).

Atualmente, a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC/MT) é organizada em várias unidades e setores, cada um com suas próprias responsabilidades e funções. Nesse âmbito a SEDUC-MT desempenha o cumprimento das políticas estaduais de

³⁶ Em janeiro de 2019, a SEDUC/MT apresenta projeto de reestruturação na pasta educacional, através da Lei Complementar nº 612 de 28 de janeiro de 2019, dispondo sobre a Organização Administrativa do Poder Executivo. Nesse ano a secretária que respondia pela pasta era Marioneide Kliemaschewsk que propôs o projeto de desmembramento da SEDUC das Secretarias de Cultura, Esporte e Lazer. Link de acesso: <https://www3.seduc.mt.gov.br/r/-/11118901-secretaria-apresenta-proposta-da-nova-estrutura-organizacional-da-seduc>. Consulta realizado em: 13 de out. de 2023.

educação. Sua missão é garantir à sociedade uma educação com qualidade social, que proporcione ao aluno a aquisição de conhecimentos historicamente acumulados, competência e formação de valores, conquistados em um ambiente democrático e de valorização humana.

A estrutura organizacional da SEDUC/MT inclui a Secretaria Adjunta Executiva, a Unidade de Cerimonial, a Unidade Jurídica, a Unidade de Ouvidoria Setorial, o Microplanejamento, a Unidade de Monitoramento de Resultados e Projetos Estratégicos, a Unidade Setorial de Controle Interno (UNISECI), a Superintendência de Tecnologia da Informação, a Coordenadoria de Projetos e Soluções de Infraestrutura e TI, o Núcleo de Análise e Desenvolvimento de Soluções de Infraestrutura de TI, o Núcleo de Inteligência, o Núcleo de Suporte Técnico de TI, o Núcleo de Tecnologias Educacionais, o Núcleo de Serviços de TI, a Secretaria Adjunta de Gestão de Pessoas, a Unidade Executiva e de Negócio da Gestão de Pessoas, a Unidade de Normas da Gestão de Pessoas, a Superintendência de Provimento e Movimentação, a Superintendência de Desenvolvimento, Aplicação, Saúde e Segurança, e a Superintendência de Monitoramento e Folha de Pagamento. Nesse sentido o decreto:

dispõe sobre a Estrutura Organizacional da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, a redistribuição de cargos em comissão e funções de confiança. No Art. 2º expõe a aprovação da Estrutura Organizacional da Secretaria de Estado de Educação SEDUC/MT, de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº 13, de 16 de janeiro de 1992, Lei Complementar nº 264, de 28 de dezembro de 2006, Lei Complementar nº 266, de 29 de dezembro de 2006, Lei Complementar nº 506, de 11 de setembro de 2013, Lei Complementar nº 612, de 28 de janeiro de 2019, Lei Complementar nº 662, de 14 de maio de 2020 e Lei nº 11.668, de 11 de janeiro de 2022. (Decreto Nº 1.258, de 18 de janeiro de 2022).

Desse modo, o Decreto no seu Art. 3º apresenta que a Estrutura Organizacional da Secretaria compreende as seguintes unidades administrativas:

Quadro 22 - Estrutura Organizacional da SEDUC/MT

I - NÍVEL DE DECISÃO COLEGIADA	1. Conselho Estadual de Educação 1.1. Secretaria do Conselho 1.2. Coordenadoria de Apoio às Câmaras 1.2.1. Câmara de Educação Básica 1.2.2. Câmara de Educação Profissional e Ensino Superior 1.3. Coordenadoria de Suporte Operacional 2. Colégio Diretivo Estratégico 3. Colégio de Avaliação das Estratégias 4. Comitês Setoriais
II - NÍVEL DE DIREÇÃO SUPERIOR	1. Gabinete do Secretário de Estado de Educação 1.1. Gabinete do Secretário Adjunto Executivo

	<p>1.2. Gabinete do Secretário Adjunto de Gestão de Pessoas</p> <p>1.3. Gabinete do Secretário Adjunto de Infraestrutura e Patrimônio</p> <p>1.4. Gabinete do Secretário Adjunto de Administração Sistêmica</p> <p>1.5. Gabinete do Secretário Adjunto de Gestão Educacional</p> <p>1.6. Gabinete do Secretário Adjunto de Gestão Regional</p>
III - NÍVEL DE APOIO ESTRATÉGICO ESPECIALIZADO	<p>1. Unidade de Cerimonial</p> <p>2. Unidade de Comunicação da Educação</p> <p>3. Unidade Especial de Articulação Institucional</p> <p>4. Núcleo de Gestão Estratégica para Resultados - NGER</p> <p>5. Comissão de Ética</p> <p>6. Ouvidoria Setorial</p> <p>7. Unidade Setorial de Correição</p> <p>8. Unidade Setorial de Controle Interno – UNISECI</p> <p>9. Unidade Jurídica</p> <p>10. Unidade de Microplanejamento</p> <p>11. Unidade Executiva e de Negócio da Gestão de Pessoas</p> <p>12. Unidade de Normas da Gestão de Pessoas</p> <p>13. Unidade Executiva e de Negócio da Administração Sistêmica</p> <p>14. Unidade de Normas da Administração Sistêmica</p> <p>15. Unidade Executiva e de Negócio da Infraestrutura e Patrimônio</p> <p>16. Unidade de Normas da Infraestrutura e Patrimônio</p> <p>17. Unidade Executiva e de Negócio da Gestão Educacional</p> <p>18. Unidade de Normas da Gestão Educacional</p> <p>19. Unidade de Cenários da Gestão Educacional</p> <p>20. Unidade de Políticas de Formação Continuada</p> <p>21. Unidade Executiva e de Negócio da Gestão Regional</p> <p>22. Unidade de Normas da Gestão Regional</p> <p>23. Unidade de Cenários da Gestão Regional</p> <p>24. Unidade de Monitoramento de Resultados e Projetos Estratégicos</p>
IV - NÍVEL DE ASSESSORAMENTO SUPERIOR	<p>1. Gabinete de Direção</p> <p>2. Unidade de Assessoria</p>
V - NÍVEL DE ADMINISTRAÇÃO SISTÊMICA	<p>1. Superintendência de Provimento e Movimentação</p> <p>1.1. Coordenadoria de Provimento</p> <p>1.1.1. Núcleo de Recrutamento e Seleção</p> <p>1.1.2. Núcleo de Quadro, Manutenção e Indicadores de Pessoal</p>

	<ul style="list-style-type: none">1.2. Coordenadoria de Movimentação2. Superintendência de Desenvolvimento, Aplicação, Saúde e Segurança<ul style="list-style-type: none">2.1. Coordenadoria de Aplicação e Vida Funcional<ul style="list-style-type: none">2.1.1. Núcleo de Progressão e Enquadramento Funcional2.1.2. Núcleo de Informação da Vida Funcional2.2. Coordenadoria de Desenvolvimento<ul style="list-style-type: none">2.2.1. Núcleo de Desenvolvimento Profissional2.2.2. Núcleo de Monitoramento da Formação2.3. Coordenadoria de Saúde e Segurança3. Superintendência de Monitoramento e Folha de Pagamento<ul style="list-style-type: none">3.1. Núcleo de Controle de Despesas de Pessoal3.2. Núcleo de Conformidade da Folha3.3. Núcleo de Monitoramento3.4. Núcleo de Gestão da Assiduidade4. Superintendência de Aquisições e Contratos<ul style="list-style-type: none">4.1. Coordenadoria de Gestão de Aquisições<ul style="list-style-type: none">4.1.1. Núcleo de Editais e Registro de Preços4.1.2. Núcleo de Controle dos Processos de Aquisições4.2. Coordenadoria de Gestão de Contratos<ul style="list-style-type: none">4.2.1. Núcleo de Contratos de Locação4.2.2. Núcleo de Contratos de Obras4.2.3. Núcleo de Contratos de Serviços5. Superintendência de Finanças<ul style="list-style-type: none">5.1. Coordenadoria de Execução Orçamentária<ul style="list-style-type: none">5.1.1. Núcleo de Monitoramento da Execução Orçamentária5.2. Coordenadoria Financeira<ul style="list-style-type: none">5.2.1. Núcleo de Receita5.2.2. Núcleo de Despesa5.2.3. Núcleo de Conformidade5.3. Coordenadoria Contábil<ul style="list-style-type: none">5.3.1. Gerência de Informações e Conformidade Contábil6. Superintendência de Convênios e Prestação de Contas<ul style="list-style-type: none">6.1. Coordenadoria de Convênios e Prestação de Contas<ul style="list-style-type: none">6.1.1. Núcleo de Convênios de Ingresso6.1.2. Núcleo de Convênios de Descentralização6.1.3. Núcleo de Prestação de Contas7. Superintendência de Serviços<ul style="list-style-type: none">7.1. Coordenadoria de Alimentação Escolar<ul style="list-style-type: none">7.1.1. Núcleo de Monitoramento Nutricional7.2. Gerência de Protocolo<ul style="list-style-type: none">7.2.1. Núcleo de Malotes7.2.2. Núcleo de Atendimento7.2.3. Núcleo de Cadastramento
--	---

	<p>7.3. Gerência de Arquivo Central</p> <p>7.3.1. Núcleo de Arquivos das Escolas Extintas</p> <p>7.3.2. Núcleo de Arquivos de Gestão de Pessoas</p> <p>7.3.3. Núcleo de Arquivos Administrativos</p> <p>7.3.4. Núcleo de Arquivos Permanentes</p> <p>7.4. Coordenadoria Transporte</p> <p>7.4.1. Núcleo de Transporte Escolar</p> <p>7.4.2. Núcleo de Frotas</p> <p>7.5. Núcleo de Serviços Gerais</p> <p>8. Superintendência de Tecnologia da Informação</p> <p>8.1. Coordenadoria de Projetos e Soluções de TI</p> <p>8.1.1. Núcleo de Análise e Desenvolvimento de Soluções de TI</p> <p>8.1.2. Núcleo de Inteligência de Negócio</p> <p>8.1.3. Núcleo de Tecnologias Educacionais</p> <p>8.2. Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços de TI</p> <p>8.3. Núcleo de Infraestrutura de TI</p> <p>8.4. Núcleo de Suporte Técnico de TI</p> <p>8.5. Núcleo de Serviços de TI</p> <p>9. Superintendência de Obras</p> <p>9.1. Coordenadoria de Planejamento de Obras</p> <p>9.1.1. Núcleo de Análise</p> <p>9.1.2. Núcleo de Desenvolvimento de Projetos</p> <p>9.2. Coordenadoria de Execução de Obras</p> <p>9.2.1. Núcleo de Fiscalização</p> <p>9.2.2. Núcleo de Manutenção</p> <p>10. Superintendência de Patrimônio</p> <p>10.1. Coordenadoria de Patrimônio Mobiliário e Materiais</p> <p>10.1.1. Núcleo de Patrimônio Mobiliário</p> <p>10.1.2. Núcleo de Almoxarifado</p> <p>10.2. Coordenadoria de Patrimônio Imobiliário</p>
<p>VI - NÍVEL DE EXECUÇÃO PROGRAMÁTICA</p>	<p>1. Superintendência de Educação Básica</p> <p>1.1. Coordenadoria de Ensino Fundamental e Educação Infantil</p> <p>1.2. Coordenadoria de Ensino Médio</p> <p>1.3. Coordenadoria de Avaliação da Educação Básica</p> <p>1.3.1. Núcleo de Exames Certificadores</p> <p>1.3.2. Núcleo de Implementação do Alfabetiza – MT</p> <p>1.4. Coordenadoria de Educação de Jovens e Adultos</p> <p>1.4.1. Núcleo de Educação Socioeducativo e Prisional</p> <p>2. Superintendência de Diversidades</p> <p>2.1. Coordenadoria de Educação Especial</p> <p>2.1.1. Centro de Apoio e Suporte à Inclusão da Educação Especial – CASIES</p> <p>2.1.2. Núcleo de Gestão das Escolas Especializadas</p> <p>2.1.3. Núcleo de Classe Hospitalar e Domiciliar</p> <p>2.2. Coordenadoria de Educação Escolar Indígena</p> <p>2.2.1. Núcleo Didático Pedagógico Indígenas</p>

	2.2.2. Núcleo de Gestão das Escolas Indígenas 2.3. Coordenadoria de Educação no Campo e Quilombola 2.3.1. Núcleo Didático Pedagógico Campo e Quilombola 2.3.2. Núcleo de Gestão das Escolas Campo e Quilombola 3. Superintendência Relacionamento Escolar 3.1. Coordenadoria de Gestão da Rede 3.1.1 Núcleo de Dados e Informações Estatísticas 3.1.2. Núcleo de Estrutura e Funcionamento de Ensino 3.1.3. Núcleo de Mediação Escolar 4. Superintendência de Gestão de Diretorias Regionais de Educação 4.1. Núcleo de Aplicação das Normas e Escrituração Escolar 4.2. Núcleo de Gestão de Repasses 5. Coordenadoria de Escolas Militares 5.1. Núcleo de Escolas Estaduais Militares 5.2. Núcleo de Escolas Cívico-Militares 5.3. Núcleo de Escolas Estaduais Dom Pedro II - Corpo de Bombeiros Militar
--	---

Fonte: Adaptado do Decreto nº 1.258/2022.

Notamos que o Decreto supracitado, apresenta a Estrutura Organizacional da SEDUC/MT em seis níveis de decisão colegiada que estão subdivididas em: Conselhos, Gabinete, Unidades, Superintendência, Coordenadorias e Núcleos, como notamos no quadro acima. O VII nível que reporta sobre a Administração Regionalizada e Desconcentrada iremos apresentar em outro quadro por fins de organização e melhor compreensão, haja visto que as DREs são organizadas por polos regionais.

1. Diretoria Regional de Educação de Cuiabá	Diretoria Adjunta Regional de Cuiabá
2. Diretoria Regional de Educação de Várzea Grande	Diretoria Adjunta Regional de Várzea Grande
3. Diretoria Regional de Educação de Rondonópolis	Diretoria Adjunta Regional de Rondonópolis
4. Diretoria Regional de Educação de Sinop	Diretoria Adjunta Regional de Sinop
5. Diretoria Regional de Educação de Barra do Garças	Diretoria Adjunta Regional de Barra do Garças
6. Diretoria Regional de Educação de Cáceres	Diretoria Adjunta Regional de Cáceres
7. Diretoria Regional de Educação de Confresa	Diretoria Adjunta Regional de Confresa
8. Diretoria Regional de Educação de Diamantino	Diretoria Adjunta Regional de Diamantino

9. Diretoria Regional de Educação de Juína	Diretoria Adjunta Regional de Juína
10. Diretoria Regional de Educação de Primavera do Leste	Diretoria Adjunta Regional de Primavera
11. Diretoria Regional de Educação de Tangará da Serra	Diretoria Adjunta Regional de Tangará da Serra
12. Diretoria Regional de Educação de Alta Floresta	Diretoria Adjunta Regional de Alta Floresta
13. Diretoria Regional de Educação de Matupá	Diretoria Adjunta Regional de Matupá
14. Diretoria Regional de Educação de Pontes e Lacerda	Diretoria Adjunta Regional de Pontes e Lacerda
15. Diretoria Regional de Educação de Querência	Diretoria Adjunta Regional de Querência

Fonte: Elaborado pela autora com base no Decreto nº1.259/2022.

Assim notamos que Todas as Diretorias possuem as seguintes Coordenadorias: Coordenadoria de Formação Continuada; Coordenadoria de Gestão Pedagógica; Coordenadoria de Gestão Escolar e de Rede; Coordenadoria Administrativa e Financeira; Coordenadoria de Gestão de Pessoas e Coordenadoria de Infraestrutura, Patrimônio e TI. Nesse cenário de mudanças na política pública do estado, ressaltamos que por decisão política o Decreto nº 1.259/2022, extinguiu os Centros de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica de Mato Grosso- CEFAPROS criados desde 1996 com a finalidade de auxiliar os professores da rede pública de ensino a refletirem sobre suas práticas docentes, dando foco a formação continuada do professor. Foi substituído pelas DREs para atender a nova lógica de construção das políticas e programas de viés mercadológicos da SEDUC/MT.

Compreendemos que as DREs são estruturadas em quinze diretorias que respondem por determinados municípios apresentados no quadro acima. Desse modo, cada DREs tem uma Coordenadoria de Formação Continuada, uma de Gestão Pedagógica, Escolar e de Rede, uma Coordenadoria de Administração Financeira, de Gestão de Pessoas, Infraestrutura, Patrimônio e TI. Abaixo apresentaremos um quadro que faz parte do Anexo III do Decreto 1.259/2022 que apresenta as funções de confiança de dedicação exclusiva dos servidores da rede pública de ensino de Mato Grosso:

A Estrutura Organizacional da SEDUC/MT, se apresenta com seis secretarias e um Gabinete do Secretário de Estado de Educação. São elas: Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica; Secretaria Adjunta de Gestão de Pessoas; Secretaria Adjunta Executiva; Secretaria Adjunta de Gestão Educacional, Secretaria de Infraestrutura e Patrimônio e Secretaria Adjunta de Gestão Regional (Decreto nº 282/2022).

É importante analisar as alterações na estrutura da SEDUC/MT a partir do Decreto 282 de maio de 2023, no sentido de compreender as influências do setor privado na reestruturação de coordenações e DREs da SEDUC-MT, conforme descrito e analisado. O decreto nº 1.258, de 18 de janeiro de 2022, dispõe sobre a Estrutura Organizacional da Secretaria e a redistribuição de cargos em comissão e funções de confiança. No seu Art. 1º a SEDUC compete propor e executar políticas públicas voltadas à Educação Básica assegurando ao estudante o desenvolvimento de capacidades e a construção de conhecimentos para a formação de valores humanos na conquista da cidadania. No seu art. 2º fica aprovada a Estrutura Organizacional da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº 13, de 16 de janeiro de 1992, Lei Complementar nº 264, de 28 de dezembro de 2006, Lei Complementar nº 266, de 29 de dezembro de 2006, Lei Complementar nº 506, de 11 de setembro de 2013, Lei Complementar nº 612, de 28 de janeiro de 2019, Lei Complementar nº 662, de 14 de maio de 2020 e Lei nº 11.668, de 11 de janeiro de 2022.

Como mencionamos anteriormente o CEFAPRO, hoje destituído pelo ³⁷Decreto nº 823/2021, dispõe sobre a criação e estruturação das Regionais de Educação no âmbito da Secretaria, e o processo de transição administrativa. Esse decreto transforma os CEFAPROS em DREs. Segundo a Lei nº 11.668/2022 que institui as DREs com visão de melhorar o processo de articulação técnica e educacional com os municípios. A Secretaria informa que ³⁸“As 15 unidades do CEFAPRI terão um redesenho para aprimorar a gestão e os serviços oferecidos a partir de 2021, e para essa atualização foi montado uma equipe de colaboradores”. Consideramos esse processo como reforma do governo para a implantação das DREs, que apresentam objetivos de alcançar metas embasados nas avaliações externas e a elevação dos índices do IDEB na rede estadual de Mato Grosso. Nesse interim os antigos CEFAPROS tem como objetivo³⁹ trabalhar com os profissionais da educação focando na formação continuada dos professores com intuito de construir e reestruturar os planos pedagógicos de ensino e

³⁷ Decreto 823 2021 de Mato Grosso MT (leisestaduais.com.br). Acesso em: 01/12/2023

³⁸ SEDUC. Acesso em:01/12/2023

³⁹ SEDUC. Acesso em 01/12/2023

alcançar melhor resultados na rede estadual. No total eram 15 polos regionais que compreendia todo o estado.

Desse modo a estrutura e organização da Secretaria modificou trazendo novas propostas de gestão educacional, administrativa, técnicas, pedagógica e curricular dentro das escolas. Portanto, a estrutura organizacional da Secretaria é definida por vários decretos, dentre eles citamos o Decreto nº 1.258 de 18 de janeiro de 2022, dispõe sobre a Estrutura Organizacional da SEDUC/MT, tanto como a redistribuição de cargos em comissão e funções de confiança citados acima. Desde então, a nova reestruturação criou as Diretorias Regionais de Educação- (DREs), a partir do Decreto nº 1.293 de 15 de fevereiro de 2022 no 1º Art. regulamentando a Lei nº 11.668, de 11 de janeiro de 2022 - instituindo no âmbito da Secretaria de Mato Grosso as diretorias regionais que funcionam como uma estrutura intermediária entre o órgão central e as unidades escolares. E desse modo ficam instituídos no âmbito da Secretaria as seguintes DREs de Educação:

Consequente, o segundo parágrafo da Lei nº 11.668/2022, dispõe que as DREs são estruturas organizacionais que atuarão em instanciar intermediária subordinadas à SEDUC, cuja missão é gerir a implantação, o monitoramento e a avaliação da política educacional da educação básica, nas unidades escolares jurisdicionadas, assegurando o acesso, a permanência e a aprendizagem dos estudantes, competindo-lhes:

- I- Garantir o desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem de acordo com as políticas educacionais e nacionais;
- II- Garantir o desenvolvimento da política de formação dos profissionais da educação no âmbito da rede estadual e redes municipais parceiras;
- III- Executar os processos de gestão administrativa, financeira, patrimonial e de gestão de pessoas descentralizadas pelo órgão central da Secretaria de Estado de Educação;
- IV- Acompanhar os processos de execução das políticas educacionais, políticas de formação e de gestão prestando suporte presencial e remoto às unidades de ensino;
- V- Sugerir alterações nas políticas educacionais, de formação e de gestão, objetivando sempre a melhoria e o avanço da qualidade da educação;
- VI- Monitorar e consolidar os dados referentes aos indicadores de aprendizagem e o desenvolvimento escolar das escolas no âmbito de sua circunscrição;
- VII- Promover, apoiar e acompanhar o processo de implantação do regime de colaboração com os municípios.

O Art. 2º da lei também institui os Núcleos Regionais de Educação (NREs), vinculados às DREs, conforme quadro abaixo apresenta a relação dos municípios a serem atendidos pelos Núcleos Regionais de Educação:

Quadro 23 - Apresentação das Diretorias Regionais de Mato Grosso e seus respectivos núcleos de atendimento.

I-Diretoria Regional de Educação de Alta Floresta	a) Núcleo Regional de Educação de Apiacás.
II-Diretoria Regional de Educação de Barra do Garças:	a) Núcleo Regional de Educação de General Carneiro; b) Núcleo Regional de Educação de Campinápolis.
III-Diretoria Regional de Educação de Confresa:	a) Núcleo Regional de Educação de Santa Terezinha; b) Núcleo Regional de Educação de São José do Araguaia; c) Núcleo Regional de Educação de São José do Xingu.
IV-Diretoria Regional de Educação de Diamantino:	a) Núcleo Regional de Nova Mutum.
V-Diretoria Regional de Educação de Juína:	a) Núcleo Regional de Educação de Aripuanã; b) Núcleo Regional de Educação de Cotriguaçu; c) Núcleo Regional de Educação de Brasnorte; d) Núcleo Regional de Educação de Juara; e) Núcleo Regional de Educação de Colniza.
VI-Diretoria Regional de Educação de Pontes e Lacerda:	a) Núcleo Regional de Educação de Comodoro; b) Núcleo Regional de Educação de Rondolândia.
VII-Diretoria Regional de Educação de Primavera do Leste:	a) Núcleo Regional de Educação de Gaúcha do Norte; b) Núcleo Regional de Educação de Paranatinga.
VIII-Diretoria Regional de Educação de Querência:	a) Núcleo Regional de Educação de Água Boa; b) Núcleo Regional de Educação de Canarina.

IX- Diretoria Regional de Educação de Rondonópolis:	a) Núcleo Regional de Educação de Alto Araguaia.
X-Diretoria Regional de Educação de Sinop:	a) Núcleo Regional de Educação de Colíder; b) Núcleo Regional de Educação de Lucas do Rio Verde.
XI- Diretoria Regional de Educação de Tangará da Serra:	a) Núcleo Regional de Educação de Campo Novo do Parecis.

Fonte: Adaptado da Lei nº 11.668, de 11 de janeiro de 2022, que institui as Diretorias Regionais de Educação - DREs no âmbito da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso – SEDUC.

O documento no seu Art. 3º afirma que as DREs passarão por avaliação de resultados anual, em que no primeiro parágrafo reza que os gestores das DREs, dos NRE, os membros das Diretorias dos Conselhos Deliberativos e membros dos Conselhos Fiscais, deverão passar por formação oferecidas pela SEDUC semestralmente. Já no seu Art. 4º a lei expõe sobre o quadro de pessoal:

O quadro de pessoal permanente será formado gradativamente considerando o plano de descentralização dos processos de trabalho para as DREs. §1º A quantidade de servidores do quadro de pessoal será definida com base na demanda de trabalho, devendo ser considerado prioritariamente: I - a quantidade de municípios; II - a quantidade de escolas; III - a quantidade de estudantes atendidos; e IV - a projeção de crescimento populacional para o município. (Lei nº 11.668, de 11 de janeiro de 2022).

E complementa no Art. 6º que os servidores do quadro permanente e temporário das DREs passarão por avaliação de desempenho anual. As DREs serão constituídas sob a forma de associações sem fins lucrativos, de interesse público, com a finalidade de administrar os recursos financeiros transferidos pela Secretaria de Estado de Educação, necessários à manutenção e conservação do quadro de pessoal, da estrutura física e operacional das Diretorias. Nesse aspecto são órgãos obrigatórios das DREs os Conselhos Deliberativo e Fiscal. No seu art. 8º a lei institui o Conselho Deliberativo da Diretoria Regional de Educação no qual será constituído por profissionais da educação da SEDUC, servidores lotados nas DREs e Diretores das unidades escolares da circunscrição das DREs. (Art. 7º e 8º da Lei nº 11.668/2022). Assim compete ao Conselho Deliberativo da DREs:

I - Analisar as propostas de orçamentos para aquisições de materiais de consumo, bens permanentes e contratação de serviços de terceiros;

II - Deliberar sobre o pagamento de despesas com deslocamento, hospedagem e alimentação da equipe gestora e servidores da DRE para ações nos municípios pertencentes ao polo;

III - deliberar sobre a contratação de serviços e aquisições para a DRE, observando a aplicação da legislação vigente;

IV - Divulgar as atividades realizadas pelo Conselho;

V - Planejar e executar os recursos financeiros transferidos pela SEDUC de acordo com o orçamento anual;

VI - Deliberar sobre aplicação e movimentação dos recursos;

VII - encaminhar ao Conselho Fiscal o balanço e o relatório antes de submetê-los à apreciação da assembleia geral;

VIII - prestar contas dos recursos que forem repassados à DRE.

Já no Art. 10 da Lei nº 11.668/ 2022 são órgãos consultivos e deliberativos das DREs: a Assembleia Geral, a Diretoria do Conselho Deliberativo da DRE e o Conselho Fiscal. O Art. 11 descreve as atribuições da Assembleia Geral, que é conhecer o balanço financeiro do planejamento estratégico, deliberando sobre os mesmos e aprovar alteração do Estatuto. Quanto as reuniões serão realizadas semestralmente durante o ano. Apresentaremos a composição e atribuições do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal no quadro abaixo:

Quadro 24 - Composição e atribuições do Conselho Deliberativo e Fiscal de uma DRE:

Conselho Deliberativo	Conselho Fiscal
<p>I - 1 (um) membro titular e 1 (um) membro suplente, escolhidos entre servidores de carreira, representando a SEDUC;</p> <p>II - 1 (um) membro titular, o Diretor da DRE, e 1 (um) suplente, o Diretor Adjunto, representando a DRE;</p> <p>III - 1 (um) titular e 1 (um) suplente, escolhidos pelos seus pares, representando os servidores do quadro permanente da DRE;</p> <p>IV - 1 (um) Diretor escolar - titular e 1 (um) Diretor escolar - suplente, escolhidos pelos seus pares, representando as unidades de ensino jurisdicionadas.</p>	<p>I - 2 (dois) membros titulares e 2 (dois) membros suplentes escolhidos entre servidores de carreira, representando a SEDUC;</p> <p>II - 1 (um) titular e 1 (um) suplente, escolhidos pelos seus pares, representando os servidores do quadro permanente da DRE;</p> <p>III - 1 (um) Diretor escolar - titular e 1 (um) Diretor escolar - suplente, escolhidos pelos seus pares, representando as unidades de ensino jurisdicionadas</p>

Fonte: Adaptado da Lei nº 11.688/2022 dos seguintes artigos: nº 11 e 12.

O documento também institui que o mandato dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, será de 3 (três) anos, permitida uma recondução. E a eleição dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal deverá acontecer 45 (quarenta e cinco) dias antes do término de cada mandato, como expõe o artigo 13 e 14. Na seção V das considerações finais a respectiva lei no artigo nº 40 autoriza a utilização dos servidores que atuam nos extintos Centros de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica - CEFAPROs/MT e Assessorias Pedagógicas, sem a necessidade de realização de processo seletivo durante o período de transição.

Notamos o quanto a Secretaria de Educação do estado, foi modificando, reestruturando sua organização e gestão para atender a nova lógica empresarial que instalou na rede de ensino de Mato Grosso; foram decretos, leis, programas, Sistema de Ensino, ou seja, uma nova reconfiguração educacional implantada, como observamos no decorrer da pesquisa.

A Secretaria de educação apresenta um Mapa Educacional Interativo, que disponibiliza dados escolares ao público, e possibilita a visualização e busca de informações de acordo com o interesse. A visualização e exploração dos dados segundo a SEDUC/MT é realizada de forma facilitada. Foi criado pela Coordenadoria de Microplanejamento Escolar/CME no ano de 2017. Na época atual, a responsabilidade é da Unidade de Microplanejamento Escolar/SAEX que mantém este Mapa Educacional Interativo, atualizando as informações e dados escolares conforme encaminhamento da SEDUC/MT. Primeiramente a atividade da equipe foi organizar, confirmar e atualizar os dados da geolocalização das escolares estaduais, e após correlacionar com as informações das unidades escolares.

Algumas das atribuições da Unidade de Microplanejamento/SAEX está a de criar e atualizar bancos de dados para diagnóstico e planejamento da Rede de Ensino Público. Nesse aspecto as técnicas de geoprocessamento podem contribuir com o trabalho.

A possibilidade de reunir em uma mesma plataforma, informações sobre os municípios e Unidades Escolares, com diferentes fontes de dados confiáveis (IBGE, INEP, Censo Escolar, SIGEDUCA, etc.); com o acesso de forma interativa pelo usuário, podendo selecionar as informações de seu interesse e a visualização em forma de gráficos e mapas, são ações inovadoras, já adotadas por outros Estados, que servem como exemplo, pelo desenvolvimento de medidas que fornecem ao cidadão maior acesso às informações. (Organograma, Decreto nº 282 de 11 de maio de 2022).

O Decreto também afirma que foi criado um banco de dados demográficos dos 141 municípios e dados escolares das escolas estaduais do Estado de Mato Grosso, de modo que as

informações se cruzam e relacionam, com o suporte de programas de Sistema de Informações Geográficas para que possa ser utilizado a plataforma *webmapping* do Google para divulgação de informações educacionais. Para além, foram utilizadas as seguintes fontes para criar o Mapa Educacional Interativo: a) Os limites de municípios e estimativa de população (2021) foram obtidos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); b) Dados de geolocalização das escolas estaduais baseados na planilha fornecida pela SECID/MT e em informações disponíveis na SEDUC/MT; c) Dados de endereço e Matrículas Ofertadas disponíveis no Sistema SigEduca/ SEDUC/MT; d) Dados de área dos municípios disponíveis no site do Intermat/MT; e) Dados de matrícula por município disponíveis no Censo Escolar/2021.

Segundo o Mapa Interativo da SEDUC/MT o estado apresenta um total de 664 unidades escolares, distribuídas nos 141 municípios do estado, 15 DREs e 22 NRE. Nesse sentido, a rede pública estadual de ensino de Mato Grosso, conta com 133 escolas de Campo/Quilombola, onde 128 pertencem ao Campo e 05 são Quilombola. As escolas indígenas compreendem um total de 70 unidades escolares. Para as escolas urbanas a rede conta com 366 unidades escolares, em que 64 são integrais, 26 militares e 05 especial. Já as escolas de tempo integral contabilizam 80 unidades, onde 64 são da zona urbana, 10 do campo, 02 militares e 01 indígena.

A rede pública de ensino de Mato Grosso conta com um total de 792 salas anexas, sendo 586 Comunidades com Salas Anexas e 206 Sede de Salas Anexas. O documento divulga que o Mapa Educacional Interativo foi publicado e disponibilizado no dia 18 de agosto de 2023, com as informações educacionais, textuais e geolocalizadas das 664 unidades escolares dos municípios do estado de Mato Grosso, viabilizando o acesso de usuários em geral, de diferentes localidades às informações escolares atualizadas.

Para melhor compreender toda a estrutura e organização da SEDUC, e como a educação do estado está disposta, nos remetemos a elencar brevemente a história e o funcionamento do Conselho Estadual de Educação do estado e sua atribuição frente a essas novas demandas na política pública educacional de Mato Grosso.

4.3. Histórica, estrutura e funcionamento do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso

O Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso (CEE/MT) foi criado em 07 de fevereiro de 1963, através da Lei nº 1.815, em atendimento ao artigo 10 da Lei Federal nº4.024

de 20 de dezembro de 1961. (Artigo nº 01 da Lei nº 1815/1963). A princípio, era composto⁴⁰ por membros indicados e nomeados pelo Governo do Estado, pessoas essas que representavam notório saber e experiência em educação. Com a instituição da Constituição Federal de 1988 e os Movimentos Sociais e Políticos da época, o país começou a discutir os princípios democráticos e a descentralização necessária para operacionalizar e materializar a liberdade de expressão, política, diversidade étnica e religiosa. Com os resultados dessas mudanças, em 1998 a Assembleia Legislativa aprovou e o Governo do Estado sancionou a Lei Complementar nº 49/98, que garantiu a participação paritária entre o Governo e Entidades da Sociedade Civil.

O Conselho Estadual de Educação é Órgão Colegiado do Sistema Estadual de Ensino, de caráter normativo, consultivo, deliberativo e de assessoramento superior da Secretaria de Estado de Educação e Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia. Está constituído de 24 (vinte e quatro) membros titulares e seus respectivos suplentes, indicados pelo Governo do Estado e por Entidades Públicas e Privadas, observada a devida representação dos níveis de ensino e a participação de representantes de entidades públicas e privadas. (Portal do Conselho Estadual de Mato Grosso).

Desse modo, o Colegiado constitui-se em Plenário, Câmara de Educação Básica – CEB e Câmara de Educação Profissional e de Educação Superior – CEPS e Comissões, que se reúnem para estudos específicos de sua competência. As Câmaras são constituídas, cada uma, por 12 (doze) Conselheiros e respectivos suplentes. Para tanto, o mandato dos Conselheiros tem a duração de 04 (quatro) anos, renovando-se a composição do Colegiado a cada 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

Quanto história de criação do CEE/MT do estado esse passou por mudanças mantendo seu caráter normativo, deliberativo, consultivo e de assessoramento superior da SEDUC/MT. Na página oficial da Secretaria, apresenta o histórico do CEE, e expõe que esse marco descentralizador levou o Conselho a constituir Comissão Especial composta por Conselheiros e Técnicos para estudos sobre as seguintes temáticas: I- Formação Permanente; II- Legitimidade e Representatividade; III- Descentralização e Democratização; IV- Dinâmica e Funcionamento do CEE/Legislação.

Todas essas discussões resultaram no Referencial de Redimensionamento traçando as seguintes diretrizes para o cumprimento de suas ações: 1-Fortalecimento do Processo de Democratização e Descentralização; 2-Reordenamento da Dinâmica de Funcionamento; 3- Construção de uma Cultura Organizacional de Formação Permanente; e 4-Ampliação da Legitimidade e da Representatividade.

⁴⁰ [https://www.cee.mt.gov.br/história do Conselho de Educação de Mato Grosso](https://www.cee.mt.gov.br/história%20do%20Conselho%20de%20Educação%20de%20Mato%20Grosso). Acesso em: 14 de out. de 2023.

Os estudos foram produtivos, pois notaram que a educação precisa ser discutida considerando também os avanços da tecnologia e o mundo de trabalho, na práxis o centro da epistemologia das ciências e a necessidade desse novo modelo de cidadania, embasado e fortalecido pela democracia. Diante do cenário imposto, o Governo do estado, através da Lei Complementar nº 96, de 2001, cria a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITES/MT, que pela Lei Complementar nº 151, de 08 de 2004, passou a ser denominada Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia - SECITEC/MT, com o propósito de elevar a capacidade científica e tecnológica em setores estratégicos para o desenvolvimento sustentado do Estado, coordenando o Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia.

Interessante pontuar, que essas novas atribuições da SECITEC/MT, passou a inteirar o Sistema Estadual de Ensino do estado, levando o Governo a editar a Lei Complementar nº209 de 2005, que conduziu o CEE do estado a acrescentar também responsabilidades de assessorar a SECITEC e assim, com a aprovação da Lei Complementar 323 de julho de 2008 o CEE/MT passou a ser formado de 24 conselheiros. Todo esse tempo de atuação do Conselho Educacional, observamos as lutas travadas pela sociedade civil, para que esse órgão pudesse ser realmente representado de forma plural sendo composto de segmentos do Movimento Negro, educação indígena, educação especial dentre outro.

Diante dessas lutas e resistências a organização do CEE/MT até o dia 11 de abril de 2025, será de 24 (vinte e quatro) Conselheiros e seus respectivos Suplentes, e a partir do dia 12 de abril de 2025, de 20 (vinte) Conselheiros e seus respectivos Suplentes, indicados por Entidade Públicas e Privadas, e nomeadas pelo Governador do Estado, de acordo com a legislação vigente. (Decreto nº 325/2023, do 3º artigo). A composição do Conselho por entidades privadas, nos leva a refletir a influência desses setores na educação, que de certo modo, implantam sua expertise educacional na esfera pública.

O Decreto nº 325, de 31 de maio de 2023, aprova o regimento interno do CEE/MT que em seu 1º Artigo define a finalidade do Conselho:

O Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso- CEE/MT, criado pela Lei nº 1.815/1963, com fulcro na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- Lei nº 9394/1996, na Lei Complementar nº 49/1998, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 761, de 4 de maio de 2023, republicada em 19 de maio de 2023, com nova redação as Seção V, do título IV, dada pela Lei Complementar nº 209/2005, Lei Complementar nº 323/2008 e Lei Complementar nº 346/2009 e o Decreto Estadual nº 25/2019, é o órgão colegiado de caráter normativo, consultivo, deliberativo e de assessoramento superior da Secretaria de Estado e Educação- SEDUC/MT e da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação- SECITECI/MT, com representação paritária entre o Governo do Estado e entidades da sociedade civil organizada. (Decreto nº 325/2023).

Notamos o quanto o CEE/MT foi se constituindo, demonstrando sua importância como marco legal da educação. Nesse interim, o Artigo nº 2 do Decreto n 325/2023 do CEE/MT expõe sua responsabilidade quanto:

- I- participar da elaboração das políticas públicas educacionais nos níveis de Educação Básica e da Educação Superior, conjuntamente com órgãos públicos e privados que atuam nas etapas e/ou modalidades, de ensino ou os que possuam ações específicas na Educação Escolar Indígena, Educação Quilombola, Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional Técnica e Tecnológica, Educação do Campo e Educação a Distâncias;
- II- acompanhar e avaliar a execução da Política Educacional do Estado e do Plano Estadual de Educação PEE;
- III- credenciar estabelecimentos de ensino, autorizar e reconhecer cursos;
- IV- avaliar e fiscalizar a execução das políticas públicas nos níveis, etapas e/ou modalidades mencionadas no inciso I;
- V- normatizar e emitir Parecer sobre questões relativas à aplicação da legislação educacional no âmbito do Estado;
- VI- emitir Parecer sobre assuntos e questões de natureza educacional que lhe forem submetidos pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e por outras instituições;
- VII- emitir Parecer sobre assuntos da área educacional, por iniciativa de seus Conselheiros ou quando solicitado pela Secretaria de Estado de Educação e pela Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação;
- VIII- exercer as demais atribuições que a legislação federal confere aos Conselheiros Estaduais de Educação, bem como no âmbito nacional, as que são consignadas no Conselho Nacional de Educação, em relação aos Sistemas Estaduais de Ensino, no que couberem;
- IX- elaborar e alterar seu Regimento, a ser homologado pelo Governador do Estado.

Acima, observamos as nove atribuições do CEE/MT, e o quanto essa instituição pode contribuir no exercício da cidadania para melhorar a qualidade da educação e o direito educacional. Ressaltamos também que o Artigo nº 4 do decreto supracitado, aferi sobre o mandato dos Conselheiros e respectivos Suplentes que terão a duração de 4 (quatro) anos renovando-se a partir de 12 de abril de 2025, no que concerne à Câmara de Educação Básica (CEB), em 55% (cinquenta por cento), e, quanto à Câmara de Educação Profissional e de Educação Superior (CEPS), em 45% (quarenta e cinco por cento).

A estrutura organizacional e funcionamento do CEE/MT, o capítulo IV do Decreto nº 325/2023 em seu Artigo nº 11, estabelece a seguinte composição:

Quadro 25 - Estrutura Organizacional do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso.

I- Dos Colegiados	II- Das unidades Técnico-administrativos	III- Das Comissões
1- Plenário: a) Câmara de Educação Básica;	a) Presidência; b) Vice-presidência;	a) Permanente; b) Temporárias.

a) Câmara de Educação Profissional e da Educação Superior	c) Secretaria-Executiva; d) Coordenadoria de Apoio às Câmaras; e) Coordenadoria de Suporte Operacional.	
---	---	--

Fonte: Adaptado do Decreto nº 325/2023.

Já o Artigo 26 do Decreto n 325/2023, vem afirmar que o Plenário é instância máxima deliberativa do CEE/MT e reunir-se-á quinzenalmente, em sessão ordinária, e extraordinariamente, por convocação do Presidente, sempre que houver matéria urgente a ser examinada. Ao Plenário compete:

- I- Aprovar os calendários das sessões ordinárias;
- II- Discutir e deliberar sobre os assuntos de competência do Conselho Estadual de Educação, contidas no artigo 2º deste Regimento;
- III- Julgar e decidir sobre assuntos encaminhados à apreciação do Conselho;
- IV- Dispor sobre as normas e baixar atos relativos ao funcionamento do Conselho;
- V- Autorizar a realização de estudos técnicos;
- VI- Aprovar Comissões e grupos de trabalho;
- VII- Apreciar e deliberar sobre prestação de contas, inclusive do funcionamento administrativo do Conselho, apresentadas pelo Presidente;
- VIII- Discutir e deliberar sobre questões administrativas que concorram ao bom funcionamento do Conselho Estadual de Educação;
- IX- Analisar e deliberar sobre processos temáticos relacionados às questões de natureza jurídica, de regulação de cursos integrais, de vida escolar, de equivalência de estudos e matérias em grau de recurso;
- X- Apreciar as normas elaboradas pelas Comissões de Estudos, apreciadas pela Câmara de Educação Básica pela Câmara de Educação Profissional e de Educação Superior e por consulta pública, submetidas ao Plenário, para fins de aprovação.

Após apresentação das atribuições e arranjo do Conselho de Educação, vamos apresentar abaixo outro segmento de grande importância também para a educação de um país o Fórum Estadual de Educação de Mato Grosso.

4.4 O papel do Fórum Estadual de Educação

O Fórum Estadual de Educação é um local de importante diálogo entre a sociedade civil e o Estado, apresenta-se como uma contestação histórica da comunidade educacional e tem várias atribuições: I- Monitoramento e avaliação do Plano Estadual de Educação (PEE); II- Promoção da articulação das conferências estaduais e municipais que precedem a Conferência

Nacional de Educação; III-Acompanhamento da tramitação de projetos de leis referentes à política estadual de educação na Assembleia Legislativa do Estado; IV-Avaliação dos impactos da implementação do Plano Estadual de Educação; V- Avaliação do processo de implementação das deliberações das conferências estaduais e regionais de educação; VI-Oferecimento de suporte técnico aos municípios para a organização de seus fóruns e conferências de educação; VII- Planejamento e coordenação da realização da Conferência Estadual de Educação, bem como divulgação das suas deliberações; e VIII- Desencadeamento de ações que contribuam para o cumprimento das metas do Plano Estadual de Educação.

Sublinhamos que essas atividades são fundamentais para a concepção, implementação e avaliação da política estadual de educação. Além disso, o Fórum Estadual de Educação ajuda a garantir que as políticas educacionais estejam alinhadas com as necessidades e expectativas da comunidade educacional. Contudo, o Fórum Nacional de Educação foi instituído como importante instância de articulação em torno dos planos decenais de educação. Os fóruns são considerados por Vera e Lavallo (2012, p. 114) como instâncias de adensamento de consensos e de definição de prioridades entre atores da sociedade civil, exemplos emblemáticos das “inovações democráticas em seus respectivos contextos”.

Para Scaff (2023) o Fórum Nacional da Educação foi criado a partir de deliberações da Conae 2010, que pela Portaria Ministério da Educação nº1.407/2010, e instituído por lei com aprovação do Plano Nacional de Educação PNE. Para a autora, esse espaço deveria ser constituído por representantes de diversos movimentos sociais do campo da educação, com a atribuição de coordenar as Conae e realizar o monitoramento das metas do Plano Nacional da Educação, fornecendo subsídio aos estados e municípios para a criação de seus fóruns locais. Nessa direção,

O entendimento era que o Fórum Nacional da Educação (FNE) e os seus correlatos Fóruns Estaduais de Educação (FEE), Fórum Distrital de Educação (FDE) e Fóruns Municipais de Educação (FME) ocupariam lugar estratégico nos processos de deliberações coletivas sobre os planos de educação e as diversas conferências de educação. (Azevedo; Oliveira, 2020, p. 628).

O Fórum Estadual de Educação de Mato Grosso (FEE/MT), foi instituído em 20 de julho de 2009 pela Portaria nº280/2009, conforme determina a Lei Complementar nº 49/98.

Conforme Art. 1º do seu Regimento Interno o Fórum é um órgão colegiado de caráter consultivo, deliberativo e de assessoramento, tem como função coordenar a

elaboração e acompanhar a execução do Plano Estadual de Educação, promovendo o debate permanente sobre as Políticas da Educação do Sistema Estadual de Ensino. (SEDUC/MT, online/2023).

Os objetivos do FEE são: I- Elaborar, acompanhar e avaliar o Plano Estadual de Educação; II- Acompanhar a execução dos programas da Secretaria de Estado de Educação e da Secretaria de Ciência e Tecnologia, bem como dos demais componentes do Sistema Estadual de Educação; III- Propor divulgação dos resultados obtidos na execução das políticas e programas na educação do Estado; e IV- Coordenar e articular suas atividades com atividades dos Fóruns Municipais de Educação. A Portaria nº 204/2015/GS/SEDUC/MT, designa membros representantes para a composição do Fórum Estadual de Educação para biênio 2015/2017, em conformidade com seu Regimento Interno.

O Fórum está legalmente constituído por representantes indicados pelas suas respectivas instituições que são: Secretaria de Estado de Educação- SEDUC; Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia- SECITEC; Conselho Estadual de Educação- CEE; União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação- UNCME; União dos Dirigentes Municipais de Educação de Mato Grosso-UNDIME; Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura e Desporto da Assembleia Legislativa; Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso- SINTEP; Associação dos Docentes da Universidade do Estado de Mato Grosso - ADUNEMAT; Sindicato dos Trabalhadores e Estabelecimentos de Ensino de Mato Grosso- SINTRAE; Sindicato dos Servidores Públicos da Educação Profissional e Tecnológica de Mato Grosso- SINPROTEC/MT; União Mato-Grossense dos Estudantes- UMTE; e a União Estadual dos Estudantes-UEE; Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação- ANFOPE.

Sendo um órgão colegiado de caráter consultivo, deliberativo e de assessoramento, cuja função é coordenar a elaboração e acompanhar a execução do Plano Estadual de Educação, promovendo o debate permanente sobre as Políticas da Educação do Sistema Estadual de Ensino do estado. Dentre as atribuições incluem a elaboração, acompanhamento e avaliação do Plano Estadual de Educação; o acompanhamento da execução dos programas da Secretaria de Estado de Educação e da Secretaria de Ciência e Tecnologia, bem como dos demais componentes do Sistema Estadual de Educação; a proposta de divulgação dos resultados obtidos na execução das políticas e programas na educação do Estado; e a coordenação e articulação de suas atividades com as atividades dos Fóruns Municipais de Educação. Sua constituição é representada por pessoas indicadas pelas suas respectivas instituições, que incluem a (SEDUC) a (SECITEC) e o (CEE), entre outros.

Para mais, o Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente foi instituído como uma Comissão Temática do Fórum Estadual de Educação. Ele tem como objetivo principal auxiliar pessoas envolvidas em conflito a encontrarem a solução mais adequada ao problema, por meio de técnicas apropriadas.

O Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente do Estado de Mato Grosso (FEPAD/MT), foi criado

Pela Resolução nº 001/2009 do Fórum Estadual de Educação, no dia 29 de julho de 2009, conforme a Lei Complementar nº 49/98 e Regimento Interno regulamentado pela Portaria nº. 280/2009/GS/SEDUC/MT. A criação do FEPAD surgiu da necessidade e em cumprimento ao disposto no Decreto nº. 6.755, de 29 de janeiro de 2009, que institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, como uma Comissão Temática do Fórum Estadual de Educação, permanecendo, portanto, a ele vinculado. (SEDUC/MT, online 2023).

Os objetivos do FEPAD são: i- Acompanhar a execução do plano estratégico, que é o documento elaborado coletivamente no contexto da Política e do Plano Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério; ii- Contemplar o diagnóstico e a identificação das necessidades de formação e a capacidade de atendimento das instituições públicas de educação superior envolvidas; iii- Definir ações para o atendimento da necessidade de formação inicial e continuada nos diferentes níveis e modalidades de ensino, bem como as atribuições e responsabilidade de cada partícipe.

Desse modo, o FEPAD está legalmente constituído por representantes das seguintes instituições: Secretaria de Estado de Educação- SEDUC-MT; Secretaria de Estado de Ciências e Tecnologia- SECITEC; Conselho Estadual de Educação-CEE; União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação- UNCME; União dos Dirigentes Municipais de Educação de Mato Grosso-UNDIME; Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura e Desporto da Assembleia Legislativa; Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso-SINTEP; Associação dos Docentes da Universidade do Estado de Mato Grosso-ADUNEMAT; Sindicato dos trabalhadores e Estabelecimentos de Ensino de Mato Grosso- SINTRAE; Sindicato dos Servidores Públicos da Educação Profissional e Teológica da Mato Grosso-SINPROTEC/MT; União Mato-Grossense dos Estudantes- UMTE; União Estadual dos Estudantes- UEE; Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação- ANFOPE.

Dentre seus papéis diante à sociedade e a contribuição a educação, o fórum promove a o fomento da justiça restaurativa nas escolas contribuindo para pacificar os conflitos e

desafios, tanto quanto, melhorando a qualidade da educação do estado. Evidenciamos que o FEE de Mato Grosso, apresenta uma articulação entre vários envolvidos da sociedade e representantes de instituições educacionais no intuito de fortalecer seu papel de grande pertinência para o campo educacional. Pontuamos que o Poder⁴¹ Judiciário de Mato Grosso se torna referência em práticas da Justiça Restaurativa na Educação. O projeto visa aplicar soluções para a expansão da cultura da paz no ambiente escolar alinhados a agenda de pacificação social preconizada pelo Conselho Nacional da Justiça (CNJ), e superam as expectativas nacionais, quando se refere ao enfrentamento da violência escolar e o combate à evasão (Poder Judiciário de Mato Grosso, online/2023).

Sobre a agenda do FEE/MT, obtivemos uma atividade em 2015, em que foram discutidos temas como a execução, implantação e alterações das metas e estratégias do Plano Estadual de Educação. Para tanto, o Fórum também participou de uma audiência pública para discussão sobre o Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQI), o balanço sobre o Plano Nacional de Educação (PNE), o Plano Estadual de Educação (PEE) e os Planos Municipais de Educação. Assim, foram discutidas dentre outras temáticas como a Base Nacional Comum, Plano Nacional e Estadual de Educação, Política Nacional de Formação e Avaliação e deliberação de propostas para aberturas de cursos, ofertados pelas instituições de ensino superior.

Em nossas pesquisas não conseguimos constatar se o CEE e FEE de Mato Grosso, participaram de forma efetiva do processo de materialização do CIS na rede pública de ensino. Porém, em 10 de dezembro de 2021 o portal O Documento,⁴² apresenta uma reportagem sobre as pessoas que assinaram o CIS, dentre os nomes citados, daremos destaque ao presidente do Conselho Estadual de Educação, conselheiro Gelson Menegatti. Compreendemos a grande relevância desses órgãos nas atividades educacionais, acompanhando e monitorando os caminhos percorridos pela educação do estado. Na próxima seção, iremos discutir o objeto de investigação com mais objetividade, trazendo sua historicidade, organização, implantação e implementação na rede estadual de ensino de Mato Grosso.

⁴¹ No ano em que o Conselho Nacional da Justiça (CNJ) declarou 2023 como o 'Ano da Justiça Restaurativa na Educação', a originalidade do Poder Judiciário de Mato Grosso na implementação das práticas da Justiça Restaurativa no ambiente escolar fora considerada modelo pelo conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Luiz Philippe Vieira de Mello Filho e serão utilizadas como referência para a expansão do projeto em âmbito nacional.

⁴²[www.https://odocumento.com.br](https://odocumento.com.br). Acesso: 08 de maio de 2023.

4.5 Contrato de Impacto Social - uma nova modalidade de privatização da educação em Mato Grosso

Iniciaremos a discussão sobre o Marco Legal dos processos administrativos nas seguintes esferas: federal e estadual, e apresentar as leis de ordenamento jurídico brasileiro, sobre as Contratações e Licitações do poder público. Haja visto que há um CIS, assinado pela Secretaria de Estado de Educação SEDUC/MT com a FGV- DIAN. Deste modo, um CIS é definido como uma avença com o setor público ou autoridade governamental a fim de alcançar melhores resultados sociais em determinadas áreas e entregar aos respectivos investidores parte das economias obtidas (Harris, 2019). Para tanto, esse acordo foi realizado pela Secretaria de educação e a FGV-DIAN, com objetivo de melhorar a qualidade do ensino de Mato Grosso apostando na elevação dos índices do IDEB como indicador desse processo.

Diante dos fatos, discutiremos como foi realizado esse processo no âmbito da rede pública estadual de ensino de Mato Grosso a partir do ano de 2021, fundamentados no Termo de Referência do contrato nº 001/2021. Para entendermos melhor o processo, precisamos compreender o que é licitação:

Licitação é o processo por meio do qual a Administração Pública contrata obras, serviços, compras e alienações, é a forma como a Administração Pública pode comprar e vender. Já o contrato é o ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que há um acordo para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas. (BRASIL, 2023, online Portal Transparência).

Compreendemos que o poder público precisa realizar processos licitatórios, sendo procedimentos administrativos obrigatórios para a contratação de bens e serviços. A Constituição da República Federativa do Brasil (CF/1988), prevê a obrigatoriedade do procedimento licitatório, de acordo com seu Art. nº 37, inciso XXI, como se vê:

[...] ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (Art. nº 37, inciso XXI).

A Lei nº 8.666/1993, trata das normas gerais de licitação e contratos administrativos. Interessante pontuar que ela permaneceu em vigor até março de 2023, quando foi substituída

de vez pela Nova Lei de Licitação publicada em abril de 2021. A nova lei de Licitações Lei nº 14.133/2021, traz algumas mudanças como sua abrangência, o surgimento de uma modalidade e a exclusão de duas, a inversão das fases, a preferência pelos processos eletrônicos, os prazos de divulgação do edital e os modos de disputas. Importante lembrar que a Lei nº 8.666/1993 teve a sua vigência estendida em virtude da alteração dos artigos 191 e 193, da Nova Lei, pela Medida Provisória nº 1.167/2023, até o dia 30 de dezembro de 2023, com ressalva que ainda não se sabe acerca da sua conversão em lei pelo Congresso não o sendo, a Lei nº 14.133/2021, será aplicada imediatamente.

A proposta da Lei nº14.133/2021 é acompanhar os avanços da tecnologia e as mudanças aceleradas da sociedade. A Nova Lei foi sancionada durante a pandemia de Covid-19, com a proposta de possibilitar ainda mais transparência e menos burocracia, além de agilizar os processos de licitação e assegurar que a Administração Pública realize contratações justas e imparciais que não descaracterizem o interesse coletivo. Sendo assim, a Lei 14.133/2021 agrupa uma série de regras que compõem os procedimentos licitatórios e revoga ainda, no artigo 193, os artigos 89 e 108 da Lei 8.666/1993, que trata dos crimes, que passaram a constar no Código Penal, com pena mais graves.

Quanto as mudanças na Lei de Licitações nos atentamos algumas alterações: A extinção de duas modalidades, quais sejam, a Tomada de Preços e o Convite, com a criação de uma nova- o Diálogo Competitivo, que foi idealizado para as licitações que envolvam inovações tecnológicas ou técnicas, para soluções que dependam de adaptações das opções que estejam disponíveis no mercado; a proposta passe por uma análise em primeiro lugar e, após, a habilitação, podendo o órgão público exigir a habilitação, apenas, daquele que provisoriamente ocupa a 1ª colocação; Todas as modalidades de licitação deverão ser preferencialmente eletrônicas regulamentada pelo Decreto nº10.024/2019- do Pregão Eletrônico no âmbito do Governo Federal, e no caso dos órgãos vinculados à esfera federal as dispensas e inexigibilidades também deverão observar essa forma; Há quatro modos de disputa: aberto, fechado, aberto e fechado e fechado e aberto; os prazos de publicação do edital também sofreram alterações de acordo com o seu objeto e não de acordo com a sua modalidade; Os tipos de licitação passam a se chamar critérios de julgamento, com destaque para o critério do maior retorno econômico; Mesmo rito procedimental para o pregão e para a concorrência; Incentivos para que o setor privado interessado em contratar com o Poder Público desenvolva ou aprimore programas de integridade na sua estrutura organizacional; agravamento das sanções penais, inserindo-as diretamente no Código Penal; Previsão de cláusula contratual definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, denominada de matriz de riscos (Jusbrasil,2023 online)

As fases da licitação serão como consta na lei que trata da modalidade Pregão por aquisição de bens e serviços, Lei nº 10.520/2002: i- A análise dos documentos para a habilitação de um licitante, antes da Nova Lei, ocupava a fase inicial do processo. Agora, passa a ser a fase final, relativa apenas às empresas vencedoras da licitação. Dessa forma, só se analisa a

regularidade da documentação do proponente que venceu o processo de licitação. No que se refere, especificamente, às fases, o art. 17 dessa lei ficou previsto que o processo de licitação deve seguir as seguintes fases, em sequência: (I) Preparatória; (II) de divulgação do edital; (III) de apresentação de propostas e lances; (IV) de; (v) de habilitação;(VI) recursal e (VII) de homologação. Poderá em caráter excepcional haver a inversão de fases, como previsto na Lei nº 8.666/1993, porém deve vir de forma expressa e justificada no edital. ii- A Nova Lei de Licitações parte do pressuposto de que os processos envolvidos na compra ou contratação de bens e serviços terão mais agilidade. E uma das principais vantagens é que as regras licitatórias estarão todas descritas em um só documento, a Nova Lei de Licitações.

Já os critérios de julgamento definirão os critérios de escolha do vencedor, isto é, os critérios de julgamento das propostas apresentadas pelos participantes, portanto, o critério mais utilizado é o de menor preço, que funciona como regra geral para as aquisições dos órgãos públicos. Desse modo, os critérios de julgamento estão previstos no artigo 33 da Nova Lei: I – menor preço; II – maior desconto; III – melhor técnica ou conteúdo artístico; IV – técnica e preço; V – maior lance, no caso de leilão; VI – maior retorno econômico. (Artigo 33 da Nova Lei nº14.133/2021). Deste modo, conforme Art. 28 da Lei nº 14.133/2021, cinco são as modalidades de licitação:

Concorrência: utilizada para a contratação de bens e serviços especiais (bens e serviços que não são comuns), obras e serviços comuns e especiais de engenharia;
Concurso: utilizado para a escolha de trabalho técnico, científico ou artístico;
Leilão: utilizado para a alienação de quaisquer bens móveis e imóveis, independentemente do valor; Pregão: obrigatório no caso de bens e serviços comuns;
Diálogo competitivo: nova modalidade de licitação que será utilizada para situações complexas que exigem soluções inovadoras ou tecnológicas no caso de compras, serviços e obras. (Lei nº 14.133/2021).

Importante destacar, que as modalidades mais utilizadas pela administração pública são o pregão e a concorrência. Assim, com a Nova Lei as modalidades da tomada de preços e de convite, não existem mais, porém na Lei nº 8.666/1993, que ainda está em vigor por conta da Medida Provisória nº 1167/2023, que alterou para 30 de dezembro de 2023 a vigência dela.

Após descrever as formas que o poder público pode contratar serviços de terceiros e/ou entidades privadas, iremos abordar o Termo de Referência (TR) nº001/2021, que trata do consórcio do CIS, que tem como unidade gerencial a Superintendência da Educação Básica de Mato Grosso, categoria de investimento o custeio, tipo de licitação critério de julgamento é a Técnica e ao Preço. Quanto ao objeto de aquisição é a Contratação de empresa especializada por meio de (CIS), para o fornecimento de Sistema Estruturado de Ensino, compreendendo

materiais didáticos pedagógicos (impresso e digital), visando o aprimoramento do desempenho educacional dos estudantes da rede pública de ensino do estado de Mato Grosso, em diversas áreas do conhecimento, com serviços especializados de capacitação dos profissionais da educação (in loco/plataforma digital).

Abaixo o objeto do Contrato:

Consiste no fornecimento de material Estruturado de Ensino para o Ensino Fundamental e Médio, considerando as especificidades da Educação do Campo, Educação Escolar Quilombola, Educação Escolar Indígena (anos finais do ensino fundamental e médio), Educação Especial (material para baixa visão); Educação de Jovens e Adultos, para estudantes e professores. Assessoria pedagógica presencial e não presencial (online), contemplando capacitação e formação continuada, sendo: mínimo 120 horas compostas de implantação, cursos de metodologia nos eixos e/ou áreas do conhecimento, distribuídas durante o ano letivo. Esta assessoria pedagógica, deve se dar considerando o atendimento aos professores de todas as unidades escolares, coordenadores pedagógicos, diretores e demais profissionais envolvidos com o processo educacional. Essa assessoria deve ocorrer de acordo com o diagnóstico da rede e das necessidades formativas, após realizações das avaliações. Podem ocorrer nos polos constituídos pelas Diretorias Regionais de Educação/NREs/CEFAPROs, ou nos respectivos municípios do Estado, de acordo com a organização com despesas custeadas pela empresa vencedora [...] (Termo de Referência nº 021/2021 p. 2).

Notamos que o Sistema Estruturado de Ensino, oferece um pacote de serviços pedagógicos que vão desde materiais apostilados ofertados aos alunos, quanto formações de professores e assessoramento em plataformas digitais aos alunos e professores. Todo esse processo é acompanhado pelo diretor e coordenadores pedagógicos das respectivas unidades escolares. Os alunos serão avaliados bimestralmente, todos os anos, com exceção do 1º ano do ensino fundamental, em língua portuguesa e matemática. Já para os dois primeiros anos e demais anos devem ser incluídas avaliações nas áreas de ciências humanas e da natureza. O TR exprime que todos os dados devem ser entregues à Secretaria e o armazenamento dos resultados das avaliações realizadas devem ser cedidos periodicamente a SEDUC/MT, no prazo de 30 (trinta) dias antes do término do período contratual não poderá faltar nenhum dado.

O CIS, apresenta com objetivo geral fortalecer as condições para que os estudantes da rede escolar estadual melhorem os seus níveis de aprendizagem em todas os componentes curriculares e conhecimentos obrigatórios sob a responsabilidade da SEDUC/MT, envolvendo anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA. Quanto aos objetivos específicos esse contrato prevê a introdução de um modelo inovador na rede de ensino do Estado de Mato Grosso, envolvendo atividades especializadas para a formação continuada dos professores e a capacitação de todos os agentes públicos envolvidos na gestão educacional,

objetivando resultados positivos no nível de aprendizagem dos estudantes. Nesse caminho, a meta do instrumento é:

potencializar os resultados obtidos pelos estudantes nas verificações/avaliações externas, como a Prova Brasil e outras similares. Aproveitar a eficácia de uma ferramenta inovadora, como o CIS, que já é utilizado em diversos países, para contratualizar resultados entre a administração pública e o setor privado, gerando impactos sociais importantes na educação pública, com base em metas e resultados mensuráveis. (Termo de Referência, nº 001/2021 p. 2).

Destarte, há várias justificativas utilizadas pela contratante para utilizar o CIS na rede pública de educação no estado. Abaixo listaremos um breve resumo das quatro justificativas e os principais critérios para a escolha desse instrumento administrativo.

Quadro 26 - Justificativas utilizadas pela SEDUCMT para implantar o Sistema Estruturado de Ensino em Mato Grosso.

Justificativa da Contratação e Aquisição dos Títulos	[...] a SEDUC/MT deseja oferecer aos estudantes e professores a oportunidade de aliar ao cotidiano escolar, novas tecnologias educativas, buscando com isso disponibilizar um ensino que supra as atuais demandas educacionais. Sendo assim, pretende-se que a comunidade escolar forma parceria com um Sistema Estruturado de Ensino, que ofereça ferramentas educacionais inovadoras, pois assim, será propiciada a concretização dos objetivos educacionais [...]
Justificativa acerca do modelo de contrato (Contrato de Impacto Social -CIS) e do objeto pretendido (Sistema Estruturado de Ensino).	[...] o CIS tem o objetivo de viabilizar uma nova forma de contrato entre a administração pública e o setor privado, estimulando a participação efetiva das empresas do setor educacional na geração de impacto social. Contratualizar resultados é a maneira pela qual as duas partes, gestão pública e empresa privada, poderão construir uma relação eficaz para geração de impactos sociais importantes na educação. O contrato prevê pagamento estatais, condicionados ao atingimento de metas e resultados pelo contrato: trata de contrato de metas totalmente dependendo da performance do contratado. O Contrato iniciará o seu trabalho recebendo preço referência ofertado por estudante/ano (Pref.), sendo que tal valor será pago para a empresa em 04 (quatro) parcelas iguais durante os bimestres do ano letivo. Poderá haver a possibilidade de acréscimo do valor a ser pago à empresa de acordo com o resultado do seu trabalho junto aos estudantes e as equipes das unidades escolares, que corresponderá a uma 5ª parcela no mesmo exercício financeiro[...]
Justificativa Técnica da Escolha da Contratação do Sistema Estruturado de Ensino	O Sistema Estruturado de Ensino, contempla materiais didáticos contextualizados à BNCC e ao DRC/MT, plataforma virtual da aprendizagem, acompanhamento, assessoramento por meio de avaliação das aprendizagens, monitoramento de resultados da aprendizagem, por meio das aprendizagens. Esses componentes do Sistema se contemplam, propiciando a perfeita integração ente o material estruturado de ensino impresso e o portal da internet, com acompanhamento pedagógico, característica específica desse Sistema. [...] a gestão de monitoramento de resultados da aprendizagem, por meio da avaliação das aprendizagens deverá contribuir para o diagnóstico das carências dos diversos setores que compõem a atividade educacional, possibilitando a realização dos processos de intervenção pedagógico no âmbito da

	<p>escola, da sala de aula e na formação de professores e profissionais tonando mais eficazes os investimentos e bem assim, a própria gestão do ensino público.</p>
<p>Justificativa Técnica/Pedagógica da escolha do Contratação do Sistema Estruturado de Ensino.</p>	<p>[...] a Secretaria ao rever sua organização curricular, embasa na BNCC e DRC/MT, que através do Sistema Estruturado de Ensino- SEE o desenvolvimento socioemocional e a melhoria dos resultados no IDEB. a SEDUC/MT, diante da necessidade de melhorar os resultados de aprendizagem dos estudantes, evidenciados pelos resultados do IDEB do estado em uma série histórica do 5º, 9º e 3º ano do Ensino Médio, observa-se que o Mato Grosso, encontra-se com seus índices há alguns anos estáticos. Assim, a Secretaria repensa a metodologia de trabalho pedagógico com foco nos resultados a serem alcançados, pois diante da situação da pandemia da Covid-19, as dificuldades aumentaram com a realidade das aulas online e off-line, aumentando os desafios da aprendizagem e superação desses baixos índices, com foco nas avaliações institucionalizadas. A Portaria nº 458/2020, institui as normas para o cumprimento da Política Nacional de Avaliação da Educação Básica em seu Art. 8º que, “o Saeb será realizado anualmente, com caráter censitário, tendo como objetivo aferir o domínio das competências e das habilidades esperadas ao longo da educação básica de acordo com a BNCC e as correspondentes diretrizes curriculares nacionais”. Nesta perspectiva o planejamento estratégico desta Secretaria é trabalhar com o objetivo de evasão zero e com meta de 60% da melhoria nos resultados educacionais. Acredita-se que o material estruturado contemple as especificidades supramencionadas, com o intuito de contribuir com o planejamento para o alcance das metas estimadas para a melhoria dos resultados da aprendizagem e dos índices educacionais para rede estadual de ensino. O modelo do contrato CIS, corresponde o fornecimento de SEE na rede estadual, um contrato de natureza continuada e vigência inicial de 5 (cinco) anos. Em relação a escolha pelo material estruturado de ensino se deu considerando que este favorece a um processo de ensino aprendizagem equitativo e equilibrado entre cada uma das escolas, de cada município no Estado, independentemente de sua localização[...].</p>
<p>Da Justificativa do Objeto Indivisível Técnico e Economicamente</p>	<p>A opção da natureza indivisível do objeto em questão, uma vez que seu parcelamento implicaria na perda da eficiência o prejuízo técnico à Administração Pública, haja visto, o gerenciamento dos serviços diante da sua natureza. Dessa forma, proporciona-se o maior nível de contrato pela Administração Pública na execução dos serviços e maior interação entre as fases de sua execução, muito embora possuam etapas diferentes entre si, estando diretamente ligadas uma à outra para consecução do resultado do objeto a ser contratado, impossibilitando sua divisibilidade sob pena de causar prejuízos técnico e econômico à Administração Pública. Destarte, o TCU, no Acórdão nº 732/2008, anuncia que “a gestão da viabilidade do fracionamento deve ser decidida com base em cada caso, pois cada serviço tem as suas especificidades, devendo o gestor decidir analisando qual a solução mais correta no caso concreto”. Assim, a análise da execução dos serviços, constatou ser o mesmo indivisível do ponto de vista técnico e econômico, optando em licitar por Lote Único, diante da inviabilidade de divisão do objeto a ser contratado, respeitando a integridade qualitativa do objeto a ser executado.</p>

Fonte: Adaptado pela autora através do Termo de Referência nº 001/2021.

Quanto ao estudo sobre o Impacto Social, a SEDUC/MT, considera que o maior impacto será:

O aumento do nível de aprendizado dos alunos da rede, objetivo maior a ser baseado pelas redes públicas da educação. Quando a economia gerada pelo contrato sugerido CIS, basta analisar os números iniciais e compará-los ao que seriam indicados no caso de um processo tradicional de aquisição, como sugere: valor médio por aluno/ano do

SEE- máximo de R\$ 400.00*; Rede de Mato Grosso (aproximadamente 370 mil alunos) X valor médio por aluno, R\$ 148 milhões; Valor médio pretendido pelo CIS no 1º ano: R\$ 150.00; Rede do estado (370 mil alunos) X valor médio do CIS: R\$ 55 milhões. No primeiro ano de atividade contratual, a economia será de quase R\$ 100 milhões no valor contratual. Valor auferido através do processo nº 348200. Há de ser observado o item 9.4 deste Termo de Referência, cujo conteúdo está relacionado com o Estudo Técnico Preliminar do SEE. (Termo de Referência nº 001/2021, p. 13).

Nesse sentido, o CIS teve como critério de desempenho e avaliação da empresa contratada, as avaliações escritas aplicadas aos alunos da rede escolar periodicamente. Sendo de dois tipos como forma de aferir os resultados dos trabalhos executados pela empresa contratada: Avaliação Regular Ostensiva que estão sendo aplicadas em intervalos curtos de tempo, podendo ser semanais, quinzenais, mensais ou bimestrais; Avaliação para Efeito de Pagamento: no primeiro ano de vigência do contrato, haverá uma primeira avaliação na segunda ou terceira quinzena do ano letivo, para diagnóstico e a segunda avaliação na última quinzena do mesmo ano letivo, em que o nível de aprendizagem será observado para efeito de pagamento, isto é, aquele que deverá indicar se houve crescimento ou não da qualidade de ensino e do aproveitamento dos estudantes. Desse modo, no ano seguinte será aplicado apenas 01 (uma) avaliação no final do ano letivo. Todas as avaliações para efeito de pagamento terão acompanhamento da Comissão mediante Portaria, com os profissionais especializados nas diversas áreas do conhecimento.

O processo de um CIS é composto por uma rede de agentes em que há um avaliador independente, que analisará se houve resultados satisfatório conforme estabelecido pelos entes envolvidos, diante dos fatos, o Avaliador Independente, sendo uma instituição sem vínculo jurídico com a Contratada, sendo definida por ela, através de pactuação não onerosa. Apresentará como função avaliar a adequação da prova que será aplicada as exigências didáticas pedagógicas de cada ano/série/etapa avaliada. Portanto, os indicadores será sempre a média geral obtida por todos os estudantes da rede pública estadual de ensino. Dessa maneira serão avaliados aproximadamente 370.692 (trezentos e setenta mil e seiscentos e noventa e dois) alunos da rede estadual de ensino. Do segmento Ens. Fundamental anos iniciais 77.985 alunos; Ens. Fundamental anos finais 148.155 e do Ensino Médio 144.552 estudantes (matrículas referentes ao ano letivo de 2020). Deste modo, trazemos com detalhes o convenio estabelecido no objeto em questão:

O Convênio terá U.O de 14101, com Ação 2218, Região 9.900, Fonte 320, Natureza Despesa 3.3.90 e valor estimado de R\$ 549.258.043,32 (quinhentos e quarenta e nove milhões, duzentos e cinquenta e oito mil e quarenta e três reais e trinta e dois

centavos). Com recurso estimado para 2021 de R\$ 64.392,32 e para o ano de 2022 R\$ 121.216.284,00. Para tanto, a inclusão adicional suplementada na Ação e Fonte citado acima, a origem de recursos a apuração de superavit financeiro será da Fonte 120 (Termo de Referência nº001/2021, p. 14-15).

Descreveremos o modelo utilizado na rede pública de ensino do estado, como está sendo executado, as metas estabelecidas e atingidas de acordo com a melhoria do ensino aprendizagem dos estudantes relacionado aos indicadores do IDEB de todos os anos da educação básica de 2021 a 2025 em um quadro com as principais informações que será demonstrado abaixo.

Nesse interim, o modelo do CIS implantado na rede pública estadual de ensino de Mato Grosso, por meio da Secretaria é influenciado no modelo britânico e adaptado para realidade do Brasil e necessidades da SEDUC/MT. Contudo, no modelo de contratação proposto pela Secretaria, por não se aplicar a figura do financiador independente, aquele que suporta o risco da negociação, poderá não haver empresas que se interessem no objeto em questão, por não terem condições de suportar 100% (cem por cento) do investimento necessário para o fornecimento do SEE. Diante dos fatos a SEDUC/MT buscou atrair o maior número de empresa ao certame e realizar uma distribuição mais equânime dos riscos, decidiu-se então estabelecer o preço de referência em 37,5% (trinta e sete, cinco por cento) do preço apurado em pesquisa de mercado. Destacamos que o preço contratado poderá sofrer variações a mais, entretanto, tal variação não poderá ultrapassar o valor apurado na pesquisa de preços, sem incidência do percentual acima descrito (Termo de Referência nº 001/2021, p. 15).

A empresa vencedora do certame assume o risco de fornecer todo material necessário por um valor menor do que o preço do mercado e poderá ter esse valor acrescido ao final de cada ano caso alcance a meta mínima estabelecida. A Contratada corre o risco de não receber a quinta parcela caso não atinja o índice mínimo de 6% (seis por cento) de crescimento educacional no ano letivo. Em decorrência dos limites criados a remuneração da 5ª parcela, objetiva minimizar os riscos da Contratante e transferir os riscos de eventual insucesso a contratada. (Termo de Referência nº001/2021, p. 15).

No quadro abaixo, apresentaremos uma síntese do preço a ser pago à Contratada, levando em consideração o crescimento atingido. Observa-se: O Pref.= preço referência ofertado por estudante/ano, que deverá ser o ponto de partida para os cálculos de crescimento do valor mediante geração de resultados, qual seja R\$ 122,62 (cento e vinte e dois reais e sessenta e dois centavos) estudante/ano; Pmercado= preço do mercado ofertado por estudantes, que será devido à contratada, no caso de atingimento da meta de crescimento de 60% (sessenta

por cento) no nível de aprendizagem dos estudantes. Este valor poderá ser até R\$ 327,00 (trezentos e vinte e sete reais) estudante/ano; após a implantação do sistema e a aferição dos resultados das avaliações, para efeito de pagamento, pela Comissão Técnica Avaliadora da Execução do Contrato, será usado a equação a seguir para o cálculo do valor a pagar:

Quadro 27 - Apresentação da fórmula de cálculo e significados das siglas utilizadas para o pagamento das metas atingidas na implantação do Sistema Estruturado de Ensino.

$\frac{VPA = \text{Pref} + (\text{Pmercado} - \text{Pref}) \cdot \text{CNA}}{\text{MCA}}$
<ul style="list-style-type: none"> ✓ CNA: crescimento do nível de aprendizagem ✓ MCA: Meta do crescimento de aprendizagem ✓ VPA: Valor estudante/ano ✓ VPA2: Valor por estudante/ano 2º ano de execução ✓ VPA3: Valor por estudante/ano 3º ano de execução ✓ VPA4: Valor por estudante/ano 4º ano de execução ✓ VPA5: Valor por estudante/ano 5º ano de execução ✓ VR5: Valor da 5ª parcela pelo resultado atingido

Elaborado pela autora, conforme Termo de Referência nº 001/2021.

Desse modo, o Valor Global Máximo possível do projeto para os 60 (sessenta) meses corresponde a quantia máxima de R\$ 549.258.043,32 (quinhentos e quarenta e nove milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, quarenta e três reais e trinta e dois centavos. Para melhor compreensão iremos simular o valor por estudante e demonstraremos o ano de 2021 como base do cálculo matemático para os demais anos seguintes, e assim representando os valores e denominações: Preço de Mercado por estudante R\$ 327,00 e Preço de Referência por estudante R\$ 122,62. Abaixo quadro representando as metas a serem alcançadas por ano na rede estadual de educação de Mato Grosso.

Quadro 28 - Representação de metas atingidas nos referidos anos de 2021 a 2025 do Contrato de Impacto Social implantado na rede de ensino de Mato Grosso.

Meta Atingida	1º ano (2021)	2º ano (2022)	3º ano (2023)	4º ano (2024)	5º ano (2025)
Segundo o Termo supracitado, os objetivos	1º ano o valor de referência para a	2º ano, o valor de referência para a	3º ano terá o valor de referência para a	4º ano o valor de referência para a presente	5º ano o valor de referência para a presente

<p>do CIS, poderão incidir ao final do 1º ano letivo o pagamento de uma 5ª parcela, a título do impacto social público que não poderá exceder o percentual de 15% (quinze por cento) do crescimento do nível de aprendizagem, para fins de pagamento, mesmo que o crescimento real ultrapasse tal percentual. O Crescimento do nível de aprendizagem (CNA) do segundo ano letivo será a somatória do crescimento real atingindo somente naquele ano (2º ano), com o percentual de</p>	<p>presente despesa corresponde a quantia máxima a importância de R\$ 64.392.907,32 (sessenta e quatro milhões, trezentos e noventa e dois mil, novecentos e setenta e dois reais e trinta e dois centavos). O valor leva em consideração o preço de referência por estudante (R\$ 122.62), multiplicado pela quantidade de estudantes matriculados, somados ao percentual de desempenho atingido, neste caso considerado o percentual de 15% (quinze por cento). Valor Inicial 1º ano – R\$ 45.454.253,04/4 parcelas, 5ª parcela do 1º ano- R\$</p>	<p>presente despesa corresponde a quantia máxima para o segundo ano, a importância de R\$ 121.216.284,00 (cento e vinte um milhões, duzentos e dezesseis mil, duzentos e oitenta e quatro reais). Segue a mesma lógica do exposto, com ressalva de 60 % (sessenta por cento). Valor Inicial 2º ano – R\$ 64.392.907,32/4 5ª parcela do 2º ano corresponde a R\$ 56.823.376,68.</p>	<p>presente despesa corresponde a quantia máxima para o segundo ano, a importância de R\$ 121.216.284,00 (cento e vinte um milhões, duzentos e dezesseis mil, duzentos e oitenta e quatro reais). Segue a lógica de percentual de 60%. Valor Inicial: 3º ano- R\$ 121.216.284,00/4 parcelas 5ª parcela do 3ºano- R\$ 0,00 (tendo em vista que já atingiu a meta máxima, para fins de pagamento).</p>	<p>despesa corresponde a quantia máxima para o segundo ano, a importância de R\$ 121.216.284,00 (cento e vinte um milhões, duzentos e oitenta e quatro mil). Segue a mesma lógica acima, porém com percentual de 60% (sessenta por cento). Valor Inicial 4º ano- R\$ 121.216.284,00/4 parcelas 5ª parcela do 4º ano- R\$ 0,00 (tendo em vista que já atingiu a meta máxima para fins de pagamento).</p>	<p>despesa corresponde a quantia máxima para o segundo ano, a importância de R\$ 121.216.284,00 (cento e vinte um milhões, duzentos e oitenta e quatro mil). Segue a mesma lógica acima, porém com percentual de 60% (sessenta por cento). Valor Inicial 5º ano- R\$ 121.216.284,00/4 parcelas 5ª parcela do 5º ano- R\$ 0,00 (tendo em vista que já atingiu a meta máxima para fins de pagamento).</p>
---	--	--	--	---	---

<p>crescimento atingido no 1º ano letivo, limitado a 15% (quinze por cento). Para tanto, o percentual de crescimento obtido durante o segundo ano, poderá ultrapassar o percentual de 15% (quinze por cento) e assim sucessivamente para os anos seguintes. Quanto ao percentual mínimo atingido para fins de entrega do objeto por ano letivo considera-se que a meta final atingida ao final da contratação é de 60% (sessenta por cento), caso a empresa contratada não atinja o percentual de crescimento</p>	18.938.654,28				
---	---------------	--	--	--	--

<p>mínimo de 6% (seis por cento) a cada ano letivo, o objeto contratado será considerado não entregue, permitindo assim que o Contratante rescinda o contrato na forma da lei.</p>					
--	--	--	--	--	--

Fonte: Adaptado pela autora a partir do Termo de Referência nº 001/2021.

Nessa lógica matemática, compreendemos que o valor da 5ª parcela modifica com o decorrer do ano letivo proposto, isto é, em 2021 o valor é de 51.09 por aluno, já em 2022 o valor da 5ª parcela passa a ser de 51.10. Com uma alteração em 2024 para 34.06 por estudante e 2025 o valor da 5ª parcela será de 34.07. Sendo assim, o valor total da 5ª parcela em 2021 foi de 18.938.654,28; em 2022 chega a 18.942.361,20; já em 2023 o valor dessa parcela será de 12.625.768,52, variando em 2024 para 12.625.769,52. E o último ano do contrato fechará com um valor da 5ª parcela de 12.629.476,44 milhões.

Como observamos, houve oscilação dos valores para o cálculo da 5ª parcela, que poderá ocorrer de forma positiva ou negativa, a cada ano letivo, de acordo como o nível de aprendizagem identificado. Ressaltamos que o prazo de vigência de contrato de 60 (sessenta) meses, não admitindo prorrogação. O CIS de Mato Grosso tem como meta melhorar a qualidade do ensino da rede pública estadual, com o consequente aumento do desempenho educacional dos estudantes no percentual de 60% (sessenta por cento).

Outrossim, o prazo foi estabelecido por demandar tempo para atingir as metas estabelecidas conforme apresentado no referido Termo, que afirma embasado na Lei de Licitações (8.666/93) que em seu artigo 57 os prazos de duração de vigência dos contratos administrativos podem durar até 60 meses. Quanto a prestação de serviços de natureza continuada deve-se observar que a Orientação Normativa nº 038/2011 da Advocacia Geral da

União, se posiciona a favor. Nesse caminho o Tribunal de Contas da União se posicionou sobre o tema através do Acórdão nº 1214/2013- TCU-Plenário. Há um Projeto de Lei do Senado nº 121/2018 que propõe a alteração da Lei nº 8.666/93 para prever a possibilidade de contratação de serviços de natureza continuada por prazo superior a doze meses.

Diante do exposto, a SEDUC/MT através do CIS espera que os resultados de impacto social que esse contrato possa oferecer a rede pública de ensino é:

Fortalecer as condições para que os estudantes da rede escolar estadual melhorem os seus níveis de aprendizagem [...] introduzir um modelo inovador na rede de ensino do estado de Mato Grosso, envolvendo atividades especializadas para formação continuada dos professores e a capacitação de todos os agentes públicos envolvidos na operação educacional e potencializar resultados obtidos pelos estudantes nas verificações/avaliações externas, como a prova Brasil e outras similares, aproveitar a eficácia de uma ferramenta inovadora, o contrato de impacto social, utilizado em diversos países, para contratualizar resultados entre a administração pública e o setor privado gerando impactos sociais importantes na educação pública, com base em metas e resultados mensuráveis e promover a recuperação das aprendizagens, impactadas pela pandemia ocasionada pela Covid -19 (Termo de Referência nº001/2021, p. 24).

Quadro 29 - Modelo de cálculo e valores das metas projetadas pelo CIS para o ano de 2021:

<p>Projetando um crescimento de 15% para 2021</p> $VPA = Pref + (P_{mercado} - Pref) \cdot CNA$ MCA $VPA = (122,62 + (327,00 - 122,62) \cdot 15) / 60$
$VPA = (122,62 + (204,38) \cdot 15) / 60$
$VPA = (122,60 + 3.065,70) / 60$
$VPA = 122,62 + 51,09$
$VPA = 173,71$
<p>Logo, o valor por estudante do próximo ano letivo (2022) iniciará em $VPA_2 = 173,71$. Portanto o cálculo para 5ª parcela:</p>
$VR_5 = VPA - PREF$
$VR_5 = 173,710 - 122,62$
$VR_5 = 51,09$
<p>Assim, o valor da 5ª parcela a ser paga no presente ano letivo é de 51,09 por estudante da rede pública estadual de ensino de Mato Grosso.</p>

Nessa lógica matemática, compreendemos que o valor da 5ª parcela modifica com o decorrer do ano letivo proposto, isto é, em 2021 o valor é de R\$51.09 por aluno, já em 2022 o valor da 5ª parcela passa a ser de R\$51.10. Com uma alteração em 2024 para R\$34.06 por estudante e 2025 o valor da 5ª parcela será de R\$34.07. Sendo assim, o valor total da 5ª parcela em 2021 foi de 18.938.654,28; em 2022 chega a 18.942.361,20; já em 2023 o valor dessa parcela será de 12.625.768,52, variando em 2024 para 12.625.769,52. E o último ano do contrato fechará com um valor da 5ª parcela de 12.629.476,44 milhões.

Como observamos, houve oscilação dos valores para o cálculo da 5ª parcela, que poderá ocorrer de forma positiva ou negativa, a cada ano letivo, de acordo como o nível de aprendizagem identificado. Ressaltamos que o prazo de vigência de contrato de 60 (sessenta) meses, não admitindo prorrogação. O CIS de Mato Grosso tem como meta melhorar a qualidade do ensino da rede pública estadual, com o consequente aumento do desempenho educacional dos estudantes no percentual de 60% (sessenta por cento).

O TR no item 32 apresenta as empresas e instituições que podem participar da licitação deste certame. Desse modo, poderão participar pessoas jurídicas (LTDA, ME, EPP, S/A etc.), que explorem ramo da atividade compatível e pertinente como o objeto desta licitação, atendendo todos os custos e exigências do edital e seus anexos. Assim, temos os critérios estabelecidos nesse certame para os seguintes regimes: Consórcio, Empresa de Pequeno Porte e Não Participação de Cooperativas. Abaixo quadro representado:

Quadro 30 - Regimes de Contratação de certame:

Consórcios	<p>- apresentar compromisso público ou particular de constituição do Consórcio, subscrito pelos consorciados na pasta de documentos, que além de conter, com clareza e precisão, a descrição de seu objeto, devesse observar os seguintes requisitos: a) indicar o líder do consórcio, ao qual deverá ser conferido amplos poderes para representar os consorciados no procedimento licitatório e no contrato, receber, dar quitação, responder administrativa e judicialmente, inclusive receber notificações, intimação e citação; b) regular a participação de cada consorciado, com a indicação da proporção econômico-financeira respectiva, que não poderá ter sua composição ou constituição alterada, ou de qualquer forma, modificada, sem prévia anuência da SEDUC/MT, até o recebimento definitivo do objeto que vier a ser contratado; c) estabelecer o prazo de duração do Consórcio, que deverá ser, no mínimo, o mesmo fixado para o contrato que será firmado em decorrência desta licitação, acrescido de 120 (cento e vinte) dias; d) constar compromisso expresso de que o Consórcio não se constitui e nem se constituirá em pessoa jurídica distinta de seus</p>
-------------------	---

	<p>membros; e) estabelecer responsabilidades solidária entre os convocados, tanto na licitação como durante a execução do contrato; f) atender, na íntegra, às disposições do artigo 33 da Lei n.º 8.666/93; g) apresentar declaração expressa dos consorciados de que, por ocasião de eventual assinatura do contrato decorrente desta licitação, providenciar o arquivamento na Junta Comercial do instrumento de constituição do consórcio; h) qualquer empresa que integrar um consórcio não poderá participar da licitação isoladamente ou compondo consórcio distinto; i) a vedação referida no item anterior se aplica igualmente à empresa controlada, coligada, controladora ou pertencente ao mesmo grupo societário da licitante.</p>
<p>Das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte</p>	<p>Os licitantes constituídos como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) poderão participar desta licitação utilizando-se, caso queiram, dos benefícios previstos na Lei nº 123/2006, caso em que deverão apresentar requerimento assinado por seu representante tratamento diferenciado e favorecido concedido pela Lei Complementar nº 123/2006. O requerimento de tratamento diferenciado e favorecido para as ME e EPP, previsto no subitem anterior, deverá ser instituída, ou seja, se fazer acompanhar obrigatoriamente de: I) quando optante pelo Simples Nacional: a) Comprovação de opção pelo SIMPLES nacional: a) Comprovação de opção pelo SIMPLES nacional, obtido na página de internet (site) da Secretaria da Receita Federal; b) Declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, da Lei Complementar nº 123/2006; II- Quando não optante pelo SIMPLES nacional: a) Declaração de Imposto de Renda ou Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício- DRE, comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006. B) Declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006. Nos termos do art. 43 da LC 123/2006, as ME e EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição; havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao mesmo em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento e parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.</p>

Da não participação de Cooperativa	Não poderão participar do procedimento licitatório as Cooperativas, considerando a vedação contida no Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União, de 05 de junho de 2003 e a proibição do artigo 4º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008.
---	--

Fonte: Adaptado pela autora com base no certame Termo de Referência supracitado nº001/2021

Nesse âmbito, a justificativa para não divisão em cotas para ME/PEE, se dá diante dos contornos da Lei Complementar nº123/2006 (alterada pela Lei Complementar nº147/2014), vinculando-se o dever do estado no que diz respeito a contratação/aquisição de bens e serviços a ME e EPP, no limite da cota visível de 25% em casos específicos. Segundo o Termo, observa-se que a divisão não é vantajosa para a administração pública e representa prejuízo alhures, acarretando a inviabilidade da decisão de acordo com as considerações do Termo de Referência nº001/2021)

- a) Composição não separável, indivisível, do fornecimento de Sistema Estruturado de Ensino em lote único objetiva mitigar problemas na prestação dos serviços, tais como fornecimento dos serviços especializados de capacitação dos profissionais da educação (in loco/plataforma digital) e materiais didáticos pedagógicos (impresso/digital), a ocorrer devido a divisão do objeto;
- b) A indivisibilidade do objeto não restringirá a participação de empresas, haja vista que empresas do ramo se encontraram em igualdade de condições para a disputa, ainda que a estrutura física e financeira seja diferente;
- c) O objeto por serem considerados indivisíveis de acordo com o anunciado acima, não poderão ter divisão da cota de 25% prevista no inciso III do art. 48 da LC nº 123/2006 (Termo de Referência, nº 001/2021, p. 54).

Compreendemos que o documento acima descrito apresenta as leis de nível federal e estadual que delimita o processo de licitação entre a administração pública e a sociedade civil, abaixo um quadro para melhor compreensão. Diante dos fatos, notamos a existência de um grande valor executado para a implantação desse contrato, via consórcio implantado pela SEDUC/MT. Esse CIS apresenta o SEE, que engloba vários serviços pedagógicos, administrativo e de gestão ofertado a rede pública estadual de ensino de Mato Grosso. O quadro abaixo apresenta o marco regulatório para a operacionalização do CIS no estado.

Quadro 31- Marco Regulatório para operacionalização do CIS no Brasil:

LEIS, DECRETOS, PORTARIAS:	DESCRIÇÃO:
Decreto nº 522 de 15/04/2016	Regulamenta no âmbito do Poder Executivo, a aplicação da Lei Federal nº12.846, de 1º de agosto de 2013 e demais medidas de responsabilização de pessoas jurídicas, pela prática de atos

	lesivos contra a Administração Pública Estadual Direta e Indireta e dá outras providências.
Decreto nº840 de 10/02/2017	Regulamenta as modalidades licitatórias vigentes às aquisições de bens, contratações de serviços, locações de bens móveis, imóveis e o Sistema de Registro de Preço no Poder Executivo Estadual, o Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Mato Grosso, dispõe sobre a concessão de tratamento diferenciado e simplificado para às microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações públicas no âmbito da Administração Pública Estadual, e dá outras providencias.
Portaria nº 164/021/GS/SEDUC/MT	Atualiza medidas excepcionais de caráter temporário, para prevenção dos riscos de disseminação do coronavírus (COVID-19), no âmbito da Secretaria de Estado de Educação.
Decreto nº 8.538 de 06/10/2015	Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais, pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública da federação.
Decreto nº 10.273 de 13/03/2020	Altera o Decreto nº 8.538 de 06/10/2015 para adequá-lo ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488 de 15/06/2007, e estender o tratamento diferenciado para consórcios formados por microempresas e empresas de pequeno porte.
Lei Complementar nº123 de 14/12/2006	Republicação em atendimento ao disposto no art. 5º da Lei Complementar nº139 de 10/11/2011. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24/07/1991, da Consolidação das Leis do Trabalho- CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 01/02/2001, da Lei Complementar nº 63, de 11/01/1990, e revoga as Leis nº 9.317 de 05/12/1996 e 9.841 de outubro de 1999.

Decreto nº 8.199/2006	Fixa critérios para o pagamento relativo às aquisições de bens, contratações de serviços, locações de bens moveis e imóveis e dá outras providencias.
Decreto nº 8.426/2006	Revoga a alínea “b” do Decreto nº 8.199 de 16/10/2006, considerando o que consta no Processo nº 322.734/2006/CCV.
Decreto nº 2.015/2009	Acrescenta e altera dispositivos dos Decretos nº 7.217 de 2006, nº 8.199 de 2006, e nº 614 de 2003 e dá outras providencias.
Lei nº 10.192/2001	Dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real e dá outras providencias.
Lei nº 7.692/2002	Regula o processo administrativo no âmbito da administração pública estadual.
Lei nº 13.709/2018	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
Lei nº 7.853/1989	Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.
Lei nº 9.394/1996	Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) define e regulariza a organização da educação brasileira com base nos princípios presentes na Constituição.
Lei nº 13.146/2015	Lei Brasileira de Inclusão

Fonte: Elaborada pela autora com base no Termo supracitado.

Como evidenciamos o quadro acima assevera a quantidade de documentos que foram expedidos pela SEDUC/MT para materializar o CIS na rede pública estadual de ensino do estado. Observamos que são utilizados várias leis, decretos, portarias em nível nacional e estadual para que fosse possível instituir o CIS na educação de Mato Grosso. Nesse cenário o Governo lança várias justificativas para sua concretização.

Uma das justificativas do Governo unido com os empresários é levar a educação do estado no período de 10 anos entre as cinco melhores do país, conforme publicado no site⁴³ o

⁴³ O site: O Documento Tradição Tem Força, lança em 20/10/2023 a matéria em que o Governo de Mato Grosso une a empresários para levar a educação do estado entre as cinco melhores do país em 10 anos. Essa parceria entre a administração pública e empresa privada foi destaque na reportagem do Jornal o Estado de São Paulo, segundo a redação do site. A empresa responsável pelo contrato é a FGV-DIAN que implantou o Sistema Estruturado de Ensino na rede estadual pública de ensino. Em 2021, o grupo de empresários Mato Grosso em Evolução contratou a consultoria Falconi para um diagnóstico sobre a educação no Estado. A descoberta foi meio óbvia – faltava aos alunos a proficiência, ou seja, aprenderem os conteúdos de suas séries -, mas o movimento foi além. Em parceria

documento.com.br, 20 de outubro de 2023. Nesse entretempo, notamos que o espaço escolar está sendo carregado de disputa de empresários, que apresentam estratégias de *marketing* como salvadoras dos problemas e desafios educacionais. É sabido que em todo mundo a relação entre o setor público e privado vem intensificando e no Brasil não está sendo diferente. O estado de Mato Grosso com a implantação desse contrato coloca em xeque todo o processo educacional e autonomia das escolas decidirem através da realidade constatada qual o melhor material a se trabalhar e como desenvolver o processo de ensino aprendizagem dos estudantes.

Portanto, através da literatura e análise compreendemos que o CIS é um novo dispositivo administrativo que se concentra em resultados. Nesse aspecto, pontuaremos logo abaixo, questões relacionadas e que interferem no pedagógico escolar, haja visto que elencamos acima questões técnicas, legais e operacionais para implantação do CIS no estado, focando nas questões jurídicas, desse modo o CIS baseia-se em evidências de impacto social, em que vincula o pagamento à medição de indicadores de resultado. Assim, o Estado se responsabiliza a efetuar o valor estipulado, somente se as metas que foram estabelecidas para determinado público forem alcançadas. Nesse sentido, o Secretário de Estado de Educação, afirma que Mato Grosso é o primeiro estado a assinar o CIS que implica no cumprimento de metas de melhoria no nível de aprendizagem dos alunos para o recebimento do valor contratado. No ano de 2021 o Governo do estado, por meio da SEDUC/MT, assinou um contrato do SEE com a Fundação Getúlio Vargas (FGV- DIAN), para implementar na rede pública estadual de ensino “um dos melhores métodos de ensino do Brasil”. (SEDUC/MT). Verificamos na posição da Secretaria, uma certa confiança em afirmar que esse sistema é o “melhor método de ensino”. Outrossim, o que notamos na pesquisa é que não há nem um CIS implantado no país, como Sistema Estruturado de Ensino que tenha se concretizado. Deste modo, não há estudos e experiências que evidenciam ou comprovem que o CIS através do SEE seja o melhor método para elevar a qualidade de ensino.

Destarte, é exitoso o investimento para que esse Contrato ocorresse, no certame aqui discutido foi um investimento de 549.000,000 (quinhentos e quarenta e nove milhões), em que todo material e serviço prestado será oferecido por intermédio do CIS realizado entre a

com o governo estadual, estruturaram uma ampla reforma no sistema de ensino que estabeleceu a meta de colocar a educação do Estado do Mato Grosso como uma das cinco melhores do País, num prazo de dez anos. Desse modo “O Brasil avançou muito no processo que permite acompanhar o aprendizado de forma global, mas não consegue usar essas informações para fazer a gestão pedagógica e melhorar os indicadores”, afirma Henrique Paim, ex-ministro da Educação e diretor do Centro de Desenvolvimento da Gestão Pública e Políticas Educacionais da Fundação Getúlio Vargas (FGV DGPE), que está implantando o projeto inédito. Precisa informar o link do site onde retirou a notícia. Link: Governo e empresários se unem para levar educação no Estado ao ‘top 5’ do País (odocumento.com.br).

Secretaria e a FGV-DIAN. O SEE apresentou resultados positivos em seu primeiro ano de operação (2021), segundo dados emitidos pelo Centro de Desenvolvimento da Gestão Pública e Políticas Educacionais DGPE- FGV. O Indicador⁴⁴ do Processo de Ensino e Aprendizagem do Ensino Fundamental (do 2º ao 9º ano) e Ensino Médio (1º ao 3º ano) do Mato Grosso registrou um crescimento de 18,9% em 2022, passando de 4,29 para 5,1 como média. O crescimento corresponde ao período do primeiro ano de vigência do contrato assinado em dezembro de 2021 entre a FGV DGPE e o Governo do Estado para implementar o Sistema Estruturado de Ensino em Mato Grosso. O objetivo maior é que o nível de aprendizagem dos estudantes da rede estadual de ensino aumente 60%. Henrique Paim diretor do DGPE destaca que:

O Sistema Estruturado de Ensino de Mato Grosso é pioneiro no País. O Estado foi o primeiro a assinar com o DGPE FGV um Contrato de Impacto Social (CIS) que prevê cumprimento de metas de melhoria de nível de aprendizagem dos alunos a longo prazo. Henrique Paim destacou os resultados do primeiro ano do projeto. “Em 2022, foram realizadas 700 mil avaliações. O processo de formação continuada mobilizou mais de 13 mil professores e 3 mil coordenadores. Dos materiais didáticos previstos, 100% previstos foram entregues as mais de 700 escolas da rede estadual, que também elaboraram 98% dos planos de ação previstos para a implementação do Circuito de Gestão da Aprendizagem.” (Portal FGV DGPE, 2022).

Por conseguinte, merece destaque a quantidade de provas aplicadas e a periodicidade dessas que são bimestrais, a pressão sobre o trabalho extenuante do docente e as “formações” em plataformas digitais, tanto quanto, a demanda que os gestores vêm sofrendo em cumprir as determinadas metas por resultados. Destacamos também, que houve⁴⁵ caso de exoneração de diretores que não cumpriram as referidas metas. Aqui fica um questionamento, toda essa ação em torno desses resultados por eficiência de alunos e professores são realmente necessários para se fazer uma educação pública de qualidade?

Para tanto, esse cenário de reconfiguração das políticas públicas estaduais matogrossenses-grossenses, confirma a abertura para a participação do setor privado na educação e que vem se intensificando, com a materialização e operacionalização do CIS. Essa relação expande e abre cada vez mais novas oportunidades de negócio, seja no incentivo direto a

⁴⁴ O resultado de avaliação foi apresentado pelo secretário de educação Alan Porto, e pelo diretor do Centro de Desenvolvimento da Gestão Pública e Políticas Educacionais da Fundação Getúlio Vargas (FGV DGPE), Henrique Paim, na abertura da Semana Pedagógica 2023 da SEDUC/MT realizada em Várzea Grande MT. <https://dgpe.fgv.br/noticias/mato-grosso-indicador-de-ensino-e-aprendizagem-cresce-189-no-primeiro-ano-do-sistema-1>. Consulta realizada em: 17 de out. de 2023.

⁴⁵ Mais de 60 educadores são exonerados de cargos de direção em MT - PP (primeirapagina.com.br). Acesso em: 01/12/2023.

parcerias para a ampliação do atendimento em creches (Adrião; Borghi, 2008), seja na disseminação de sistemas privados de ensino, que consistem em apostilas e ferramentas de gestão administrativa e pedagógica vendidos aos Municípios por grupos empresariais com ações na bolsa de valores (Adrião et al., 2016). Em nosso exemplo foram vendidos para a todo o Estado implantar na rede pública estadual de ensino.

Abaixo quadro demonstrando as turmas que foram avaliadas e os resultados obtidos no primeiro ano (2021) de execução do CIS em Mato Grosso.

Quadro 32 - Representa o Indicador de Ensino e Aprendizagem das Avaliações Externas aplicadas nas referidas turmas da rede estadual de Mato Grosso.

SÉRIE	IPEA-MT ENTRADA	IPEA-MT SAIDA
2º Ano Fundamental	4.99	6.02
3º Ano Fundamental	4.89	5.38
4º Ano Fundamental	4.65	6.13
5º Ano Fundamental	4.66	5.95
6º Ano Fundamental	4.58	5.21
7º Ano Fundamental	4.62	5.36
8º Ano Fundamental	4.56	5.44
9º Ano Fundamental	4.10	5.71
1ª Série do Ensino Médio	3.56	3.98
2ª Série do Ensino Médio	3.37	3.46
3ª Série do Ensino Médio	3.17	3.41
IPEA MT- MÉDIO	4.29	5.10

Fonte: Portal FGV DGPE

Esses dados foram apresentados na abertura da Semana Pedagógica 2023 da SEDUC/MT o diretor da FGV DGPE participou do painel “Sistema Estruturado de Ensino: Diagnóstico 2022 e Perspectiva para 2023. Como notamos, os indicadores se elevaram conforme afirma a FGV- DGPE, em todas as séries avaliadas. Segundo os gestores da Secretaria de Educação o Indicador do Processo de Ensino e Aprendizagem – IPEA/MT, a avaliação foi positiva, ocorrendo nas turmas acima descritas, e proporcionando um cenário educacional mais decisivo para o cumprimento das metas definidas no Programa Educação-10 anos, programa que faz parte do Sistema Estruturado de Ensino- SEE, estabelecida entre o Governo do Estado e a Fundação Getúlio Vargas. Essas avaliações ocorrem todos os bimestres, e são denominadas de avaliações processuais, que também ocorrem no final do ano letivo, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, nas quais é analisada a evolução da aprendizagem por meio de provas realizadas pelos estudantes de toda rede pública estadual durante o ano.

O Índice de Aprendizagem cresce 28,4% em 2022; “nos anos finais são maiores os desafios”, afirma o secretário de educação do estado. Esse índice é responsável por medir a

proficiência dos estudantes da rede pública estadual de educação em Língua portuguesa e Matemática. Esse crescimento do indicador, foi realizado pela Seduc/MT em parceria com a FGV- DIAN. Nesse sentido, foram avaliados estudantes dos mesmos anos, como citamos acima. Como observamos, no primeiro ano de avaliações, a média do indicador foi de 4,29. Já em 2022, o IPEA subiu para 5,51%. Segundo o Secretário o resultado foi melhor nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Para o ex-ministro da Educação e Diretor da FGV, Henrique Paim, “Mato Grosso tem feito esforços significativos para se tornar referência nacional no ensino público e proporcionar aos estudantes a esperança de uma vida melhor”. Alan Porto, conclui que houve um crescimento de 18% nos anos iniciais e 10% no Ensino Médio. Nos anos finais do Ens. Fundamental manteve o índice. Deste modo, houve a necessidade de criar a quinta aula para intervir, afirma o secretário de educação em entrevista⁴⁶ a RD News Portal de Notícia de MT.

A justificativa da 5ª aula é a oferta de uma intervenção pedagógica focada na recomposição da aprendizagem. Todas as disciplinas precisam planejar os Planos de Recomposição da Aprendizagem e Compensação de ausências dos alunos. Vale reforçar que as avaliações externas acontecem somente nas respectivas disciplinas (língua portuguesa e matemática). Pontuamos também, que houve formação aos professores dessas áreas no ano de 2023, denominada Formação em Serviço. Para os docentes pertencentes a outras áreas do conhecimento ocorrerá a partir de 2024 a formação por área, na perspectiva de implantar os Planos de Intervenção Pedagógica. Nesse interim, o período pandêmico foi prejudicial aos estudantes, que para isso a proposta de recompor a aprendizagem será com um material didático reunindo as habilidades dos últimos dois anos. E mais, o Secretário explica que para o ano de 2024 serão realizados vários processos de intervenção, principalmente para os anos finais, já que o avanço do IPEA não foi plausível. A meta desse indicador para esse ano é de 6 pontos. O Secretário conclui que para o avanço desse resultado, o investimento em formação continuada para os professores será promissor. Contudo, o IPEA- MT reflete a preocupação com a equidade educacional e com a melhoria da aprendizagem. Como abordamos acima, essa ação está regulamentada pelo Decreto nº 1497 de 10 de outubro de 2022, que dispõe sobre o Programa EducAÇÃO-10 anos no âmbito do Estado de Mato Grosso.

⁴⁶ Índice de aprendizagem cresce 28%; anos finais são maior desafio | RDNEWS - Portal de notícias de MT. Acesso em: 29 de jan. 2024.

Diante do cenário apresentado, corroboramos com os autores Robertson e Verger (2012), pois o CIS representa um passo adiante no contexto conhecido da privatização da educação, ao incorporar a essa dinâmica agentes financeiros interessados em capitalizar com intervenções de “impacto social” nas redes públicas de ensino e que, em uma nova modalidade de roleta financeira, apostam contra o Estado, [...] o CIS abre uma oportunidade de mercado, um novo “edunegócio” (Robertson; Verger, 2012).

Destacamos também que o referido dispositivo em questão foi operacionalizado por meio de um Pregão Eletrônico que para Lima (2014) chama de “autonomia heterogovernada”, da quais decisões se inscrevem sob aparência decisório, dado o grau de centralização de poder que “se abate de forma constante e asfixiante, por processos intrusivos de macrogestão e de controle remoto, designadamente eletrônico, ou então por modalidades de regulação baseadas no mercado, na competição entre fornecedores e nas teorias da escolha pública” (Lima, 2014, p. 1074). Todavia, não significa abandonar completamente as noções de democracia ou de participação, mas adequá-las aos mecanismos necessários para a garantia da eficácia e da competitividade nos sistemas de ensino. Diante dos fatos apresentados, coadunamos com Cássio, Goulart e Ximenes (2018) por entender que o pagamento por resultados que caracteriza o CIS implica em problemas éticos e jurídicos e na educação em particular, implica em problemas político-pedagógicos relacionados à autonomia decisória das escolas.

4.6. A Fundação Getúlio Vargas e o contrato de impacto social: uma nova relação público-privada da nova governança

Iremos pontuar de que forma o Estado vai redefinindo sua função e remodelando sua estrutura e organização diante das novas políticas públicas educacionais implantadas em Mato Grosso. Verificamos que há uma grande mudança no pensamento que define o papel apropriado do Estado no mercado aconteceu a partir dos anos 1990 (Estache, 2001). Essa reforma gerencial, que começou na década de 1980, ficou conhecida como *nova* administração pública (Hood, 1991). Em conjunto com o contexto de escassez de recursos e demandas sociais crescentes dos governos, serviu como alavanca para o surgimento de novas formas de contratação de serviços públicos e maior transferência de responsabilidade a parceiros privados (Guasch, 2004).

Nos tempos atuais, a justificativa de uma reforma tem como propósito acelerar, nas políticas educacionais de âmbito nacional e subnacional, os programas de reforma do Estado

baseados na concepção do que se chama de Nova Gestão Pública (NGP). A justificativa de sua utilização é por tratar de simplificar tomada de decisões da administração pública, de modo a fundamentar a ineficiência e a burocracia exacerbada que ocorre no setor público.

Dessa forma a NGP é entendida tanto em sua diretriz mais geral de aplicação dos conhecimentos e instrumentos de gestão empresarial na administração pública, com vistas a maximizar a eficiência econômica dos serviços e a melhorar sua eficácia relativa a resultados mensuráveis, como em suas proposições comuns: gestão profissional, padronização de objetivos de desempenho, controle de resultados, descentralização dos serviços e competição no setor público (Verger; Normand, 2015). Assim os autores afirmam:

Identificados os elementos característicos centrais da NGP, está se apresenta em configurações de políticas muito diversas; por vezes, ambíguas. Segundo os autores, a depender do contexto nacional, da organização e da capacidade de resistência dos trabalhadores e dos princípios de justiça hegemônicos em dada sociedade, “na hora de adotar a NGP, alguns países colocam mais ênfase no mercado e na privatização, enquanto outros estão mais preocupados com a descentralização responsabilização” (Verger; Normand, 2015, p. 615).

Portanto, a aplicação das diretrizes da NGP não escapa à ambiguidade, como é típico na discussão sobre gestão democrática e autonomia escolar, levantada nesta dissertação para o caso da adesão da rede pública estadual de ensino ao CIS. Outra configuração que podemos apresentar é que, sob o guarda-chuva da NGP, em um mesmo contexto nacional cabem vertentes e ênfases reformistas diversas como descrevem os autores Cássio, Goulart e Ximenes (2018). Nesse contexto a NGP apresenta características de um modelo capitalista e gerencialista, divulgando a satisfação do cliente e prometendo combater desafios e problemas do setor público, como o patrimonialismo e a burocracia (Oliveira, Sant’Anna; Vaz, 2010). Assim para (Camões, 2016; Paz e Odelius, 2021) a NGP tem como argumento uma ideia de eficiência que desafia os gestores públicos no cumprimento de metas objetivando atender às demandas da sociedade.

Portanto, Oliveira e Paula (2014), que criticam a ideia de eficiência da NGP por estar fortemente ancorada na dimensão econômico-financeira, propondo uma eficiência relativa que seja submetida ao controle popular. É nesse caminho que se observa o quanto o CIS materializado em Mato Grosso, percorre essa vertente, que trabalha com a competitividade, deixando bem claro que a educação se tornou altamente lucrativo para o setor privado.

Nos reportamos a materialização do CIS, executado pela SEDUC/MT e FGV-DIAN como exposto acima na rede pública estadual de ensino, apresenta possibilidade de regência pela Lei 8.666/93, como citamos anteriormente. Por trazer uma modelagem que a Secretaria de Educação de São Paulo também estabeleceu a minuta do edital do CIS brasileiro, nos faz ponderar algumas observações sob o ordenamento jurídico brasileiro e a operacionalização do CIS. Para tanto, a Lei 8.666/93 – Lei de Licitações disciplina as regras para que a contratação com o particular seja orientada para o interesse geral, objetivando a escolha mais vantajosa para a administração pública.

Como citamos anteriormente, o fundamento legal do CIS mato-grossense segundo a Licitação – Extrato do Termo de Contrato nº 081/2021, está alinhado a Lei Federal nº 8.666/1993, Decreto Estadual MT nº 840/2017 consolidado nos preceitos de Direito Público e, supletivamente, nos Princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado e suas alterações legais posteriores.

Sobre a regência do CIS a lei 8.666/93 em seu artigo 6, IX apresenta um projeto básico detalhando os requisitos que o intermediário - o contratado, deverá sugerir durante a implementação do serviço. Contudo, essa exigência da Lei em trazer um objeto de contrato em detalhes, de certa forma, limita a contratada na sua inovação de estratégia ou ajustes durante execução do serviço, porque estaria totalmente vinculado a esse objeto e projeto básico.

Outra questão a pontuar, é a análise da possibilidade de regência dessa Lei, em seu artigo 7º do § 3, expõe a vedação acerca do conteúdo de contrato administrativo. Desse modo, engessando o objeto de contrato, vedando a obtenção de recursos financeiros. Entretanto, tal regra de o CIS por este mecanismo justamente conter a figura dos investidores como um dos atores principais.

No entanto, o CIS nos leva a considerar alguns pontos relevantes. Tais como, a diversidade de leis que foram necessários para operacionalizar na rede de educação do estado. É sabido, que não há um ordenamento jurídico específico no Brasil, que regulamente esse tipo de Contrato. Nota-se que há uma grande aplicação de leis que possam dar conta da jurisdição do CIS mato-grossense. Para tanto, são muitas as possibilidades utilizadas pela Administração Pública para respaldar a implantação e implementação desse Contrato na rede estadual de ensino do estado.

Todavia, destacamos que os NIS (também denominados negócios de impactos sociais) caracterizam-se como propostas de organizações que mesclam diferentes lógicas institucionais

e que até há poucos anos eram vistas como dissociadas – a da iniciativa privada (com fins lucrativos) e a do terceiro setor (sem fins lucrativos) (Battilana; Lee; Walker; Dorsey, 2012). Essa é a reconfiguração do ordenamento jurídico brasileiro na tentativa de apresentar um marco legal para que o CIS seja definitivamente legalizado no país.

[...] os NIS atuam de modo a complementar políticas públicas, por agregarem “às atividades da iniciativa privada soluções para os problemas sociais e ambientais até então endereçados exclusivamente por iniciativas filantrópicas ou pelos órgãos do governo” (Maciel, 2020, p. 4).

Assim, vão surgindo diversas nomenclaturas que possam dar sustentação a licitações e contratações que priorizam a celeridade nos processos administrativos, envolvendo o ente público com o privado. Corroboramos com Rosolen; Tiscoski; Comini (2014) quando afirmam que a centralidade da missão social no modelo de negócio frequentemente leva a um perfil de prestação de serviços públicos, tornando comum a contratação ou o financiamento de negócios de impacto por meio de recursos governamentais.

Para tanto, esses novos negócios que visam impacto social vão se avolumando e implicando o acesso a mecanismos de financiamento, em paralelo com a prestação de serviços públicos (Trombka; Rodrigues, 2021, p.12). Diante desse caminho, em que há financiamento do poder público sobre resultados baseados em métricas definidas entre os atores envolvidos nesse processo, Musgrove, (2011) afirma: “O financiamento baseado em resultados é definido como qualquer programa em que o contratante estabelece incentivos, financeiros ou não, para que se entreguem produtos ou resultados predefinidos e recompensa seu alcance após a verificação (MUSGROVE, 2011, p. 13).

Destarte, sob o ponto de vista da gestão do orçamento pelo Poder Público, tem crescido o interesse na criação de mecanismos que privilegiem os pagamentos por desempenho (Quélin; Kivleniece; Lazzarini, 2017). É nessa lógica, pontuamos que a FGV apresenta um grande interesse nessa relação com a Administração Pública, seu histórico no campo educacional demonstra essa prática. Deste modo, na literatura brasileira não existe um marco legal para lidar com esse estímulo, às atividades de impacto social. Nesse caminho, em 2019 a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) do Congresso Nacional, realizou uma audiência pública com convidados que relataram as

experiências do mundo e no Brasil sobre o CIS. Dentre os convidados fizeram presentes⁴⁷ o professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) João Manoel de Lima Júnior, Daniela Arantes (BNDES), Dr. Lucas Maciel (Ministério da Economia), Eric Sawyer - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IBS), Fábio Deboni - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), Gilberto Ribeiro (Vox Capital), Carlos Roberto Scretas (Instituto de Cidadania Empresarial – (ICE) e Alexandre Ambrosini (SEBRAE).

É possível constatar, em suma que a temática dos investimentos e negócios de impacto, progressivamente tem ganhado força e ocupado espaços nos governos com diferentes plataformas políticas e arcabouço distintos na Administração Pública, fortalecendo a formação de novas agendas, que direcionam essa nova propositura à investimentos financeiros vultuosos, sob as finanças do poder público (grifos do autor, (Tromdka; Rodrigues, 2021 p. 29).

Observa-se o quanto há defensores para regulamentar o CIS e expandir através dessa nova ferramenta administrativa a relação entre o setor público e privado, inclusive autoridades públicas brasileiras e o professor da FGV. A literatura nos revela que não há um ordenamento jurídico específico para esse tipo de Contrato, porém os esforços em regulamentar no país são muitos. Como exemplo citaremos o CIS implantado na rede de educação paulista; o CIS na rede de saúde de Ceará e agora a operacionalização do CIS em Mato Grosso. O suporte jurídico está baseado nas leis de licitações a 8.666/1993 e a Lei nº 12.462/2011 que institui o regime diferenciado de contratações públicas, que tratam de forma geral da possibilidade de contratações entre o ente público e o privado, não garantindo a regulamentação legal do CIS no país. É notório a quantidade de leis, decretos e portarias que a SEDUC/MT teve que utilizar para justificar o Contrato.

Nesse sentido, destacamos também que há um Projeto de Lei do Senado nº 338/2018⁴⁸, de autoria do senador Tasso Jereissati (PSDB/CE) apresenta como assunto Administrativo Público- Licitações e Contratações que na ementa dispõe sobre o Contrato de Impacto Social

⁴⁷ Projeto de Lei nº 3284/ 2021, de autoria do Gabinete do Senador Rodrigo Cunha, traz como assunto a Administração Pública/ Terceiro Setor/Parceria Público- Privado e Desestatização Meio Ambiente-Desenvolvimento Sustentável que propõe estabelecer o Sistema Nacional de Investimento de Impacto (Simpacto) e institui a qualificação da Sociedade de Benefício. No art. nº 5 O Poder Público pode celebrar contrato de impacto social com entidades que desempenhem atividades econômicas de relevante impacto social com o objetivo de financiá-las, nos termos da legislação específica. E no Art. 6º O Poder Público deve formular políticas públicas de incentivos aos investimentos e negócios de impacto. Fonte: PL 3284/2021 - Senado Federal. Acesso em: 24 de out. de 2023.

⁴⁸ Pontuamos que o estado do Ceará é uma das primeiras unidades da Federação a tentar implantar o modelo de CIS, entretanto dada a ausência de um marco regulatório específico, o programa não foi exitoso e como notamos é visível a tentativa de utilização desse instrumento administrativo no âmbito nacional. Artigo Formação de agenda legislativa para os CIS: Análise de um projeto de lei em tramitação, autores: Ilana Trombka e Juliana Rodrigues.

(CIS). A explicação da ementa dispõe que o CIS é um acordo de vontades por meio do qual uma entidade pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, se compromete a atingir determinadas metas de interesse social, mediante o pagamento de contraprestação do poder público, condicionada à verificação, por agente independente do atingimento do objetivo. A situação atual do Projeto de Lei apresenta-se tramitação encerrada por decisão arquivada ao final da Legislatura (ar. 332 do RISF).

Outro ponto pertinente sobre as tentativas de regularizar o CIS no Brasil⁴⁹, é o Projeto de Lei nº 838/2019 que na ementa dispõe sobre a celebração de Contrato de Impacto Social no âmbito do Estado, do autor Heni Ozi Cukier, nesse sentido o projeto de lei celebra o CIS no âmbito do estado de São Paulo.

Contudo, a transição para um novo regime de licitações iniciou a 2 anos atrás, especificamente em 2021, pela promulgação da Lei Federal nº14.133/2021 (nova Lei Geral). Anteriormente, a modernização das licitações e tentativa de desburocratizar os processos foi buscado através do RDC que inclusive o CIS de Mato Grosso utilizou em seu processo.

De certa forma, a sociedade civil, apresenta muitos interesses em estabelecer relações estreitas com a Administração Pública que acabam se adequando a complexidade negocial dessas novas modalidades de contratos. Esse contexto, leva ao surgimento do fenômeno do “contratualismo” em que o Estado amplia a utilização das modelagens tradicionais já tipificadas e incorpora outras modalidades de contrato administrativo (de natureza tipicamente de direito privado): os chamados contratos atípicos (Ribeiro, 2018, p. 35-36). Sendo assim, Cordeiro (2003) reconhece:

a maioria dos casos, todavia, os contratos atípicos terão se derivado de modelos típicos previstos pelo legislador, por combinação, modificação ou adição de elementos diversos daqueles originários do tipo. As partes têm a possibilidade de incluir em um único contrato cláusulas derivadas de diversos tipos contratuais ou cláusulas por elas mesmas criadas, combinadas àquelas ou não, podendo ou não ser necessário o emprego de disposições de adaptação que assegurem a concatenação e a manutenção da unidade das diversas obrigações pactuadas (Cordeiro, 2003, p.45).

Evidenciamos a inúmeras tentativas de regulamentar o CIS no Brasil, e o quanto que entidades/fundações/instituições privadas se interessam em celebrar esse tipo de contrato com o setor público. Nosso exemplo apresenta a FGV e seu percurso em nível mundial, país e agora

⁴⁹ O Projeto de Lei nº 388/2019 dispõe sobre a celebração de Contrato de Impacto Social (CIS) no estado de São Paulo, do autor Heni Ozi Cukier, teve sua última movimentação na Assembléia Legislativa no dia 10/04/2023, projeto arquivado pelo setor de arquivo da Caixa 19.01.050. Link: Projeto de Lei nº 838, de 2019 (PL 838 / 19) (al.sp.gov.br). Acesso em: 24 de out. de 2023.

estadual, sendo uma das autoras que se destacam em oficializar contratos com os Governos. Ressaltamos também que algumas das referências utilizadas são de profissionais que estudaram ou estudam na própria instituição aqui supracitados.

Diante disso, a FGV -DIAN celebra um CIS assinado via consórcio com a Secretaria de Estado e Educação de Mato Grosso, que apresenta vigência de cinco anos (2021-2025) envolvendo fornecimento de um Sistema Estruturado de Ensino que inclui materiais didáticos pedagógicos (impresso e digital), como o objetivo de melhorar o desempenho educacional dos estudantes em diversas áreas do conhecimento. Sendo assim, a contratação foi realizada através de um consórcio realizado por meio do CIS, em que o Estado paga por um resultado de uma política pública medido por um avaliador independente. Entretanto, é importante observar que houve uma impugnação ao Recurso Administrativo elaborado pelo Consórcio Soluções Moderna, apresentado pela FGV-DIAN. O que nos leva a concluir, que a execução do CIS pode enfrentar desafios e obstáculos legais como o Parecer⁵⁰ do TCE/MT indica a dificuldade de compreensão das concorrentes do certame.

Quanto a concorrência pública do edital nº 02/2021/SEDUC processo nº 16103/2021, da Licitação instituída pela Portaria nº 068/2021/GS/SEDUC/MT há um recurso à FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, na condição de licitante e representando o consórcio FGV-DIAN vem, respeitosamente, apresentar impugnação ao recurso administrativo elaborado pelo consórcio Soluções Moderna, disponibilizado no sítio da Secretaria Estadual de Educação em 17.11.2021. Os critérios são I- Prazos; II- Alegações formuladas pelo consórcio Soluções Moderna no recurso administrativo ora impugnado. Conforme o julgamento da proposta técnica e preço exposto acima, o edital da licitação seguiu os seguintes parâmetros:

Na linha do que já foi aduzido no Recurso Administrativo apresentado por esse Consórcio FGV-Dian quanto ao Julgamento da Proposta de Técnica e de Preço, cabe voltar a dizer que, na condução do presente certame, essa Comissão de Licitação tem olvidado do cumprimento de algumas exigências estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993, que rege o EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PUBLICA N.º

⁵⁰ O Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE/MT), julgou regulares com ressalva as contas anuais de gestão da Secretaria de Estado de Educação referente ao exercício de 2021, sobre o relatório do conselheiro Antônio Joaquim, que determinou a instauração de Tomada de Contas Especial para apurar possíveis danos ao erário, decorrentes da Concorrência Pública 002/2021, que diz respeito ao fornecimento de Sistema Estruturado de Ensino para alunos da rede pública do estado de Mato Grosso pelo período de 5 anos. O conselheiro também aplicou multa ao gestor e servidores da Pasta, tendo emitido uma série de recomendações e determinações, incluindo a adoção de providências para adequação das metas do Plano Estadual de Educação (PEE) e o Plano Nacional de Educação (PNE). Deste modo a Secretaria deve observar por exemplo, os princípios constitucionais da economicidade e da eficiência com finalidade de evitar a incompatibilidade entre o Termo de Referência do certame e o modelo de Contrato de Impacto Social, considerando a existência de remuneração por resultados alcançados pela contratada. Fonte: Tribunal de Contas - MT (tce.mt.gov.br). Acesso em: 01/12/2023.

002/2021/SEDUC, conforme determinado no seu preâmbulo (Comissão de Licitação instituída pela Portaria nº 068/2021/GS/SEDUC/MT).

Para além disso, a existência do recurso⁵¹ sobre o certame em. que as concorrentes Mens Editora Participação Ltda, Consórcio Soluções Moderna e FGV-DIAN apresentassem o modelo de um Sistema Estruturado de Ensino à SEDUC/MT, respeitando o descrito no edital 002/2021. Outro item que frisamos sobre o Recurso solicitado a Comissão do Edital de Licitação Concorrência Pública nº 002/2021/SEDUC, é a busca de um esclarecimento sobre “A proposta de preços, exposto no item 12.5 dos moldes do Anexo II do referido edital, no que diz respeito o preço referência e o preço mercado que não ficou claro, que por sua vez está descrito no Termo de Referência deste edital (Anexo I), nas páginas 15 e 16. Abaixo o “Modelo de proposta de Empresa” contido no Anexo II do Edital prevê a necessidade de que sejam preenchidos o valor unitário e o valor total, que segundo o Consórcio Soluções Moderna gerou conflitos de interpretação. Abaixo imagem do quadro a ser preenchido pelos interessados que houve dúvidas por parte da requerente.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

ANEXO I
DESCRIÇÃO E QUANTITATIVO

LOTE ÚNICO					
Item	Descrição	Un. Med.	Quant.	Valor Unitário R\$	Valor Total Anual R\$
I	Contratação de empresa especializada por meio de Contrato de Impacto Social - CIS para o fornecimento de Sistema Estruturado de Ensino, compreendendo materiais didáticos pedagógicos (impresso e digital), visando o aprimoramento do desempenho educacional dos estudantes da rede pública de ensino do Estado de Mato Grosso em diversas áreas do conhecimento, com serviços especializados de capacitação dos profissionais da educação (in loco/plataforma digital).	UN	370.692		
TOTAL /GLOBAL R\$					
Valor total/global por extenso:					

Fonte: Termo de Referência 001/2021.

⁵¹ JULGAMENTO DE PROPOSTA TÉCNICA E PREÇO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 2/2021/SEDUC Processo nº 16103/2021.

Os argumentos lançados no Recurso Administrativo que fora impugnado, salienta também sobre o fornecimento de um SEE para rede pública estadual de ensino de Mato Grosso. Destarte o posicionamento do Consórcio FGV-Dian acerca da correta interpretação das normas editalíssimas referentes à confecção e apresentação da proposta de preços e da dificuldade de compreensão do assunto que foi enfrentada pelo Consórcio Soluções Moderna - conforme declarado em seu Recurso Administrativo - e pela empresa Mens Editora Participação Ltda. Sendo assim, justifica-se:

É que a referida recorrente, embora seja do ramo editorial, aparentemente não conseguiu compreender o alcance de um Contrato de Cessão de Direitos Autorais e não compreende que os atestados obtidos pela Cedente, por óbvio, se estendem à Cessionária, que passa a dispor dos direitos autorais das obras envolvidas [...] É que, ainda que todos os argumentos por ela lançados em suas várias manifestações neste feito fossem acatados e este Consórcio FGV-Dian, por hipótese, fosse inabilitado ou desclassificado, ou, por fim, sua Proposta de Técnica + Preços não fosse a vencedora, como é, a contratação pretendida pelo Consórcio Soluções Moderna não poderia se concretizada, pelo simples fato de que o material que apresentou não atende à legislação educacional (JULGAMENTO DE PROPOSTA TÉCNICA E PREÇO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 2/2021/SEDUC Processo nº 16103/2021).

Consequentemente, diante do cenário abordado é declarado ao Consórcio FGV-DIAN vencedor do certame por apresentar pontuação superior na Avaliação de Técnica de Preços, como de regularidade da sua Proposta de Preço e da legalidade de material apresentado. Depreende-se, que o CIS, apresenta algumas lacunas contratuais, desafios e obstáculos que acabam trazendo dificuldades na sua materialização, como observamos no exemplo acima.

A forma de atuação dessas instituições no que tange ao currículo, vem sendo cada vez mais voltada à elaboração de modelos pré-definidos que não apenas influenciam o trabalho docente, mas podem reduzir sua atuação à etapa de aplicação. Como pode ser identificado no caso das propostas da FGV-DIAN, juntamente com a SEDUC/MT, que através do consórcio materializam o CIS na rede pública estadual de ensino do estado. E nesse caminho o trabalho pedagógico vai se diferenciando e o docente é significado como o parceiro a ser “ajudado”, porque sua formação é deficitária, necessitando de formações online ofertados por empresas privadas, interessante frisar que não se discutem os problemas reais das escolas, propiciam cursos que acreditam ser importantes para o professor e que essas horas obrigatórias cursadas são suficientes para elevar a qualidade do ensino.

Outro quesito que tira a autonomia da escola e consequentemente do professor é a distribuição de material estruturado, que substituem o livro didático. Os livros são selecionados pelos docentes, através de reuniões em que os docentes por área se agrupam para discutir, analisar e assim definir qual a melhor proposta a ser implantada no currículo da escola que

esteja alinhado com o Plano Político da Escola, e assim que esse material seja adaptável à realidade escolar. Situação essa que não ocorre mais nas escolas estaduais de Mato Grosso desde 2021, quando se implantou o CIS. A vantagem da definição pelo professor, é a possibilidade de manusear junto com seus pares, todo conteúdo programático e planejar juntos quais e como serão discutidos os conteúdos e projetos que serão desenvolvidos durante o ano letivo. Já o material estruturado, vem com conteúdo sintetizado, porém que abrangem uma grande quantidade de unidades durante o bimestre, forçando o professor a desenvolver e executar nas referidas turmas uma quantidade enorme de conteúdo, em que na maioria das vezes não são assimilados pelos alunos, devido a quantidade e cobrança em cima desse material do SEE, visando assim a quantidade e não a qualidade do percurso pedagógico.

Compreendemos que quando o professor tem autonomia planeja conforme o ritmo dos estudantes e da turma a melhor proposta e estratégia metodológica a ser desenvolvida em sala, e dessa forma os resultados são mais positivos e satisfatórios. Outrossim, Mészáros revela que o sistema educacional formal desde muito serve ao capital “a educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito do sistema do capital” (Mészáros, 2005, p.35).

Para tal propósito na sociedade contemporânea, percebe-se que a educação empreendedora surgiu com o objetivo de criar no aluno a postura adequada para as mudanças que o capitalismo pede. Dessa forma, como o empreendedorismo na escola, a teoria do capital humano estimula a escola na transmissão de valores e habilidades de respondam aos interesses do sistema econômico vigente (Laval, 2004). Nesse âmbito, compreendemos que a educação empreendedora é uma abordagem pedagógica que visa desenvolver nos alunos habilidades e competências de empreendedorismo, para que assim, os estudantes possam atender as demandas do mercado de trabalho no capitalismo contemporâneo.

Sendo assim, a teoria do capital humano, frisa a importância de postura para promover o crescimento econômico como pilar essencial dessa abordagem. Devemos ter um direcionamento de políticas públicas educacionais, que fomentem uma educação de qualidade, que capacite os discentes a se tornarem agente de mudança em suas próprias vidas e comunidades, promovendo a inovação, a criatividade e o pensamento crítico. O individualismo e concorrência, próprias da teoria do capital humano e do neoliberalismo, justificam a ordem das posições sociais e propagam os ideais do mercado, como confirma Frigotto (2001, p. 61).

De acordo com a Teoria do Capital Humano, investir nos indivíduos e promover o aumento de sua produtividade pode levar à mobilidade social e melhor distribuição de renda por meio da preparação adequada para o trabalho. Frigotto (2001), afirma que como elemento de uma função de produção, o educacional entra sendo definido:

pelos critérios de mercado, cujo objetivo é averiguar qual a contribuição do “capital humano”, fruto do investimento realizado, para a produção econômica. Assim como na sociedade capitalista os produtos do trabalho humano são produzidos não em função de sua “utilidade”, mas em função da troca, o que interessa, do ponto de vista educativo, não é o que seja de interesse dos que se educam, mas mercado (Frigotto, 2001, p. 67).

Neste contexto, o ato educativo, definido como prática política e social, é reduzido a um SEE, isto é, um pacote de serviços pedagógicos fornecidos a alunos e professores da rede pública estadual de ensino de Mato Grosso, através de um consórcio realizado entre SEDUC/MT e FGV-DIAN que juntas apresentam e desenvolvem a visão de capital humano reforçando a perspectiva meritocrática e gerencialista dentro do processo escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo analisar as implicações do Contrato de Impacto Social (CIS) implementado na rede pública estadual de ensino de Mato Grosso do período de 2021 a 2026. Ao desvelar o problema da pesquisa, identificamos que o CIS é uma estrutura que envolve muitos atores em sua constituição, dentre esses o Estado, o Investidor, o Avaliador e a Sociedade. Pontuamos também, que essa nova ferramenta administrativa não tem um ordenamento jurídico específico que legalize sua atuação no Brasil. São várias legislações brasileiras que foram utilizadas para que o CIS no estado pudesse ser executado no país. Sublinhamos também que essa pesquisa é inédita no país, a busca na literatura, concretizada no balanço de produção constatou o ineditismo da produção.

Importante frisar que esse instrumento administrativo, teve sua primeira experiência em 2010 e de lá para cá veio se estabelecendo. Em nível nacional a primeira experiência foi no estado de São Paulo (Ribeiro, 2018) e outra tentativa de operacionalização no Ceará na área da saúde. Desse modo, o estado de Mato Grosso traz a materialização do CIS em toda rede estadual

pública do estado, com foco em uma suposta qualidade do ensino. Para sua implementação algumas mudanças ocorreram em âmbito legislativo, administrativo e educacional. O Contrato favoreceu algumas mudanças no âmbito escolar como a viabilidade do Decreto nº 256 que regulamenta a Lei nº 756/2023, que dispõe sobre a Gratificação Anual por Eficiência e Resultado dos profissionais da Educação Básica, que alterou a Lei Complementar nº50/1998 que dispõe sobre a carreira dos Profissionais da Educação Básica. E desse modo, alterando a autonomia da gestão e dos docentes que cada vez mais ficam à mercê dessa nova ordem neoliberal, inferindo nas políticas públicas educacionais uma visão de mais valia recai sobre os professores, em que a produtividade é avaliada a todo momento, deixando-os exaustos. A demanda de avaliações externas de entrada, diagnóstica, somativa e formativa foram enormes e ocorreram todos os bimestres em todas as escolas do estado. O programa tem o intuito de elevar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do estado a um dos melhores do país, de modo que Mato Grosso alcance até 2026 o 10º lugar no ranking da educação aferido pelo Ideb, tanto dos níveis de ensino fundamental quanto do ensino médio; os planos se estendem até 2032 como o objetivo de chegar ao 5º lugar em todos os rankings. Atualmente, o Estado ocupa a 19ª posição, no caso do ensino médio, e a 15ª posição em relação ao ensino fundamental.

Para cumprir as metas projetadas nesse Contrato ocorrido por meio de um consórcio entre SEDUC/MT e FGV-DIAN com prazo de cinco anos, uma das projeções é melhorar a qualidade do ensino do estado, através de um Sistema Estruturado de Ensino (SEE) em que há oferta vários serviços, esse sistema incorpora apostilas para professores e alunos, formação para docentes com determinada carga horária, assessoramento da empresa contratada para liberar acesso a estudantes e professores na Plataforma Plurall, com possibilidade ocorrer um maior feedback dos alunos para com o professor via digital. Essa plataforma também auxilia o acompanhamento e execução dos simulados e avaliações exigidas pelo CIS. Esse pacote de serviços pedagógicos oferece uma gama de atividades com o intuito de avançar nos indicadores externos.

Salientamos que a Escola Conectadas é outra plataforma que apresenta como parceiros a Fundação Vivo e La Caixa, entidades privadas que incorporam suas dinâmicas no campo educacional, remodelando e reconfigurando o fazer pedagógico dentro da sala de aula. Durante esse período de três anos, as escolas estaduais de Mato Grosso, sofreram muitas interferências no fazer educativo, implicando assim a organização e efetivação nas aulas dos professores regentes. Foi um momento de muita pressão sofrida pela gestão, professores e alunos. Durante

esses períodos, a preocupação maior era ascender a média do estado (aferida pelo IDEB). Ressaltamos também que o SEE é considerado pela gestão do estado uma das melhores metodologias de ensino que inclusive são aplicadas em redes privadas de ensino. Observamos o quanto o ensino privado, quando norteado pelo poder privado, transmitem à sociedade e até ao próprio poder público, uma visão de maior eficiência e credibilidade, e nesse ritmo um precursor de elevado nível de qualidade da educação.

Diante dos fatos, a cobrança foi só aumentando e uma mudança radical desse SEE foi a retirada do livro didático das unidades escolares. O processo de escolha do livro didático, é riquíssimo.

Compreendemos que o livro didático é ferramenta indispensável para enriquecer os processos de ensino aprendizagem nas instituições de ensino. Tendo uma importância fundamental para o processo de aprendizagem dos alunos, auxiliando o docente na condução das práticas pedagógicas. Para além, contribui na preparação das aulas, no planejamento anual e nas organizações das avaliações internas que mediam o que o aluno aprendeu ou apresenta como dificuldades. Assim o educador, consegue planejar estratégias pedagógicas de intervenções e recomposição da aprendizagem. Nesse sentido, Xavier, Freire e Moraes (2006) acreditam que esse material seja capaz de eliminar os limites existentes entre a ciência e a cidadania, sendo um objeto de constante pesquisa na qualidade a serviço da educação.

Santos e Martins (2011) ressaltam que o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) busca fazer valer garantia desse direito para a educação do país, e vem modificando desde a sua implantação o cenário da educação brasileira. Assim, os livros didáticos propõem abordagens teóricas e metodológicas inovadoras e com qualidade, que buscam apresentar ao educador formas e alternativas diferenciadas de trabalho.

Já o SEE integra apostilas e outros serviços pedagógicos que apresenta como objetivo auxiliar na prática pedagógica do docente, utilizando recursos tecnológicos educacionais, assessoria, formação de professores, em suma, um pacote de serviços didáticos unificados, integrando serviços e produtos. Esse Sistema Estruturado do ensino também é destinado ao professor e alunos.

Consideramos os livros didáticos como caminhos educacionais indispensáveis para enriquecer os processos de ensino e aprendizagem nas instituições de ensino. Desse modo, os docentes reúnem por área do conhecimento e estudam esse material, solicitando exemplares

que trabalhem a realidade da escola, que traga situações e aprendizados que possam ser aplicados e adaptados na vivência da sala de aula.

A ingerência do SEE, não trouxe esse momento nem esse diálogo, ele foi materializado em um momento que todo mundo estava passando por uma pandemia de Covid-19, momento esse oportuno para a assinatura desse CIS. Como observamos, a gestão democrática no ambiente escolar está se esvaindo e os problemas apresentando-se. Esse momento de operacionalização do Contrato, tem proporcionado situações de aflição e insegurança dentro das escolas, pois além das cobranças de elevar a média no IDEB, na prova do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), a demanda de exigências com os professores em cumprir determinada carga horária em cursos ofertado pelo SEE, é rigoroso, comprometendo ainda mais o trabalho do professor e assim sobrecarregando-o.

O CIS em Mato Grosso, foi implantando com o marco legal de algumas Leis, Decretos e Portarias Estaduais, documentos esses supracitado acima e que foram implantados na educação do estado para executar o CIS. Como notamos a formação continuada dos professores foi impactada, podemos perceber que hoje em dia os docentes não se reúnem para discutir a realidade escolar, quais projetos irão desenvolver, como farão e desenvolverão os trabalhos pedagógicos na unidade escolar. Esse modelo gerencial materializado na educação tem engessado a comunidade escolar, até as reuniões e festividades envolvendo as famílias tem diminuído, devido a essa grande pressão de cumprir metas. Transformando assim a escola em uma empresa que tem como meta principal preparar o aluno para o mercado de trabalho, não se preocupando com a vida como um todo, em todos seus aspectos, estamos lidando com vidas e não com mão de obra para o trabalho apenas.

A rede pública estadual de Mato Grosso, se prepara apenas para avaliação externas, trazendo uma perspectiva meritocrática com dias de simulados, dia D do SAEB, com o único propósito de melhora o IDEB do estado em nível nacional. Nesse sentido, notamos que hoje a educação do estado se resume em melhorar índices e o trabalho sobre a formação humana a integralidade e complexidade do ser humano não está sendo levado em consideração. Haja visto que esse modelo gerencial, é altamente excludente pois desenvolve a concorrência dentro do sistema capitalista, e assim pregando uma nova ordem, acerca da educação.

Considerando a acentuação do neoliberalismo sobre ideais políticos- econômicos, em nível global, nota-se que sua influência na vida da sociedade trouxe uma influência maior do capitalismo desenfreado em todos aspectos da sociedade, seja ele educacional, de segurança,

de administração enfim, todos segmentos sociais sofrem interferência dessa ideologia que prega o individualismo, a concorrência em que o valor econômico é considerado superior a outros segmento que implica na sociedade, tornando assim uma sociedade em que a classe burguesa sempre estará no pedestal ditando as regras para a classe trabalhadora.

Nesse cenário, podemos notar o quanto há projetos e programas que aparentemente apresentam metas que visa benefícios sociais, que tragam vantagens a classe menos favorecida. O que percebemos é a união entre o setor público para com o privado estabelecendo objetivos e traçando metas que possam trabalhar juntos. Em que o trabalho realizado pelo setor privado seja financiado pelo poder público. Existe uma grande expansão desse fenômeno em nível internacional e nacional. Todavia, aqui no Brasil o marco regulatório brasileiro, apresenta concessões para que essa relação exista entre o ente público para com o privado. Discutimos no decorrer do texto as leis que amparam essa relação. Porém o que pontuamos é a quantidade de esforços que são mobilizados para que esse tipo de relação ocorra com maior frequência em âmbito nacional e principalmente no campo da educação. Essa área é uma das mais desejadas para que esse tipo de relação ocorra, e já apresentamos durante as discussões o quanto esse fenômeno vem delimitando seus interesses.

Destarte ressaltar, que no Brasil um novo fenômeno que atrela o setor público com o privado está se firmando, através da operacionalização de um contrato entre ambos os agentes possa ser firmado, o denominado CIS, um novo instrumento nos processos administrativos. No país o primeiro foi assinado no Estado de São Paulo, na rede pública de educação, porém foi interrompido, pôr a comunidade escolar entender que esse tipo de Contrato estaria tirando a autonomia da gestão escolar e do trabalho pedagógico dos docentes. No estado do Ceará, também obtivemos outro exemplo, agora realizado pela área da saúde, o propósito era diminuir o tempo de hospitalização dos pacientes.

Em Mato Grosso, temos um CIS assinado pelo consórcio entre a SEDUC/MT e a FGV-DIAN, que foi nosso objeto de pesquisa, contrato esse assinado em 2021 com duração de cinco anos, as metas estabelecidas são elevar os índices do IDEB dos estudantes da rede pública estadual. Para tanto, compreendemos que houve um valor considerável para que esse contrato fosse assinado, valor esse que ultrapassa 500.000,000 milhões de reais. Esse CIS fornece o SEE que é o Sistema Estruturado de Ensino, para toda rede pública do estado, propondo um pacote de serviços educacionais, dentre eles: material apostilado, formações continuadas aos professores, assessoramento na plataforma de exibição dos status dos indicadores de qualidade dos estudantes, por turma e escolas. Deste modo, observamos que a

problemática da pesquisa foi respondida, pois a operacionalização do CIS firmado por meio de um consórcio da FGV- DIAN, com a SEDUC- MT, ocorreu em 2021, com prazo de 5 anos de representatividade financeira substancial aos cofres públicos matogrossense.

Sendo assim, iremos explorar um pouco mais sobre o SEE, qual impacto esse CIS trouxe para a educação do estado e as mudanças ocorridas durante esse processo. Como o Contrato é por cinco anos, ressaltamos que essa pesquisa se organizou em analisar os anos de 2021 a 2026, refletindo e levando em conta esse processo CIS para educação de Mato Grosso. Aqui notamos que o objetivo geral da pesquisa, foi contemplado, pois compreendemos que à junção entre Secretaria de Educação e Fundação Getúlio Vargas-DIAN, se materializou através de um Contrato de Impacto Social. Esse contrato entre o ente público e privado, foi confirmado com a execução de um Sistema Estruturado de Ensino (SEE), aplicado em toda rede estadual de educação.

A própria Secretaria, juntamente com a FGV- DIAN, apresentou os dados coletados através das avaliações realizadas durante esse tempo nas escolas. Dentro dos resultados, segundo os gestores, houve uma melhora na qualidade do ensino, elevando quase 18% o índice do IPA. Salientamos também, que no Termo de Referência do Contrato nº 001/2021, há uma demonstração da diferença do material ofertado pelo PNLD- livro didático para o SEE.

Trata-se de uma análise implementada pela SEDUC/MT via consórcio com a FGV- DIAN de um CIS, que se apresenta em operacionalização na rede pública estadual de ensino de Mato Grosso (2021-2026). Esse contrato visa elevar a qualidade do ensino do estado, através da execução de um Sistema Estruturado de Ensino, que oferta vários serviços e insumos pedagógicos.

É sabido que o SEE, trouxe inúmeras implicações à rede estadual de ensino do estado, onde pudemos elencar os resultados dos objetivos específicos da pesquisa. Nesse aspecto, constatamos que os valores firmados entre os atores envolvidos foram copiosos, e conseguimos apontar que esse custo sai dos recursos públicos, e está alinhado a quantidade de matrículas efetuadas na rede estadual de ensino de Mato Grosso. Observa-se a privatização da educação ocorrida em Mato Grosso, se trata da privatização do currículo. Pois é notório que esse SEE, apresenta vários serviços, dentre eles, apostilas bimestrais entregues a todas as escolas da rede. Enquanto isso, os livros didáticos ficam em desuso nas prateleiras das bibliotecas escolares, comprovando o quanto de recurso público é mal utilizado.

A forma de execução do CIS, abordamos de forma detalhada embasada no Termo de Referência 001/2021, que trouxe muitas informações, dentre elas os valores por ano, como o processo licitatório ocorreu e como foi executado o referido contrato. Para tanto, as metas foram estabelecidas por ano, em que o pagamento só seria efetuado através de resultados estipulados pelos atores envolvidos. Uma das formas de aferição do CIS foi a realização de avaliações externas, aplicadas pela própria FGV-DIAN, em toda rede pública estadual de Mato Grosso. A FGV-DGPE- Centro de Desenvolvimento da Gestão Pública e Políticas Educacionais foi a instituição que desenvolveu e aplicou as avaliações nas escolas.

Diante do contexto apresentado, reportamos que o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), divulgou que o Tribunal de Contas (TCE) do estado de Mato Grosso, reconheceu que o contrato entre a SEDUC/MT, através de um Consórcio com a FGV- DIAN, foi vantajoso para o Estado. Em treze de dezembro de dois mil e vinte e três (13-12-2023), o TCE reconheceu a lisura e a transparência no contrato firmado entre SEDUC-MT e FGV-DIAN. Consideramos importante, esclarecer que houve um processo anterior com ressalvas do TCE de Mato Grosso. Destarte, o TCE acatou o Pedido de Reconciliação apresentado pelo Estado, em relação ao Acórdão 31/2023. Desse modo, as Contas Anuais da SEDUC/MT referentes ao exercício de 2021, forma consideras regulares, sem ressalvas, e todas as multas e determinações direcionadas à pasta foram excluídas do Acórdão 31/2023/TP.

Contudo, as inferências desse instrumento administrativo, está modificando o fazer pedagógico dentro das escolas. As cobranças e exigências por resultados numéricos são enormes. A comunidade docente, está se tornando apenas um aplicador de simulados, pois esse instrumento avalia os resultados educacionais através de projeções estipuladas e valores numéricos. O ensino aprendizagem na rede pública estadual de Mato grosso, está tomando novos rumos, novas reconfigurações, e o docente está se sentindo sobrecarregado de tantas tarefas que aumentam o caráter burocrático da administração escolar, documentais exigidas com os novos planos de intervenção pedagógica, em que destacamos Plano de Recomposição da Aprendizagem e Plano de Compensação de ausências, com intuito de alcançar o Indicador do Processo de Ensino Aprendizagem- IPEA no estado. dessa forma, esse indicador é utilizado pelas instituições envolvidas, que através da aplicação de avaliações de português e matemática, são empregadas para toda rede pública de ensino de Mato Grosso.

Frisamos que o Sintep-MT tem se posicionado contra a Seduc em relação ao contrato do SEE. Segundo o sindicato foram registradas inúmeras denúncias quanto à falta de qualidade do material, cópias precárias dos livros didáticos gratuito do MEC, e que trazem erros

gravíssimos. Sendo assim, o Sintep-MT defende a nulidade do contrato e reparo ao erário, ressaltando que mesmo com as correções burocráticas não serão revertidos os efeitos nocivos sobre a educação pública.

É notório, que a educação está tomando novos rumos, e que a relação entre o público e o privado acarretam novas redefinições educacionais e, conseqüentemente, uma rede pública de ensino estadual em que a educação é analisada apenas por avaliações de determinados componentes curriculares, como indicador de qualidade é algo já bastante problematizado por estudiosos da área.

Desse modo, acreditamos que essa pesquisa possa contribuir para a realização de mais pesquisas relativas ao estudo do CIS na perspectiva de alinhar-se com estudos que intentam unir conceitos teóricos a uma situação empírica a fim de concorrer para o entendimento dos processos pré-decisórios no âmbito do Estado brasileiro (Ribeiro, 2020). Pois compreendemos e acreditamos que essas tendências têm implicações significativas para a construção de uma sociedade democrática, dada a importância da educação nesse processo. Portanto, é crucial que continuemos a questionar e analisar essas práticas para garantir que a educação permaneça acessível e equitativa para todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABID, Lucas Augusto Nogueira; SCHIEFLER Gustavo Henrique Carvalho. Títulos de desenvolvimento social: utilizando a lógica do mercado de capitais para financiar políticas públicas no Brasil. **Revista digital de direito administrativo**. Faculdade de Direito de Ribeirão Preto Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 69-103, 2016.

ADIB, L. A. N; FREITAS, B. B; LETELIER, L; MITIDIERI, M; & SCHIEFLER, G. (2019, setembro, Contratos de Impacto Social no Brasil: inovação na gestão pública. **Jota**. 2019. Disponível em: <<http://www.jota.info/coberturas--especiais/inoa-e-acao/contratos-de-impacto-social-no--brasil-inovacao-na-gestao-publica-03092019>>. Acesso em: 28 de ago. 2023

ADRIÃO, T. **Dimensões da privatização da educação básica no Brasil a partir de 1990: um diálogo com a produção acadêmica**. Tese Livre Docência. 2015, 227 p.

ADRIÃO, T. *et al.* **Sistemas de ensino privado na educação pública brasileira: conseqüências da mercantilização para direito à educação**. 2015. 113 p. Disponível em: <Disponível em: <http://www.campanaderechoeducacion.org/privatizacion/wp-apyus/wp-content/uploads/2016/01/Peri-Sistemas-de-Ensino-Privado-na-Educa%C3%A7%C3%A3o-P%C3%BAblica-Brasileira-ok.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

ADRIÃO, T. M. F.; GARCIA, T. de O. G. Mudanças organizacionais na gestão da escola e sua relação com o mundo empresarial: aprofundamento da privatização na educação básica brasileira? **Educação: Teoria e Prática**, [S. l.], v. 25, n. 50, p. 432–448, 2015. DOI: 10.18675/1981-8106.vol25.n50.p432-448. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/10286>. Acesso em: 2 abr. 2024.

ADRIÃO, T.; BORGHI, R.; DOMICIANO, C. A. Educação Infantil, ensino fundamental: inúmeras tendências de privatização. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 4, n. 7, p. 285-297, 2010.

ADRIÃO, T.; PERONI, V. A formação das novas gerações como um campo de negócios. In: Aguiar, M. A.; Dourado, L. F. (org.). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. Recife: ANPAE, 2018. p. 49-54.

ADRIÃO, Theresa; GARCIA, Teise. Subsídio Público ao Setor Privado: reflexões sobre a gestão da escola pública no Brasil. Porto Alegre. **Revista Políticas Educativas**. v.7, p.110-112, 2014.

ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera Maria Vidal (Org.). **O público e o privado na educação, Interfaces entre Estado e Sociedade**. São Paulo: Xamã, 2005.

ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera Maria Vidal. **Análise das consequências de parcerias firmadas entre municípios brasileiros e a Fundação Ayrton Senna para a oferta educacional**. Relatório de pesquisa, 2010.

AGUST STRID, A; & RONICLE, J. (2021). **Social Impact Bonds in Latin America - IDB Lab's pioneering work in the region: lessons learnt** (Technical Note N° IDB-TN-2087). Washington, DC: Inter-American Development Bank, 2021.

ALFERES, Maria Aparecida; Mainardes, Jefferson. Um currículo nacional para os anos iniciais? **Currículo sem Fronteiras**, v. 14, n. 1, p. 243-259, jan./abr. 2014.

ALVES-MAZZOTI, A. 1999. **O Método nas Ciências Sociais**. In: Alves-Mazzoti, A. J.; Gewandsznajder, F. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa**, 2. Edição, São Paulo: Pioneira, p. 99-197.

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. O conceito de hegemonia em Gramsci. In: GODDIN, R.; PETTIT, P. (orgs.). **The Blackwell companion to political philosophy**. Oxford: Blackwell. Rio de Janeiro: Graal. 1993.

ALVES, Natália e BARBOSA, Renata Peres. **A Reforma do Ensino Médio e a Plataformização da Educação: expansão da privatização e padronização dos processos pedagógicos**. Revista e-Curriculum, São Paulo, p. 1-26, 2023.

AMARAL, Nelson Cardoso. **Para compreender o financiamento da educação no Brasil**. 1. ed. Brasília-DF: Liber Livro Editora, 2012.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

ANDRADE, D. P. Neoliberalismo: crise econômica, crise de representatividade democrática e reforço de governamentalidade. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 109-135, 2019b.

ANDRADE, M. M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

APPLE, Michael W. **Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade**. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.

APPLE, Michael W. **La política del saber oficial: ¿tiene sentido un currículum nacional?** In: Bernárdez, Pablo Manzano (Coord.). *Volver a pensar la educación*. Madrid: Ediciones Morata, 1995. 1 v. p. 153-171.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de; Oliveira, João Ferreira de. Gestão, monitoramento e avaliação dos planos de educação: retrocessos e desafios. **Retratos da Escola**, Brasília, DF, v. 14, n. 30, p. 662-638, 2020.

BAKHTIN, M. **Questões de Literatura e de Estética**. A teoria do romance. São Paulo: UNESP, 1988.

BALL, S. J. **Global Education Inc: new policy networks and the neo-liberal imaginary**. New York: Routledge, 2012.

BALL, S.; Yodell, D. **Privatización encubierta en la educación pública, Internacional de la Educación**. Bruselas, 2007. Disponível em: <http://www.joanmayans.com/privatizacion_encubierta_de_la_educacion_publica.pdf>. Acesso em: 23 de set. de 2023.

BALL, Stepehn J.; Olmedo, Antonio. **A `nova` filantropia, o capitalismo social e as redes de políticas globais em educação**. In.: PERONI, Vera Maria V. (Org.). *Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação*. Brasília: Liber Livro, p. 33-47, 2013.

Ball, Stephen J. **Education plc. Understanding private sector participation in public sector education**. Routledge, London: 2007.

BALL, Stephen J.; Junemann, Carolina. **Networks, new governance, and education**. Bristol, UK: The Policy Press, 2012.

BARROSO, J. Estado, a educação e regulação das políticas públicas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 725-751, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a02.pdf>> Acesso em: 11 jul. 2022.

BARROCO, Maria Lucia S. Não passarão: ofensiva neoconservadora e Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 124, 2015.

BELFIELD, C. R.; Levin, H. M. **A privatização da educação**: causas e implicações.

BEZERRA, Juliana. Educação no Brasil. **Toda Matéria**, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/educacao-no-brasil/>>. Acesso em: 15 ago. 2023.

BOBBIO, N.; BOVERO, M. Sociedade e Estado na filosofia moderna. **O modelo iusnaturalista e o modelo hegeliano-marxista**. Bogotá: Fondo de Cultura Económica, 1997.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Lisboa: Porto Editora, 1994.

BORON, A. A. (2007). Después del sague: el capitalismo latino-americano a comienzos del Nuevo. Buenos Aires: CLACSO.

BRANDÃO, Rodrigues Brandão. **O que é Educação**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

BRASIL. **Decreto nº 328**, de 16 de dezembro de 2019. Regimento Interno.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 dez. 1961. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 20 maio de 2022.

BRASIL. **Medida Provisória n. 746, de 22 de setembro de 2016**. Convertida na Lei n. 13.415, de 2017. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm. Acesso em: 28 out. 2022.

BRASIL. Ministério de Administração e Reforma do Estado – Mare. **Plano Diretor da Reforma Administrativa do Aparelho do Estado Brasília**, DF: Mare, 1995.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n 9.099, de 18 de julho de 2027**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/decreto/D9099.htm. Acesso em: 06 de jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004**. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Diário Oficial da União, Brasília, 31 dez. 2004.

BRASIL: um contexto global. **Revista Educação em questão**, v. 46 n. 32 mai/ago, 2013.

BRASÍLIA, Carta. **Ministério do Planejamento**. Brasil, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=579494&id=16434803&idBinario=16434817>. Acesso em: 06 fev. 2024.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *et al.* (1993), **Economic Reforms in New Democracies**, Cambridge: Cambridge University Press.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Da administração pública burocrática à gerencial. In: Bresser-Pereira, Luiz C.; Spink, Peter (Orgs.). **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

BROCCARDO, E; MAZZUCA, M; & FRIGOTTO, M. L. Social impact bonds: the evolution of research and a review of the academic literature. **Corporate Social Responsibility Environmental Management**, 27 (3), 1316-1332, 2019.

BROCCARDO, E; MAZZUCA, M; & FRIGOTTO, M. L. **Ce cauchemar qui n'en finit pas. Comment le néolibéralisme défait la démocratie**. Paris: La Découverte, 2016.

Caetano, Maria Raquel. **Redes globais e educação: a rede Latino-Americana da sociedade civil para a educação-REDUCA. ANPAE**. Série Cadernos ANPAE, v. 41, 2016.

CAMÕES, M. R. S., & MENESES, P. P. M. (2016). **Gestão de pessoas no Governo Federal: análise a partir da implementação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas Brasília**, DF: Fundação Escola Nacional de Administração Pública. Disponível em: <<https://bit.ly/3cdFSXJ>> Acesso em: 06 de jun. 2023

CANNING, R. **Review of social impact bonds in the South African educational sector** (Dissertação de Mestrado). University of Cape Town, Cape Town, South Africa, 2017.

CARVALHO, José Murilo. **Introdução e cap. 4- cidadania no brasil**.

CÁSSIO, F. L.; GOULART, D. C.; XIMENES, S. B. Contratos de Impacto Social na rede estadual de São Paulo: Nova modalidade de parceria público-privada no Brasil. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, 26(130), 2018.

CASTRO, J. A. **Financiamento da Educação Pública no Brasil: evolução dos gastos**. In: CELLARD, A. A análise documental. In: Poupart, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

CHASIN, J. **Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica**. São Paulo: Boitempo, 2009.

CHEPTULIN, A. **A dialética materialista: categorias e leis da dialética**. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

COSTA, Marco Antonio F. da; BARROZO Maria de Fátima. **Projeto de Pesquisa: entenda e faça**. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

COSTA, Marilda Oliveira; GENTIL, Heloisa Salles; AMARAL, Maria Clara Ede. **Estado, Mercado e a Privatização “oculta” da Educação: o caso de Mato Grosso**. In XI SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE LA RED ESTRADO, 11, 2016, México-DF. Anais. México: Universidad Pedagógica Nacional de México, 2016, p. 1-17.

CRUZ, R. E. Banco Mundial e política educacional: cooperação ou expansão dos interesses do capital internacional? **Educar**. Curitiba, n. 22, p. 51-75, 2003.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. 2ª ed. São Paulo: Unesp, 2005

CURY, C. R. J. **Educação e Contradição**. São Paulo: Cortez, 1986.

CURY, C. R. J. **The New Way of the World: On Neoliberal Society**. Londres/Nova York: Verso, 2014.

DALE, Roger. **Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação”?** Educ. Soc., Campinas, v. 25, n. 87, p. 423-460, maio/ago. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/bJbBCJS5DvngSvzwz9hngDXK/?format=pdf>. Acesso em: 7 agosto de 2023.

DAMBORIARENAL, Luiza. Neoliberalismo como ideologia: uma reflexão sobre a sua reprodução na vida cotidiana a partir de henri Lefebvre. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, n. 1, p. 63-76, jun. 2016, e-ISSN: 2447-4851. Doi 10.21583/2447-4851.rbeo.2016.v3n1.72.

DAVID, Harvey. **O Neoliberalismo: História e Implicações**. São Paulo, Edições Loyola, 2008.

DAVIES, R. **Social impact bonds: Private finance that generates social returns**. European Parliamentary Research Service. 2014. Disponível em: www.europarl.europa.eu/EPRS/538223-Social-impact-bonds-FINAL.pdf. Acesso em: 27 out. 2022.

DAY, C. **Desenvolvimento Profissional de Professores: os desafios da aprendizagem permanente**. Porto: Editora Porto, 2001.

DAY, Christopher. **Desenvolvimento profissional de professores. Os desafios da aprendizagem permanente**. Porto: Porto Editora, 2001.

DECRETO nº 1.293, de 15 de fevereiro de 2022. **Regulamenta a Lei nº 11.668, de 11 de janeiro de 2022, que institui as Diretorias Regionais de Educação - DREs no âmbito da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso - SEDUC e dá outras providências**. Disponível em: https://www3.seduc.mt.gov.br/documents/8125245/19061623/diario_oficial_2022-02-15_DECRETO+Nº+1.293.pdf/033cf230-1658-6bec-6f8d-a3cfb919a2d2. Acesso em: 13 de out. de 2023.

DECRETO nº 325, de 31 de maio de 2023, **aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso- CEE/MT**.

DEY, C; Gibbon, J. New development: private finance over public good? Questioning the value of impact bonds. **Public Money & Management**, 38(5), 375-378, 2018.

DOMICIANO, Cassia Alessandra. **O Programa ‘Bolsa Creche’ nos municípios paulistas de Piracicaba e Hortolândia: uma proposta para alocação de recursos estatais à educação privada?** 226f. 2009. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Biociências de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

DONADONE, Júlio C. **“Os hunos já chegaram!”: dinâmica organizacional, difusão de conceitos gerenciais e atuação das consultorias**. 2001. 123f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

DOURADO, Luiz Fernando. **PNE 2014/2014: Avaliações e perspectivas de um plano de Estado.** In: Dourado, Luiz Fernandes (Org.). Plano nacional de educação – PNE 2014/2024: Avaliação e perspectivas. Campinas: Mercado de Letras, 2017.

DUMÉNIL, Gérard; Lévy, Dominique. **A crise do neoliberalismo.** São Paulo: Boitempo, 2014.

ESTADO DE MATO GROSSO - Secretaria de Estado de Educação - Coordenadoria de Tecnologia da Informação - COT. **Procedimentos de Segurança Manual do Usuário-SigEduca.** Acesso em: 12 de out. de 2023.

ESTADO. Ministério da Administração Federal e Reforma. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.** Brasil, 1995.

EVANGELISTA, Olinda; Leher, Roberto. Todos pela Educação e o episódio costin no MEC: **a pedagogia do capital em ação na política educacional brasileira.** Trabalho Necessário, Rio de Janeiro, ano 10, n. 15, 2012.

ESTACHE, Antonio. **Privatization and regulation of transport infrastructure in the 1990s.** The World Bank Research Observer, v. 16, n. 1, p. 85-107, 2001.

FERREIRA, E. B.; Silva, M. R. Centralidade do Ensino Médio no contexto da nova “Ordem e Progresso.” **Educação & Sociedade**, 38(139), 287–292, 2017.

FERREIRA, N. S. de A. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Educação e Sociedade**, 23, 257-272, 2002.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002, Apostila.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREITAS, Luiz Carlos. Os reformadores empresariais da educação: da desvalorização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação e Sociedade**, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr./jun. 2012.

FRIGOTTO, G. Escola pública brasileira na atualidade: lições da história. In: Leher, R. A sociedade civil contra a esfera pública. **Revista de Políticas Públicas.**

FRIGOTTO, G. **O enfoque da dialética materialista histórica da pesquisa educacional.** In: Fazenda, Ivani (org.) Metodologia da pesquisa educacional. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

GARCÍA, M. (2017). La responsabilidad social empresarial, público e individual en la obra de Rousseau. **Gestión y Estrategia**, 52, 29-36.

GIDDENS, A. **A Terceira via e seus críticos.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 4ª ed. São Paulo: Editora Atlas S. A.; 1995.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO, Secretaria de Estado e Educação SEDUC/MT- **Termo de Referência nº 021/2021.**

GUBA, E.; Lincoln, Y. **Effective Evaluation.** São Francisco: Jossey-Bass. 1981.

GUSTAFSSON-WRIGHT, E., Gardiner, S., & Putcha, V. **The Potential and Limitations of Impact Bonds: Lessons from the first five years of experience worldwide.** Washington, DC: Brookings, 2015.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica, Neoliberalismo y nuevas técnicas de poder.** Herder: Barcelona, 2014.

HARVEY, David, 2005. **O neoliberalismo história e implicações.** Edições Loyola, traduzido e publicado em acordo com a Oxford University Press. ISBN:0-19-928.326-5.

HELD, David. **O que democracia deveria significar hoje?** In: Revista Direito Empresarial (Curitiba), v. 1, p. 155-164, 2012.

HYPOLITO, A. M.; Gandin, L. A. **Políticas de responsabilização, gerencialismo.** In: ARAÚJO Thiago Cardoso, VASCONCELLOS Juliana F. Barbeito de, ARAÚJO Thiago Cardoso Araújo. O contrato de impacto social (CIS) e a modelagem jurídica para sua implementação: uma inovação na forma de financiamento de políticas públicas. Fórum Administrativo – FA, Belo Horizonte, ano 18, n. 203, p. 25-35, jan. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Resumo Técnico: Censo da Educação Básica Estadual 2019 - Brasília, 2020.**

JANELA, Afonso Almerindo. Mudanças no Estado-avaliador: comparativismo internacional e teoria da modernização **Revista Brasileira de Educação** v. 18 n. 53 abr.-jun. 2013.

JESUS, Jorge Souza de. Campos, Rosimeri de Jesus da Silva. Stering, Silvia Maria dos Santos. As políticas públicas educacionais no estado de MT de 2014 a 2018. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento.** Ano. 06, Ed. 11, Vol. 09, pp. 05-28.

Keila Tatiana BoNI, Diego Fogaça Carvalho. **Revista Prática Docente (RPD)- Instituto Federal de Mato Grosso- Campus Confresa.** V. 4, n. 2, p. 499-513, jul/dez 2019.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 9ª reimpressão no Brasil, 2011.

LA PEÑA, L. **A primer on social impact bond.** [S.I.]: Cepal, 2014. (Working Paper). Disponível em: <https://www.cepal.org/en/notes/working-paper-primer-social-impac-bonds>. Acesso em: 30 out. 2022.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público.** Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2019.

LAVAL, Christian; Dardot, Pierre. [Outras mídias]. Dardot e Laval: **A “nova” fase do neoliberalismo.** Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/dardot-e-lavala-nova-fase-do-neoliberalismo/>. Prefácio à tradução em inglês, publicada pela Editora Verso, de La

pesadilla que no acaba nunca (Gedisa, 2017). Publicado em 29/07/2019 às 15:07. Atualizado em 24/12/2019 às 09:51. Acesso em: 16 de ago. 2023.

LAVILLE, Christian; Dionne, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LEI nº 1.815 de 01 de janeiro de 1963, **cria o Conselho Estadual de Educação, dispõe sobre a sua composição e competência e dá outras providências**.

Liderança no contexto da nova administração pública: uma análise sob a perspectiva de gestores públicos de Minas Gerais e Rio de Janeiro. **Revista de Administração Pública - RAP**: ISSN 0034-7612, FGV-EBAPE, 2010.

MARTINS, Lígia Márcia; LAVOURA, Tiago Nicola. **Educar em Revista**. Curitiba, Brasil, v. 34, n. 71, p. 223-239, set./out. 2018. Materialismo histórico-dialético: contributos para a investigação em educação. Lisboa: Edições ASA, 2004.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. A pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU. 1986.

LUKÁCS, G. **Marxismo e teoria da literatura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

LUKÁCS, G. **Existencialismo ou marxismo**. São Paulo: Senzala Ltda., 1967.

LUKÁCS, Georg. **Introdução a uma estética marxista**. 2. ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MACIEL, Lucas Ramalho. **Estratégia Nacional de Investimento e Negócios de Impacto: um grande impulso para o setor no Brasil**. In: Nações Unidas. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Repositório de casos sobre o Big Push para a sustentabilidade no Brasil. [S. l.]: Nações Unidas, Cepal, 2020. p. 1-13. Disponível em: <<https://archivo.cepal.org/pdfs/bigpushambiental/Caso119-EstrategiaNacionaldeInvestimentoeNegociosdeImpacto.pdf>>. Acesso em: 24 de out. de 2021.

MARCONI, Maria de Andrade; Lakatos, Eva Maria. **Fundamento de Metodologia Científica**. 7ª ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2010.

MARQUES, Eduardo Cesar. **Estado e redes sociais: permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: Fapesp, 2000.

MARTINS, G. de A.; Theóphilo, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MARX, KARL. Glosas marginales al "Tratado de economía política" de Adolph Wagner. In: DOBB, Maurice et al. **Estudios sobre El Capital**. Tradução: José Aricó, Ofelia Castillo, Juan José Real. 2. ed. Madri: Siglo Veintiuno, 1976. p. 169-184.

MARX, K.; Engels, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política - o processo de produção do capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2009.

MARX, K. Grundrisse. **Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboço da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MATO GROSSO, Secretaria do Estado de Mato Grosso. Portaria nº 161, de 14 de abril de 2016. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 2016.

Maze Impact. (2018). **Resultados e avaliação do projeto-piloto TIS Academia de Código Júnior** Lisboa, Portugal: Maze.

MENEGHINI R. **Avaliação da produção científica e o projeto Scielo**. Ci Inf 1998; 27 (2).

MENEZES CORDEIRO, Antonio, **Manual de direito comercial**. v. I. 2. Ed. Coimbra: Almedina, 2003.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”: Escola sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016.

MINAYO, M. C. de S. (Org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 22 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MINAYO, M. C. S.; Minayo-Goméz, C. Difíceis e Possíveis Relações entre Métodos Quantitativos e Qualitativos nos Estudos de Problemas de Saúde. In: Goldenberg, P.; Marsiglia, R. M. G.; Gomes, M. H. A. (Orgs.). **O Clássico e o Novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

MOLL, Roberto. **Diferenças entre neoliberalismo e neoconservadorismo: duas faces da mesma moeda?** [S. l.]: Unesp, 2015a. Disponível em: <<http://unesp.br/semdiplomacia/opiniao/2015/43>> Acesso em: 02 outo. 2023.

MOLL, Roberto. **Reaganetion: a nação e o nacionalismo (neo)conservador nos Estados Unidos (1981-1988)**. 2010. 265 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

MORAES, Reginaldo **Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?** São Paulo: Editora SENAC, 2001.

MOREIRA, C. F. N. (2021). O debate sobre a democratização da educação pública e a tese da gestão democrática radical da escola. **Educação E Pesquisa**, 47, e 222657. <https://doi.org/10.1590/s1678-4634202147222657>.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Educação e política no Brasil de hoje**. São Paulo: Cortez, 1994.

Neves, L. M. W. A sociedade civil como espaço estratégico de difusão da nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, L. M. W. (Orgs.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

NEVES, Lúcia. **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

NOVELLI, P. G. El concepto hegeliano de educación. **Interface _ Comunic, Saúde, Educ**, v.5, n. 9, p. 65-88, 2001.

NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL NA ESCOLA (NDPE). Diário Oficial de Mato

OLIVEIRA, Romualdo Portela de (orgs.). **Gestão, Financiamento e Direito à Educação. Análise da LDB e da Constituição Federal**. São Paulo: Xamã, 2002.

OLIVERA, B. A. **A dialética do singular-particular-universal**. In: Abrantes, A. A.; Silva, N. R.; MartinS, S. T. F. (Orgs.). **Método histórico-social na Psicologia Social**. São Paulo: Vozes, 2005.

OLIVEIRA, Leandro Dias de; Ribeiro, Guilherme. **O Ensino de Geografia Econômica em Questão: Re-Significações a partir de um Relicário Conceitual**. In: VI Encontro Nacional de Ensino de Geografia: Fala Professor, 2007, Uberlândia. **Concepções e Fazeres da Geografia na Educação: Diversidade em Perspectivas**. Uberlândia, AGB, 2007.

OLIVEIRA, F. B., Sant'anna, A. S., & Vaz, S. L. (2010). Liderança no contexto da nova administração pública: uma análise sob a perspectiva de gestores públicos de Minas Gerais e Rio de Janeiro. **Revista de Administração Pública**, 44 (6), 1453-1475.

OLIVEIRA, R. L. P.; SANTANA, W. (Orgs.). **Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade**. Brasília: Unesco, 2010.

OLIVEIRA, M. 2007. **Como fazer Pesquisa Qualitativa**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2010

OLIVEIRA, J. S.; BORGHI, R. Oferta de vagas na educação infantil: as parcerias/convênios com instituições privadas com fins lucrativos. In: Santos, J.; Leite, M.; Pereira, S. (Orgs.). **A qualidade na educação infantil e os direitos da criança pequena**. Vitória da Conquista: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2013. p. 37-54.

OLIVEIRA, K. P., & PAULA, A. P. P. de (2014). Hebert Simon e os limites do critério de eficiência na Nova Administração Pública. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, 19 (64), 113-126.

OLIVEIRA, D.A. A gestão democrática da educação no contexto da reforma do Estado. In: FERREIRA, N.S.C.; AGUIAR, M.A.S. (Org.). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2000a.

OZGA, J. **Investigação sobre políticas educacionais: terrenos de contestação**. Porto:

OZGA, Jenny (2008). Governing knowledge: Research steering and research quality. *European Educational Research Journal*, 7(3), 261-272. doi: 10.2304/eeerj.2008.7.3.261

PACKER, A. L.; MENEGHINI, R. Visibilidade da produção científica. In: Poblacion, D. A.; Witter, G. P.; Silva, J. F. M. da **Comunicação & produção científica: contexto, indicadores e avaliação**. São Paulo: Angellara, 2006, p. 237-259.

PARO, Vitor Henrique. **Crítica da estrutura da escola**. São Paulo, Cortez, 2011.

PATTON, A., & DE WITT, S. (2015). **Bringing Impact Bonds to the Global South**. Stanford Social Innovation Review.

PAZ, L. M. C. Á., & ODELIUS, C. C. (2021). Escala de competências gerenciais em um contexto de gestão pública: desenvolvimento e evidências de validação. **Organizações & Sociedade**, 28(97), 370-397.

PERONI, V. M. V. (org.). **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação**. Brasília: Liber Livro, 2013.

PERONI, Vera Maria Vidal. **Implicações da relação público-privada para a democratização da educação no Brasil**. In: PERONI, Vera Maria Vidal (Org.). Diálogos sobre as redefinições do papel do Estado e sobre as fronteiras entre o público e o privado. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 15-34.

PÉRICO, Ana E.; REBELATTO, Daysi A. N. **Desafios das parcerias público-privadas (PPPs)**. *Rev. Adm. Pública*, v. 39, n. 5, p. 1031-1052, 2005.

PECK, Jamie; Theodore, Nik; Brenner, Neil. **Neoliberalism Resurgent? Market Rule after the Great Recession**. *The South Atlantic Quarterly*, v. 111, n. 2, 2012, pp. 265-88.

PERONI, Vera Maria Vidal; LIMA, Paula Valim de. (2023). A educação básica no contexto de avanço neoliberal, neoconservador e neofascista: a conjuntura atual e os desafios para a democratização da educação. **Educere et Educare: Revista de Educação**, n. 18, p. 34-52. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: [https:// www.clp.org.br/contratos-de-impacto-social-sus-mlg2/](https://www.clp.org.br/contratos-de-impacto-social-sus-mlg2/) acesso em: 07 de fev. 2024.

PINTO, A. V. **Ciência e existência: problemas filosóficos da pesquisa científica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PINTO, J.M.R. A política recente de fundos para o financiamento da educação e seus efeitos no pacto federativo. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, out. 2007.

Portaria Nº 204/2015/GS/SEDUC/MT- Designa membros representantes para a composição do Fórum Estadual de Educação para o biênio 2015/2017, em conformidade com o seu Regimento Interno. (Diário Oficial de Mato Grosso.)

RAVITCH, D. **New York: Common Core Produces Massive Failure in Writing. 2018**. Disponível em: <https://nepc.colorado.edu/blog/new-york-common>. Acesso em: 14 jun. 2023.

RAVITCH, Diane. **The Death and Life of the Great American School System: How Testing and Choice Are Undermining Education**. New York: Basic Books, 2010.

RIBEIRO, T. R. C.; Bitencourt, L. P. **Balço de Produção sobre Pedagogia Universitária, Docência Universitária e Formação Pedagógica dos Professores Universitários**. GT10 – Ed. Superior – Anais do SemiEdu - UFMT, 2016.

RIESEBRODT, M. **A ética protestante no contexto contemporâneo**. Tempo Social, n. 24, 159-182, 2012. Disponível em: <<https://org/10.1590/50103-20702012000100010>> Acesso em: 06 fev. 2024.

RIKOWSKI, Glenn. Privatização em educação e formas de mercadoria. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 393-413, jul./dez. 2017.

ROBERTSON, Susan; Verger, Antoni. **A origem das parcerias público-privadas na governança global da educação**. Campinas. Educação e Sociedade, v.33, n. 121, p. 1133-1156, out. dez. 2012.

ROSE, Nikolas (1996). Governing ‘advanced’ liberal democracies. In Andrew Barry, Thomas Osborne, & Nikolas Rose (Eds.). **Foucault and political reason: Liberalism, neoliberalism and rationalities of government** (pp. 37-64). Chicago: University of Chicago Press.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. In: Capítulo V – Pesquisa descritiva e pesquisa experimental. 29.ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

SACRISTÁN, José Gimeno. **Reformas educativas y reformas del currículo**. In: Warde, Mirian Jorge (Org.). Novas políticas educacionais: críticas e perspectivas. São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História e Filosofia da educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Para uma nova visão da Europa: aprender com o Sul**. 2018

SÁ-SILVA, J.; Almeida, C. & Guindani, J. 2009. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, São Leopoldo, ano. I, n.I, jul.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 2018.

SAVIANI, Dermeval. Sistemas de ensino e planos de educação: O âmbito dos municípios. **Educação & Sociedade**, Campinas, ano XX, n. 69, dez. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v20n69/a06v2069.pdf>>. Acesso em: 10 maio de 2022.

SCAFF, Elisangela Alves da Silva; Oliveira, Regina Tereza Cestari de. **Fóruns de educação: instrumentos de participação e representação na gestão educacional brasileira**. In: Oliveira, Regina Tereza Cestari de (org.). Educação e democracia: políticas e direitos sociais. Campo Grande: Oeste, 2019. p. 187- 202. Disponível em: <https://57e0d89a-ae70-4a18-8d77-f49231e99306.filesusr.com/ugd/99bf86_e4843c8d9ec04fe6852972d57f7d31d5.pdf> Acesso em: 11 de mai. 2022.

SCHIEFLER, G. H. C; & ADIB, L. A. N. (2016). Títulos de desenvolvimento social: utilizando a lógica do mercado de capitais para financiar políticas públicas no Brasil. **Revista Digital de Direito Administrativo**, 3(1), 69-103.

SCHWARTEZMAN, S. **Educação e pobreza no Brasil**. In: Schwartzman, S. et al. Educação e Pobreza na América Latina. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2006, p. 9-37.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. **Seduc apresenta resultado do Indicador de Aprendizagem de 2022**. Disponível em: <mt.gov.br - Site (secom.mt.gov.br)>. Acesso: 29 de jan. de 2024.

SEDUC <<https://www3.seduc.mt.gov.br/-/23446395-aulas-na-rede-estadual-sao-retomadas-na-segunda-feira-6-com-novos-programas-para-tornar-mt-referencia>> Acesso em: 23 de set. 2023.

SOCIAL FINANCE. **A technical guide to developing Social Impact Bonds** London, UK: Social Finance Ltd. 2013.

SOLON, R. A Contribution to the theory of economic growth. **The Quarterly journal of Economics**. Oxford University Press, v. 70, n. 1, p. 65-94, Feb 1956.

SOUZA, C. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Sociologia, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, 2006.

STREEK, Wolfgang. **"As crises do capitalismo democrático."** *Novos Estudos CEBRAP*, vol. 92, mar. 2012

SUCHODOLSKI, Bogdan. **Tratado de pedagogia**. Barcelona, Península, 1973.

SUCHODOLSKI, Bogdan. **Teoria marxista da educação**. Lisboa, Estampa, 1976, 3v.

TASCA, J. E. *et al.* An approach for selecting a theoretical framework for the evaluation of training programs. **Journal of European Industrial Training**, v. 34, n. 7, p. 631-655, 2010. <http://dx.doi.org/10.1108/03090591011070761>

TEIXEIRA, Alexandre Coelho. **Economia e Espaço: Da Questão Regional à Questão Nacional**. Tese de doutorado em Ciências Econômicas- área de concentração: Política Social-UNICAMP/ Campinas 2008.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TROMBKA, Ilana; Rodrigues, Juliana. Formação de agenda legislativa para os Contratos de Impacto Social: análise de um projeto de lei em tramitação. **Revista de Informação Legislativa: RIL**, Brasília, DF, v. 58, n. 231, p. 11-39, jul./set. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/58/231/ril_v58_n231_p11> Acesso em: 15 de jun. 2023.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP 3ª edição, 2016. Disponível em: <file://C:/Users/adriana/Downloads/document.pdf.> Acesso em: 15 de jun. 2023.

VENCO, S. B.; Carneiro, R. F. Para quem vai trabalhar na feira... essa educação está boa demais: a política educacional na sustentação da divisão de classes. **Horizontes**, Itatiba, v. 36, n. 1, p. 7-15, 2018.

VERA, Ernesto Isunza; Lavallo, Adrian Gurza. Arquitetura da participação e controles democráticos no Brasil e no México. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 92, p. 105-121, 2012.

VERGER, A., & NORMAND, R. Nueva gestión pública y educación: Elementos teóricos y conceptuales para el estudio de un modelo de reforma educativa global. **Educación & Sociedad**, 36(132), 599–622. 2015 <<https://doi.org/10.1590/ES0101-73302015152799>. 2015>

VILHENA V, Crestana MF. Produção científica: critérios de avaliação de impacto. **Revista Associação Med Bras**. v. 48(1): p.20-1, 2002.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2005.

WOOD, Ellen Meiksins. **O império do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.

XAVIER, M. C. F.; Freire, A. de S.; Moraes, M. O. A nova (moderna) biologia e a genética nos livros didáticos de biologia no ensino médio. **Ciência e Educação**, Bauru – SP, v. 12, n. 3, p. 275-289, 2006.

YING YUNG, Helen; OLMEDO, Antônio. **A constituição da subjetividade docente na Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v.16, e 2112297, p. 1-18, 2021. Disponível em: <<http://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>>. Acesso em: 01 de dez. 2023.

<<https://odocumento.com.br/estado-firma-contrato-de-r-549-milhoes-com-a-fgv-e-implementa-metodo-de-ensino-inovador-na-rede-publica/>.Acesso> Acesso: 03 de mar. de 2022.

<Mato Grosso: Indicador de Ensino e Aprendizagem cresce 18,9% no primeiro ano do Sistema Estruturado | FGV DGPE.> Acesso: 04 de abr. de 2022.

<Portal Consed: <https://www.consed.org.br/noticia/redimensionamento-na-educacao-e-obrigacao-legal-de-acordo-com-a-constituicao-federal-e-com-a-ldb>> Acesso: 11 de abri. de 2023.

Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) — Ministério da Educação <www.gov.br>. Acesso em: 20 de abr. 2023.

<Home | Escolas Conectadas | Cursos Online Gratuitos para Educadores.> Acesso: 10 de mai. de 2023.

<Contrato de Impacto Social - CIS: importância e propostas de utilização (direitodoestado.com.br)>. Acesso em: 22 de jun. 2023,

<BID e Governo do Ceará formalizam contrato para melhorar a saúde no Estado | IADB.> Acesso em: 22 de jun. 2023.

<A implementação de Contratos de Impacto Social (Social Impact Bonds) como inovação para melhoria nos resultados do Sistema Único de Saúde - CLP - Centro de Liderança Pública>. Acesso em: 22 de jun. 2023.

<Candombá – Revista Virtual, v. 7, n. 1, p. 20-33. jan – dez 2011>. Acesso em: 06 de jun. 2023

<Mato Grosso | Cidades e Estados | IBGE>. Acesso em: 20 de ago. de 2023.

<Contratos de Impacto Social: os desafios e um passo-a-passo para implementá-los - CLP - Centro de Liderança Pública>. Acesso em: 20 de ago. de 2023.

<Programas e Escolas da FGV | Portal FGV. Acesso em: 07 de set. 2023.

<idades.ibge.gov.br/brasil/mt.> Acesso em: 23 de set. 2023.

<Decreto 1497 2022 de Mato Grosso MT (leisestaduais.com.br)>. Acesso: 23 de set. 2023.

<conceptuales para el estudio de un modelo de reforma educativa global. *Educación & Sociedad*,36(132), 599–622. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302015152799>>. Acesso em: 23 de set. 2023.

<<https://www3.seduc.mt.gov.br/documents/8125245/39191055/ORGANOGRAMA+SEDUC+-+ESTRUTURA+ORGANIZACIONAL+V5.pdf/510d74d0-66e0-c8fc-717f-54c490cff1f1?t=1685470279133>>. Acesso em: 13 de out. de 2023.

<<https://dgpe.fgv.br/noticias/mato-grosso-indicador-de-ensino-e-aprendizagem-cresce-189-no-primeiro-ano-do-sistema-1>> Acesso em: 17 de out. de 2023.

<<https://www3.seduc.mt.gov.br/forum-estadual-de-educacao>>. Acesso em: 30 de out. de 2023.

<Produto Interno Bruto - PIB | IBGE.> Acesso em: 29 de nov. de 2023.

<Poder Judiciário de Mato Grosso se torna referência em práticas da Justiça Restaurativa na Educação (tjmt.jus.br)>. Acesso em: 30 de nov. de 2023.

<Modalidades de Licitação - de acordo com a Nova Lei de Licitações | Jusbrasil>. Acesso em: 30 de nov. de 2023.

<Decreto 823 2021 de Mato Grosso MT (leisestaduais.com.br).> Acesso em: 01 de dez. 2023.

<Fórum Nacional de Educação (mec.gov.br).> Acesso em: 01 de dez. 2023.

<Mais de 60 educadores são exonerados de cargos de direção em MT – PP (primeirapagina.com.br).> Acesso em: Acesso em: 01 de dez. 2023.

<documento (senado.leg.br).> Acesso em: 01 de dez. 2023.

<Tribunal de Contas - MT (tce.mt.gov.br).> Acesso em: 01 de dez. 2023.

<Governo e empresários se unem para levar educação em MT entre as cinco melhores do país em 10 anos - O Documento.> Acesso em: 01 de dez. 2023.

<Contrapontos - ano 2 - n. 5 - p. 237-250 - Elisabeth Juchem Machado Leal. Itajaí, maio/ago. 2002.> Acesso em: 01 de dez. 2023.

<Índice de aprendizagem cresce 28%; anos finais são maior desafio | RDNEWS - Portal de notícias de MT.> acesso: 29 de jan. de 2024.

<<https://dgpe.fgv.br/noticias/apesar-da-pandemia-estados-com-parcerias-com-fgv-dgpe-apresentam-avancos-nos-resultados-do-ideb>.> Acesso: 30 de jan. de 2024.

<<https://repositorio.fgv.br/collections/35483fc6-26b7-4aff-9e50-b9200412363a>.> Acesso: 30 jan. 2024.

<<https://tecnologia.consed.org.br/noticia/tce-reconhece-que-contrato-entre-seduc-mt-e-o-consorcio-fgv-dian-foi-vantajoso-para-estado>.> Acesso: 30 de jan. 2024.